

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 405, DE 2024
(Do Poder Executivo)
MSC 920/2024
OF 954/2024

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.242, de 16 de agosto de 2023, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, concessão outorgada à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de São Vicente, Estado de São Paulo.

(ÀS COMISSÕES DE COMUNICAÇÃO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD). REGIME DE TRAMITAÇÃO: ART. 223 CF Apreciação: PROPOSIÇÃO SUJEITA À Apreciação CONCLUSIVA (PARECER 09/90 - CCJR))

MENSAGEM Nº 920

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 10.242, de 16 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2023, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Brasília, 20 de agosto de 2024.

Brasília, 5 de Setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.003330/2014-27, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 5349/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 10242, de 16 de agosto de 2023, publicada em 29/11/2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA (CNPJ nº 71.103.550/0001-84), nos termos do Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953, publicado em 1º de julho de 1953, e renovada pelo Decreto s/nº, de 18 de outubro de 1994, publicado em 19 de outubro de 1994, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Vicente, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/08/2023 | Edição: 165 | Seção: 1 | Página: 9

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 10.242, DE 16 DE AGOSTO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.003330/2014-27, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 5349/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA (CNPJ nº 71.103.550/0001-84), nos termos do Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953, publicado em 1º de julho de 1953, e renovada pelo Decreto s/nº, de 18 de outubro de 1994, publicado em 19 de outubro de 1994, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Vicente, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 954/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.242, de 16 de agosto de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 29 de agosto de 2023, que renova, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 22/08/2024, às 21:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6020691** e o código CRC **57281D13** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CERTIDÃO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES
PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.003330/2014-27**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 24 de junho de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Patrick Cardoso Pescara, Analista**, em 24/06/2014, às 10:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0025882** e o código CRC **2DA022E8**.

DESPACHO

Processo nº: **53000.003330/2014-27**

1. Restituam-se os autos ao SDCOM, para que seja providenciado o apensamento dos presentes autos ao Processo nº **53000.035238/2004-54**, referente à Entidade em exame, que executa o serviço de radiodifusão sonora em **ONDA MÉDIA**, na localidade de SÃO VICENTE/SP, tendo em vista que o processo mencionado diz respeito ao período de renovação de outorga compreendido entre 01/05/2004 a 01/05/2014.
2. Após, retornem os autos para o SLPOS, para o prosseguimento da análise.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenador de Análise de Atos Societários**, em 24/06/2014, às 15:48, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0025885** e o código CRC **1E67D918**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SP-113

INTERESSADO: **PROCESSO: 53000.003330 /2014-27**
INTERESSADO: SOCIEDADE RÁDIO CULTURA
SÃO VICENTE LTDA
ASSUNTO: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**
SERVIÇO: OM
CIDADE: ~~SANTOS~~/SP
OUTROS DADOS: **São Vicente - SP**

SP-113

MOVIMENTAÇÕES

SEQ.:	SIGLA	DATA	SEQ.:	SIGLA	DATA
01		/ /	37		/ /
02		/ /	38		/ /
03		/ /	39		/ /
04		/ /	40		/ /
05		/ /	41		/ /
06		/ /	42		/ /
07		/ /	43		/ /
08		/ /	44		/ /
09		/ /	45		/ /
10		/ /	46		/ /
11		/ /	47		/ /
12		/ /	48		/ /
13		/ /	49		/ /
14		/ /	50		/ /
15		/ /	51		/ /
16		/ /	52		/ /
17		/ /	53		/ /
18		/ /	54		/ /
19		/ /	55		/ /
20		/ /	56		/ /
21		/ /	57		/ /
22		/ /	58		/ /
23		/ /	59		/ /
24		/ /	60		/ /
25		/ /	61		/ /
26		/ /	62		/ /
27		/ /	63		/ /
28		/ /	64		/ /
29		/ /	65		/ /
30		/ /	66		/ /
31		/ /	67		/ /
32		/ /	68		/ /
33		/ /	69		/ /
34		/ /	70		/ /
35		/ /	71		/ /
36		/ /	72		/ /



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica



TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Protocolo nº: **53000.003330/2014-27**

Interessado: **SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA**

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Conforme consta nos documentos em anexo, determino a abertura de processo administrativo para as providências cabíveis segundo a legislação vigente, contendo inicialmente 85 (oitenta e cinco) folhas, contando com o presente Termo de Abertura.

Em 29/01/2014

WEBERSON WAYNE NÓBREGA PEIXOTO

Coordenador

Subgrupo de Documentação e Informação de Radiodifusão Comercial
SDCOM/GTDI/SCE-MC

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 003330/2014-27

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPD

22/01/2014-14:36 SDCUM

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA

Ref.: 53000.035238/2004

CX: SP-112

Y COMJUN

A **SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.**, permissionária do serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de São Vicente, estado de São Paulo, com sede na Praça Matteo Bei, n.º 128, bairro do Jockey Clube, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº 71.103.550/0001-84, por seu sócio e Diretor Presidente, infra assinado, tendo em vista o disposto no artigo 3º, §1º, do Decreto nº 88.066, de 20 de janeiro de 1983, vem respeitosamente à presença V. Exa. requerer a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA** para execução do Serviço de Radiodifusão sonora, em ondas médias, por novo período, da concessão que lhe será outorgada ao final do **processo nº 53000.035238/2004**, para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo.

Neste ponto, deve-se ressaltar que, em 2004, a Requerente já formalizou, tempestivamente (entre o sexto e terceiro mês anterior ao término da respectiva concessão), pedido de renovação de outorga, atuado sob nº



53000.035238/2004, o qual ainda não foi concluído, a despeito de já haver parecer técnico considerando-a como **"apta tecnicamente"** para a renovação.

Assim, considerando que mesmo antes da conclusão do referido processo de renovação outorga (que tramita já há 9 anos neste Ministério) a Requerente atingiu novamente o prazo previsto no artigo 3º, §1º, alínea "a", do Decreto nº 88.066/1983, para requerimento de "nova" renovação da outorga, cujo pedido deve ser formalizado entre o período de 01/11/2013 a 01/02/2014.

Nestas circunstâncias, com o objetivo manifesto de atender ao referido prazo legal, a Requerente submete, tempestivamente, **NOVO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DA OUTORGA, por igual período (2014/2024)**, a ser apreciado sucessivamente à conclusão do processo de renovação de outorga ainda em trâmite sob nº 53000.035238/2004.

Declara ainda, que instrui o presente processo de renovação de outorga de radiodifusão comercial com a documentação exigida pela Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (**Anexo 01**), bem como com documentos complementares (**Anexo 02**), todas no original ou em cópia autenticada.

Santos, 15 de janeiro de 2014.



GILBERTO GOMES MANSUR
Diretor Presidente - Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda.



ANEXO 01

DOCUMENTOS EXIGIDOS PELA PORTARIA Nº 329, DE 4 DE JULHO DE 2012

1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;
4- Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);
6- Comprovante de regularidade com o FISTEL;
7- Prova de regularidade relativa ao INSS;
8- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
9- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;
10- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada;
11- Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;



DECLARAÇÃO N.º 2

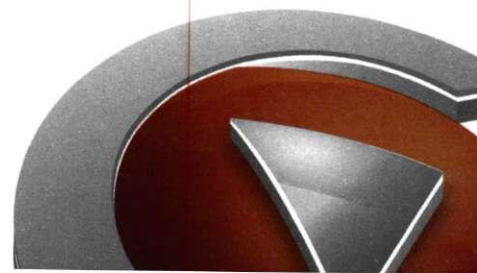
SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de São Vicente, estado de São Paulo, com sede na Praça Matteo Bei, n.º 128, bairro do Jockey Clube, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ n.º 71.103.550/0001-84, por seu sócio e Diretor Presidente, infra assinado, declara que:

- (i) **não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e**
- (ii) **não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;**

Santos, 15 de janeiro de 2014.



Gilberto Gomes Mansur



DECLARAÇÃO n.º 3

SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de São Vicente, estado de São Paulo, com sede na Praça Matteo Bei, n.º 128, bairro do Jockey Clube, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ nº 71.103.550/0001-84, por seu sócio e Diretor Presidente, infra assinado, declara que:

“somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;”

Santos, 15 de janeiro de 2014.



Gilberto Gomes Mansur



CAIXA**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**

SAC CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria 0800 725 7474
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala 0800 726 2492
www.caixa.gov.br

Vencimento

31/01/2013

Exercício

2013

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade

SIND.EMPRESAS DE RADIO E TV.NO EST.S.P.

EMPREGADOR

Código da Entidade Sindical

S-02667

Endereço

R.APINAGES

Número

1100

Complemento

CJ.1403 14o.AND.

CNPJ da Entidade

62.650.809/0001-16

Bairro/Distrito

DOMPEIA

Cep

05017-000

Cidade/Município

SAO PAULO

UF

SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social

SOC.RADIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA

CPF/CNPJ/Código do Contribuinte

CNPJ: 71.103.550/0001-84

Endereço

AV.ANA COSTA

Número

532

Complemento

CJ.54 E 55

Cep

11060-002

Bairro/Distrito

Cidade/Município

SANTOS

UF

Código Atividade

111

Dados de Referência da Contribuição

Categoria



Patronal/Empregador



Empregados



Prof. Liberal



Autônômicos

(=) Valor do Documento

446,96

Capital Social - Empresa

100.000,00

Nº Empregados Contribuintes

(-) Desconto/Abatimento

Capital Social - Estabelecimento

100.000,00

Total Remuneração - Contribuintes

(-) Outras Deduções

Mensagem Destinada ao Contribuinte

QUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA

Até o vencimento, pagável nas Lotéricas, Correspondentes CAIXA Aqui, Agências da CAIXA e Rede Bancária. Não recolher este documento após o vencimento - orientar o sacado a reemitir esta guia no site CAIXA, www.caixa.gov.br, opção VOCÊ ou EMPRESAS, Contribuição Sindical Urbana, Emissão de Guias, mantendo a mesma data de vencimento, incluir valor e pagar somente nas Agências da CAIXA. Guia vencida - cobrar multa de 10% nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% por mês subsequente de atraso e juros de mora de 1% ao mês e correção monetária (Selic).

Total Empregados - Estabelecimento

(+) Mora/Multa

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado

446,96

104-0

10499.70260 67117.771104 35500.001116 1 55950000000000

Código Cedente

S-02667

Nosso Número

711035500001

Valor do Documento

446,96

Vencimento

31/01/2013

Exercício

2013

Autenticação Mecânica

20

TABELIAO DE NOTAS DE SANTOS

Rua Azevedo

Santos - SP

Autentico a presente
conforme original a mim
dou fe

Santos

15 AGO

- ☒ José Henrique do Nascimento
- ☒ Felipe Vieira Nascimento
- ☒ Ana Cláudia Alves da Silva Gimenez
- ☒ Bárbara Corrêa Andréa
- ☒ Cristina dos Santos Batista

- Tabelião
- Escrevente
- Escrevente
- Escrevente
- Escrevente

Ministério das Comunicações
Fls. 07
Rubrica
SCE

EM BRANCO
2º Tabelião/Santos

EM BRANCO
2º Tabelião/Santos

CAIXA**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana****EMPREGADOR**

100.000,00

Vencimento	Exercício
31/01/2012	2012

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade			Código da Entidade Sindical	
SIND.EMPRESAS DE RADIO E TV.NO EST.S.P.			S-02667	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade	
R.APINAGES	1100	CJ.1403 14o.AND.	62.650.809/0001-16	
Bairro/Distrito	Cep	Cidade/Município	UF	
VL.POMPEIA	05017-000	SAO PAULO	SP	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
SOC.RADIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA			CNPJ: 71.103.550/0001-84	
Endereço	Número	Complemento		
AV.ANA COSTA	532	C-54 E 55		
Cep	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF	Código Atividade
110.002		SANTOS	SP	111

Dados de Referência da Contribuição**Categoria**
☒ Patronal/Empregador
 ☐ Empregados
 ☐ Prof. Liberal
 ☐ Autônomos

 (=) Valor do Documento
 R\$ 429,26

 Capital Social - Empresa
 R\$ 100.000,00

(-) Desconto/Abatimento

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes

(-) Outras Deduções

Mensagem Destinada ao Contribuinte**BLOQUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA**

Total Empregados - Estabelecimento

(+/-) Mora/Multa

Até o vencimento, pagável nas Lotéricas, Agências da CAIXA e Rede Bancária.
 Não recolher este documento após o vencimento - orientar o sacado a reemitir esta guia no site CAIXA, www.caixa.gov.br, opção VOCÊ ou EMPRESAS, Contribuição Sindical Urbana, Emissão de Guias e pagá-la somente nas Agências da CAIXA.
 Guia Vencida - cobra multa de 10% nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% por mês subsequente de atraso e juros de mora de 1% ao mês e correção monetária.

(+/-) Outros Acréscimos

 (=) Valor Cobrado
 R\$ 429,26

 Ministério das Comunicações
 Fls. 08
 Rubrica

DOCUMENTO NÃO AUTENTICADO

104-0

10499.70260 67117.771104 35500.001116 1 52290000000000

Código Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Vencimento	Exercício
S-02607	711035500001	R\$ 429,26	31/01/2012	2012

Autenticação Mecânica



Autentico a presente cópia reprográfica
conforme original a mim apresentado do qual
dou fé

Santos,

15 AGO 2013

Validade somente
com o selo de
autenticidade
prest. R\$2,90

- | | |
|---|--------------|
| ☐ José Henrique do Nascimento | - Tabelião |
| ☐ Felipe Vieira Nascimento | - Escrevente |
| ☐ Ana Cláudia Alves da Silva Gimenez | - Escrevente |
| ☐ Barbara Corrêa Andréa | - Escrevente |
| ☐ Cristina dos Santos Batista | - Escrevente |

CAIXA**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**

Ministério das Comunicações
Fls. 09
Rubrica
SCE

EMPREGADOR**Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade		Vencimento		Exercício	
SIND.EMPRESAS DE RADIO E TV.NO EST.S.P.		31/01/2011		2011	
Endereço		Número		Código da Entidade Sindical	
R.APINAGES		1100		S-02667	
Bairro/Distrito		Complemento		CNPJ da Entidade	
V. OMPEIA		CJ.1403 14o.AND.		62.650.809/0001-16	
Cep		Cidade/Município		UF	
05017-000		SAO PAULO		SP	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
SOC.RADIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA		CNPJ: 71.103.550/0001-84	
Endereço		Número	
AV.ANA COSTA		532	
Bairro/Distrito		Complemento	
11060-002		CJ.54 E 55	
Cidade/Município		UF	
SANTOS		SP	
Código Atividade		111	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		(-) Valor do Documento	
☒ Patronal/Empregador	☐ Empregados	R\$ 413,34	
☐ Prof. Liberal	☐ Autônomos		
Capital Social - Empresa		(-) Desconto/Abatimento	
R\$ 100.000,00			
Capital Social - Estabelecimento		(-) Outras Deduções	
Mensagem Destinada ao Contribuinte		(+/-) Mora/Multa	
B. QUETO DE CONTRIBUIÇÃO SINDICAL URBANA			
Até o vencimento, pagável nas Lotéricas, Agências da CAIXA e Rede Bancária.		(+/-) Outros Acréscimos	
Não recolher este documento após o vencimento - orientar o sacado a reemitir esta guia no site CAIXA, www.caixa.gov.br, opção VOCÊ ou EMPRESAS, Contribuição Sindical Urbana, Emissão de Guias e pagá-la somente nas Agências da CAIXA.			
Guia Vencida - cobrar multa de 10% nos trinta primeiros dias, com adicional de 2% por mês subsequente de atraso e juros de mora de 1% ao mês e correção monetária.		(-) Valor Cobrado	
		R\$ 413,34	

104-0		10499.70260 67117.771104 35500.001116 1 48640000000000	
Código Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Vencimento
S-02667	711035500001	R\$ 413,34	31/01/2011
		Exercício	2011

20 TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua. Azevedo
Santos - SP (11)
Autentico a presente cópia
conforme original a mim ap
dou fé
Santos,
15 AGO. 2011
José Henrique do Nascimento
Felipe Vieira Nascimento
Ana Cláudia Alves da Silva Gimenez
Barbara Cortes Andreia
Cristina dos Santos Batista
- Tabelião
- Escrevente
- Escrevente
- Escrevente
- Escrevente

EM BRANCO
2º Tabelião/Santos

EM BRANCO
2º Tabelião/Santos



GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

1ª Via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical**EMPREGADOR**

Vencimento
31/01/2010 Exercício
2010

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIODIFUSAO EST SP 000269			Código da Entidade Sindical 000.000.800.02667-5	
Endereço APINAJES 1100 CJ 1403	Número	Complemento	CNPJ da Entidade 62.650.809/0001-16	
Bairro/Distrito VILA POMPEIA	CEP 05017-000	Cidade/Município SAO PAULO	UF SP	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 71.103.550/0001-84	
Endereço AV ANA COSTA	Número 532	Complemento CJ 54		
CEP 11060-002	Bairro/Distrito GONZAGA	Cidade/Município SANTOS	UF SP	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria ☒ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 899,39	
Capital Social - Empresa 100,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento 100.000,00	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento	(+/-) Mora / Multa	
		(+/-) Outros Acréscimos	
		PRT (=) Valor Cobrado 399,39	

104-0 | 10499.70260 67617.771109 35500.001017 1 44990000039939

Código do Cedente 000.000.800.02667-5	Nosso Número 711035500001	Valor do Documento 399,39	Data Vencimento 31/01/2010	Exercício 2010
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

2º

TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
 Rua. Azevedo S.
 Santos - SP - 13.100-000

Autentico a presente cópia
 conforme original a mim apresentado
 dou fé

Santos,

15 AGO 2013

- | | |
|---|--------------|
| ☐ José Henrique do Nascimento | - Tabelão |
| ☐ Felipe Vieira Nascimento | - Escrevente |
| ☐ Ana Cláudia Alves da Silva Gimenez | - Escrevente |
| ☐ Bárbara Corrêa André | - Escrevente |
| ☐ Cristina dos Santos Balista | - Escrevente |



Ministério das Comunicações
 Fis. 10
 Rubrica

8800149 101 600 290110C

399,39R CB05

EM BRANCO
2º Tabelião/Santos

EM BRANCO
2º Tabelião/Santos

CAIXA**GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana**
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 7 7474Ministério das Comunicações
Fis. 11
Rubrica
SCE**Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade SIN EMPRESAS RADIODIFUSAO EST SP		EMPREGADOR		Vencimento 30/01/2009	Exercício 2009
Endereço R APINAJES		Número 1100	Complemento CJ 1403	Código da Entidade Sindical 000.000.800.02667-5	
Bairro/Distrito VILA POMPEIA	CEP 05017-000	Cidade/Município SAO PAULO			UF SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 71.103.550/0001-84			
Endereço AV ANA COSTA		Número 532	Complemento CJ 54		
CEP 11060-002	Bairro/Distrito GONZAGA	Cidade/Município SANTOS			UF SP
		Código Atividade 619			

Dados de Referência da Contribuição

Categoria ☒ Patronal/Empregador ☐ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 196,00	
C. Social - Empresa 24.500,00	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento 24.500,00	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento 0		(+) Mora / Multa	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+) Outros Acréscimos	
		(=) Valor Cobrado 196,00	

104-0

10499.70260 67617.771109 35500.001199 4 41330000019600

Código do Cedente 000.000.800.02667-5	Nosso Número 711035500001	Valor do Documento 196,00	Data Vencimento 30/01/2009	Exercício 2009
--	------------------------------	------------------------------	-------------------------------	-------------------

196,00R CB05

Autenticação Mecânica**2º TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS**
Rua Azevedo Sodré, 152
Santos - SP (13130-000)Autentico a presente cópia
conforme original a mim apre-
sentado.

15 AGO 2013

Santos,

☒ José Henrique do Nascimento
☒ Felipe Vieira Nascimento
☒ Ana Cláudia Alves da Silva Gimenez
☒ Bárbara Corrêa Andréa
☒ Cristina dos Santos BatistaTabelião
- Escrevente
- Escrevente
- Escrevente

76007

EM BRANCO
2º Tabelião/Santos

EM BRANCO
2º Tabelião/Santos

...
...
...
...
...

CAIXA

GRCSU-Guia de Recolhimento da Contribuição Social Urbana

Ministério das Comunicações
Fls. 12
Rubrica
SCE

Dados da Entidade Sindical

Nome / Razão Social / Denominação Social

EMPREGADOS**Sind dos Trabs em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Est de São Paulo**

Endereço

Rua Conselheiro Ramalho

Número

992

Complemento

Bairro / Distrito

Bela Vista

CEP

01325-000

Cidade/Município

São Paulo

Vencimento

30/04/2013

Exercício

2013

Código da Entidade Sindical

S-02693

CNPJ da Entidade

61.708.293/0001-50

UF

SP**Dados do Contribuinte**

Nome / Razão Social / Denominação Social

SOCIEDADE RADIO CULTURA DE SAO VICENTE L

CPF / CNPJ / CEI do Contribuinte

71.103.550/0001-84

Endereço

AV ANA COSTA 532 CONJUNTO 54 55

Número

Complemento

CEP

11060-002

Bairro / Distrito

GONZAGA

Cidade/Município

SANTOS

UF

SP

Código da Atividade

601**Dados de Referência da Contribuição**

Categoria

☐ Patronal / Empregador☒ Empregados☐ Prof.Liberal☐ Autônomos

Capital Social - Empresa

Nº Empregados Contribuintes

001

Capital Social - Estabelecimento

Total Remuneração - Contribuintes

R\$ 755,00

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE

Total Empregados - Estabelecimento

0001**Dados da Contribuição**

(=) Valor do Documento

R\$

25,17

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros / Acréscimos

(=) Valor Cobrado

R\$

25,17**104-0****10499.70260 93617.771105 35500.001017 4 56840000000000**

Código do Cedente

S-02693

Nosso Número

711035500001

Valor do Documento

R\$ 25,17

Autenticação Mecânica

Vencimento

30/04/2013

Exercício

2013**20**

TABELÃO DE NOTAS DE CANCELAMENTO

Rua. Azevedo

Santos - SP 13

Autentico a presente cópia
conforme original a mim apresentado fe

Santos,

15 AGO 2013☒ José Henrique do Nascimento
☒ Felipe Vieira Nascimento
☒ Ana Claudin Alves da Silva Gimenez
☒ Barbara Corrêa Andréa
☒ Cristina dos Santos Batista- Tabelião
- Escrevente
- Escrevente
- Escrevente
- Escrevente

EM BRANCO
2º Tabelião/Santos

EM BRANCO
2º Tabelião/Santos



CAIXA - Contribuição Sindical



GRCSL Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Ministério das Comunicações
Fls. 13
Rubrica
Page 1 of 1

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Código da Entidade Sindical	
SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000238		000.000.264.02693-4	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade
R CONS RAMALHO	992		61.708.293/0001-50
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF
BELA VISTA	01325-000	SAO PAULO	SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA		71.103.550/0001-84	
Endereço	Número	Complemento	
AV ANA COSTA			
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF
11060-002	GONZAGA	SANTOS	SP
			Código Atividade
			601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos		(-) Valor do Documento	
☐ Social - Empresa		620,02	
Nº Empregados Contribuintes		(-) Desconto / Abatimento	
20			
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
	18.600,21		
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Morá / Multa	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+) Outros Acréscimos	
PRT		(-) Valor Cobrado	
		620,02	

104-0 10499.70260 93617.771105 35500.001017 4 53190000062002

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.000.264.02693-4	711035500001	620,02	30/04/2012	2012

Autenticação Mecânica

20 TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Sodré, 152
Santos - SP (13) 3289-1000

Autentico a presente cópia
conforme original a mim ap
deu fé

Santos,

15 AGO 2013

☐ José Henrique do Nascimento
☐ Felipe Vinícius Nascimento
☐ Ana Cláudia Alves da Silva Gimenez
☐ Bárbara Corrêa Andréa
☐ Cristina dos Santos Batista



SP00149 136-113-300412-37926 ... 620,02R CB05

017 - KELLY DULE LEAL	R\$	30,67
018 - EDISON LUIS ALVAREZ DE AGUIAO	R\$	18,39
019 - ALESSANDRO BALSII CORREA	R\$	30,67
020 - LETICIA CRISTINA GURJAO ARAUJO	R\$	20,73
TOTAL	R\$	620,02

RELACAO DE EMPREGADOS :

FACE NÃO AUTENTICADA

001 - JUREA SENCIALES FARIA	R\$	128,12
002 - CARLOS FERNANDO GARCIA DO AMARAL	R\$	30,67
003 - FABIANO AUGUSTO DE FREITAS GARCIA	R\$	31,12
004 - ABISSAIR ROCHA	R\$	30,67
005 - SIMONE DE BARROS HERMIDA	R\$	36,18
006 - URIZETE RODRIGUES DE CARVALHO	R\$	30,67
007 - TEREZA CRISTINA LIMA DA COSTA	R\$	65,12
008 - GERALDO TENORIO DA SILVA JUNIOR	R\$	30,67
009 - PATRICE LUMUMBA GONÇALVES DOS SANTOS	R\$	31,12
010 - LENILDE SANTOS DA FONSECA	R\$	20,73
001 - WALTER FERREIRA	R\$	20,73
012 - ANTONIO LISBOA PINA	R\$	18,39
013 - ATAIR APARECIDO DI MARCO	R\$	15,32
014 - JORGE FERNANDES	R\$	5,11
015 - ADILSON DOS SANTOS JUNIOR	R\$	3,41



Vencimento	Exercício
29/04/2011	2011

EMPREGADOS

CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF	Código Atividade
11060-002	GONZAGA	SANTOS	SP	619

Dados da Contribuição

Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 18.484,20	(-) Outras Deduções
----------------------------------	--	---------------------

	(+) Outros Acréscimos
--	-----------------------

PRT (=) Valor Cobrado

104-0 | 10499.70260 93617.771105 35500.001199 4 49520000061618

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.000.264.02693-4	711035500001	616,18	29/04/2011	2011

Autenticação Mecânica

LIBRO DE NOTAS DE SAN JOSÉ

RUA AZEVEDO GOMES

Santos - SP (13) 289-5

Autentico a presente cópia
conforme original a mim apótes
dou fé

Santos,

- | | | |
|--------------------------|------------------------------------|----------|
| ☐ | José Henrique do Nascimento | Escritor |
| ☐ | Felipe Vieira Nascimento | Escritor |
| ☐ | Ana Cláudia Alves da Silva Gimenez | Escritor |
| ☐ | Bárbara Corrêa Andreia | Escritor |
| ☐ | Cristina dos Santos Batista | Escritor |

- ~~Teniliao~~
- ~~Escrevente~~
- ~~Escrevente~~
- ~~Escrevente~~
- ~~Escrevente~~

15 AGO 2013

A close-up photograph of a Brazilian postage stamp. The stamp is green and white, with the text 'Coleção Nacional do Brasil' at the top. It features a QR code and the number '0955AB16138' printed in black. The stamp is partially obscured by a blue ink scribble.

EM BRANCO
2º Tabelião/Santos

EM BRANCO
2º Tabelião/Santos



GRCSI - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Vencimento
31/08/2011

Exercício
2011

Dados da Entidade Sindical**EMPREGADOS**

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000238		Código da Entidade Sindical 000.000.264.02693-4	
Endereço R CONS RAMALHO	Número 992	Complemento	CNPJ da Entidade 61.708.293/0001-50
Bairro/Distrito BELA VISTA	CEP 01325-000	Cidade/Município SAO PAULO	UF SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 71.103.550/0001-84	
Endereço AV ANA COSTA	Número 532	Complemento CJ 54 55	
CEP 11060-002	Bairro/Distrito GONZAGA	Cidade/Município SANTOS	UF SP
			Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria ☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 20,00	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes 1	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 600,00	(-) Outras Deduções	
Total Empregados - Estabelecimento		(+) Mora / Multa 2,40.	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+) Outros Acréscimos	
		PRT (=) Valor Cobrado 22,40.	

104-0 10499.70260 93617.771105 35500.001017 8 50760000002000

Código do Cedente 000.000.264.02693-4	Nosso Número 711035500001	Valor do Documento 20,00	Data Vencimento 31/08/2011	Exercício 2011
--	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

CEF123314 Autenticação Mecânica 22-10R01005

TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua: Azevedo Soares, 112
Santos - SP (13050-000)

Autentico a presente cópia conforme original a mim apresentado fe

15 AGO 2011

Santos,

☒ José Henrique do Nascimento	- Tabelão
☒ Felipe Vieira Nascimento	- Escrevente
☒ Ana Cláudia Alves da Silva Gimeez	- Escrevente
☒ Bárbara Corrêa Andréa	- Escrevente
☒ Cristina dos Santos Batista	- Escrevente

55AB161388



RELACÃO DE EMPREGADOS

IBILICIA CRISTINA GUARNÃO ARAÚJO:.....R\$ 20,00

FACE NÃO AUTENTICADA



GRCSU Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 726 7474

Vencimento
31/01/2011
Exercício
2011

Dados da Entidade Sindical

EMPREGADOS

Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000238			Código da Entidade Sindical 000.000.264.02693-4	
Endereço R CONS RAMALHO	Número 992	Complemento	CNPJ da Entidade 61.708.293/0001-50	
Bairro/Distrito BELA VISTA	CÉP 01325-000	Cidade/Município SAO PAULO	UF SP	

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 71.103.550/0001-84	
Endereço AV ANA COSTA	Número 532	Complemento CJ 54 55		
CEP 11060-002	Bairro/Distrito GONZAGA	Cidade/Município SANTOS	UF SP	Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria ☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 26,67	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes 1	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 800,00	(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento 25	(+/-) Mora / Multa	
		(+/-) Outros Acréscimos	
		PRT (=) Valor Cobrado 25,67	

104-0

10499.70260 93617.771105 35500.001017 1 48640000002667

Código do Cedente 000.000.264.02693-4	Nosso Número 711035500001	Valor do Documento 26,67	Data Vencimento 31/01/2011	Exercício 2011
--	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

29 TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua. Azevedo Sodré, 152
Santos - SP (13) 3285-1111

Autentico a presente cópia
conforme original a mim apresentado
dou fé

Santos,

15 AGO 2013

☐ José Henrique do Nascimento
☐ Felipe Vieira Nascimento
☐ Ana Cláudia Alves da Silva Gimenez
☐ Bárbara Corrêa Andréa
☐ Cristina dos Santos Batista
☐ Escrivente
☐ Escrivente
☐ Escrivente
☐ Escrivente

Ministério das Comunicações
Fls. 16
Rubrica
SCE
26,67R CB05

8 80149 104 840 31011C

DECLARAÇÃO DE EMPREGADOS

ADMISSÃO 11/2020

KELLY DULCE LEAL:.....R\$ 26,67

FACE NÃO AUTENTICADA



GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical

1ª via - Contribuinte

Dados da Entidade Sindical		EMPREGADOS		Vencimento 30/04/2010	Exercício 2010
Nome da Entidade Sindicato dos Trab. em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de SP		Código da Entidade Sindical 000.264.02693-4		Rubrica	
Endereço Rua Conselheiro Ramalho	Número 992	Complemento	CNPJ da Entidade 61.708.293/0001-50		
Bairro/Distrito Bela Vista	CEP 01325-000	Cidade/Município São Paulo	UF SP		
Dados do Contribuinte			CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 71.103.550/0001-84		
Nome/Razão Social/Denominação Social SOC RADIO CULTURA DE SAO VICENTE LTDA					
Endereço AV ANA COSTA 532 CONJUNTO 54 55	Número	Complemento			
CEP 11060-002	Bairro/Distrito GONZAGA	Cidade/Município SANTOS	UF SP	Código Atividade 642	
Dados de Referência da Contribuição			Dados da Contribuição		
Categoria ☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos			(-) Valor do Documento 613,63		
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes 23	(-) Desconto / Abatimento			
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 16.939,40	(-) Outras Deduções			
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		Total Empregados - Estabelecimento 24	(+/-) Mora / Multa		
			(+/-) Outros Acréscimos		
			(-) Valor Cobrado 613,63		
104-0 10499.70260 93617.771105 35500.001421 7 45880000000000					
Código do Cedente 0240 / 000.264.02693-4	Nosso Número 711035500001	Valor do Documento 613,63	Data Vencimento 30/04/2010	Exercício 2010	

20 TABELÃO DE NOTIFICAÇÃO
Rua. Azevedo
Santos - SP (11060-002)
Autentico a presente cópia conforme original a mim apresentado
dout fe
Santos, 15 AGO 2015

Autenticação Mecânica
SANTOS
10955AB161386
Valor Remetido
R\$ 613,63
Tabelião
Escrivão
Escrivão
Escrivão
Escrivão

Ministério das Comunicações
SCE
613,63R CB05

8800149 104 426 290410C

EM BRANCO
2º Tabelião/Santos

EM BRANCO
2º Tabelião/Santos

[Faint, illegible text or stamp]

GRCS Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Dados da Entidade Sindical		Vencimento 31/07/2010	Exercício 2010
Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000238		Código da Entidade Sindical 000.000.264.02693-4	
Endereço R CONS RAMALHO	Número 992	Complemento	CNPJ da Entidade 61.708.293/0001-50
Bairro/Distrito BELA VISTA	CEP 01325-000	Cidade/Município SAO PAULO	UF SP

Dados do Contribuinte		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 71.103.550/0001-84
Nome/Razão Social/Denominação Social SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA		
Endereço AV ANA COSTA	Número 532	Complemento CJ 54
CEP 11060-002	Bairro/Distrito GONZAGA	Cidade/Município SANTOS
		UF SP
		Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição		Dados da Contribuição
Categoria ☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos		(=) Valor do Documento 18,67
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes 1	(-) Desconto / Abatimento
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 560,00	(+) Outras Deduções
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento	(+) Mora / Multa
		(+) Outros Acréscimos
		PRT (=) Valor Cobrado 18,67

104-0	10499.70260 93617.771105 35500.001017 7 46800000001867		
Código do Cedente 000.000.264.02693-4	Nosso Número 711035500001	Valor do Documento 18,67	Data Vencimento 31/07/2010
			Exercício 2010

Autenticação Mecânica

2º TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS

Rua Azevedo Sodré, 152

Santos - SP (13) 3260-1100

Autentico a presente cópia conforme original a mim apresetado

15 AGO 2013

3555AB161385

☐ José Henrique do Nascimento

☐ Felipe Vinícius Nascimento

☐ Ana Claudia Alves da Silva Gimenez

☐ Bárbara Corrêa Andréa

☐ Cristina dos Santos Batista

Relatório

Escritório

Escritório

Escritório

Ministério das Comunicações
Fls 18
Rubrica
SCE

18,67R CB05

RELAÇÃO DE EMPREGADOS

RAFAELA CRISTINA FRANCO:.....R\$ 18,67

FACE NÃO AUTENTICADA

72, 81



GRCS Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		EMPREGADOS		Vencimento	Exercício
SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000238				31/07/2010	2010
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade		
R CONS RAMALHO	992		61.708.293/0001-50		
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF		
BELA VISTA	01325-000	SAO PAULO	SP		

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA		71.103.550/0001-84	
Endereço	Número	Complemento	
AV ANA COSTA	532	CJ 54	
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF
11060-002	GONZAGA	SANTOS	SP
		Código Atividade	
		601	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos		(=) Valor do Documento 18,67	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
	1		
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
	560,00		
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+/-) Mora / Multa	
		(+/-) Outros Acréscimos	
		PRF (=) Valor Cobrado	
		18,67	

104-0

10499.70260 93617.771105 35500.001017 7 46800000001867

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.000.264.02693-4	711035500001	18,67	31/07/2010	2010

Autenticação Mecânica
2º TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua. Azevedo Sodré, 152
Santos - SP (13) 3289-5009

Autentico a presente cópia
conforme original a mim apresentado
dou fé

Santos,

15 AGO 2013

- ☐ José Henrique do Nascimento
☐ Felipe Vieira Nascimento
☐ Ana Cláudia Alves da Silva Gimenez
☐ Bárbara Corrêa Andréa
☐ Cristina dos Santos Batista



Ministério das Comunicações
Fls. 19
Rubrica

18,67R CB05

RELAÇÃO DE EMPREGADOS

RAFAELA CRISTINA FRANCO:.....R\$ 18,67

FACE NÃO AUTENTICADA



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Dados da Entidade Sindical

Nome da Entidade		Código da Entidade Sindical	
SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000238		000.000.264.02693-4	
Endereço	Número	Complemento	CNPJ da Entidade
R CONS RAMALHO	992		61.708.293/0001-50
Bairro/Distrito	CEP	Cidade/Município	UF
BELA VISTA	01325-000	SAO PAULO	SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte	
SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA		71.103.550/0001-84	
Endereço	Número	Complemento	
AV ANA COSTA	532	CJ 54 55	
CEP	Bairro/Distrito	Cidade/Município	UF
11060-002	GONZAGA	SANTOS	SP
			Código Atividade
			601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria		Dados da Contribuição	
☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos		(=) Valor do Documento 22,90	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes	(-) Desconto / Abatimento	
	1		
Cap. Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes	(-) Outras Deduções	
	687,00		
	Total Empregados - Estabelecimento	(+/-) Mora / Multa	
	24	2,29	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE		(+/-) Outros Acréscimos	
		0,92	
		PRT (=) Valor Cobrado	
		26,11	

104-0 10499.70260 93617.771105 35500.001017 1 42230000002290

Código do Cedente	Nosso Número	Valor do Documento	Data Vencimento	Exercício
000.000.264.02693-4	711035500001	22,90	30/04/2009	2009

Autenticação Mecânica

20 TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua. Azevedo Sodré, 1123
Santos-SP (13) 3286-1111

Autentico a presente cópia
conforme original a mim aprese-
dou fe

Santos,

15 AGO 2013

☐ José Henrique do Nascimento
☐ Felipe Vieira Nascimento
☐ Ana Cláudia Alves da Silva Gimenez
☐ Bárbara Corrêa Andréa
☐ Cristina dos Santos Batista

- Tabelião
 - Escrevente
 - Escrevente
 - Escrevente
 - Escrevente



RELA Y O IUIZ ALVAREZ DE AGUIÃO.....:R\$ 22,90

FACE NÃO AUTENTICADA



GRCSU - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical Urbana
Disque CAIXA 0800 726 0101 Ouvidoria CAIXA 0800 725 7474

Dados da Entidade Sindical

Vencimento 30/04/2009		Exercício 2009	
Nome da Entidade SIN TRAB EMPRESAS RADIODIFUSAO TELEVISAO EST SP 000238		Código da Entidade Sindical 000.000.264.02693-4	
Endereço R CONS RAMALHO	Número 992	Complemento	CNPJ da Entidade 61.708.293/0001-50
Bairro/Distrito BELA VISTA	CEP 01325-000	Cidade/Município SAO PAULO	UF SP

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 71.103.550/0001-84	
Endereço AV ANA COSTA	Número 532	Complemento CJ 54	
CEP 11060-002	Bairro/Distrito GONZAGA	Cidade/Município SANTOS	UF SP
			Código Atividade 601

Dados de Referência da Contribuição

Categoria ☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos		Dados da Contribuição (=) Valor do Documento 22,90	
Capital Social - Empresa	Nº Empregados Contribuintes 1	(-) Desconto / Abatimento	
Capital Social - Estabelecimento	Total Remuneração - Contribuintes 687,00	(-) Outras Deduções	
MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE	Total Empregados - Estabelecimento 0	(+/-) Mora / Multa 1,60	
		(+/-) Outros Acréscimos 2,29	
		PRT (=) Valor Cobrado 26,79	

104-0 10499.70260 93617.771105 35500.001017 1 42230000002290

Código do Cedente 000.000.264.02693-4	Nosso Número 711035500001	Valor do Documento 22,90	Data Vencimento 30/04/2009	Exercício 2009
--	------------------------------	-----------------------------	-------------------------------	-------------------

Autenticação Mecânica

20 TABELÃO DE NOTAS
Rua. Azevedo S
Santos - SP (13) 32

Autentico a presente cópia
conforme original a mim apre-
sentado

Santos

15 AGO 2013

- | | |
|---|--------------|
| ☐ José Henrique do Nascimento | - Tabelião |
| ☐ Felipe Vieira Nascimento | - Escrevente |
| ☐ Ana Cláudia Alves da Silva Gimenez | - Escrevente |
| ☐ Bárbara Correa Andréa | - Escrevente |
| ☐ Cristina dos Santos Batista | - Escrevente |



Ministério das Comunicações
Fls. 21
Rubrica

CEP123330112007108241004190

RELAÇÃO DE EMPREGADOS

EDISON LUIS ALVAREZ DE AGUIÃO:.....R\$ 22,90

FACE NÃO AUTENTICADA

CAIXA**GRCS - Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical****Dados da Entidade Sindical**

Nome da Entidade Sindicato dos Trab. em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de SP		Vencimento 30/04/2009		Exercício 2009	
Código da Entidade Sindical 000.264.02693-4					
Endereço Rua Conselheiro Ramalho	Número 992	Complemento	CNPJ da Entidade 61.708.293/0001-50		
Bairro/Distrito Bela Vista	CEP 01325-000	Cidade/Município São Paulo	UF SP		

Dados do Contribuinte

Nome/Razão Social/Denominação Social SOC RADIO CULTURA DE SAO VICENTE LTDA		CPF/CNPJ/Código do Contribuinte 71.103.550/0001-84			
Endereço AV. ANA COSTA 532 CJS. 54/55	Número	Complemento			
CEP 11060-002	Bairro/Distrito	Cidade/Município SANTOS	UF SP	Código Atividade 642	

Dados de Referência da Contribuição

Categoria
☐ Patronal/Empregador ☒ Empregados ☐ Prof. Liberal ☐ Autônomos

Capital Social - Empresa Nº Empregados Contribuintes
022

Capital Social - Estabelecimento Total Remuneração - Contribuintes
15.428,11

MENSAGEM DESTINADA AO CONTRIBUINTE Total Empregados - Estabelecimento
024

Dados da Contribuição

(=) Valor do Documento
557,52

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras Deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros Acréscimos

(=) Valor Cobrado
557,52

104-0 10499.70260 93617.771105 35500.001421 1 42230000000000

Código do Cedente 0240 / 000.264.02693-4	Nosso Número 711035500001	Valor do Documento	Data Vencimento 30/04/2009	Exercício 2009
---	------------------------------	--------------------	-------------------------------	-------------------

2º TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua. Azevedo S.
Santos - SP (13) 33

Autentico a presente cópia
conforme original a mim apótes
dou fe

15 AGO 2013

Santos,

- ☐ José Henrique do Nascimento
- ☐ Felipe Vieira Nascimento
- ☐ Ana Cláudia Alves da Silva Gimenez
- ☐ Barbara Corrêa Andréa
- ☐ Cristina dos Santos Batista

- Tabelão
- Escrivão
- Escrivão
- Escrivão
- Escrivão

Ministério das Comunicações
Rúbrica
SCE

557,52R CB05

8800149 108 112 300409 3792C

EM BRANCO
2º Tabelião/Santos

EM BRANCO
2º Tabelião/Santos



Menu Principal ▼

Sistemas
Interativos

BOLETO » » Nada Consta | menu ajuda

Comu.
Fls. 23
Rubrica
Ministério das

BOA TARDE
IGGOR GOMES ROCHA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
CNPJ: 71.103.550/0001-84

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:15:24 do dia 14/01/2014 (hora e data de Brasília).

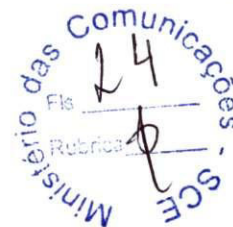
Válida até 13/02/2014.

Certidão expedida gratuitamente.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DEBITOS RELATIVOS AS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS E AS
DE TERCEIROS



Nº 006252014-88888550

Nome: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA

CNPJ: 71.103.550/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8,212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art.931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

Emitida em 14/01/2014.

Válida até 13/07/2014.

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção:qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

IMPRIMIR

VOLTAR

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 71103550/0001-84
Razão Social: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
Nome Fantasia: RADIO CULTURA
Endereço: AV DONA ANA COSTA 532 CONJUNTO 54 55 / GONZAGA / SANTOS / SP / 11060-002

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/01/2014 a 11/02/2014

Certificação Número: 2014011309003200683725

Informação obtida em 14/01/2014, às 16:18:03.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
CNPJ: 71.103.550/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.

Emitida às 15:11:14 do dia 07/11/2013 <hora e data de Brasília>.

Válida até 06/05/2014.

Código de controle da certidão: **94D3.6B54.C2CC.2FD2**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Coordenadoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 71.103.550

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 4477793

Data e hora da emissão 15/01/2014 18:01:43

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio <http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>

Ministério das Comunicações - SCE
Fls. 27
Rubrica

Folha 1 de 1

(hora de Brasília)



Prefeitura de São Vicente
Cidade Monumento da História da Pátria
Cellula Mater da Nacionalidade
Secretaria da Fazenda
Diretoria de Tributos
Departamento de Rendas Diversas



Certidão Negativa Tributos Mobiliários

Inscrição Cadastral Mobiliária: 351595
Razão Social: SOCIEDADE RADIO CULTURA DE SAO VICENTE LTDA.
Local do estabelecimento: MATTEO BEI, PRACA, 110 - VILA JOCKEY CLUB - São Vicente/SP
Relacionado com: TR3 - COMERCIO - LICENCA

Certificamos que, conforme pesquisa efetuada nos registros da Prefeitura Municipal de São Vicente, não constam débitos para a firma acima descrita até a presente data. Ressalvando o direito de a Fazenda Municipal exigir, nos termos da lei, débitos anteriores, posteriormente apurados.

G.A/DAT. Emitida as **09:07:06** horas do dia **16/01/2014** (hora e data de Brasília).
Acessado pelo IP: **186.207.60.228**
Código de Controle da Certidão: **1506.D773.89276**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura na Internet, no endereço <http://www.saovicente.sp.gov.br> Certidão expedida gratuitamente.

Prazo de Validade, 180 (cento e oitenta) dias, conforme Decreto nº 1751-A de 18 de agosto de 2003.



PREFEITURA DE
SANTOS

Departamento de Administração Tributária



Certidão Negativa - Mobiliário
Tx. Licença

Certificamos que a inscrição mobiliária nº 037.978-6 referente a **SOC.RADIO**
CULTURA SAO VICENTE LTDA com endereço à **Avenida Dona Ana Costa nº 532 Apto/Sala 0054** ,
encontra-se **QUITE** com o tributo **Tx. Licença** até a presente data*****

Esta certidão é válida por 180 dias a contar da data de expedição, ressalvado o direito da
Fazenda Municipal de exigir, nos termos da lei, os tributos que porventura venham a ser
apurados.

Certidão emitida no dia: **16/01/2014**

Número da certidão: **380/2014**

Válida até: **16/07/2014**

Código de Controle da certidão: **E81Y.F98K.Y35X.N75N**

Término das informações referentes a esta certidão.

Observações: A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site <http://www.santos.sp.gov.br>.



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS
MOBILIÁRIOS – TAXA DE LICENÇA E ISSQN**

CERTIDÃO nº 1523 / 2013

**CONTRIBUINTE: SOC. RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE
LTDA.**

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 037.978-6

CERTIFICAMOS: em conformidade com o processo nº 76141/2013-64 e requerimento protocolado em 24/07/2013 (vinte e quatro de julho de dois mil e treze) em nome de PEDRO ANTONIO MARTINS, solicitando **Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários – Taxa de Licença e ISSQN**, para fins não especificados, após pesquisas efetuadas nos sistemas informatizados desta Unidade, consta o registro para a Avenida Dona Ana Costa, 532/54, em nome de SOC. RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA., inscrição municipal nº 037.978-6, desde 12/08/1976 (doze de agosto de um mil novecentos e setenta e seis). **Situação fiscal - Taxa de Licença:** quite com o referido tributo até a presente data. **Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:** não constam débitos lançados nos sistemas informatizados nos últimos 05 (cinco) anos anteriores à data de abertura do presente processo. Ao 30º (trigésimo) dia do mês de julho de 2013 (dois mil e treze) foi a presente certidão expedida por mim Gisely Maria de Mello Simões ^{Auxiliar de Contabilidade} ^{Reg. 15.538-1 - RMS} Gisely Maria de Mello Simões, Auxiliar de Contabilidade da Seção de Controle da Arrecadação Fiscal, conferida e assinada por Carolina Pissato Cheida Mota, Chefe da referida Seção.

2º TABELIÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Sodré, 162
Santos - SP (13) 3289-5009

"Fica ressalvado o direito à Fazenda Municipal de exigir, nos termos da lei, os tributos que porventura venham a ser apurados. A presente Certidão terá validade pelo prazo de 06 (seis) meses contados a partir da data de sua expedição, conforme Parágrafo Único do Artigo 117 do Decreto 3735/2001." ^{Valido somente com o selo de}

Santos,

José Henrique do Nascimento

Felipe Vieira Nascimento

Ana Cláudia Alves da Silva Gomes

Barbara Correa Andreia

Cristina dos Santos Batista



120266

Δημοκρίτης

EM BRANCO
2º Tabelião/ Santos.

EM BRANCO
2º Tabelião/Santos.

ANEXO 02

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

12-Declaração de conhecimento e adesão às cláusulas que regulam as relações da concessionária ou permissionária com o Poder Concedente, caso o pedido de renovação seja atendido (art. 3º, § 1º, a, Dec. 88.066/1983, de 26/01/1983);

13-Laudo de ensaio do(s) transmissor(es);

14 - Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, quitada;

15 - Laudo de vistoria técnica;

16 -Declaração de não infringência à vedação do art. 220, §5º, CF;

17 - Cópia completa da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS;

18 - Documentos atualizados revelando a composição acionária ou de cotas da interessada e eventuais alterações havidas em seu Contrato/Estatuto Social, durante o período de vigência da outorga, ou, no caso de fundação, cópia atualizada do Estatuto, alterações, se houver, e Ata de Nomeação da Diretoria em exercício;

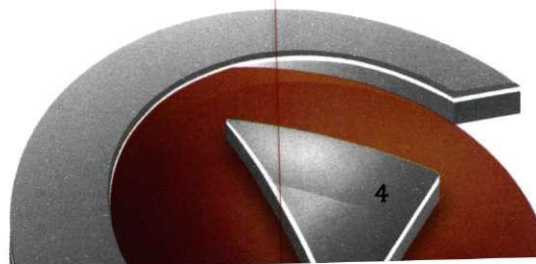
19- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento das normas atinentes à propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme as disposições constitucionais (artigo 220, § 4º, da Constituição Federal) e legais (Lei nº 9.294/1996), que regem a matéria;

20 - Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento dos seguintes percentuais em sua programação: máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo reservado à propaganda comercial e mínimo de 5% (cinco por cento) do tempo reservado ao serviço noticioso, bem como o cumprimento da obrigação de transmitir 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais, sendo anexada a esta cópia de sua grade de programação;

21- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento da finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;

22 - Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, atestando o cumprimento aos valores éticos e sociais da pessoa e da família em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, IV, da CF;

23- Declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação.



DECLARAÇÃO N. 12

SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.,
permissionária do serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade
de São Vicente, estado de São Paulo, estabelecida na Praça Matteo Bei, n.º
128, bairro do Jôquei Clube, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
– CNPJ n.º 71.103.550/0001-84, por seu sócio e Diretor Presidente, infra
assinado, declara que:

Tem conhecimento e adere às cláusulas que regulam as relações da
concessionária ou permissionária com o Poder Concedente, caso o pedido de
renovação seja atendido [art. 3º, § 1.º, a, Dec. 88.066/1983, de 26/01/1983].

Santos, 15 de janeiro de 2.014



Gilberto Gomes Mansur

Diretor Presidente – Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda





LAUDO DE ENSAIO

Interessado: **SOCIEDADE RÁDIO CULTURA DE SÃO VICENTE LTDA**
Local: **Av. Ana Costa, 532 - cj 53 - Gonzaga - 11060-002 - Santos - São Paulo**
Motivo da Vistoria: **Renovação de Outorga**

MEDIÇÕES

OUTRAS MEDIÇÕES

Frequência (Hz)	Nível de Entrada (dBm)	Resposta (Ref. 1kHz) (dB)	Distorção %
95% MODULAÇÃO	50	-0,09	0,86
	100	-0,03	0,63
	400	+0,04	0,61
	1000	+5,75	Ref. 0,79
	5000	-0,02	0,95
	7500	-0,16	0,90

85% MODULAÇÃO	50	-0,09	0,75
	100	-0,04	0,56
	400	+0,01	0,54
	1000	+4,75	Ref. 0,73
	5000	-0,06	0,78
	7500	-0,13	0,74

50% MODULAÇÃO	50	-0,10	0,51
	100	-0,03	0,42
	400	+0,04	0,40
	1000	+0,20	Ref. 0,52
	5000	-0,06	0,49
	7500	-0,07	0,62

25% MODULAÇÃO	50	-0,10	0,46
	100	-0,05	0,45
	400	+0,03	0,43
	1000	-5,80	Ref. 0,49
	5000	-0,06	0,41
	7500	-0,09	0,40

Frequência.....**930kHz**
Nominal.....**930.000Hz**
Medida.....**930.006Hz**
Variação Máxima em 60 minutos.....**+1Hz**

Variação da Portadora
(1000Hz - 100% Modulação).....**-2,5%**

Nível de Ruído da Portadora
(400Hz - 100% Modulação).....**-60dB**

Atenuação de 2.º **≤ -70**
Harmônicos 3.º **≤ -70**
(dBc) 4.º **≤ -70**

Espúrios.....**-60,0dBc**

Nível de Entrada de Áudio
(1000Hz - 100% Modulação).....**+6,2dBm**

Potência Primária de Entrada
0% Modulação.....**2.170W**
100% Modulação.....**3.100W**

Amplificador Final de R.F. / PDM
Tensão Fonte.....**182V**
Corrente Fonte.....**9,8A**
Potência Entrada.....**1.783,60W**
Zo.....**50Ω**
Potência Saída.....**1.600W**
Rendimentos dos Estágios Finais de R.F.:
..... **η = 89,71%**

Observações:

Po: 1600W

Transmissor Noturno e Reserva da emissora.

Oscilador 2: Variação máxima 60 min. 1Hz.

Fabricante: **PRESTEC Indústria, Comércio e Serviços Ltda.**

Código de Homologação ANATEL: **0929-020-517**

Modelo: **HTMS-1.6**

N.º de Série: **007**

Local do Ensaio: **Praça Matteo Bei, 110 - Jôquei Clube - 11360-260 - São Vicente - SP**

Data do Ensaio: **16.09.2013**

01/05

PRESTEC INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Estrada do Mar, km 39 - N.º 8765 - Riacho Grande - Caixa Postal 7009 - 09834-010 - São Bernardo do Campo - S.P
Tel. (11) 4354-0160 - 4354-9722 e-mail: prestec@prestec.ind.br www.prestec.ind.br



LAUDO DE ENSAIO

Interessado: **SOCIEDADE RÁDIO CULTURA DE SÃO VICENTE LTDA**
Local: **Av. Ana Costa, 532 - cj 53 - Gonzaga - 11060-002 - Santos - São Paulo**
Motivo da Vistoria: **Renovação de Outorga**

MEDIÇÕES

Frequência (Hz)	Nível de Entrada (dBm)	Resposta (Ref. 1kHz) (dB)	Distorção %
95% MODULAÇÃO	50	-0,13	0,51
	100	-0,06	0,52
	400	+0,02	0,51
	1000	+5,75	0,52
	5000	-0,02	0,74
	7500	-0,09	0,68

85% MODULAÇÃO	50	-0,14	0,37
	100	-0,06	0,34
	400	+0,01	0,35
	1000	+4,75	0,36
	5000	-0,03	0,36
	7500	-0,12	0,34

50% MODULAÇÃO	50	-0,13	0,30
	100	-0,07	0,28
	400	+0,01	0,26
	1000	+0,20	0,33
	5000	-0,03	0,30
	7500	-0,08	0,39

25% MODULAÇÃO	50	-0,12	0,44
	100	-0,02	0,42
	400	+0,02	0,39
	1000	-5,80	0,24
	5000	-0,02	0,23
	7500	-0,04	0,25

OUTRAS MEDIÇÕES

Frequência.....**930kHz**
Nominal.....**930.000Hz**
Medida.....**930.006Hz**
Variação Máxima em 60 minutos.....**+1Hz**

Variação da Portadora
(1000Hz - 100% Modulação).....**-2,0%**

Nível de Ruído da Portadora
(400Hz - 100% Modulação).....**-62,0dB**

Atenuação de 2.º.....**≤ -70**
Harmônicos 3.º.....**≤ -70**
(dBc) 4.º.....**≤ -70**

Espúrios.....**-65dBc**

Nível de Entrada de Áudio
(1000Hz - 100% Modulação).....**+6,2dBm**

Potência Primária de Entrada
0% Modulação.....**1.350W**
100% Modulação.....**1.850W**

Amplificador Final de R.F. / PDM
Tensão Fonte.....**185V**
Corrente Fonte.....**6,0A**
Potência Entrada.....**1.110W**
Zo.....**50Ω**
Potência Saída.....**1.000W**
Rendimentos dos Estágios Finais de R.F.:
.....**η = 90,1%**

Observações:

Po: 1kW

Transmissor Noturno da emissora.

Oscilador 2: Variação máxima 60 min. 1Hz.

Fabricante: **PRESTEC Indústria, Comércio e Serviços Ltda.**

Código de Homologação ANATEL: **0929-020-517**

Modelo: **HTMS-1.6**

Local do Ensaio: **Praça Matteo Bei, 110 - Jóquei Clube - 11360-260 - São Vicente - SP**

Data do Ensaio: **16.09.2013**

N.º de Série: **007**

02/05

PRESTEC INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Estrada do Mar, km 39 - N.º 8765 - Riacho Grande - Caixa Postal 7009 - 09834-010 - São Bernardo do Campo - S.P.
Tel. (11) 4354-0160 - 4354-9722 e-mail: prestec@prestec.ind.br www.prestec.ind.br



OBSERVAÇÕES VISUAIS

Placa de Identificação:

- a) Nome do Fabricante: **PRESTEC Indústria, Comércio e Serviços Ltda.**
- b) Modelo: **HTMS-1.6**
- c) N.º de Série: **007**
- d) Potência (s) Nominal (s) de Saída: **1.6 - Redução: 1 - 0,5 - 0,25kW**
- e) Código ANATEL: **0929-020-517**
- f) Ano de Fabricação: **2004**

Medidores do Estágio Final de R.F.:

- a) Corrente Contínua de Fonte: **Inikron 0 - 15A C.C.**
- b) Tensão Contínua de Fonte: **Inikron 0 - 200V C.C.**
- c) Modulação: **Inikron 0 - 15A C.C.**

Existência de Conector de R.F.: Monitor de Modulação: **Sim.**
Medição de Frequência: **Sim.**

Mosfet utilizado no estágio final R.F. : **IRFP 250**

Quantidade de Estágios Separadores: **(04)**

Dispositivos de Segurança do Pessoal:

- a) Descarga de capacitores ("bleeders") : **Sim.**
- b) Gabinete metálico aterrado: **Sim.**
- c) Interruptores de segurança: **Sim.**
- d) Ajustes dos circuitos de forma externa ($V > 350$) : **Sim (não existem tensões superiores a 200V).**
- e) Sistema de aterramento para manutenção: **Sim.**

Dispositivos de Proteção do Transmissor:

- a) Sobrecarga de Corrente na Fonte: **Sim.**
- b) Sub e Sobretensão na Fonte de Tensão: **Sim.**
- c) Contra Falta de Ventilação Adequada: **Sim.**
- d) Contra Falta de Excitação Conveniente do Estágio Final de R.F.: **Sim.**

03/05

PRESTEC INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Estrada do Mar, km 39 - N.º 8765 - Riacho Grande - Caixa Postal 7009 - 09834-010 - São Bernardo do Campo - S.P.
Tel. (11) 4354-0160 - 4354-9722 e-mail: prestec@prestec.ind.br www.prestec.ind.br



DECLARAÇÃO

Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste Laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente Laudo consta de 05 folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica  de que faço uso.

São Bernardo do Campo, 16 de setembro de 2013.



Marcus Tadeu Marchezoni Mingarelli

CREA 0682228788/SP

PARECER

Certifico que o transmissor de ondas médias, a que se refere este Laudo de Ensaio, na data em que foi realizado, atendia a todas as normas técnicas vigentes e a ele aplicáveis.

São Bernardo do Campo, 16 de setembro de 2013.



Marcus Tadeu Marchezoni Mingarelli

CREA 0682228788/SP

 04/05

PRESTEC INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Estrada do Mar, km 39 - N.º 8765 - Riacho Grande - Caixa Postal 7009 - 09834-010 - São Bernardo do Campo - S.P.
Tel. (11) 4354-0160 - 4354-9722 e-mail: prestec@prestec.ind.br www.prestec.ind.br



INSTRUMENTAÇÃO UTILIZADA NO LAUDO DO TRANSMISSOR

Carga Fantasma - PRESTEC - Mod. HTCF-7.5kW-50 - N.º 001.

Analizador Spectro Minipa - Mod. MSA-700 - N.º MSB13700000001.
NF N.º 005892.

Analizador de Modulação - HP - Mod. 8901B - N.º 2920402085.
Certificado de Calibração - A-13/0521.

Amperímetro R.F. 0-10A - Kron.
NF N.º 0041375.

Analizador de Áudio - HP - Mod. 8903B - N.º 3011A10342.
Certificado de Calibração - A-13/0523.

Clamp-on Power Meter - Minipa Mod. ET4080 - N.º A00320000110.
Certificado de Calibração - 2669A13 - NF N.º 005784.

Contador de Frequência - Minipa - Mod. MF7240 - N.º 1B02600000061.
Certificado de Calibração - 2669A13 - NF N.º 005892.

Multímetro Digital - Minipa - Mod. ET2042D - N.º M00110011448.
Certificado de Calibração - 2668A13 - NF N.º 005784.

Medidor Vetorial de Impedância - HP - 4815A - N.º 1205A02458.
Certificado de Calibração - A-13/0515.

05/05

PRESTEC INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA

Estrada do Mar, km 39 - N.º 8765 - Riacho Grande - Caixa Postal 7009 - 09834-010 - São Bernardo do Campo - S.P.
Tel. (11) 4354-0160 - 4354-9722 e-mail: prestec@prestec.ind.br www.prestec.ind.br



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART

Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

CREA-SP

ART de Obra ou Serviço

92221220131427491

1. Responsável Técnico

MARCUS TADEU MARCHEZONI MINGARELLITítulo Profissional: **Tecnólogo em Eletricidade**

Empresa Contratada:

RNP: **2602452777**Registro: **0682228788-SP**Registro: **0000000-SP**

2. Dados do Contrato

Contratante: **Prestec Indústria Comércio e Serviços Ltda**CPF/CNPJ: **48.574.180/0001-41**Endereço: **Estrada DO MAR**Nº: **8765**Complemento: **KM 39**Bairro: **ALTO DA SERRA**Cidade: **São Bernardo do Campo**UF: **SP**CEP: **09834-010**Contrato: **Sem número**Celebrado em: **16/09/2013**

Vinculada à Art nº:

Valor: R\$ **800,00**

Tipo de Contratante: Pessoa jurídica de direito privado

Ação Institucional:

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: **Praça MATTEO BEI**Nº: **110**

Complemento:

Bairro: **VILA JOCKEI CLUBE**Cidade: **São Vicente**UF: **SP**CEP: **11360-260**Data de Início: **16/09/2013**Previsão de Término: **16/09/2013**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Industrial**

Código:

Proprietário: **Sociedade Rádio Cultura de São Vicente Ltda**CPF/CNPJ: **71.103.550/0001-84**

4. Atividade Técnica

				Quantidade	Unidade
Direção 2	Laudo	em Equipamentos Eletroeletrônicos	Para Radiocomunicação	1,60	quilowatt
	Laudo	em Equipamentos Eletroeletrônicos	Para Radiocomunicação	1,00	quilowatt

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações

Laudo de ensaio, em transmissor de Radio Difusão Sonora, Marca Prestec, Mod. HTMS-1.6, Numero 007, Por motivo de renovação de Outorga, Sociedade Rádio Cultura de São Vicente Ltda

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

0-NÃO DESTINADA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

S.9 Cmo 17 de outubro de 2013
Local data

MARCUS TADEU MARCHEZONI MINGARELLI - CPF: 036.752.098-22

Prestec Indústria Comércio e Serviços Ltda - CPF/CNPJ: 48.574.180/0001-41

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo Nosso Número.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confex.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br
tel: 0800-17-18-11



Valor ART R\$ 45,00

Registrada em: 17/10/2013

Valor Pago R\$ 45,00

Nosso Número: 92221220131427491

Versão do sistema



BANCO DO BRASIL

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

Agência / Código do Cedente: 3336-7/00401783-8

Nosso Número: 92221220131427491

SACADO: MARCUS TADEU MARCHEZONI MINGARELLI

CREASP: 0682228788

Data de Emissão: 17/10/2013

Data Vencimento: 26/10/2013

Numero ART:92221220131427491

Valor

R\$ 45,00

Depósitos ou transferências entre contas não serão reconhecidos por nossos sistemas.
 A quitação do título ocorrerá somente após a informação do crédito bancário.

Autenticação Mecânica

-----CORTE AQUI-----



BANCO DO BRASIL | 001-9 |

00199.22210 29222.122011 31427.491217 4 58630000004500

Local de pagamento PAGUE PREFERENCIALMENTE NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL					Vencimento 26/10/2013
Cedente Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo					Agência / Código do Cedente 3336-7/00401783-8
Data da Emissão 17/10/2013	Número do Documento 92221220131427491	Espécie doc. RC	Aceite N	Data do Processamento 17/10/2013	Nosso número/Código Documento 92221220131427491
Uso do banco 18-027	Carteira 18-027	Espécie Moeda R\$	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento R\$ 45,00
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO. BOLETO REFERENTE A ART N°92221220131427491 Unidade Cedente: 3336					(-) Desconto / Abatimentos
					(-) Outras deduções
					(+) Mora / Multa
					(+) Outros acréscimos
					(=) Valor cobrado
Sacado  MARCUS TADEU MARCHEZONI MINGARELLI Sacador/Avalista					

Código de baixa

Ficha de Compensação/Autenticação mecânica



-----CORTE AQUI-----



Comprovante de Transação Bancária

Boletos de Cobrança

Data da operação: 17/10/2013 - 19h29

Nº de controle: 340.016.475.273.825.106 | Documento: 0001064

Conta de débito: **Agência: 1844 | Conta: 0025707-9 | Tipo: Conta-Corrente**

Empresa: **PRESTEC Ind., Com. e Serv. Ltda | CNPJ: 048.574.180/0001-41**

Código de barras: **00199 22210 29222 122011 31427 491217 4 58630000004500**

Banco cedente: **001-BANCO DO BRASIL S.A.**

Data de vencimento: **26/10/2013**

Valor: **R\$ 45,00**

Data de débito: **17/10/2013**

Descrição: **ART 92221220131427491**

A transação acima foi realizada por meio do Bradesco Net Empresa.

Autenticação

GPqYH5Ug L@p49Q2T rh6BZJXV #*G@iTQt 2#y8FX9s epnkjjRA cEWlWh45 eKstQuES
587wO6dt 9q#2jFjp Xm6mKzuY 62B?se5H aXLR02Fl ecbAC2Yu y@Z03v82 kFA*FU3L
ETjMwFKZ F#OYnpk# JQv5lem3 Y3FlIWFE UAd7E5Bs YHAR7wWV 07411143 00665101

**SAC - Serviço de
Apelo ao Cliente**

**Até Bradesco
0800 704 8383**

**Deficiente Auditivo ou de Fala
0800 722 0099**

**Cancelamentos, Reclamações e Informações.
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.**

**Demais telefones
consulte o site
Fale Conosco.**

Ouvidoria 0800 727 9933

Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados.



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

ART de Obra ou Serviço
92221220131346826

1. Responsável Técnico

JOAO EDUARDO FERREIRA DA SILVA

Título Profissional: **Engenheiro Eletricista**

Empresa Contratada:

RNP: **2605010198**

Registro: **0600396063-SP**

Registro: **0000000-SP**



2. Dados do Contrato

Contratante: **MTA ELETRÔNICA INDUSTRIAL LTDA.**

CPF/CNPJ: **51.759.595/0001-02**

Endereço: **Rua SANTA CRESCÊNCIA**

Nº: **268**

Complemento:

Bairro: **FERREIRA**

Cidade: **São Paulo**

UF: **SP**

CEP: **05524-020**

Contrato: **Sem número**

Celebrado em: **11/09/2013**

Vinculada à Art nº:

Valor: **R\$ 1.200,00**

Tipo de Contratante: **Pessoa jurídica de direito privado**

Ação Institucional:

3. Dados da Obra Serviço

Endereço: **Rua SANTA CRESCÊNCIA**

Nº: **268**

Complemento:

Bairro: **FERREIRA**

Cidade: **São Paulo**

UF: **SP**

CEP: **05524-020**

Data de Início: **11/09/2013**

Previsão de Término: **11/09/2013**

Coordenadas Geográficas:

Finalidade: **Industrial**

Código:

Proprietário:

CPF/CNPJ:

4. Atividade Técnica

				Quantidade	Unidade
Execução					
1	Laudo	Testes e Relatórios Pré-operacionais	de equipamentos eletroeletrônicos	12000,00	watt
Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART					

5. Observações

LAUDO DE ENSAIO EM EQUIPAMENTO PARA RADIODIFUSÃO - SOC RADIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA

6. Declarações

Acessibilidade: Declaro que as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, não se aplicam às atividades profissionais acima relacionadas.

7. Entidade de Classe

0-NÃO DESTINADA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Local _____ de _____ data _____ de _____

JOAO EDUARDO FERREIRA DA SILVA - CPF: 098.670.588-87

MTA ELETRÔNICA INDUSTRIAL LTDA. - CPF/CNPJ: 51.759.595/0001-02

9. Informações

- A presente ART encontra-se devidamente quitada conforme dados constantes no rodapé-versão do sistema, certificada pelo Nosso Número.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.creasp.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

www.creasp.org.br
 tel: 0800-17-18-11





BANCO DO BRASIL

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo

Agência / Código do Cedente: 3336-7/00401783-8

Nosso Número: 92221220131346826



Recibo do Sacado

SACADO: JOAO EDUARDO FERREIRA DA SILVA**CREASP:** 0600396063

Data de Emissão: 02/10/2013

Data Vencimento: 11/10/2013

Numero ART:92221220131346826**Valor****R\$ 45,00**

Depósitos ou transferências entre contas não serão reconhecidos por nossos sistemas.
A quitação do título ocorrerá somente após a informação do crédito bancário.

Autenticação Mecânica

-----CORTE AQUI-----



BANCO DO BRASIL | 001-9 |

00199.22210 29222.122011 31346.826212 4 58480000004500

Local de pagamento					Vencimento	11/10/2013
PAGUE PREFERENCIALMENTE NAS AGÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL						
Cedente					Agência / Código do Cedente	
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo					3336-7/00401783-8	
Data da Emissão	Número do Documento	Espécie doc.	Aceite	Data do Processamento	Nosso número/Código Documento	
02/10/2013	92221220131346826	RC	N	02/10/2013	92221220131346826	
Uso do banco	Carteira	Espécie Moeda	Quantidade	Valor	(=) Valor do Documento	R\$ 45,00
	18-027	R\$				
Instruções (Texto de responsabilidade do cedente) NÃO RECEBER APÓS O VENCIMENTO. BOLETO REFERENTE A ART N°92221220131346826 Unidade Cedente: 3336					(-) Desconto / Abatimentos	
					(-) Outras deduções	
					(+/-) Mora / Multa	
					(+/-) Outros acréscimos	
					(=) Valor cobrado	
Sacado					Código de baixa	
JOAO EDUARDO FERREIRA DA SILVA					Ficha de Compensação/Autenticação mecânica	
Sacador/Avalista						



-----CORTE AQUI-----



Cobrança / Títulos



03/10/2013 13:24:58

03/10/2013 - BANCO DO BRASIL - 13:25:01
154401544 0008
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE TITULOS
CLIENTE: MTA ELETRONICA INDL LTDA
AGENCIA: 1544-X CONTA: 6.734-2
=====

BANCO DO BRASIL
=====

00199222102922212201131346826212458480000004500
NR. DOCUMENTO 100.305
NOSSO NUMERO 92221220131346826
CONVENIO 00922212
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARI
AGENCIA/COD. CEDENTE 3336/00401783
DATA DE VENCIMENTO 11/10/2013
DATA DO PAGAMENTO 03/10/2013
VALOR DO DOCUMENTO 45,00
VALOR COBRADO 45,00
=====

NR.AUTENTICACAO 7.8F6.276.FC2.540.847

Transação efetuada com sucesso por: J7494632 JOAO CARLOS SAMPAIO VIDAL FERREIRA.

LAUDO DE ENSAIO DE TRANSMISSOR DE RADIODIFUSÃO

1 - INTERESSADO.

- a) Soc. Rádio Cultura São Vicente Ltda.
Av. Dona Ana Costa, 532 Cj.52.
11060-002 Santos - SP.

2 - ENSAIO

- a) Motivo - Renovação de Outorga.

Local - Praça Mateo Bei, 128
11360-260 S. Vicente - SP.

Data - 26/06/2013.

3 - Fabricado por MTA Eletrônica INDUSTRIAL LTDA.

4 - FUNÇÃO DO TRANSMISSOR.

- a) Principal (**X**)
b) Auxiliar ()

5 - MEDIÇÕES.

5.1 - FREQÜÊNCIA.

- a) Nominal 930.000 Hz
b) Medida 929.999 Hz
c) V.Freq. 001 Hz (Após 60 minutos de operação).
d) V.Freq. 0 Hz (Com var. +/- 10%AC rede)

5.2 - POTÊNCIA DE SAÍDA.

- a) Normal 10.000 W.
 b) Reduzida 1.000 W.

5.3 - DESCRIÇÃO DA FORMA DE REDUÇÃO E AJUSTE DA POTÊNCIA.

Ajuste interno da largura do sinal PWM.

OBS: O Transmissor dispõe de controle automático de Potência.

5.4 - DISTORÇÃO HARMÔNICA DE ÁUDIO.

Potência	normal		reduzida	
Porcentagem de modulação	85%	90%	85%	90%
Frequência de Modulação				
50	1,0	1,0	1,5	2,0
100	0,89	0,90	1,5	1,9
400	0,77	0,78	1,60	1,7
1000	0,75	0,67	1,65	1,65
5000	0,65	0,73	1,65	1,75
7500	0,69	0,84	1,98	1,99

5.5 - RESPOSTA DE FREQUÊNCIA DE ÁUDIO.

Potência	normal			reduzida		
Porcentagem de modulação	25%	50%	85%	25%	50%	85%
Frequência de Modulação						
50	0,1	0,1	0,32	0	0,1	0
100	0,2	0,1	0,2	0,2	0,1	0
400	0,2	0	0	0,2	0,1	0
1000	0	0	0	0	0	0
5000	-0,30	-0,30	-0,30	-0,45	-0,53	-0,60
7500	-0,80	-0,88	-0,90	-0,95	-0,95	-0,98

5.6 - REGULAÇÃO DE AMPLITUDE DE PORTADORA (1.000Hz, 100% mod.)

Variação Menor que 1 %.

NOTA: O transmissor dispõe de circuito automático de regulação de portadora.

5.7 - NÍVEL DE RUÍDO DA PORTADORA.

-66dB Potência Normal.

-66dB Potência Reduzida.

5.8 - EMISSIONES HARMÔNICAS E ESPÚRIAS.

-68dB Potência Normal.

-68dB Potência Reduzida.

5.9 - Nível de entrada de áudio em 1.000HZ para 100%mod.:

+10dBm.

5.10 - POTÊNCIA PRIMÁRIA DE ENTRADA:

Potência Normal. 0% MOD.: 11.500 W /100% MOD.: 17.226 W

Potência Reduzida. 0% MOD.: 1.750 W /100% MOD.: 2.200 W

Nota: a potência primária de entrada é função linear da redução de potência, considerados os consumos a 10.000W e 1.000W.

6 - OBSERVAÇÕES VISUAIS NO TRANSMISSOR.

7.1 - PLAQUETA DE IDENTIFICAÇÃO.

a) Fabricante	<u>MTA ELETRÔNICA INDUSTRIAL LTDA.</u>
b) Modelo	<u>AM12000.</u>
c) Data de fabricação	<u>18/12/2003.</u>
d) Num. de série	<u>585.</u>
e) Potência normal	<u>1.000 W.</u>
f) Potência reduzida	<u>10.000 W.</u>
g) Frequência	<u>930 KHz.</u>
h) Consumo	<u>17.226 VA.</u>
i) Cód. de Hom./Reg.	<u>1095-02-0518</u>

7.2 - Medidores de estágio final de RF.

- a) Corrente DC dos Coletores (Sim, de 0 à 100A) .
- b) Tensão DC dos Coletores (Sim, de 0 à 300V) .
- c) Potência de saída direta e refletida (Sim, de 0 à 12KW) .
- d) Nível de modulação (Sim, 100%) .

7.3 - Existência de tomadas de RF, p/ ligação de Monitor de:

- a) Modulação (Sim, conector BNC) .
- b) Freqüência (Sim, conector BNC) .

7.4 - Existência de blindagens nas ligações de RF entre as unidades do transmissor.

(SIM) .

7.5 - Existência de blindagens nos estágios ou unidades.

(SIM) .

7.6 - Tipo e quantidade de semicondutores do estágio final de RF:

128 .

7.8 - Quantidade de estágios separadores entre a unidade osciladora e o estágio final de RF:

8 ESTÁGIOS .

7.9 - DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA PESSOAL .

- a) De descarga dos capacitores depois de desligada a tensão de alimentação.

RESISTORES DE SANGRIA COMUTADOS ELETRONICAMENTE NOS MÓDULOS DE POTÊNCIA .

- b) Existência de gabinetes metálicos encerrando o transmissor com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à terra.

(SIM) .

- c) Existência de interruptores de segurança.

INTERLOCK DE SEGURANÇA NO GABINETE DE SINTONIA .

- d) Possibilidade de serem feitos, externamente, os



ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 V, com todas as portas ou tampas fechadas.

NÃO EXISTEM AJUSTES A SEREM FEITOS NOS CIRCUITOS COM TENSÕES SUPERIORES A 350V, A MÁXIMA TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO DESTE TRANSMISSOR É 300V.

7.10 - EXISTÊNCIA DE DISPOSITIVOS DE PROTEÇÃO DO TRANSMISSOR.

- a) Contra sobrecarga de corrente na fonte de alta tensão:

CONTROLE ELETRÔNICO NOS MÓDULOS / FUSÍVEIS / DISJUNTOR GERAL.

- b) Contra sobretensão na fonte de alimentação.

CHOQUES DE FERRITES E CIRCUITO LIMITADOR DE TRANSIENTE.

- c) Contra a falta de ventilação adequada.

CIRCUITO ELETRÔNICO DE MONITORAÇÃO DE TEMPERATURA DOS MÓDULOS E UNIDADE DE SINTONIA COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO DO TRANSMISSOR EM CASO DE FALTA DE VENTILAÇÃO.

- d) Aplicação sequencial correta das diferentes tensões de alimentação dos estágios.

CIRCUITO ELETRÔNICO DE CONTROLE AUTOMÁTICO DE SEQUÊNCIA DE ENERGIZAÇÃO DOS ESTÁGIOS.

- e) Contra falta de excitação conveniente no amplificador final de RF.

CIRCUITO ELETRÔNICO DE MONITORAÇÃO DO NÍVEL DE RF DE EXCITAÇÃO, COM DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO DO TRANSMISSOR, NA FALTA DA MESMA.

Handwritten mark

8 - DECLARAÇÃO.

8.1 - DECLARAÇÃO DO PROFISSIONAL HABILITADO.

"Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de 07 folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica ~~de~~ de que fato uso".

São Paulo, 11 de setembro 2013.



Nome - JOÃO EDUARDO FERREIRA DA SILVA.
CREA - 39606/D.
CPF - 098.670.588-87.

8.2 - Parecer conclusivo.

"Certifico que o transmissor de onda média a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendeu à toda a regulamentação técnica vigente e a ele aplicável".

São Paulo, 11 de setembro de 2013.



Nome - JOÃO EDUARDO FERREIRA DA SILVA.
CREA - 39606/D.
CPF - 098.670.588-87.



8.3 DECLARAÇÃO DO INTERESSADO.

"Na qualidade de representante legal da Soc. Rádio Cultura São Vicente Ltda, DECLARO que o Engo. **JOÃO EDUARDO FERREIRA DA SILVA** esteve no endereço abaixo no dia 06/09/2013 ensaiando o transmissor de onda média, fabricado pela **MTA ELETRÔNICA INDUSTRIAL LTDA**, modelo **AM12000** número de série 585, com potência de saída de 10.000 W.

Local de Ensaio - Praça Mateo Bei, 128
11360-260 S. Vicente - SP.

São Paulo, 11 de setembro de 2013.

Nome - **GILBERTO GOMES MANSUR.**
Diretor Presidente.

Ministério das Comunicações
Fls. 51
Rubrica

2º Tabelião/Santos
EM BRANCO

2º Tabelião/Santos
EM BRANCO

5

RECEBIMOS DO Sr. JACQUES K...
a quantia de R\$ 100,00 (cem reais)
em pagamento de...
Data: 10/11/77
Assinatura: [illegible]
Rubrica: [illegible]

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São Vicente, 15 de janeiro de 2010.

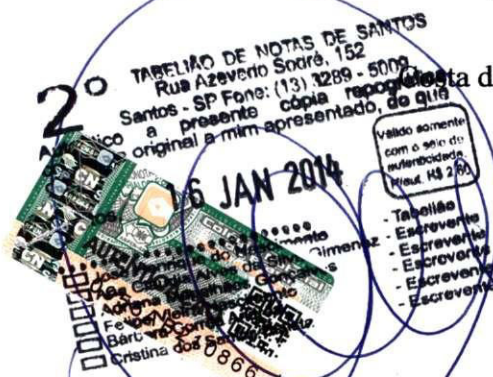
Maria G. Mansur
Maria Gomes Mansur

Paulo Roberto Gomes Mansur
Paulo Roberto Gomes Mansur

Gilberto Gomes Mansur
Gilberto Gomes Mansur

Neusa Mansur Ilse
Neusa Mansur Ilse

Paulo Roberto Gomes Mansur
Paulo Roberto Gomes Mansur



Testemunhas

Nome: OLGA DE SOUZA PINHO

RG: 12.430.533-SSP/SP

CPF: 055.127.148-56

Nome: MONIQUE DANIELE WOWACK

RG: 33.653.637-9 SSP/SP

CPF: 289.865.958-42



JUCESP

2º Tabelião/Santos
EM BRANCO

2º Tabelião/Santos
EM BRANCO

[Faint, illegible text at the bottom of the page, possibly a signature or stamp.]

levantados nessas mesmas datas, distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção da participação de cada um no capital social.

DO FUNDO DE RESERVA

Cláusula Décima Quinta – Dos lucros líquidos apurados nos balanços anuais, poderá, a critério dos sócios e mediante deliberação destes, ser deduzida parcela percentual de 10% (dez por cento) sobre o respectivo montante, destinada à formação de um Fundo de Reservas, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do capital social para contingências ou para futuro aumento do capital social.

Parágrafo Único – O balanço geral anual das atividades da empresa será feito em 31 de dezembro de cada ano, constando à assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato da conta de lucros e perdas.

DOS CASOS OMISSOS

Cláusula Décima Sexta – Os casos omissos neste contrato social serão regidos pela Lei Civil, Código Comercial e pelos dispositivos do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, a cuja fiel observância, assim como das demais cláusulas deste compromisso, se obriga os sócios dirigentes.

DA RESPONSABILIDADE PENAL

Cláusula Décima Sétima – Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei não estarem impedidos por lei especial, e nem condenados, ou se encontrarem sob efeitos de condenação, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.



2º Tabelião/Santos
EM BRANCO

2º Tabelião/Santos
EM BRANCO

Handwritten notes and stamps at the bottom of the page, including a date stamp "1960-07-1" and various illegible markings.



2º Tabelião/Santos
EM BRANCO

2º Tabelião/Santos
EM BRANCO

[Faint, illegible text, likely bleed-through from the reverse side of the page]

7

fianças ou cauções em favor de terceiros, ficando os Diretores, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelos atos praticados.

Parágrafo Terceiro – A administração da sociedade será sempre exercida por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a investidura dos mesmos, nos respectivos cargos, dependerá de prévia aprovação do órgão competente do Governo Federal.

Parágrafo Quarto – A sociedade, na defesa de seus interesses, também poderá fazer-se representar por procuradores, aos quais serão delegados poderes de administração da empresa, devendo neste caso, seus nomes serem submetidos à prévia aprovação do Poder Público Federal.

Parágrafo Quinto – Os sócios dispensam as publicações de qualquer espécie de reuniões ou alterações, bem como utilização e registro de livros de ata da administração, pareceres do conselho fiscal e assembléias, conforme determina o art. 1072 – parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Sexto – Quando a maioria dos sócios representada por mais da metade do capital social entender que um ou mais sócios estão colocando em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social.

Parágrafo Sétimo – Será permitida a inclusão de administrador não sócio designado no contrato ou em ato separado, e esta dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios enquanto o capital social não estiver integralizado, e de dois terços no mínimo, após sua integralização.

Parágrafo Oitavo – A administração atribuída no contrato a todos os sócios, não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.





2º Tabelião / Santos
EM BRANCO

2º Tabelião / Santos
EM BRANCO

1. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 2. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 3. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 4. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 5. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 6. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 7. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 8. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 9. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$
 10. $\frac{1}{2} \times \frac{1}{2} = \frac{1}{4}$

JUCESP

DO CAPITAL

Cláusula Oitava - O capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, distribuídas na seguinte proporção entre os sócios:

Sócios	quotas	valor
Maria Gomes Mansur	25.000	R\$ 25.000,00
Costa do Sol Administração e Participações Ltda.	25.000	R\$ 25.000,00
Gilberto Gomes Mansur	25.000	R\$ 25.000,00
Neusa Mansur Ilse	25.000	R\$ 25.000,00
Total	100.000	R\$100.000,00

Parágrafo Único: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

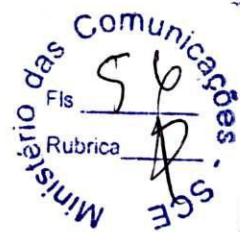
DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Nona - A administração da Sociedade será exercida pelo quotista Gilberto Gomes Mansur, sob a denominação de diretor presidente, pelos quotistas Maria Gomes Mansur sob a denominação de diretora superintendente e Neusa Mansur Ilse sob a denominação de diretora financeira, que em conjunto ou isoladamente, usarão de todos os poderes necessários à realização dos interesses da sociedade e esta será representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os seus atos e em toda plenitude.

Parágrafo Primeiro - Na ausência ou impedimento do sócio administrador todas as funções inerentes ao seu cargo serão ocupadas por outro sócio e hipótese alguma a interferência de terceiros será aceita, salvo autorização reciprocamente concedida pela parte.

Parágrafo Segundo - Fica vedado o uso da denominação social em operações ou atos que não sejam objeto social, especialmente na concessão de avais, endossos,





2º Tabelião / Sr. J. J. J.
EM BRANCO

2º Tabelião / Santos
EM BRANCO

[Faint, illegible handwritten notes]

Cláusula Quinta — A sociedade tem prazo indeterminado de duração. Se necessário for, a sua dissolução, cisão ou incorporação observarão a legislação vigente.

DA OBEDIÊNCIA À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DE RADIOFUSÃO

Cláusula Sexta – A sociedade se compromete, por seus sócios e diretores, a não efetuar nenhuma alteração neste contrato social, sem que tenha a prévia autorização do Poder Concedente do Ministério das Comunicações.

Parágrafo Primeiro – As quotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e são inalienáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros.

Parágrafo Segundo – Poderão fazer parte da sociedade, pessoas jurídicas com participação de até 30% (trinta por cento) do capital social, sem direito a voto, e pertencente exclusiva e nominalmente a brasileiros, conforme previsto constitucionalmente.

Parágrafo Terceiro – As quotas sociais são individuais e indivisíveis em relação à sociedade, correspondendo cada uma delas um voto nas deliberações dos quotistas.

Parágrafo Quarto – A sociedade se obriga a observar com o rigor que se impõe, as leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus órgãos subordinados, vigentes ou a vigor, relativamente à legislação de radiodifusão em geral.

Cláusula Sétima – A sociedade compromete-se a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços), de empregados brasileiros natos e naturalizados, com idade não inferior a dez anos.





2º Tabelião / Santos
EM BRANCO

2º Tabelião / Santos
EM BRANCO

[Faint, illegible text and markings at the bottom right of the page, possibly bleed-through or a second stamp.]

4

SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.
CNPJ/MF nº 71.103.550/0001-84
NIRE 25200.804.617

DA NATUREZA JURÍDICA, DENOMINAÇÃO E FORMA SOCIETÁRIA

Cláusula Primeira – A sociedade, regida pelo Código Civil Brasileiro, Lei 10.406/02 e demais disposições legais a ela aplicáveis, reveste-se da forma jurídica de sociedade empresária e gira sob a denominação de **SOCIEDADE RADIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.**

DA SEDE

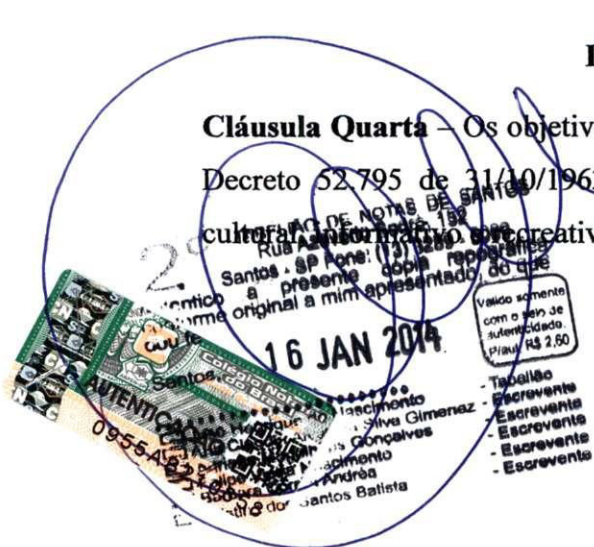
Cláusula Segunda – A sociedade tem sua sede na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo, na Praça Mateo Bei, nº 110, Bairro Jôquei Clube, CEP: 11.300-000 e com escritório administrativo e estúdio auxiliar na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. Ana Costa, nº 532, conj. 54 e 55, Gonzaga, CEP: 11.060-002, podendo, a juízo e critério dos sócios, abrir e manter filiais, agências, sucursais, escritórios ou nomear representantes em qualquer parte do território nacional, desde que obedecidas as disposições legais e regulamentares vigentes.

DO FORO

Cláusula Terceira – A sociedade responderá por suas obrigações e terá seu foro exclusivo na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo, como único competente, com renúncia de qualquer outro, para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou pendências que eventualmente venham a surgir entre os sócios.

DO OBJETIVO SOCIAL

Cláusula Quarta – Os objetivos expressos da sociedade, de acordo com o artigo 3º do Decreto 52.795 de 31/10/1963, é a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, artístico, recreativo e ao mesmo tempo publicidade comercial.





2º Tabelião/Santos
EM BRANCO

transferência das 25.000 (vinte e cinco mil) quotas ocorre em razão da integralização de tais quotas sociais no capital social da nova sócia, ora admitida.

2. O sócio retirante declara haver recebido todos os seus direitos e haveres em relação à transferência de suas quotas, nada mais tendo a reclamar da sociedade ou da cessionária, seja a que título for, dando-lhe plena, geral e irrevogável quitação;

3. Os sócios, Maria Gomes Mansur, Gilberto Gomes Mansur e Neusa Mansur Ilse, acima qualificados, desde já, renunciaram ao direito de preferência, em relação às quotas transferidas por Paulo Roberto Gomes Mansur à nova sócia ora admitida na Sociedade.

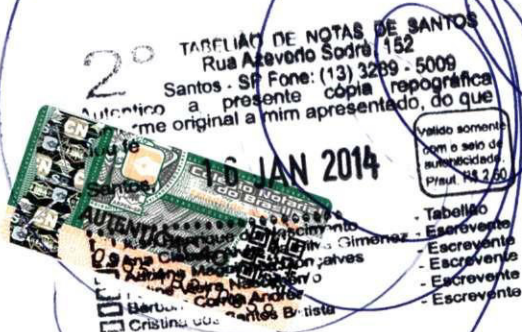
4. Diante das alterações supra mencionadas, a cláusula do capital social passará a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Oitava – O capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas na seguinte proporção entre os sócios:

Sócios	quotas	valor
Maria Gomes Mansur	25.000	R\$ 25.000,00
Costa do Sol Administração e Participações Ltda.	25.000	R\$ 25.000,00
Gilberto Gomes Mansur	25.000	R\$ 25.000,00
Neusa Mansur Ilse	25.000	R\$ 25.000,00
Total	100.000	R\$100.000,00

Parágrafo Único: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

5. Para refletir as deliberações acima tomadas, resolvem os Sócios consolidar o Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

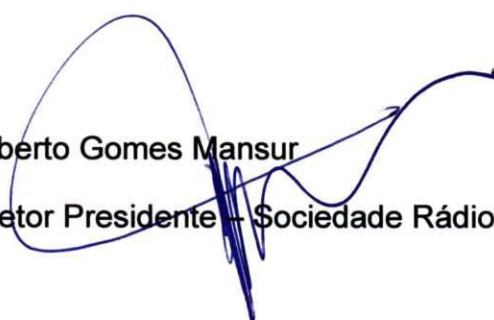


DECLARAÇÃO N. 16

SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.,
permissionária do serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade
de São Vicente, estado de São Paulo, estabelecida na Praça Matteo Bei, n.º
128, bairro do Jôquei Clube, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
– CNPJ n.º 71.103.550/0001-84, por seu sócio e Diretor Presidente, infra
assinado, declara que:

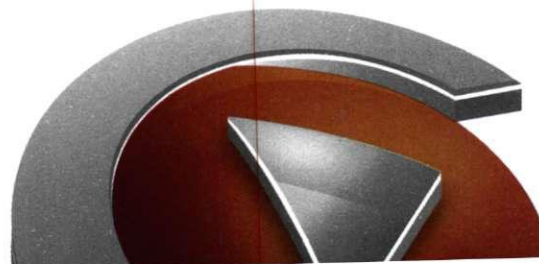
Esta emissora não infringe à vedação do Art. 220, §5.º, da Constituição
Federal.

Santos, 15 de janeiro de 2.014



Gilberto Gomes Mansur

Diretor Presidente – Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda



14 de agosto de 2013



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Departamento de Emprego e Salário
Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS
RECIBO DE ENTREGA DA RAIS

ANO-BASE: 2012

Identificação do Estabelecimento

CREA 590571780239
Razão Social SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
CNPJ 71103550/0001-84
CEI
CEI Vinculado
CNAE 6010100 - ATIVIDADES DE RADIO
Endereço AV ANA COSTA CJ 54 55, 532
Bairro GONZAGA
Cidade/UF SANTOS / SP
CEP 11060-002

DECLARAÇÃO ENTREGUE

Data 07/03/2013
Quantidades de vínculos 20

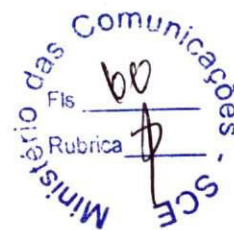
Coordenação da RAIS

Brasília, 14/08/2013.

Código de Identificação do Recibo

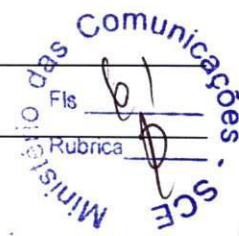
.741.7807.9407.136.02

Para retificar a CNAE, acesse: http://rais.gov.br/servico/alte_identificacao.asp



Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CREA:

Total de Vínculos: 20

CNPJ/CEI: 71.103.550/0001-84

Prefixo: 00

CEI Vinculado:

Razão Social: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA

Para uso da empresa:

Endereço	Logradouro			Número	Complemento
	AV ANA COSTA CJ 54 55			000532	
	Bairro	CEP		Telefone	
	GONZAGA	11060-002		13- 3289.5757	
	Código Município	UF		E-mail	
	35-48500 SANTOS	SP		dom@domcontabil.com.br	

Inf. Econ.	CNAE	Descrição do CNAE	Natureza Jurídica	Descrição Natureza Jurídica
	60.10-1/00	Atividades de rádio	206-2	Sociedade Empresária Limitada
	Data-Base	Porte	Optante Simples	
	05	Outros	Não	

Inf. PAT	Participante PAT	Não	Nº. Trab Benef PAT		Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total
	Serv. Próprio	0%	Vinc > 5 SM	-		Centralizadora		
	Adm. Cozinha	0%	Vinc <= 5 SM	-		Sindical		0,00
	Ref. Convênio	0%				Associativa		0,00
	Ref. Transp	0%				Assistencial		0,00
	Cesta Alim	0%				Confederativa		0,00
	Alim. Conv	0%				Sindicalizada	Não	

Respons.	CNPJ/CEI/CPF:	49.202.914/0001-24	Telefone:	13 - 3569.8181
	Razão Social/Nome:	DOM CONTABIL LTDA	Nome do Responsável:	PEDRO ANTONIO MARTINS
	Email: DOM@DOMCONTABIL.COM.BR	Nascimento: 28/06/1954	CPF do Responsável:	545.612.488-20

VÍNCULO

PIS: 104.09041.04.9

Nome: ABISSAIR ROCHA

Empregado	Nascimento:	18/10/1932	Nacionalidade:	10 - Brasileiro	CPF:	396.182.268-91
	Sexo:	M	Raça/Cor:	8 - Parda	Carteira de Trabalho:	00084157
	Deficiente:	0 - Não deficiente	Ano de Chegada:	-	Série CTPS:	00229
	Local de Trabalho:	35-48500 - SANTOS - SP			Para uso da empresa:	
	Instrução:	07 - Ensino médio completo.				

Admissão	Data de Admissão:	06/01/1992	Tipo de Admissão	02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
	Salário Contratual:	956,80	Tipo Salário:	1 - Mensal
	Horas Semanais:	44	CBO:	261720 - Locutor publicitário de rádio e televisão
	Tipo de Vínculo:	10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela	Alvará:	Não

Desligam.	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Data:	01/12
	1) -	-	00	0000		
	2) -	-	00			Causa: 11 - Rescisão de contrato de trabalho sem justa
	3) -	-	00			Aviso Prévio: 3.363,33

Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
	Jan 1.030,40		Mai 1.173,01	002	Set 1.238,00	003	Férias Indenizadas:	1.743,95	
	Fev 1.173,48	003	Jun 1.418,83		Out 1.071,62		Multa FGTS:	6.341,55	
	Mar 1.030,40		Jul 1.177,07	002	Nov 1.071,62		Banco de Horas:	0,00	
	Abr 1.030,40		Ago 1.071,62		Dez 3.363,33		Reajuste Coletivo:	0,00	
	13º Adiantamento	11	535,81	13º Parcela Final	12 - 1.307,96		Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical		Valor Total
	Sindical	61.708.293/0001-50	30,67	Confederativa		0,00
	Associativa 1		0,00	Assistencial		0,00
	Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI: 71.103.550/0001-84

CREA:

Prefixo: 00

Razão Social: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA

Total de Vínculos: 20

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 104.32061.89.1

Nome: URIZETE RODRIGUES DE CARVALHO

Empregado

Nascimento: 22/09/1948

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 053.802.448-82

Sexo: M

Raça/Cor: 8 - Parda

Carteira de Trabalho: 00039048

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00058

Local de Trabalho: 35-48500 - SANTOS - SP

Para uso da empresa:

Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Admissão

Data de Admissão: 01/02/1984

Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou

Salário Contratual: 956,80

Tipo Salário: 1 - Mensal

Horas Semanais: 44

CBO: 411005 - Auxiliar de escritório, em geral

Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas
1) -	-	00	0000
2) -	-	00	
3) -	-	00	

Desligam.

Data: 01/12

Causa: 11 - Rescisão de contrato de trabalho sem justa

Aviso Prévio: 3.300,96

Remuneração

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.058,00		Mai 1.100,32		Set 1.100,32		Férias Indenizadas:	3.056,44	
Fev 1.058,00		Jun 1.100,32		Out 1.100,32		Multa FGTS:	2.449,07	
Mar 1.058,00		Jul 1.100,32		Nov 1.100,32		Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.058,00		Ago 1.100,32		Dez 3.300,96		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento 11 550,16		13º Parcela Final 12 - 1.283,71				Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais

	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	30,67	Confederativa		0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	

VÍNCULO

PIS: 105.50190.12.8

Nome: WALTER FERREIRA

Empregado

Nascimento: 19/05/1954

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 697.923.138-34

Sexo: M

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00033246

Deficiente:

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00320

Local de Trabalho: 35-48500 - SANTOS - SP

Para uso da empresa:

Instrução: 05 - Ensino fundamental completo.

Admissão

Data de Admissão: 20/04/2005

Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou

Salário Contratual: 690,00

Tipo Salário: 1 - Mensal

Horas Semanais: 44

CBO: 514310 - Auxiliar de manutenção predial

Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas
1) -	-	00	0000
2) -	-	00	
3) -	-	00	

Desligam.

Data:

Causa: -

Aviso Prévio: 0,00

Remuneração

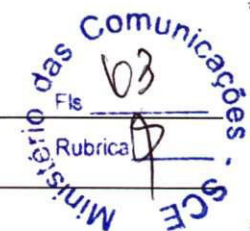
Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 852,08		Mai 945,23		Set 1.260,31		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 852,08		Jun 945,23		Out 945,23		Multa FGTS:	0,00	
Mar 852,08		Jul 945,23		Nov 945,23		Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.017,12		Ago 945,23		Dez 945,23		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento 11 355,35		13º Parcela Final 12 - 589,88				Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais

	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	20,73	Confederativa		0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI: 71.103.550/0001-84

CREA:

Prefixo: 00

Total de Vínculos:

20

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

Razão Social: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA

VÍNCULO

PIS: 105.59476.85.7

Nome: JORGE FERNANDES

Nascimento: 07/04/1957 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 885.164.408-00
 Sexo: M Raça/Cor: 4 - Preta Carteira de Trabalho: 00056483
 Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00276
 Local de Trabalho: 35-48500 - SANTOS - SP Para uso da empresa:
 Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 01/06/2004 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
 Salário Contratual: 6,38 Tipo Salário: 5 - Horário
 Horas Semanais: 03 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
 Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1)	-	-	00	0000		01/12
2)	-	-	00			Causa: 11 - Rescisão de contrato de trabalho sem justa
3)	-	-	00			Aviso Prévio: 295,72

Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan	157,85		Mai 164,29		Set 164,29		Férias Indenizadas:	146,03	
Fev	157,85		Jun 164,29		Out 164,29		Multa FGTS:	492,40	
Mar	157,85		Jul 164,29		Nov 219,05		Banco de Horas:	0,00	
Abr	157,85		Ago 164,29		Dez 295,72		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11	82,15		13º Parcela Final	12 - 177,98		Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	5,11	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

VÍNCULO

PIS: 106.16608.30.3

Nome: ATAIR APARECIDO DE MARCO

Nascimento: 28/12/1957 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 205.660.269-53
 Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00007515
 Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00276
 Local de Trabalho: 35-48500 - SANTOS - SP Para uso da empresa:
 Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 01/06/2004 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
 Salário Contratual: 6,38 Tipo Salário: 5 - Horário
 Horas Semanais: 15 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
 Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento	De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1)	-	-	00	0000		01/12
2)	-	-	00			Causa: 11 - Rescisão de contrato de trabalho sem justa
3)	-	-	00			Aviso Prévio: 887,15

Remuneração	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan	473,54		Mai 492,86		Set 492,86		Férias Indenizadas:	438,09	
Fev	473,54		Jun 492,86		Out 492,86		Multa FGTS:	1.501,51	
Mar	473,54		Jul 492,86		Nov 657,15		Banco de Horas:	0,00	
Abr	473,54		Ago 492,86		Dez 887,15		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11	246,43		13º Parcela Final	12 - 533,93		Gratificações:	0,00	

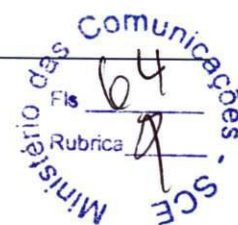
Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	15,32	Confederativa	0,00
Associativa 1	61.708.293/0001-50	77,86	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Sim

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI: 71.103.550/0001-84
Razão Social: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDACREA:
Prefixo: 00Total de Vínculos: 20
CEI Vinculado:
Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 106.80971.66.9 Nome: ANTONIO LISBOA PINA

Nascimento: 08/08/1954 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 971.264.978-49
 Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00006483
 Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00120
 Local de Trabalho: 35-48500 - SANTOS - SP Para uso da empresa:
 Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 01/06/2004 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
 Salário Contratual: 6,38 Tipo Salário: 5 - Horário
 Horas Semanais: 18 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
 Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		01/12
2) -	-	00			Causa: 11 - Rescisão de contrato de trabalho sem justa
3) -	-	00			Aviso Prévio: 1.064,57

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 568,25		Mai 591,43		Set 591,43		Férias Indenizadas:	525,71	
Fev 568,25		Jun 591,43		Out 591,43		Multa FGTS:	1.839,05	
Mar 568,25		Jul 591,43		Nov 788,57		Banco de Horas:	0,00	
Abr 568,25		Ago 591,43		Dez 1.064,57		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 295,72		13º Parcela Final	12 - 640,71		Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	18,39	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

VÍNCULO

PIS: 107.28816.87.0 Nome: EDISON LUIS ALVAREZ DE AGUIAO

Nascimento: 29/05/1959 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 018.491.348-98
 Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00084142
 Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00384
 Local de Trabalho: 35-48500 - SANTOS - SP Para uso da empresa:
 Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 01/06/2011 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
 Salário Contratual: 6,38 Tipo Salário: 5 - Horário
 Horas Semanais: 18 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
 Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		01/12
2) -	-	00			Causa: 11 - Rescisão de contrato de trabalho sem justa
3) -	-	00			Aviso Prévio: 631,62

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 551,70		Mai 574,20		Set 574,20		Férias Indenizadas:	1.212,20	
Fev 551,70		Jun 574,20		Out 574,20		Multa FGTS:	378,89	
Mar 551,70		Jul 574,20		Nov 574,20		Banco de Horas:	0,00	
Abr 551,70		Ago 574,20		Dez 631,62		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 287,10		13º Parcela Final	12 - 574,20		Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	18,39	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI: 71.103.550/0001-84

Razão Social: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA

CREA:

Prefixo: 00

Total de Vínculos: 20

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 108.26006.25.3

Nome: AUREA SENCIALES FARIA

Nascimento: 15/12/1962 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 047.136.738-97
 Sexo: F Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00075038
 Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00536
 Local de Trabalho: 35-48500 - SANTOS - SP Para uso da empresa:
 Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 01/05/1980 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
 Salário Contratual: 3.997,24 Tipo Salário: 1 - Mensal
 Horas Semanais: 44 CBO: 411005 - Auxiliar de escritório, em geral
 Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 4.420,02		Mai 4.596,83		Set 4.596,83		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 4.420,02		Jun 4.596,83		Out 4.596,83		Multa FGTS:	0,00	
Mar 4.420,02		Jul 4.596,83		Nov 4.596,83		Banco de Horas:	0,00	
Abr 5.893,36		Ago 4.596,83		Dez 4.596,83		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 2.298,41		13º Parcela Final	12 - 2.298,42		Gratificações:	0,00	

	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	128,12	Confederativa		0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	

VÍNCULO

PIS: 108.26196.91.5

Nome: TEREZA CRISTINA LIMA DA COSTA

Nascimento: 02/01/1956 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 017.839.258-84
 Sexo: F Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00072863
 Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00462
 Local de Trabalho: 35-48500 - SANTOS - SP Para uso da empresa:
 Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 01/12/1987 Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
 Salário Contratual: 2.056,55 Tipo Salário: 1 - Mensal
 Horas Semanais: 44 CBO: 252305 - Secretária(o) executiva(o)
 Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		Causa: -
2) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00
3) -	-	00			

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 2.952,99		Mai 2.303,34		Set 2.303,34		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 2.214,74		Jun 2.303,34		Out 2.303,34		Multa FGTS:	0,00	
Mar 2.214,74		Jul 2.303,34		Nov 2.303,34		Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.845,61		Ago 2.303,34		Dez 3.153,37		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 1.151,67		13º Parcela Final	12 - 1.213,36		Gratificações:	0,00	

	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	65,92	Confederativa		0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI: 71.103.550/0001-84

CREA:

Prefixo: 00

Razão Social: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA

Total de Vínculos: 20

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 108.91578.81.9

Nome: CARLOS FERNANDO GARCIA DO AMAR

Nascimento: 30/08/1965 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 048.501.638-90
 Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00071991
 Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00634
 Local de Trabalho: 35-48500 - SANTOS - SP Para uso da empresa:
 Instrução: 05 - Ensino fundamental completo.

Data de Admissão: 01/06/2001 Tipo de Admissão: 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
 Salário Contratual: 956,80 Tipo Salário: 1 - Mensal
 Horas Semanais: 18 CBO: 261715 - Locutor de rádio e televisão
 Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		01/12
2) -	-	00			Causa: 11 - Rescisão de contrato de trabalho sem justa
3) -	-	00			Aviso Prévio: 2.224,13

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 975,20		Mai 1.064,91	004	Set 1.125,13	008	Férias Indenizadas:	2.353,57	
Fev 1.343,57		Jun 1.065,23	004	Out 1.064,91	004	Multa FGTS:	4.042,84	
Mar 975,20		Jul 1.066,93	004	Nov 1.180,59	012	Banco de Horas:	0,00	
Abr 975,20		Ago 1.014,21		Dez 2.224,13		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 507,11	13º Parcela Final	12 - 1.147,07			Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	30,67	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

VÍNCULO

PIS: 121.84916.57.0

Nome: REGINALDO DO AMPARO

Nascimento: 24/11/1967 Nacionalidade: 10 - Brasileiro CPF: 071.594.978-05
 Sexo: M Raça/Cor: 2 - Branca Carteira de Trabalho: 00009399
 Deficiente: 0 - Não deficiente Ano de Chegada: - Série CTPS: 00047
 Local de Trabalho: 35-48500 - SANTOS - SP Para uso da empresa:
 Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Data de Admissão: 05/10/2009 Tipo de Admissão: 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou
 Salário Contratual: 690,00 Tipo Salário: 1 - Mensal
 Horas Semanais: 44 CBO: 521110 - Vendedor de comércio varejista
 Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas	Desligam.	Data:
1) -	-	00	0000		
2) -	-	00			Causa: -
3) -	-	00			Aviso Prévio: 0,00

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 953,81		Mai 1.228,35		Set 690,00		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 760,23		Jun 1.250,02		Out 1.256,10		Multa FGTS:	0,00	
Mar 1.403,87		Jul 1.010,02		Nov 1.153,95		Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.076,34		Ago 997,80		Dez 1.349,65		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 525,71	13º Parcela Final	12 - 486,53			Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	20,73	Confederativa	0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial	0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI: 71.103.550/0001-84

CREA:

Prefixo: 00

Razão Social: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA

Total de Vínculos: 20

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 122.96522.86.8

Nome: GERALDO TENORIO DA SILVA JUNIO

Empregado

Nascimento: 25/11/1970

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 627.372.524-15

Sexo: M

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00070865

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00020

Local de Trabalho: 35-48500 - SANTOS - SP

Para uso da empresa:

Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Admissão

Data de Admissão: 01/08/2003

Tipo de Admissão: 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou

Salário Contratual: 956,80

Tipo Salário: 1 - Mensal

Horas Semanais: 44

CBO: 422220 - Operador de rádio-chamada

Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas
1) -	-	00	0000
2) -	-	00	
3) -	-	00	

Desligam.

Data: 01/12

Causa: 11 - Rescisão de contrato de trabalho sem justa

Aviso Prévio: 2.063,42

Remuneração

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 947,60		Mai 1.061,55	006	Set 1.151,88	012	Férias Indenizadas:	2.172,01	
Fev 1.090,68	012	Jun 1.388,89		Out 1.061,55	006	Multa FGTS:	3.639,82	
Mar 947,60		Jul 1.064,59	006	Nov 1.235,07	018	Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.200,88	019	Ago 985,50		Dez 2.063,42		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 492,75	13º Parcela Final	12 - 1.176,51			Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais

	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	30,67	Confederativa		0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	

VÍNCULO

PIS: 123.74744.81.9

Nome: SIMONE DE BARROS HERMIDA

Empregado

Nascimento: 29/03/1969

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 070.199.948-90

Sexo: F

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00009520

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00080

Local de Trabalho: 35-48500 - SANTOS - SP

Para uso da empresa:

Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Admissão

Data de Admissão: 01/03/1991

Tipo de Admissão: 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou

Salário Contratual: 1.128,67

Tipo Salário: 1 - Mensal

Horas Semanais: 44

CBO: 411005 - Auxiliar de escritório, em geral

Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas
1) -	-	00	0000
2) -	-	00	
3) -	-	00	

Desligam.

Data:

Causa: -

Aviso Prévio: 0,00

Remuneração

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.215,49		Mai 1.264,11		Set 1.264,11		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 1.215,49		Jun 1.264,11		Out 1.264,11		Multa FGTS:	0,00	
Mar 1.215,49		Jul 1.685,48		Nov 1.264,11		Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.215,49		Ago 1.264,11		Dez 1.264,11		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11 632,06	13º Parcela Final	12 - 632,05			Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais

	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	36,18	Confederativa		0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	

Relatório completo do estabelecimento

Classificação: PIS/PASEP

Maiores esclarecimentos: Central de Atendimento da RAIS
Fone: 0800-7282326

ESTABELECIMENTO

CNPJ/CEI: 71.103.550/0001-84

CREA:

Prefixo: 00

Total de Vínculos: 20

Razão Social: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA

CEI Vinculado:

Para uso da empresa:

VÍNCULO

PIS: 123.89018.67.1

Nome: PATRICE LUMUMBA GONCALVES DOS

Empregado

Nascimento: 09/02/1962

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 037.144.348-28

Sexo: M

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00043187

Deficiente:

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00035

Local de Trabalho: 35-48500 - SANTOS - SP

Para uso da empresa:

Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Admissão

Data de Admissão: 24/03/2008

Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou

Salário Contratual: 971,05

Tipo Salário: 1 - Mensal

Horas Semanais: 44

CBO: 373120 - Operador de gravação de rádio

Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas
1) -	-	00	0000
2) -	-	00	
3) -	-	00	

Desligam.

Data:

Causa: -

Aviso Prévio: 0,00

Remuneração

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.088,01	012	Mai 1.346,17		Set 971,05		Férias Indenizadas:	0,00	
Fev 1.006,29	006	Jun 971,05		Out 971,05		Multa FGTS:	0,00	
Mar 933,70		Jul 971,05		Nov 971,05		Banco de Horas:	0,00	
Abr 933,70		Ago 971,05		Dez 971,05		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11	485,52		13º Parcela Final	12 - 510,08	Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais

	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	31,12	Confederativa		0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	

VÍNCULO

PIS: 124.42990.58.1

Nome: FABIANO AUGUSTO DE FREITAS GAR

Empregado

Nascimento: 04/07/1976

Nacionalidade: 10 - Brasileiro

CPF: 199.274.678-85

Sexo: M

Raça/Cor: 2 - Branca

Carteira de Trabalho: 00081266

Deficiente: 0 - Não deficiente

Ano de Chegada: -

Série CTPS: 00142

Local de Trabalho: 35-48500 - SANTOS - SP

Para uso da empresa:

Instrução: 07 - Ensino médio completo.

Admissão

Data de Admissão: 12/09/1995

Tipo de Admissão 02 - Admissão de empregado com emprego anterior (reemprego) ou

Salário Contratual: 971,05

Tipo Salário: 1 - Mensal

Horas Semanais: 44

CBO: 411005 - Auxiliar de escritório, em geral

Tipo de Vínculo: 10 - Trabalhador urbano vinculado a empregador pessoa jurídica por contrato de trabalho regido pela Alvará: Não

Afastamento

De	Até	Motivo	Qtde Dias Afas
1) -	-	00	0000
2) -	-	00	
3) -	-	00	

Desligam.

Data: 01/12

Causa: 11 - Rescisão de contrato de trabalho sem justa

Aviso Prévio: 2.864,78

Remuneração

Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Remun.	H Extra	Verbas Pagas na Rescisão	Valor	Qtd. Meses
Jan 1.017,73		Mai 1.058,44		Set 1.072,50	001	Férias Indenizadas:	2.004,17	
Fev 1.017,73		Jun 1.058,44		Out 1.058,44		Multa FGTS:	4.026,18	
Mar 1.017,73		Jul 1.414,16		Nov 1.058,44		Banco de Horas:	0,00	
Abr 1.031,26	001	Ago 1.058,44		Dez 2.864,78		Reajuste Coletivo:	0,00	
13º Adiantamento	11	529,22		13º Parcela Final	12 - 1.237,87	Gratificações:	0,00	

Inf. Sindicais

	CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total		CNPJ da Entidade Sindical	Valor Total
Sindical	61.708.293/0001-50	31,12	Confederativa		0,00
Associativa 1		0,00	Assistencial		0,00
Associativa 2		0,00	Sindicalizado:	Não	

JUCESP
04 02 10

JUCESP PROTOCOLO
0.082.892/10-6



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA**

TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Sodré, 152
Santos - SP - CEP: 13.328-9 - 5009
Autentico a presente a mim apresentado, do que
conforme original a mim apresentado, do que
ou fo



16 JAN 2014

CPF/MF nº 71.103.550/0001-84

NIRE 35.200.804.617

Tabellão
Escritório
Escritório
Escritório
Escritório
Escritório

Pelo presente instrumento particular, as partes:

1) **MARIA GOMES MANSUR**, brasileira, viúva, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 1.890.509-SSP/SP, inscrita no CPF/MF 732.227.398-20, residente e domiciliada na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo, na Praça Heróis de 32, nº 15 – apto. 1.401, Gonzaguinha, CEP: 11.320-430.

2) **PAULO ROBERTO GOMES MANSUR**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 4.649.245-4-SSP/SP, inscrito no CPF/MF 732.553.198-20, domiciliado na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. Bartolomeu de Gusmão, nº 79 – apto. 91, Bairro Aparecida, CEP 11.045-401.

2º Tabelião / Santos
EM BRANCO

2º Tabelião / Santos
EM BRANCO

3) **GILBERTO GOMES MANSUR**, brasileiro, casado, jornalista, portador da cédula de identidade RG nº 5.345.747-X-SSP/SP, inscrito no CPF/MF 732.552.898-15, domiciliado na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. Bartolomeu de Gusmão, nº 105 – apto. 21, Bairro Aparecida, CEP: 11.045-401.

4) **NEUSA MANSUR ILSE**, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 4.596.487-SSP/SP, inscrita no CPF/MF 342.731.828-15, residente e domiciliada na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. dos Bancários, nº 88 – apto. 95, Ponta da Praia, CEP: 11.030-300

na qualidade de únicos sócios quotistas da sociedade empresária limitada **SOCIEDADE RADIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.**, com sede na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo, na Praça Mateo Bei, nº 110, Bairro Jóquei Clube, CEP: 11.300-000 e com escritório administrativo e estúdio auxiliar na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. Ana Costa, nº 532, conj. 54 e 55, Gonzaga, CEP: 11.060-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.103.550/0001-84, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº NIRE 35.200.804.617, em sessão de 08/01/1946, resolvem de pleno e comum acordo, alterar o Contrato Social mediante os seguintes termos e condições:

1. Com expressa anuência dos demais quotistas, o sócio **Paulo Roberto Gomes Mansur**, neste ato retira-se da sociedade e transfere as suas 25.000 (vinte e cinco mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do país, totalizando R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para a nova sócia, ora admitida, **COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. Ana Costa, nº 532, 3º andar, conj. 32, CEP: 11.060-002, neste ato representada por **Paulo Roberto Gomes Mansur**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 4.649.245-4-SSP/SP, inscrito no CPF/MF 732.553.198-20, domiciliado na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. Bartolomeu de Gusmão, nº 79 – apto. 91, Bairro Aparecida, CEP 11.045-401, em fase

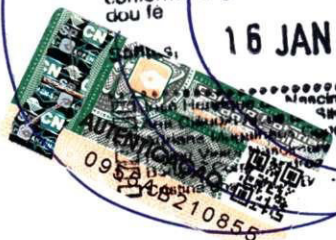
de apresentação à Junta Comercial de São Paulo e demais órgãos. A

2º
Autenticado
conforme
dout fe

16 JAN 2014

Valido somente
para o selo de
autenticidade
Prod. RJ 200

Assinado
Escrevente
Escrevente
Escrevente
Escrevente



2º Tabelião / Santos
EM BRANCO

2º Tabelião / Santos
EM BRANCO

DECLARAÇÃO N. 19

SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.,
permissionária do serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade
de São Vicente, estado de São Paulo, estabelecida na Praça Matteo Bei, n.º
128, bairro do Jôquei Clube, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
– CNPJ n.º 71.103.550/0001-84, por seu sócio e Diretor Presidente, infra
assinado, declara que:

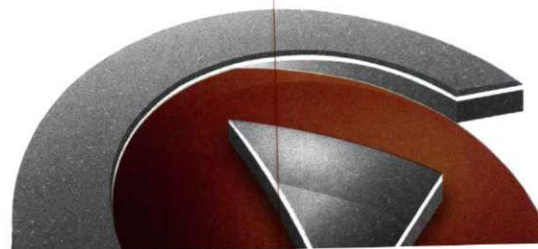
Tem plena ciência e cumpre com as normas atinentes à propaganda comercial
de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias, conforme
as disposições constitucionais [artigo 220, § 4.º , da Constituição Federal] e
legais [Lei n.º 9.294/1996], que regem a matéria.

Santos, 15 de janeiro de 2.014



Gilberto Gomes Mansur

Diretor Presidente – Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda



DECLARAÇÃO N. 20

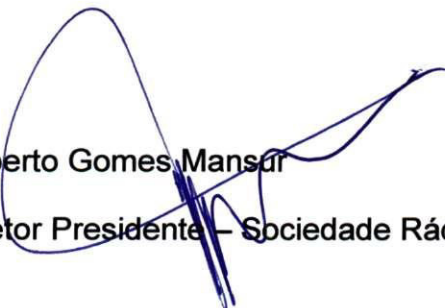
SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.,
permissionária do serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade
de São Vicente, estado de São Paulo, estabelecida na Praça Matteo Bei, n.º
128, bairro do Jôquei Clube, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
– CNPJ n.º 71.103.550/0001-84, por seu sócio e Diretor Presidente, infra
assinado, declara que:

Em sua grade de programação, a emissora atende integralmente as
determinações da legislação em vigor, sobretudo as disposições previstas no
Art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, circunscritas no
seguinte:

- 25% (vinte e cinco por cento) no máximo do tempo reservado à propaganda comercial;
- 05% (cinco por cento) no mínimo, do tempo destinado ao serviço noticioso;
- 05 (cinco) horas semanais de programas educacionais

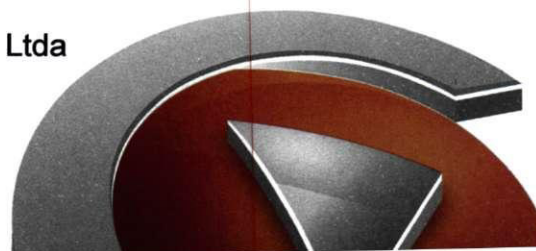
Por oportuno, encaminha a grade de programação da emissora, programada
para veiculação durante 07 (sete) dias da semana, de segunda-feira a
domingo, onde se pode constatar que se faz cumprir percentuais a seu favor,
além daqueles previstos legalmente, numa firme demonstração que esta
emissora tem o propósito de executar o serviço de radiodifusão com respeito
ao ouvinte e sobretudo a legislação pertinente.

Santos, 15 de janeiro de 2.014



Gilberto Gomes Mansur

Diretor Presidente – Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda



GRADE DE PROGRAMAÇÃO

SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de São Vicente, estado de São Paulo, estabelecida na Praça Matteo Bei, n.º 128, bairro do Jôquei Clube, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ n.º 71.103.550/0001-84, por seu sócio e Diretor Presidente, infra assinado, envia sua grade de programação que se segue:

Grade de Programação – Segunda-feira a domingo

00h à 00h15 – Músicas

00h15 – Break comercial

00h18 às 00h30 – Músicas

00h30 – Cultura Notícias

00h33 às 00h45 – Músicas

00h45 – Break Comercial

00h48 à 01h – Músicas

01h – Break comercial

01h03 a 01h15 – Músicas

01h15 - Programete Educativo

01h18 às 01h30 – Músicas

01h30 – Cultura Notícias

01h33 à 01h45 – Músicas

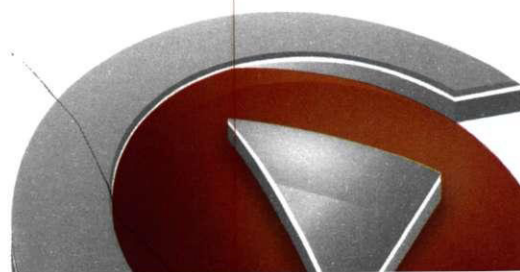
01h45 – Break Comercial

01h48 às 02h – Músicas

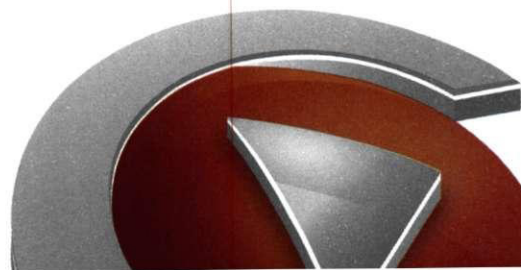
02h – Break comercial



02h03 às 02h30 – Músicas
02h30 – Break comercial
02h33 às 03h – Músicas
03h – Break comercial
03h03 às 03h30 - Músicas
03h30 – Cultura Notícias
03h33 às 04h – Músicas
04h – Programete Educativo
04h15 às 04h30 – Músicas
04h30 – Break comercial
04h33 às 05h – Músicas
05h – Break comercial
05h03 às 05h30 – Músicas
05h30 – Cultura Notícias
05h33 às 06h – Músicas
06h – Break comercial
06h03 às 06h15 - Programete Educativo
06h15 às 06h45 – Músicas e participações de ouvintes
06h45 – Break comercial
06h48 às 07h – Músicas e participações de ouvintes
07h – Cultura Notícias
07h03 às 07h30 – Músicas
07h30 – Break comercial + Cultura Notícias
07h33 às 07h45 – Músicas



07h45 – Break comercial
07h48 às 08h – Músicas
08h – Break comercial
08h03 às 08h15 – Músicas
08h15 – Break comercial
08h18 às 08h30 – Músicas
08h30 – Break comercial + Cultura Notícias
08h33 às 08h45 – Músicas
08h45 – Break comercial
08h48 às 09h – Músicas
09h – Break comercial
09h03 às 09h15 – Músicas
09h15 – Break comercial
09h18 às 09h30 – Músicas
09h30 – Break comercial
09h33 às 09h45 – Músicas
09h45 – Break comercial
09h48 às 10h – Músicas
10h – Break comercial
10h03 às 10h15 – Músicas
10h15 – Break comercial
10h18 às 10h30 – Músicas
10h30 – Break comercial + Cultura Notícias
10h33 às 10h45 – Músicas



10h45 – Break comercial

10h48 às 11h – Músicas

11h – Break comercial

11h03 às 11h15 – Músicas + participações de ouvintes

11h15 – Break comercial

11h18 às 11h30 – Músicas + participações de ouvintes

11h30 – Break comercial + Cultura Notícias

11h33 às 11h45 – Músicas + participações ouvintes

11h45 – Break comercial

11h48 às 12h – Músicas + participações de ouvintes

12h – Break comercial

12h03 às 12h15 – Músicas + participações de ouvintes

12h15 – Break comercial

12h18 às 12h30 – Músicas + participações de ouvintes

12h30 – Break comercial + Cultura Notícias

12h33 às 12h45 – Músicas + participações ouvintes

12h45 – Break comercial

12h48 às 13h – Músicas + participações de ouvintes

13h – Break comercial

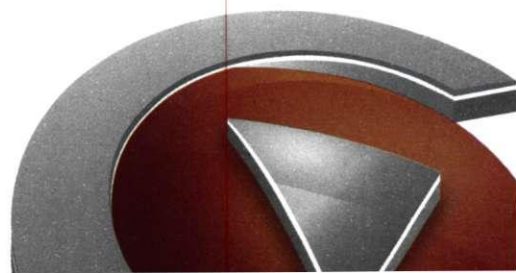
13h03 às 13h15 – Músicas + participações de ouvintes

13h15 – Break comercial

13h18 às 13h30 – Músicas + participações de ouvintes

13h30 – Break comercial + Cultura Notícias

13h33 às 13h45 – Músicas + participações ouvintes



13h45 – Break comercial

13h48 às 14h – Músicas + participações de ouvintes

14h – Break comercial

14h03 às 14h15 – Músicas + participações de ouvintes

14h15 – Break comercial

14h18 às 14h30 – Músicas + participações de ouvintes

14h30 – Break comercial + Cultura Notícias

14h33 às 14h45 – Músicas + participações ouvintes

14h45 – Break comercial

14h48 às 15h – Músicas + participações de ouvintes

15h – Break comercial

15h03 às 15h15 – Músicas + participações de ouvintes

15h15 – Break comercial

15h18 às 15h30 – Músicas + participações de ouvintes

15h30 – Break comercial + Cultura Notícias

15h33 às 15h45 – Músicas + participações ouvintes

15h45 – Break comercial

15h48 às 16h – Músicas + participações de ouvintes

16h – Break comercial

16h03 às 16h15 – Músicas + participações de ouvintes

16h15 – Break comercial

16h18 às 16h30 – Músicas + participações de ouvintes

16h30 – Break comercial + Cultura Notícias

16h33 às 16h45 – Músicas + participações ouvintes

16h45 – Break comercial



16h48 às 17h – Músicas + participações de ouvintes

17h – Break comercial

17h03 às 17h15 – Músicas + participações de ouvintes

17h15 – Break comercial

17h18 às 17h30 – Músicas + participações de ouvintes

17h30 – Break comercial + Cultura Notícias

17h33 às 17h45 – Músicas + participações ouvintes

17h45 – Break comercial

17h48 às 18h – Músicas + participações de ouvintes

18h – Break comercial

18h03 às 18h15 – Músicas + participações de ouvintes

18h15 – Break comercial

18h18 às 18h30 – Músicas + participações de ouvintes

18h30 – Break comercial + Cultura Notícias

18h33 às 18h45 – Músicas + participações ouvintes

18h45 – Break comercial

18h48 às 19h – Músicas + participações de ouvintes

19h às 20h – De segunda a sexta-feira “A Voz do Brasil” e aos sábados e domingos 19h03 às 19h15: músicas – 19h15 às 19h30: Cultura Notícias – 19h30 às 19h45: músicas e 19h45 às 20h: Cultura Notícias

20h03 às 20h15 – Músicas

20h15 – Break comercial

20h18 às 20h30 – Músicas

20h30 – Programete Educativo

20h45 – Break comercial



20h48 às 21h – Músicas

21h – Break comercial

21h03 às 21h15 – Músicas + participações de ouvintes

21h15 – Break comercial

21h18 às 21h30 – Músicas

21h30 – Break comercial + Cultura Notícias

21h33 às 21h45 – Músicas + participações de ouvintes

21h45 – Break comercial

21h48 às 22h – Músicas + participações de ouvintes

22h – Break comercial

22h03 às 22h15 – Músicas + participações de ouvintes

22h15 – Break comercial

22h18 às 22h30 – Músicas

22h30 – Break comercial + Cultura Notícias

22h33 às 22h45 – Músicas + participações de ouvintes

22h45 – Break comercial

22h48 às 23h – Músicas + participações de ouvintes

23h – Break comercial

23h03 às 23h15 – Músicas + participações de ouvintes

23h15 – Break comercial

23h18 às 23h30 – Músicas

23h30 – Break comercial + Cultura Notícias

23h33 às 23h45 – Músicas + participações de ouvintes

23h45 – Break comercial

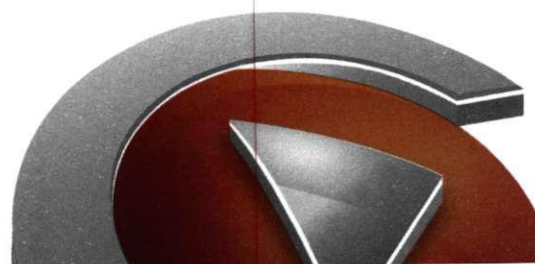


23h48 à 00h – Músicas + participações de ouvintes

Santos, 15 de janeiro de 2.014



Gilberto Gomes Mansur

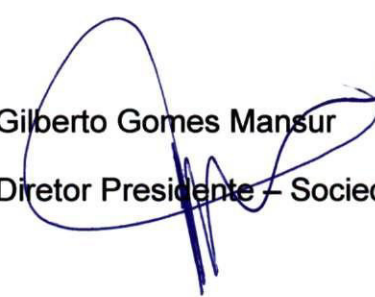


DECLARAÇÃO N. 21

SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de São Vicente, estado de São Paulo, estabelecida na Praça Matteo Bei, n.º 128, bairro do Jôquei Clube, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ n.º 71.103.550/0001-84, por seu sócio e Diretor Presidente, infra assinado, declara que:

Esta emissora atesta o cumprimento da finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Santos, 15 de janeiro de 2.014



Gilberto Gomes Mansur

Diretor Presidente – Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda



DECLARAÇÃO N. 22

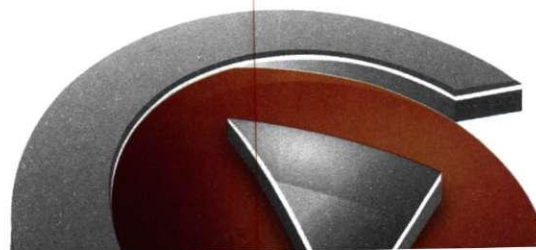
SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA., permissionária do serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade de São Vicente, estado de São Paulo, estabelecida na Praça Matteo Bei, n.º 128, bairro do Jôquei Clube, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ n.º 71.103.550/0001-84, por seu sócio e Diretor Presidente, infra assinado, declara que:

Esta emissora prima pela elaboração de uma programação voltada para o respeito aos valores éticos, sociais e morais da pessoa e da família, em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, IV, da Constituição Federal.

Santos, 15 de janeiro de 2.014


Gilberto Gomes Mansur

Diretor Presidente – Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda



DECLARAÇÃO N. 23

SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.,
permissionária do serviço de radiodifusão sonora, em ondas médias, na cidade
de São Vicente, estado de São Paulo, estabelecida na Praça Matteo Bei, n.º
128, bairro do Jôquei Clube, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
– CNPJ n.º 71.103.550/0001-84, por seu sócio e Diretor Presidente, infra
assinado, declara que:

Toda a programação transmitida por sua estação tem sempre a aprovação
prévia de sua administração, a quem, de conformidade com o Art. 222 e
parágrafos da Constituição Federal, compete a sua linha editorial.

Esta emissora tem como administrador geral e gerente de programação os
senhores abaixo qualificados:

- Diretor aprovado pelo Ministério das Comunicações responsável pela área
editorial:

Gilberto Gomes Mansur, brasileiro, portador do RG 5.345.747-SSP/SP e CPF
732.552.898-15

- Gerente de programação indicada pela direção da emissora:

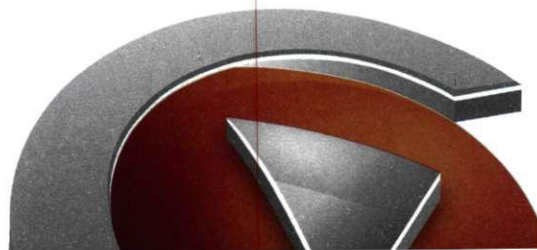
Aurea Senciales Faria, brasileira, portadora do RG 16.251.294-6 SSP/SP e
CPF 047.136.738-97

Seguem, em anexo, os comprovantes respectivos das pessoas acima
qualificadas.

Santos, 15 de janeiro de 2.014

Gilberto Gomes Mansur

Diretor Presidente – Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8000-3

SEC. DE REGISTRO E IDENTIFICAÇÃO PÚBLICA

INSTITUTO DE REGISTRO E IDENTIFICAÇÃO PÚBLICA

CÓPIA COLORIDA

PROIBIDO PLASTIFICAR

ASSINATURA DO TITULAR

B683-042163

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 5.345.747-X DATA DE EXPEDIÇÃO 07/JUN/2013

NOME GILBERTO GOMES MANSUR

FILIAÇÃO PAULO JORGE MANSUR
E MARIA GOMES MANSUR

NATURALIDADE S.VICENTE -SP DATA DE NASCIMENTO 13/MAR/1953

DOO ORIGEM SANTOS SP
1 SUBDISTRITO
CC:LV.B115/FLS.006 /N.033637

CPE 732552898/15

ASSINATURA DO TITULAR

ASSINATURA DO DIRETOR

212 Delegado Divisório de Polícia IIRGD.SSP.SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

08 JAN 2014

09568208072

Autenticação

Com o selo de autenticação p/ aut. res.

Tabelião

Escrevente

Escrevente

Escrevente

Escrevente

Cristina dos Santos Bausta

Ministério das Comunicações

Rubrica

Fls. 24

ETI BRANCO

2ª Taboalhão/Santos

20 JAN 2014

TAQUILAND DE NOVIAS DE SANTOS
Rua Azevedo Soares, 1632
Santos - SP Fone: (13) 3283 - 5093
a representante
original e mim apresentamos

Atenciosamente
Com a assinatura
Fátima E. E. O.

Telemigração

0955AB211649

16.251.294-6 DATA DE 20/FEV/2006 EXPIRACAO

NOME AUREA SENCIALES FARIA

FILIAÇÃO ANDRE GOMES FARIA

E MERCEDES SENCIALES GOMES FARIA

NATURALIDADE S. PAULO -SP

15/DEZ/1962 DATA DE NASCIMENTO

SANTOS SP

SEGUNDO SUBDISTRITO

CC.LV.B142/FLS.62 /N.021906

CPF 047166738/92

DOU ORDEM

ASSINATURA DO DIRETOR

DELEGADO DISTRICTAL

OFFICIA TURCO, SSP, SF

FLICAO 27116 DE 29/08/83

CAVOS ANTONIO

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

Ministério das Comunicações
Fis. 05

EM BRANCO
2º Tabelião/ Santos

EM BRANCO
2º Tabelião/ Santos



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

CERTIDÃO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES

PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

Protocolo nº: **53000.003330/2014-27**

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Caberá à unidade de documentação e informação competente, providenciar a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, bem como garantir que a partir dessa data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI.

Em 24 de junho de 2014



Documento assinado eletronicamente por **Patrick Cardoso Pescara, Analista**, em 24/06/2014, às 10:28, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0025882** e o código CRC **2DA022E8**.



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.

Brasília, 08 de setembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Helena de Farias Furlanetto**, **Tecnico de Nivel**, em 08/09/2014, às 09:30, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0124269** e o código CRC **39D58E8F**.



Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Perfil das Empresas | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Perfil das Empresas - SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA

CNPJ: 71103550000184

Presidente:

Endereço: PRACA MATTEO BEI - VILA JOCKEI CLUBE

E-mail:

Capital Social: 100.000,00

Reserva de Capital:

Total: 100.000,00

Quadro Societário

CNPJ / CPF	NOME	Qtd. Cotas	Vir. Cotas
031.586.678-00	MARIA GOMES MANSUR	25.000	25.000,00
11.933.002/0001-50	COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	25.000	25.000,00
342.731.828-15	NEUSA MANSUR ILSE	25.000	25.000,00
732.552.898-15	GILBERTO GOMES MANSUR	25.000	25.000,00

Conselho

Diretoria

CNPJ / CPF	NOME	Cargo	INDICAÇÃO
031.586.678-00	MARIA GOMES MANSUR	DIRETORA SUPERINTENDENTE	
342.731.828-15	NEUSA MANSUR ILSE	DIRETORA FINANCEIRA	
732.552.898-15	GILBERTO GOMES MANSUR	DIRETOR PRESIDENTE	

Registro 1 até 3 de 3 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

[Voltar](#)

[Imprimir](#)

[Exportar Excel](#)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
CNPJ: 71.103.550/0001-84

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:52:22 do dia 10/09/2014 (hora e data de Brasília).

Válida até 10/10/2014.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

**Sistemas
Interativos** **Menu Principal** ▼SRD »» Relatórios »» **Outorga** | [menu](#) [ajuda](#)**Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM****UF:** SP**Município:** São Vicente

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	São Vicente	01/05/1994	01/05/2004

Usuário: - **Data:** 10/09/2014 **Hora:** 16:53:46**Registro 1 até 1 de 1 registros****Página:** [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

Agência Nacional
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Relatórios » **Outorga** | menu ajuda

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: SP
Município: São Vicente
Frequência: 930 kHz
Classe: B

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 7806540
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 02008036626
CNPJ: 71.103.550/0001-84
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento: 05/11/2001

+ Dados do Plano Básico

+ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: **Razão Social:** SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA**Nome Fantasia:** **Tipo de Usuário:** Integral

Endereço Sede

País: Brasil**Cep:** 11360260**Número:** 110**Município:** São Vicente**Telefone:** 13 3289-5757**Logradouro:** PRACA MATTEO BEI**Complemento:****Bairro:** VILA JOCKEI CLUBE**UF:** SP**Distrito:****SubDistrito:****Fax:** 13 3289-4758

Endereço de Correspondência

País: Brasil**Cep:** 11060002**Número:** 532,**Município:** Santos**Logradouro:** AVENIDA ANA COSTA**Complemento:** CJ. 52**Bairro:** GONZAGA**UF:** SP**Distrito:****SubDistrito:****Telefone:** **Fax:** **E-mail:**

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: **Data Publicação**
Contrato/Convênio:**SCRAD Técnico:** **Data Limite**
Instalação:**Número do Processo:** **Fistel:** 02008036626

+ Documentos Emitidos

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento



Agência Nacional
de Telecomunicações

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▼

SRD » Relatórios » **Outorga** | menu ajuda

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: SP
Município: São Vicente
Frequência: 930 kHz
Classe: B

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 7806540
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 02008036626
CNPJ: 71.103.550/0001-84
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento: 05/11/2001

☒ **Dados do Plano Básico**

☒ **Dados da Outorga**

☒ **Documentos Emitidos**

Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	- Selecione -				23/01/1980	Advertência
	- Selecione -				30/04/1984	Renovação
	- Selecione -	DMC			Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	
	- Selecione -	DMC			Autoriza Equipamento	
	- Selecione -	DMC			Enquadramento Plano Básico	
	- Selecione -				19/10/1994	Renovação
	- Selecione -				07/02/1997	Advertência
	- Selecione -	DMC			Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	
	- Selecione -				25/03/1999	Renovação
	- Selecione -				14/01/2000	Multa
	- Selecione -				25/07/2000	Multa
	- Selecione -				25/07/2000	Multa
	- Selecione -	ER			02/02/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação

☒ **Característica da Estação Instalada**

☒ **Dados do Licenciamento**

Tela Inicial

Imprimir

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 71.103.550/0001-84

SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	11.933.002/0001-50	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	São Vicente
GILBERTO GOMES MANSUR	732.552.898-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Regional	SP	São Vicente
MARIA GOMES MANSUR	031.586.678-00	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETORA SUPERINTENDENTE)	0	--	--	OM	Regional	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	São Vicente
NEUSA MANSUR ILSE	342.731.828-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	OM	Regional	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	São Vicente

 Usuário: [anatel\sonia.mc](#) - SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Data: 10/09/2014

Hora: 16:56:19



Menu Principal ▾

SIACCO » Consultas Gerais » **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 11.933.002/0001-50

EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	11.933.002/0001-50	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	São Vicente
		RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Sócio	1520000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Santos

Usuário: [anatel\sonia.mc](#) - SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Data: 10/09/2014

Hora: 16:56:34



Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 62.303.888/0001-99

RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	11.933.002/0001-50	RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Sócio	1520000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santos
GILBERTO GOMES MANSUR	732.552.898-15	RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE SUPERINTENDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Santos
		RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Sócio	1520000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santos

Usuário: [anatel\sonia.mc](#) - SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Data: 10/09/2014

Hora: 16:56:59



Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 01.773.119/0001-60

EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	11.933.002/0001-50	EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Santos
GILBERTO GOMES MANSUR	732.552.898-15	EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Santos
MARCO AURELIO VIEIRA	007.244.098-82	EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Diretor (DIRETOR ADMINISTRATIVO)	0	--	--	TV	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	1210000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Santos

Usuário: [anatel\sonia.mc](#) - SONIA VALESCA MENEZES MONTEIRO

Data: 10/09/2014

Hora: 16:57:17

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.03330/2014 - 27 SEI/MC (relacionado ao de 53000.035238/2004-54) SEI-MC		
Entidade requerente: Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda.		
Localidade: São Vicente	UF: SP	Serviço: OM
Período: 1º/5/2014 a 1º/5/2024		

REQUISITOS	SIM	NÃO	Não se aplica	FL (s).
Em cumprimento ao disposto no art. 5º do Capítulo III da Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012 (DOU de 11 de julho de 2012 – Seção I – Anexo II), e §3º do art. 33 do CBT, a interessada apresentou:				
1 – requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada?	x			1
2 – declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga?	x			6
3 – declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada?	x			7
4 – certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	x			8 a 16
5 - certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos)?	x			18 a 39
6 – comprovante de regularidade com o FISTEL ?	x			40
7 - prova de regularidade relativa ao INSS?	x			41
8 - prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS?	x			42
9 - certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal?	x			43

10 - prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada?	x			44
11 - provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço?	x			45 a 47
12 - certidão de distribuição cível e criminal de todos os sócios e administradores? (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)		x		
13 - certidão da junta comercial ATUALIZADA, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade? (exigência formulada na Nota 52/2014/DLP/CGCE/CONJUR-MC/AGU aprovado com ressalvas pelo Despacho n. 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU de 17/03/2014.)		x		

CONCLUSÃO

A documentação apresentada pela entidade requerente **atende parcialmente** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:		
1. Conforme os termos da COTA Nº 286/2014/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU de 29/4/2014 – fl.77, constante do Processo nº 53000.035238/2004-54 (fl.77), a Entidade deverá ser instada a apresentar os seguintes documentos: 1.a. Certidão emitida pela junta comercial competente, com objetivo de comprovar os atuais quadros societário e diretivo da Entidade; 1.b. Contrato Social da Sociedade Costa do Sol e Participações Ltda., e eventuais alterações contratuais realizadas. 2. Não foi localizado até a data desta análise, processo de <u>Transferência Direta</u> em curso, conforme consulta ao CPROD/MC. 3. Inexistência de aplicação de penalidade em nome da Interessada (cassação), conforme a pasta jurídica correspondente e documento fl. 6-SEI. 4. Os limites do Decreto – Lei nº 236/67 estão sendo respeitados, conforme fls. 7 a 10 (doc.anexo-SEI).		
Análise:	RUBRICA	DATA
Sônia Valesca M. Monteiro		11/09/2014

NOTA TÉCNICA Nº 15566/2014/SEI-MC

Processo n.º: 53000.003330/2014-27 (relacionado ao de nº 53000.035238/2004-54).

Assunto: EXIGÊNCIA I. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTD. (RÁDIO CULTURA), relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de São Vicente, estado de São Paulo, referente aos seguintes períodos: 1º/5/2004 a 1º/5/2014 e 1º/5/2014 a 1º/5/2024.

ANÁLISE

2. Preliminarmente, cumpre informar que a Portaria n. 329, de 4 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2012, definiu novos procedimentos e critérios para a renovação de outorgas de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão.

3. De acordo com o § 4º do art. 4º do Capítulo I e o art. 5º do Capítulo III daquela Portaria, o Ministério das Comunicações deve instruir os pedidos e analisar a regularidade da documentação apresentada pela requerente, em consonância com o que dispõem os Anexos I, II e III. Além disso, o parágrafo único do art. 5º também prevê que, caso sejam constatadas omissões ou irregularidades passíveis de correção, a interessada deve ser notificada para regularizar o pedido.

4. Com efeito, em observância aos comandos normativos relatados nos parágrafos 2 e 3 e às normas vigentes sobre o assunto, procedemos à análise da documentação apresentada pela Entidade, conforme consta da Lista de Verificação de Documentos (0131929), concluindo que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar os seguintes documentos, em originais ou cópias autenticadas:**

- certidão de distribuição cível e criminal, das esferas **Estadual e Federal**, de todos os sócios e administradores;
- certidão de inteiro teor dos processos relacionados, em caso de Certidões cível ou criminal positivas;
- certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, sob pena de INDEFERIMENTO do pleito, com a consequente declaração de PEREMPÇÃO.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Valesca Menezes Monteiro, Advogado**, em 06/11/2014, às 07:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 06/11/2014, às 07:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador de Análise de Atos Societários**, em 06/11/2014, às 10:39, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 07/11/2014, às 13:50, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1220035



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0217283** e o código CRC **9DF1E7A6**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 17697/2014/SEI-MC

Brasília, 03 de novembro de 2014

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SOCIEDADE RADIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA. (RÁDIO CULTURA)
Avenida Ana Costa nº 532, Complemento CJ,52 - Gonzaga
11.060-002 Santos/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.003330/2014-27 (relacionado ao de nº 53000.035238/2004-54).**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Em referência ao pedido de Renovação de Outorga apresentado por essa Entidade, encaminho cópia da Nota Técnica Nº 15566/2014/SEI-MC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo, ou o atendimento parcial à exigência implicará em indeferimento do pedido com consequente abertura de Processo Administrativo com vistas à declaração de **PEREMPÇÃO**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rodrigues Macedo, Coordenador do Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial**, em 07/11/2014, às 13:50, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1220035



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0217340** e o código CRC **DB167B53**.

OF: 17697/2014/SEI-MC/GTCO/DEOC
AO SENHOR REPRESENTANTE LEGAL DA
SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA
AV. ANA COSTA Nº 532, COMPLEMENTO CJ 52 - GONZAGA
CEP: 11.060-002 SANTOS/SP
PROC.: 53000.003330/2014
RENOVAÇÃO DE OUTORGA





AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

AVIS CN07

JG 08770429 7 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

:

h

:

h

:

h

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM DU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Organização de Serviços de Comunicação Eletrônica

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O

CIDADE / LOCALITÉ

70044-900 - Brasília - DF

UF

BRASIL

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Organização de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

DESPACHO

Processo n. 53000.003330/2014-27 (relacionado ao de nº 53000.035238/2004-54)

1. Tendo em vista que à fl. 3/4 (Documento/Resposta nº 53900.033004/2014-09), da Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de São Vicente/SP, foi apresentada a certidão expedida pela Junta Comercial daquele Estado, onde consta como última alteração, a Consolidação Contratual da Matriz, arquivada naquela repartição, sob o nº 370.087/14-8, em 15/9/2014, os dados cadastrais da Interessada deverão ser atualizados/regularizados, assim, entende-se que a continuidade do pleito resta prejudicada até que sejam adotadas as medidas cabíveis com vistas à regularização dos dados cadastrais da Entidade.

2. Por esta razão, de ordem do Sr. Coordenador, remeto o feito à Chefe de Serviço de Atos Societários para as providências cabíveis, as quais devem ser certificadas nos autos para que se possa dar seguimento ao presente feito.

Brasília, 25 de março de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 26/03/2015, às 11:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0283425** e o código CRC **E4C76FE3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

CERTIDÃO

Processo. 53000.003330/2014-27

1. Certifico e dou fê de que a regularização mencionada no Despacho Interno SLPOS s./nº (evento SEI nº283425) já foi tratada nos autos do Processo nº53900.011827/2016-37, o qual versou sobre a análise do Instrumento Particular de Alteração Contratual realizado em 16.01.2016, registrado na Junta Comercial do estado de São Paulo, sob o nº 77.749/16 de 18.02.2016, inclusive, já acostado a pasta jurídica da Entidade.

2. Assim, de ordem da Senhora Coordenadora, devolvo os autos à chefe de serviço de renovação de outorga para as providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 20/04/2017, às 11:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0694763** e o código CRC **802B2A8D**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial

Subgrupo Legal de Radiodifusão Comercial

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº 53000.03330/2014-27 (relacionado ao de nº 53000.035238/2004-54) Documento/Resposta nº 53900.033004/2014-09 SEI/MC

Entidade: SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA

Localidade: SÃO VICENTE

UF: SP

Serviço: OM

Período(s): 1º/5/2004 a 1º/5/2014; 1º/5/2014 a 1º/5/2024

RELATIVOS À ENTIDADE

DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	FI(S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	x			3/4
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	x			6
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;		x		
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	x			7
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			8 a 16. Atualizar os exercícios de 2014 e 2015
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			18 a 39. Atualizar os exercícios de 2014 e 2015
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	x			40
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	x			41
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	x			42
10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	x			43

11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			44 (Falta São Vicente/SP)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			45 a 47
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;		x		
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);		x		
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	x			3/4
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	x			51 a 69 (Falta Laudo de Vistoria do Equipamento)

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	Fl(S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	Maria Gomes Mansur	x			x		18
	Costa do Sol Adm. e Participações Ltda	x			x		13
	Gilberto gomes Mansur	x			x		14 a 16 (Positivas)
	Neusa Mansur	x			x		17
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	Maria Gomes Mansur	x			x		12
	Costa do Sol Adm. e Participações Ltda	x			x		10
	Gilberto gomes Mansur	x			x		9
	Neusa Mansur	x			x		11

19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Maria Gomes Mansur	X		X			8
	Costa do Sol Adm. e Participações Ltda	X		X			6
	Gilberto gomes Mansur	X		X			5
	Neusa Mansur	X		X			7
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Maria Gomes Mansur	X		X			25
	Costa do Sol Adm. e Participações Ltda	X		X			21
	Gilberto gomes Mansur	X		X			19
	Neusa Mansur	X		X			23
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Maria Gomes Mansur		X				
	Costa do Sol Adm. e Participações Ltda		X				
	Gilberto gomes Mansur		X				
	Neusa Mansur		X				
22- certidão criminal da Justiça Eleitoral ;	Maria Gomes Mansur		X				
	Costa do Sol Adm. e Participações Ltda		X				
	Gilberto gomes Mansur		X				
	Neusa Mansur		X				
23- certidões de protestos de títulos ;	Maria Gomes Mansur		X				
	Costa do Sol Adm. e Participações Ltda		X				
	Gilberto gomes Mansur		X				
	Neusa Mansur		X				
OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.							

CONCLUSÃO

A documentação apresentada atende parcialmente ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:

1. Conforme os termos da COTA Nº 286/2014/TFC/CGCE/CONJUR-MC/AGU de 29/4/2014 – fl.77, constante do Processo nº 53000.035238/2004-54 (fl.77), a Entidade deverá ser instada a apresentar os seguintes documentos:

1.a. Certidão emitida pela Junta Comercial competente, com objetivo de comprovar os atuais quadros societário e diretivo da Entidade;

1.b. Contrato Social da Sociedade Costa do Sol e Participações Ltda., e eventuais alterações contratuais realizadas.

2. A Entidade deverá esclarecer a respeito dos sócios que integram o quadro societário e diretivo da Costa do Sol Administração e Participações Ltda., assim enviar destes, todas as certidões exigidas pela legislação de radiodifusão.

3. De acordo com a certidão expedida pela Junta Comercial do Estado de São Paulo, vê-se que a última alteração, tem a ver com a abertura de Filial – Avenida Ana Costa , nº 532, Cj.54/55 – Gonzaga – Santos/SP – Cep. 11.060-002- Consolidação Contratual da Matriz, arquivada sob o nº 35904861413, em 15/9/2014. Tal informação deverá ser analisada pelo setor próprio, para fins de atualização dos dados cadastrais da Interessada.

4. O Senhor Gilberto gomes Mansur apresentou as Certidões de Objeto e Pé referentes às ações estaduais positivas, em que a Prefeitura Municipal de Santos aparece como Exeqüente . O feito em curso na 1ª Vara (fl. 16 – Protocolo nº 53900.033004/2014-09), encontra-se em fase de Penhora; enquanto o que está em trâmite na 2ª Vara (fl. 15 - Protocolo nº 53900.033004/2014-09), os autos foram remetidos à Procuradoria do Município.

Análise:

Sônia Valesca M. Monteiro
Advogado

NOTA TÉCNICA Nº 19621/2015/SEI-MC

Processo n.º: 53000.003330/2014-27 (Relacionado ao processo de n. 53000.035238/2004-54).

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de São Vicente, estado de São Paulo, referente aos seguintes períodos: 1º/5/2004 a 1º/5/2014 e 1º/5/2014 a 1º/5/2024.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que o pedido de que trata o parágrafo 1 chegou a ser analisado pela Secretaria de Comunicação Eletrônica - SCE que, por conduto da Portaria n.º 329/2012 e das orientações contidas no Despacho n.º 499/2014/JFB/GAB/CONJUR-MC/AGU, solicitou à Interessada a apresentação de documentos necessários para a completa instrução do feito. É oportuno destacar que a Interessada vem prontamente atendendo às solicitações desta Pasta, conforme se verifica dos autos.

3. Todavia, a documentação que se encontra anexada ao autos ainda não se mostra suficiente para possibilitar a completa instrução do pedido de renovação em questão. Explica-se.

4. Em 29.5.2015, a Doutra Consultoria Jurídica - Conjurar exarou manifestação jurídica referencial, nos termos do Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (inteiro teor disponível no seguinte endereço <http://www.mc.gov.br/legislacao/portipo/pareceres/parecer-n-403-2015-conjur-mc-cgu-agu>), a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial. Referida manifestação busca uniformizar entendimento, no âmbito da Conjurar, sobre os documentos necessários para a regular instrução dos processos de renovação.

5. Oportuno enfatizar que a citada manifestação jurídica referencial traduz os esforços da Conjurar desta Pasta quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além de atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão. Em curtas palavras, informa-se que os processos de renovação de outorga estarão dispensados de uma análise jurídica individualizada, ou seja, de suas remessas à Conjurar, restando, tão-somente, à SCE a conferência dos documentos relacionados no referido Parecer e posterior submissão do assunto à deliberação do Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Excetuam-se desse procedimento inovador, os casos em que forem constatadas dúvidas quanto à idoneidade moral da Entidade e/ou de seus sócios/administradores, situações em que será necessária manifestação jurídica individualizada.

6. Assim, considerando-se os termos do mencionado Parecer, no qual estabelece novo procedimento e o rol de documentos que devem ser apresentados na ocasião da renovação de outorga, e o que consta da "Lista de Verificação de Documentos", inserida digitalmente nestes autos (evento SEI n.º 0692596), faz-se necessário que a Interessada apresente os seguintes documentos, em original ou cópia autenticada:

- 6.1. declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada de que a Entidade atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;
- 6.2. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos). **Atualizar os exercícios de 2015 e 2015;**
- 6.3. certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos). **Atualizar os exercícios de 2015 e 2015;**
- 6.4. provas de regularidade para com a Fazenda Estadual **da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;**
- 6.5. certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;
- 6.6. certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);
- 6.7. certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual, (2ª instâncias), de todos os sócios e administradores **(em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de objeto e pé dos processos relacionados);**
- 6.8. A **Costa do Sol administração e Participações Ltda**, deverá indicar os sócios e administradores que integram os seus quadros societário e diretivo, bem como apresentar certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual, Federal e Eleitoral (1ª e 2ª instâncias), de todos os sócios e administradores (no caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de objeto e pé dos processos relacionados);
- 6.9. prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral, de todos os sócios e administradores;

6.10. certidão criminal da Justiça Eleitoral, de todos os sócios e administradores;

6.11. certidões de protesto de títulos de todos os sócios e administradores;

6.12. laudo técnico ou declaração (modelo disponível no sítio do Ministério das Comunicações), assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão (modelo de ambos disponível no seguinte endereço: <http://www.mc.gov.br/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-comercial/renovacao-de-outorga>). **Falta laudo de Vistoria.**

7. Não obstante, submeta-se o feito à consideração do Coordenador do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria n.º 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

8. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.



Documento assinado eletronicamente por **Sonia Valesca Menezes Monteiro, Advogado**, em 01/09/2015, às 16:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 01/09/2015, às 16:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 01/09/2015, às 18:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0692601** e o código CRC **C2D2DEE3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 28360/2015/SEI-MC

Brasília, 31 de agosto de 2015

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.
Avenida Ana Costa nº 532, Complemento CJ,52 - Gonzaga
11.060-002 Santos/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.003330/2014-27(relacionado ao de nº 53000.035238/2004-54)**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 19621/2015/SEI-MC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador do Subgrupo Legal de Pós - Outorga**, em 01/09/2015, às 18:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **0692924** e o código CRC **93F175E2**.

Data de Envio:

04/09/2015 09:16:50

De:

MC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

cultura@radiocultura.com.br
gilmansur@mtv.com.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações.

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53000.003330/2014-27

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Anexos:

Oficio_0692924.html
Nota_Tecnica_0692601.html

[Menu Principal](#) ▾

BOM DIA
Regina Monica de Faria Santos
Sistemas
Interativos

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | internet | tela | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - OM

UF: SP

Município: São Vicente

Entidade

SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA

Município

São Vicente

Data Outorga

01/05/1994

Validade

01/05/2004

Usuário: [anatel/reginam.mc](#) - [Regina Monica de Faria Santos](#)Data: **24/08/2016**Hora: **09:09:26**

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg] [Tela Inicial](#)[Imprimir](#)[Exportar Excel](#)



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA**

CNPJ: **71.103.550/0001-84**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 09:09:00 do dia 24/08/2016 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/09/2016.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 71.103.550/0001-84

SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	11.933.002/0001-50	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	São Vicente
GILBERTO GOMES MANSUR	732.552.898-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Regional	SP	São Vicente
MARIA GOMES MANSUR	031.586.678-00	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETORA SUPERINTENDENTE)	0	--	--	OM	Regional	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	São Vicente
NEUSA MANSUR ILSE	342.731.828-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	OM	Regional	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	São Vicente

Usuário: [anatel\reginam.mc](#) - Regina Monica de Faria Santos

Data: 24/08/2016

Hora: 07:49:00



Menu Principal ▾

Modulos Unificados (Cadastro e Consulta)

Consulta Composição da Entidade...

Consultas Gerais

Módulos Auxiliares

Ajuda

0001-50

SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	11.933.002/0001-50	EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Santos
		RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Sócio	1520000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santos
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	São Vicente



BOM DIA

Regina Monica de Faria Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 732.552.898-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GILBERTO GOMES MANSUR	732.552.898-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	OM	Regional	SP	São Vicente
		RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE SUPERINTENDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Santos
		RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Sócio	1520000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santos
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	São Vicente

Usuário: [anatel\reginam.mc](#) - Regina Monica de Faria Santos Data: 24/08/2016 Hora: 09:11:34



BOM DIA

Regina Monica de Faria Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 031.586.678-00

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA GOMES MANSUR	031.586.678-00	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETORA SUPERINTENDENTE)	0	--	--	OM	Regional	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	São Vicente

Usuário: anatel\reginam.mc - Regina Monica de Faria Santos Data: 24/08/2016 Hora: 09:11:45



BOM DIA

Regina Monica de Faria Santos

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF
CPF: 342.731.828-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NEUSA MANSUR ILSE	342.731.828-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	OM	Regional	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	OM	Regional	SP	São Vicente

Usuário: anatel\reginam.mc - Regina Monica de Faria Santos Data: 24/08/2016 Hora: 09:12:01

Consulta Geral

Canal/Freq	Entidade	UF	Localidade	Serviço	Fase	Situação	Car.
930.kHz	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	SP	São Vicente	OM	3	M	
930.kHz	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	SP	São Vicente	OM	3	K	

Usuário: **anatel\reginam.mc - Regina Monica de Faria Santos**Data: **24/08/2016**Hora: **09:11:29**Registro **1** até **2** de **2** registrosPágina: [1] [Ir] [Reg]

Consulta Geral - OM**Identificação do Canal PB**

UF: SP
Município: São Vicente
Frequência: 930 kHz
Classe: B

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 7806540

Fistel: 02008036626
CNPJ: 71.103.550/0001-84
Situação: Entidade não possui débitos
Último Licenciamento: 05/11/2001

Primeiro Licenciamento:

+ **Dados do Plano Básico**

☐ **Dados da Outorga**

Dados da Entidade

CNPJ:
Razão Social: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
Nome Fantasia: **Tipo de Usuário:** Integral

Pesquisar

Endereço Sede

País:
Número do CEP:
Número:
Município:
Telefone: 13 3289-5757

Logradouro:
Complemento:
Distrito:

Bairro:
SubDistrito:
Fax: 13 3289-4758

Estado:

Endereço de Correspondência

País:
Número do CEP:
Número:
Município:
Telefone:

Logradouro:
Complemento:
Distrito:

Fax:

Bairro:
SubDistrito:

Estado:

E-mail:

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico:

Data Publicação Contrato/Convênio:

SCRAD Técnico:

Data Limite Instalação:

Número do Processo:

Fistel: 02008036626

☐ **Documentos Emitidos**

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
			- Selecione -			23/01/1980	Advertência	Jur.
			- Selecione -			30/04/1984	Renovação	Jur.
			- Selecione -	DMC			Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur.
			- Selecione -	DMC			Autoriza Equipamento	Jur.
			- Selecione -	DMC			Enquadramento Plano Básico	Jur.
			- Selecione -			19/10/1994	Renovação	Jur.
			- Selecione -			07/02/1997	Advertência	Jur.
			- Selecione -	DMC			Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur.
			- Selecione -			25/03/1999	Renovação	Jur.
			- Selecione -			14/01/2000	Multa	Jur.
			- Selecione -			25/07/2000	Multa	Jur.
			- Selecione -			25/07/2000	Multa	Jur.
			- Selecione -	ER		02/02/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Jur.

+ **Característica da Estação Instalada**

+ **Dados do Licenciamento**

 Tela Inicial  Imprimir



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
COSTA DO SOL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA		
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35224262521	04/02/2010	25/08/2016 10:04:54
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
20/01/2010	11.933.002/0001-50	

CAPITAL
R\$ 3.966.000,00 (TRÊS MILHÕES, NOVECENTOS E SESENTA E SEIS MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: AV. ANA COSTA	NÚMERO: 532	
BAIRRO:	COMPLEMENTO: 3 A CJ. 32	
MUNICÍPIO: SANTOS	CEP: 11060-002	UF: SP

OBJETO SOCIAL
OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO, EXCETO HOLDINGS ALUGUEL DE IMÓVEIS PRÓPRIOS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 46792454, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 3.965.000,00
YLIDIA BOLZAN MANZUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 005.111.848-32, RG/RNE: 7422208, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00

ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 314.892/11-4 SESSÃO: 05/09/2011

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 10.360.780,00 (DEZ MILHÕES, TREZENTOS E SESSENTA MIL, SETECENTOS E OITENTA REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE YLIDIA BOLZAN MANZUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 005.111.848-32, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.743.891,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.616.889,00.

INCLUSÃO DE CNPJ 11.933.002/0001-50

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 429.985/11-3 SESSÃO: 25/10/2011

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE YLIDIA BOLZAN MANZUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 005.111.848-32, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.616.889,00.

ADMITIDO BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A , DOCUMENTO: 00000000011, SITUADA À RUA GUARARA, 58, AP 58, JA PAULISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01425-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.360.779,00.

NOMEADO PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 46792454, RESIDENTE À AV BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, AP 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-400, REPRESENTANDO BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 419.700/15-8 SESSÃO: 01/10/2015

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: ALTERACAO DA CLAUSULA SEXTA DA ADMINISTRACAO E SEUS PARAGRAFOS - A SOCIA BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A ATVARES DE SEU DIRETOR PAULO ROBERTO GOMES MANSUR COMUNICA QUE ADQUIRIU O NUMERO DE CNPJ MF 14.683.317/0001-84 E NIRE 35300415426

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE YLIDIA BOLZAN MANZUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 005.111.848-32, RG/RNE: 7422208 - SP, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A , NIRE 35300415426, SITUADA À RUA GUARARA, 58, AP 58, JA PAULISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01425-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.360.779,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 46792454, RESIDENTE À AV BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, AP 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-400, REPRESENTANDO BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 451.249/15-0 SESSÃO: 14/10/2015

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE YLIDIA BOLZAN MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 005.111.848-32, RG/RNE: 7422208 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, AP 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, REPRESENTANDO BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A , NIRE 35300415426, SITUADA À RUA GUARARA, 58, AP 58, JARDIM PAULISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01425-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.360.779,00.(ENDERECO: RUA GUARARA 58 AP 58 JARDIM PAULISTA SP 01425000)

RETIRA-SE DA SOCIEDADE PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RESIDENTE À AV BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, AP 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-400, REPRESENTANDO BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA TOLENTINO FILGUEIRAS, 119, CJ 82 8 ANDAR, GONZAGA, SANTOS - SP, CEP

11060-471.

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: A SOCIA BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A COMUNICA QUE PASSOU A SER REPRESENTADA PELA DIRETORA YLIDIA BOLZAN MANSUR

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 569.650/15-0 SESSÃO: 18/12/2015

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 428.030,00 (QUATROCENTOS E VINTE OITO MIL, TRINTA REAIS).

CISÃO PARCIAL DESTA SOCIEDADE COM TRANSFERÊNCIA DE PARTE DO SEU PATRIMÔNIO PARA NIRE 35229642828.

REMANESCENTE YLIDIA BOLZAN MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 005.111.848-32, RG/RNE: 7422208 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, AP 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, REPRESENTANDO BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A , NIRE 35300415426, SITUADA À RUA GUARARA, 58, AP 58, JARDIM PAULISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01425-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 428.029,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 001.119/16-3 SESSÃO: 05/01/2016

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE YLIDIA BOLZAN MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 005.111.848-32, RG/RNE: 7422208, RESIDENTE À AVENIDA BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, AP 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A , NIRE 35300415426, SITUADA À RUA GUARARA, 58, AP 58, JARDIM PAULISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01425-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 428.029,00.

ADMITIDO MARCUS VINICIUS BOLZAN MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 306.212.058-42, RG/RNE: 28.744.238-X, RESIDENTE À RUA DOM GASPAR AFONSECA, 11, AP 92, GONZAGA, SANTOS - SP, CEP 11055-360, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 214.014,00.

ADMITIDO PAULO THIAGO BOLZAN MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 214.365.758-77, RG/RNE: 28.744.196, RESIDENTE À RUA CASTRO ALVES, 75, AP 92, EMBARE, SANTOS - SP, CEP 11040-191, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 214.014,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 045.211/16-4 SESSÃO: 28/01/2016

DIARIO OFICIAL EMPRESARIAL, DE 14/01/2016.

NUM.DOC: 045.212/16-8 SESSÃO: 28/01/2016

A TRIBUNA, DE 14/01/2016.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35224262521
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 24/08/2016



Ficha Cadastral Completa certificada para ALTAIR DE SANTANA PEREIRA:00690063180
[Autenticidade: 75510711] - Junta Comercial do Estado de São Paulo - www.jucesponline.sp.gov.br

Signature Not Verified

Digitally signed by JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SAO PAULO:08920678000171
Date: 2016.08.25 10:04:54 -03:00
Reason: Autenticação de Ficha Cadastral Completa
Location: Sao Paulo

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.003330/2014-27 (Relacionado ao de nº 53000.035238/2004-54).		
Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA		
Localidade: SÃO VICENTE	UF: SP	Serviço: OM
Períodos: 01/05/2004 a 01/05/2014 e 01/05/2014 a 01/05/2024.		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl (S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	x			3 e 4
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	x			6
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	x			7
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;	x			6 e 7 (0753994)
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			8 a 17 (2009 a 2013); 9 a 14 (2010 a 2015) - SEI (0753994)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			18 a 39 (2009 a 2013); 16 a 25 (2010 a 2015) - SEI (0753994)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	x			SEI 1313593
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	x			41
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	x			42
10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	x			43

11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			44; 27 SEI (0753994)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			45 a 48
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	x			29 SEI (0753994)
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	x			31 SEI (0753994)
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	x			3 a 4
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	x			Laudo de ensaio – 51 a 69; Laudo de vistoria – 219 a 225- SEI 0753994

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES

DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	FI (S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		

17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	Gilberto Gomes Mansur						14 (0278246) – positiva (objeto é pé – 15 e 16) – ok; 33 SEI (0753994) – positiva. A Entidade apresentou algumas certidões de objeto e pé em relação aos processos principais – (fls. 4, 5, 6, 7, 8 e 9 – SEI 0873773) e 5; 11 e 12 e consulta processual 6 a 10 e 13 a 14 (SEI 1053605) . Verificou-se ainda, consulta processual de vários processos nos quais constam a seguinte expressão “Encerrado” – fls. 38 e 39; 48 e 49; 53 e 54; 57 e 58; 59 e 60; 61 e 62; 63 e 63; 72 e 73; 75 e 76; 77 e 78; 79 e 80. E outros com a expressão “Julgado” – fls. 55 e 56; 82 e 83 (SEI 0753994).
	Costa do Sol Administração e Participações Ltda	x		x			13 (0278246); 95 SEI (0753994)

Neusa Mansur Ilse						17 (0278246); 109 SEI 0753994. – positiva. A Entidade apresentou algumas certidões de objeto e pé em relação aos processos principais – (fls. 11 e 12 – SEI 0873773). Embora a Entidade não tenha encaminha do certidão de objeto e pé de todos os processos, constam dos autos consulta processual em relação aos processos com a seguinte expressão “Encerrad o” – fls. 111 e 112 (SEI 0753994).
-------------------	--	--	--	--	--	---

18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual, de 1ª e 2ª instância;	Maria Gomes Mansur	x		x			18 (0278246); 131 SEI 0753994 – – positiva. A Entidade apresentou algumas certidões de objeto e pé em relação aos processos principais – (fls. 13 a 18 – SEI 0873773). Embora a Entidade não tenha encaminha do certidão de objeto e pé de todos os processos, constam dos autos consulta processual em relação aos processos com a seguinte expressão “Encerrad o” – fls. 133 e 134 (SEI 0753994).
	Gilberto Gomes Mansur	x		x			9 (0278246); 87 SEI (0753994) – positiva – Objeto e pé– fls. 93 e 94 – SEI 0753994 e 8 e 9 – SEI 0873773.
	Costa do Sol Administração e Participações Ltda	x		x			10 (0278246); 96 SEI (0753994)

	Neusa Mansur Ilse	x		x			11 (0278246); 130 SEI 0753994.
	Maria Gomes Mansur	x		x			12 (0278246); 142 SEI 0753994.k
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Gilberto Gomes Mansur	x		x			5; 19 e 20 (0278246)
	Costa do Sol Administração e Participações Ltda	x		x			6; 21 e 22 (0278246)
	Neusa Mansur Ilse	x		x			7; 23 e 24 (0278246)
	Maria Gomes Mansur	x		x			7; 25 e 26 (0278246)
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Gilberto Gomes Mansur	x		x			5; 19 e 20 (0278246)
	Costa do Sol Administração e Participações Ltda	x		x			6 ; 21 e 22 (0278246)
	Neusa Mansur Ilse	x		x			7; 23 e 24 (0278246)
	Maria Gomes Mansur	x					8, 25 e 26 (0278246)
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais (quitação e criminal) , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Gilberto Gomes Mansur	x					181 – quitação e 186 - criminal SEI 0753994
	Costa do Sol Administração e Participações Ltda	-	-	-	-	-	Não se aplica
	Neusa Mansur Ilse	x					183 – quitação e 188- criminal SEI 0753994
	Maria Gomes Mansur	x					184 – quitação e 189 - criminal SEI 0753994
23- certidões de protestos de títulos ;	NOME (S)	SIM		NÃO		NÃO SE APLICA	FL (S).
	Gilberto Gomes Mansur	x					191 a 194 SEI 0753994
	Costa do Sol Administração e Participações Ltda	x					195 SEI 0753994
	Neusa Mansur Ilse	x					210 a 213 SEI 0753994
	Maria Gomes Mansur	x					214 a 217 SEI 0753994

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

CONCLUSÃO

A documentação apresentada NÃO ATENDE ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:

1 – A Interessada apresentou documento (fl. 1 SEI 0753994) no qual informa os quadros societário e diretivo da Costa do Sol Administração e Participações Ltda., com a seguinte composição:

BY 1 Administração e participações S/A – sócia e Ilidia Bolzan Mansur – sócia e Administradora.

Certidões apresentadas nos autos em relação aos sócios e administradores:

a - Ilidia Bolzan Mansur – Justiça Estadual Cível (2ª Instância) – fl. 97, 149, 162 e 163 - SEI (0753994) – positiva – objeto e pé – fl. 10 (SEI 0873773). Na fl. 2 a Entidade informa que a certidão apresentada se refere aos autos principais: 0027535-96.2002.8.26.056 (Ap: 0029120-89.2003.8.26.0000 (994.03.029120-3). Embora a Entidade não tenha encaminhado certidão de objeto e pé do referido processo, consta dos autos consulta processual com a seguinte expressão “encerrado” – fls. 99 e 100 (SEI 0753994). Justiça Estadual Criminal (2ª Instância) – fl. 106, 158, 161 e 172 - SEI (0753994); Justiça Estadual Cível (1ª Instância) – fl. 144 - SEI (0753994); Justiça Estadual Criminal (1ª Instância) – fl. 145 - SEI (0753994); Justiça Federal Cível e Criminal (1ª Instância) – fl. 146 - SEI (0753994); Justiça Federal (2ª Instância) – fl. 147 e 148 - SEI (0753994); Justiça Eleitoral (quitação) - fl. 159 e 182 - SEI (0753994); Justiça Eleitoral (Criminal) - fl. 160 e 187 - SEI (0753994); Certidão de protesto de títulos – 196 a 199 – SEI 0753994.

b – BY 1 Administração e Participações S/A - Justiça Estadual Cível (2ª Instância) – fl. 107 e 178 - SEI (0753994); Justiça Estadual Criminal (2ª Instância) – fl. 108 e 179 - SEI (0753994); Justiça Estadual Cível (1ª Instância) – fl. 173 - SEI (0753994); Justiça Estadual Criminal (1ª Instância) – fl. 174 - SEI (0753994); Justiça Federal Cível e Criminal (1ª Instância) – fl. 175 - SEI (0753994); Justiça Federal (2ª Instância) – fl. 176 e 177 - SEI (0753994); Certidão de protesto de títulos – 200 a 209 – SEI 0753994.

2 – Registra-se que o protocolo de nº 53900.051734/2015-64 (fls. 1 a 225 - SEI nº 0753841) – contém o mesmo arquivo do protocolo de nº 53900.051722/2015-30 (fls. 1 a 225 - SEI nº 0753994). Portanto, não foram registrados no Checklist os documentos do mesmo, por se tratar de duplicidade de arquivos.

3 – Registra-se, ainda, que o quadro societário da Costa do Sol Administração e Participações Ltda., constante da Certidão da Junta Comercial do Estado de São Paulo (SEI nº 1317936) está divergente do quadro informado à fl. 1 (SEI nº 0753994)

Observações:

pela Entidade. Por essa razão, a Entidade deverá ser oficiada a apresentar novos documentos necessários à completa instrução dos autos.

Analista: REGINA MÔNICA DE FARIA SANTOS

Cargo: ANALISTA/CHEFE DE SERVIÇO

Data: 23/08/2016.

NOTA TÉCNICA Nº 21680/2016/SEI-MCTIC

Processo nº 53000.003330/2014-27 (Relacionado ao de nº 53000.035238/2004-54).

Assunto: EXIGÊNCIA. Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda., relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média na localidade de São Vicente, estado de São Paulo, referente aos seguintes períodos: 01/05/2004 a 01/05/2014 e 01/05/2014 a 01/05/2024.

ANÁLISE

2. Inicialmente, é importante consignar que a última análise realizada por esta Secretaria de Comunicação Eletrônica - SCE nos termos da Nota Técnica nº 19621/2015/SEI-MC (evento SEI nº 0692601) concluiu pela expedição do Ofício nº 28360/2015/SEI-MC à Entidade, com vistas à apresentação da documentação instrutória.

3. A Entidade respondeu à exigência por meio dos protocolos de números 53900.051722/2015-30, 53900.051734/2015-64, 53900.070473/2015-81 e 53900.019902/2016-16. Porém, apesar da documentação apresentada, esta ainda não se mostra suficiente para o término do processo. Por esta razão, conforme consta da Lista de Verificação de Documentos (1316723), para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar, ainda, os seguintes documentos:**

RELATIVO À SÓCIA COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.:

3.1. certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente atualizada), a fim de confirmar os quadros societários e diretivo da entidade;

RELATIVOS AOS SÓCIOS DA COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA: SENHC MARCUS VINICIUS BOLZAN MANSUR E PAULO THIAGO BOLZAN MANSUR:

3.2. certidão de distribuição cível e criminal, das esferas Estadual, Federal (1ª e 2ª instâncias) e criminal Eleitoral, de todos os sócios (**em caso de certidões cível ou criminal positivas deverá ser apresentada a correspondente certidão de inteiro teor**);

3.3. certidões de protesto de títulos de todos os sócios;

3.4. prova de cumprimento das obrigações eleitorais, mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral.

4. Não obstante, submeta-se o feito à consideração da Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós-Outorga, para decisão, tendo em vista o disposto na Portaria nº 1.851/2015/SEI-MC, publicada no Boletim de Serviço de 5.5.2015, por intermédio da qual lhe é delegada competência para tanto.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no parágrafo 3, ficando advertida que o não atendimento ou o atendimento parcial à exigência ora formulada implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Regina Monica de Faria Santos, Chefe de Serviço**, em 25/08/2016, às 14:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga**, em 30/08/2016, às 19:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1316725** e o código CRC **92128E97**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Grupo de Trabalho de Radiodifusão Comercial
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 32625/2016/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
Avenida Ana Costa nº 532, Complemento CJ 52 - Gonzaga
11.060-002 Santos/SP

Assunto: **Renovação de Outorga. Exigência. Processo nº 53000.003330/2014-27 (Relacionado ao de nº 53000.035238/2004-54).**

Senhor (a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 21680/2016/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.
2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.
3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora do Subgrupo Legal de Pós Outorga**, em 30/08/2016, às 19:16, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1318481** e o código CRC **C93C207A**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 32625/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53000.003330/2014-27
- Nº SEI: 1318481

Data de Envio:

31/08/2016 15:14:47

De:

MCTIC/SDCOM (SEI-MC) <sdcom.sei@comunicacoes.gov.br>

Para:

cultura@radiocultura.com.br
gilmansur@mtv.com.br
rodolfo@mouraeribeiro.adv.br
lucas@mouraeribeiro.adv.br

Assunto:

Envio de Correspondência Oficial - Ministério das Comunicações

Mensagem:

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES​

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Subgrupo de Documentação e Informação Comercial Prezado(a),

Ref: 53000.003330/2014-27

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Serviços Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.
Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_1318481.html
Nota_Tecnica_1316725.html



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

CERTIFICAMOS QUE AS INFORMAÇÕES ABAIXO CONSTAM DOS DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL E SÃO VIGENTES NA DATA DE SUA EXPEDIÇÃO.

SE HOUVER ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, ESTA CERTIDÃO PERDERÁ SUA VALIDADE.

A AUTENTICIDADE DESTA CERTIDÃO E A EXISTÊNCIA DE ARQUIVAMENTOS POSTERIORES, SE HOUVER, PODERÃO SER CONSULTADAS NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DO DOCUMENTO.

EMPRESA							
NIRE 35200804617	REGISTRO	DATA DA CONSTITUIÇÃO 08/01/1946	INÍCIO DAS ATIVIDADES 08/01/1946	PRAZO DE DURAÇÃO			
NOME COMERCIAL SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA						TIPO JURÍDICO SOCIEDADE LIMITADA	
C.N.P.J.		ENDEREÇO PCA MATEO BEI			NÚMERO 110	COMPLEMENTO	
BAIRRO VL JOCKEY CLUBE		MUNICÍPIO SAO VICENTE		UF SP	CEP 11300-000	MOEDA R\$	VALOR CAPITAL 100.000,00

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO E TELEVISÃO

SÓCIO			
NOME COSTA DO SUL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA			
ENDEREÇO RUA TOLENTINO FILGUEIRAS		NÚMERO 119	COMPLEMENTO 8 AND CJ 82
BAIRRO GONZAGA	MUNICÍPIO SANTOS	UF SP	CEP 11060-471
DOCUMENTO 00000000001	CARGO SÓCIO		QUANTIDADE COTAS 25.000,00

SÓCIO E DIRETOR PRESIDENTE			
NOME GILBERTO GOMES MANSUR			
ENDEREÇO AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO		NÚMERO 105	COMPLEMENTO APTO. 21
BAIRRO APARECIDA	MUNICÍPIO SANTOS	UF SP	CEP 11045-401
CPF 732.552.898-15	CARGO SÓCIO E DIRETOR PRESIDENTE		RG 5345747X
			QUANTIDADE COTAS 25.000,00

SÓCIO E DIRETOR SUPERINTENDENTE			
NOME MARIA GOMES MANSUR			
ENDEREÇO PC. HEROI DE 32		NÚMERO 15	COMPLEMENTO AP. 1041 1042
BAIRRO	MUNICÍPIO	UF	CEP
			RG

CENTRO	SAO VICENTE	SP	11320-430	1890509
CPF 732.227.398-20	CARGO SÓCIO E DIRETOR SUPERINTENDENTE	QUANTIDADE COTAS 25.000,00		

SÓCIO E DIRETOR FINANCEIRO				
NOME NEUSA MANSUR ILSE				
ENDEREÇO AV. DOS BANCARIOS		NÚMERO 88	COMPLEMENTO APTO. 95	
BAIRRO PONTA DA PRAIA	MUNICÍPIO SANTOS	UF SP	CEP 11030-300	RG 4596487
CPF 342.731.828-15	CARGO SÓCIO E DIRETOR FINANCEIRO	QUANTIDADE COTAS 25.000,00		

REPRESENTANTE				
NOME YLIDIA BOLZAN MANSUR				
ENDEREÇO AV BARTOLOMEU DE GUSMAO		NÚMERO 79	COMPLEMENTO AP 91	
BAIRRO APARECIDA	MUNICÍPIO SANTOS	UF SP	CEP 11045-401	RG 74222089
CPF 005.111.848-32	CARGO REPRESENTANTE	QUANTIDADE COTAS		

FILIAIS				
NIRE 35904861413		CNPJ 71.103.550/0002-65		
ENDEREÇO AV ANA COSTA		NÚMERO 532	COMPLEMENTO CJ 54 E 55	
BAIRRO GONZAGA	MUNICÍPIO SANTOS	UF SP	CEP 11060-002	

ARQUIVAMENTO COM BLOQUEIO		
DATA 21/08/2007	NÚMERO 852.408/07-9	SITUAÇÃO PENDÊNCIA ADMINISTRATIVA
JC - Nº 1214637/07 DE 15/06/2007. OFÍCIO Nº 110/07.. EXPEDIDO PELO MINISTERIO DA FAZENDA, SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS, GABINETE DO DELEGADO, RECEITA FEDERAL. ENCAMINHA A RELACAO DE BENS E DIREITOS PARA ARROLAMENTO EM NOME DO SUJEITO PASSIVO SR. GILBERTO GOMES MANSUR- CPF: 732.552.898-15, PARA QUE SEJA PROVIDENCIADA A AVERBACAO DE QUOTAS DESTA EMPRESA. A OCORRENCIA DE ALIENCAO, TRANSFERENCIA OU ONERACAO DE QUALQUER DOS BENS OU DIREITOS RELACIONADOS DEVERA SER COMUNICADA A ESTA UNIDADE DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL NO BRASIL NO PRAZO DE 48 HORAS.		

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO		
DATA	NÚMERO	

18/02/2016	077.749/16-9	
REMANESCENTE GILBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.552.898-15, RG/RNE: 5345747X - SP, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 105, APTO. 21, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.		
REMANESCENTE MARIA GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.227.398-20, RG/RNE: 1890509 - SP, RESIDENTE À PC. HEROI DE 32, 15, AP. 1041 1042, CENTRO, SAO VICENTE - SP, CEP 11320-430, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR SUPERINTENDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.		
RETIRA-SE DA SOCIEDADE PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 46492454, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO. 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, REPRESENTANDO COSTA DO SUL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA.		
REMANESCENTE NEUSA MANSUR ILSE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 342.731.828-15, RG/RNE: 4596487 - SP, RESIDENTE À AV. DOS BANCARIOS, 88, APTO. 95, PONTA DA PRAIA, SANTOS - SP, CEP 11030-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR FINANCEIRO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.		
ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE COSTA DO SUL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA , DOCUMENTO: 000000000001, SITUADA À RUA TOLENTINO FILGUEIRAS, 119, 8 AND CJ 82, GONZAGA, SANTOS - SP, CEP 11060-471, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.		
CITADO YLIDIA BOLZAN MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 005.111.848-32, RG/RNE: 7422208-9, RESIDENTE À AV BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, AP 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, REPRESENTANDO COSTA DO SUL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA.		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35200804617 DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 30/03/2017



Certidão Simplificada emitida para ALTAIR DE SANTANA PEREIRA:00690063180
[Autenticidade: 84021305] - Junta Comercial do Estado de São Paulo - www.jucesponline.sp.gov.br

Signature Not Verified
Digitally signed by FLAVIA REGINA BRITTO:30880294876
Date: 2017.03.31 14:31:14 -03:00
Reason: Autenticação de Certidão Simplificada
Location: Sao Paulo



BOM DIA
Claudia Franco Vieira Almeida

Sistemas
Interativos

 **Menu Principal** ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor

Nome Sócio/Diretor: MARCUS VINICIUS BOLZAN MANSUR

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 31/03/2017

Hora: 10:17:16



BOA TARDE
Claudia Franco Vieira Almeida
Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 306,212,058-42

•
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 31/03/2017

Hora: 14:27:02



BOA TARDE
Claudia Franco Vieira Almeida
Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor

Nome Sócio/Diretor: PAULO THIAGO BOLZAN MANSUR

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 31/03/2017

Hora: 14:28:27



BOA TARDE
Claudia Franco Vieira Almeida
Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 214,365,758-77

•
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 31/03/2017

Hora: 14:34:08



BOA TARDE
Claudia Franco Vieira Almeida
Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: Nome Sócio/Diretor

Nome Sócio/Diretor: YLIDIA BOLZAN MANSUR

.

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 31/03/2017

Hora: 14:35:41



BOA TARDE
Claudia Franco Vieira Almeida
Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 005.111.848-32

•
Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: claudiaf.mc - Claudia Franco Vieira Almeida

Data: 31/03/2017

Hora: 14:37:54



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA**

CNPJ: **71.103.550/0001-84**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:45:24 do dia 31/03/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 30/04/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

Instrução de processos de renovação de outorgas de concessões e permissões deferidas a pessoas jurídicas de natureza privada, para a execução de serviços de radiodifusão comercial.

Processo nº: 53000.003330/2014-27		
Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA		
Localidade: SÃO VICENTE	UF: SP	Serviço: OM
Períodos: 01/05/2014 a 01/05/2024.		

RELATIVOS À ENTIDADE				
DOCUMENTOS	SIM	NÃO	NÃO SE APLICA	Fl (S).
1- Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada;	x			3 e 4
2- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; e (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso haja a renovação da outorga;	x			6
3- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada;	x			7
4- Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a Entidade: atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço;	x			6 e 7 (0753994)*
5- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregador</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			8 a 17 (2009 a 2013); 9 a 14 (2010 a 2015) - SEI (0753994)
6- Certificado de quitação da contribuição sindical, <u>relativa ao empregado</u> (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos);	x			18 a 39 (2009 a 2013); 16 a 25 (2010 a 2015) - SEI (0753994)
7- Comprovante de regularidade com o FISTEL;	x			SEI 1313593
8- Prova de regularidade relativa ao INSS;	x			41
9- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	x			42
10- Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal;	x			43

11- Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			44; 27 SEI (0753994)
12- Provas de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada e do local da prestação do serviço;	x			45 a 48
13- Certidão negativa de débitos expedida pela Justiça do Trabalho;	x			29 SEI (0753994)
14- Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata);	x			31 SEI (0753994)
15- Certidão da junta comercial (ou órgão de registro equivalente) atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade;	x			3 a 4
16- Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado, a fim de comprovar a regularidade de instalação da estação de radiodifusão;	x			Ensaio – 51 a 69 (0119567); Vistoria – 219 a 225- (0753994)

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	FI (S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	Gilberto Gomes Mansur	x		x			14 (4)(0278246) ** 33 (0753994)
	Costa do Sol Administração e Participações Ltda	x		x			13 (0278246) 95 (0753994)
	Neusa Mansur Ilse	x		x			17 (0278246); 109 (5) 0753994.
	Maria Gomes Mansur	x		x			18 (0278246); 131 (6) 0753994 –
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	Gilberto Gomes Mansur	x		x			9 (0278246); 87 (7) (0753994) – positiva –.
	Costa do Sol Administração e Participações Ltda	x		x			10 (0278246); 96 SEI (0753994)

	Neusa Mansur Ilse	x		x			11 (0278246); 130 SEI 0753994.
	Maria Gomes Mansur	x		x			12 (0278246); 142 SEI 0753994.k
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Gilberto Gomes Mansur	x		x			5; 19 e 20 (0278246)
	Costa do Sol Administração e Participações Ltda	x		x			6; 21 e 22 (0278246)
	Neusa Mansur Ilse	x		x			7; 23 e 24 (0278246)
	Maria Gomes Mansur	x		x			7; 25 e 26 (0278246)
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Gilberto Gomes Mansur	x		x			5; 19 e 20 (0278246)
	Costa do Sol Administração e Participações Ltda	x		x			6 ; 21 e 22 (0278246)
	Neusa Mansur Ilse	x		x			7; 23 e 24 (0278246)
	Maria Gomes Mansur	x					8, 25 e 26 (0278246)
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais (quitação e criminal) , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Gilberto Gomes Mansur	x		x			181 – quitação 186 - criminal SEI 0753994
	Costa do Sol Administração e Participações Ltda	-	-	-	-	-	Não se aplica
	Neusa Mansur Ilse	x					183 – quitação 188- criminal SEI 0753994
	Maria Gomes Mansur	x					184 – quitação 189 - criminal SEI 0753994
23- certidões de protestos de títulos ;	NOME (S)	SIM	NÃO		NÃO SE APLICA		FL (S).
	Gilberto Gomes Mansur	x					191 a 194 (0753994)
	Costa do Sol Administração e Participações Ltda	x					195 (0753994)
	Neusa Mansur Ilse	x					210 a 213 (0753994)
	Maria Gomes Mansur	x					214 a 217 (0753994)

OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.

RELATIVOS AOS SÓCIOS / ADMINISTRADORES DA COSTA DO SOL							
DOCUMENTOS	NOME (S)	1ª Instância		2ª Instância		NÃO SE APLICA	FI (S).
		SIM	NÃO	SIM	NÃO		
17. Certidão de distribuição cível da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	Marcus Vinícius	x		x			6, 10 (1349786)#
	Paulo Tiago	x		x			8, 12 (1349786)
	Ylidia	x		x			144, 97 (0753994) - encerrado
18. Certidão de distribuição criminal da Justiça Estadual , de 1ª e 2ª instância;	Marcus Vinícius	x		x			7, 11 (1349786)
	Paulo Tiago	x		x			9, 13 (1349786)
	Ylidia	x		x			145, 106 (0753994)
19. Certidão de distribuição cível da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Marcus Vinícius	x		x			14, 16 (1349786)
	Paulo Tiago	x		x			15, 17 (1349786)
	Ylidia	x					146, 147 (0753994)
20. Certidão de distribuição criminal da Justiça Federal , de 1ª e 2ª instância;	Marcus Vinícius	x		x			14, 16 (1349786)
	Paulo Tiago	x		x			15, 17 (1349786)
	Ylidia	x					146, 147 (0753994)
21- prova de cumprimento das obrigações eleitorais (quitação e criminal) , mediante documento fornecido pela Justiça Eleitoral;	Marcus Vinícius	x					18 – criminal, 20 - quitação (1349786)
	Paulo Tiago	x					19 – criminal, 21 - quitação (1349786)
	Ylidia	x					159 – quitação, 160 - criminal (0753994)
23- certidões de protestos de títulos ;	NOME (S)	SIM		NÃO		NÃO SE APLICA	FL (S).
	Marcus Vinícius	x					22 (1349786)
	Paulo Tiago	x					23 (1349786)

	Ylidia	x			196-2000 (0753994)
OBS: em caso de certidões positivas de ações não transitadas em julgado, a entidade deverá apresentar conjuntamente a respectiva certidão de inteiro teor.					

CONCLUSÃO

A documentação apresentada ATENDE ao disposto na legislação regulamentar vigente.

Observações:
*53900.051722/2015-30 **53900.033004/2014-09 #53900.052073/2016-75 1 – Registra-se que o protocolo de nº 53900.051734/2015-64 (fls. 1 a 225 - SEI nº 0753841) – contém o mesmo arquivo do protocolo de nº 53900.051722/2015-30 (fls. 1 a 225 - SEI nº 0753994). Portanto, não foram registrados no Checklist os documentos do mesmo, por se tratar de duplicidade de arquivos. 3 – Registra-se, ainda, que o quadro societário da Costa do Sol Administração e Participações Ltda., constante da Certidão da Junta Comercial do Estado de São Paulo (SEI nº 1317936) está divergente do quadro informado à fl. 1 (SEI nº 0753994) pela Entidade. Por essa razão, a Entidade deverá ser oficiada a apresentar novos documentos necessários à completa instrução dos autos. 4. (objeto é pé – 15 e 16) – ok; A Entidade apresentou algumas certidões de objeto e pé em relação aos processos principais – (fls. 4, 5, 6, 7, 8 e 9 – SEI 0873773) e 5; 11 e 12 e consulta processual 6 a 10 e 13 a 14 (SEI 1053605) . Verificou-se ainda, consulta processual de vários processos nos quais constam “Encerrado” – fls. 38 e 39; 48 e 49; 53 e 54; 57 e 58; 59 e 60; 61 e 62; 63 e 63; 72 e 73; 75 e 76; 77 e 78; 79 e 80. E outros com status “Julgado”– fls. 55 e 56; 82 e 83 (SEI 0753994); 5. A Entidade apresentou algumas certidões de objeto e pé em relação aos processos principais – (fls. 11 e 12 – SEI 0873773). Embora a Entidade não tenha encaminhado certidão de objeto e pé de todos os processos, constam dos autos consulta processual em relação aos processos com a seguinte expressão “Encerrado” – fls. 111 e 112 (SEI 0753994). 6. A Entidade apresentou algumas certidões de objeto e pé em relação aos processos principais – (fls. 13 a 18 – SEI 0873773). Embora a Entidade não tenha encaminhado certidão de objeto e pé de todos os processos, constam dos autos consulta processual em relação aos processos com a seguinte expressão “Encerrado” – fls. 133 e 134 (SEI 0753994). 7. Objeto e pé– fls. 93 e 94 – SEI 0753994 e 8 e 9 – SEI 0873773;
Analista: Cláudia Cargo: Técnico de nível superior III



**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**

CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO Nº 53900.025989/2015-71

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comercial.

Radiodifusão comercial. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer. Devolução de todos os processos similares para a SCE.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A referida solicitação decorre da ausência de uniformidade no entendimento desta Consultoria Jurídica sobre os documentos necessários a regular instrução dos processos de renovação, conforme retratado, por exemplo, na Nota Técnica nº 3582/2015/SEI-MC.
3. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
4. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

5. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

6. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
7. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 30% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica se referem à renovação de outorgas. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há cerca de 5.000 processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
8. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
9. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

Em alguns casos, no entanto, o processo necessita de exame jurídico mais acurado.

10. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
11. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Breves considerações sobre o processo de renovação de outorgas dos serviços de radiodifusão comercial.

12. O procedimento de renovação se inicia a partir da apresentação de requerimento da entidade, observado o prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do prazo de vigência da outorga. Esta regra está prevista nos seguintes diplomas normativos:

Lei 5.785/1972. Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Ministério das Comunicações, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do respectivo prazo.

Decreto nº 88.066/1983. Art. 3º As entidades que pretenderem a renovação deverão dirigir requerimento ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações-DENTEL, no período compreendido entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término das respectivas concessões e permissões.

Portaria nº 329/2012. Art. 4º O pedido de renovação será dirigido ao Ministro de Estado das Comunicações e apresentado na sede, nas Delegacias Regionais do Ministério das Comunicações ou encaminhado por via postal, mediante carta registrada. § 1º O pedido referido no caput deve ser apresentado no prazo legal compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.

13. Junto com o requerimento, a entidade deve apresentar uma série de documentos, a maior parte deles previsto no Anexo II da Portaria nº 329/2012. Outros são exigidos em razão de entendimentos firmados por esta CONJUR e pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica - SCE. Em caso de omissão ou irregularidades passíveis de correção, a entidade será notificada visando à regularização do pedido (art. 5º, parágrafo único, Portaria nº 329/2012).
14. Verificada a tempestividade do requerimento, a regularidade da documentação apresentada, bem como o cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço, o pedido de renovação será deferido pelo Ministério das Comunicações (art. 2º, Portaria nº 329/2012). Neste caso, a entidade é convocada para assinatura de termo aditivo ao instrumento original, sendo que a sua eficácia fica suspensa até a deliberação do Congresso Nacional, mediante a publicação do respectivo decreto legislativo (art. 9º, Portaria nº 329/2012).
15. Em sentido contrário, será declarada a perempção da concessão ou da permissão nos casos de: (i) intempestividade do pedido, ressalvada a hipótese de extinção da outorga por decurso de prazo; (ii) não cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço; (iii) não apresentação da documentação solicitada pelo Ministério das Comunicações; (iv) aplicação de pena de cassação; e (v) excesso aos limites de outorgas de

serviços de radiodifusão (art. 10, Portaria nº 329/2012).

16. Antes de ser declarada a perempção, é assegurado o contraditório e a ampla defesa da interessada, que poderá apresentar defesa no prazo de trinta dias, a contar da notificação (art. 12, Portaria nº 329/2014). Por fim, declarada a perempção, o processo deve ser remetido para deliberação do Congresso Nacional, a quem compete a palavra final sobre a não renovação da outorga, observado o quorum qualificado de que trata o § 2º do art. 223 da Constituição Federal.

II.III. Da documentação a ser conferida nos processos de renovação de outorga.

17. Como já ressaltado, a análise dos pedidos de renovação é, em boa parte, limitada à conferência de documentos. A lista consolidada é a seguinte:

	DOCUMENTO	FUNDAMENTO
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	Art. 112, Dec. nº 52.795/1963; Art. 3º, parágrafo 1º, Dec. nº 88.066/1993
2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; (iii) atende as finalidades educativas e culturais.	§3º do art. 14 do Dec. nº 52.795/1963; art. 12 do Dec. Lei nº 236/1967; Anexo II, Port. 329/2012 e art. 1º do Decreto nº 88.066/1983
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.	Art. 38, alínea “a” da Lei nº 4.117/1962; Anexo II, Port. 329/2012.
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).	Art. 3º, parágrafo 1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993; Anexo II, Port. 329/2012.
5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de	Art. 3º, parágrafo 1º, alínea b, Dec. nº 88.066/1993;

	recolhimento dos últimos cinco anos).	Anexo II, Port. 329/2012.
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.	Art. 15, § 3º, alínea e, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 15, § 3º, alínea c, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
9	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.	Art. 15, § 3º, alínea d, Dec. nº 52.795/1963; Anexo II, Port. 329/2012.
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho	Art. 29, V, Lei nº 8.666/1993.
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).	Art. 15, §2º, alínea b, Dec. 52795/1963.
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.	Art. 15, § 4º, alínea b, Dec. nº 52.795/1963.
15	Relatório das sanções administrativas aplicadas à entidade durante o período de vigência da outorga.	Art. 33, §3º da Lei nº 4.117/1962.
16	Certidão atualizada da Junta Comercial	Art. 15, §1º, alínea a, Decreto nº 52.795/1963.
17	Laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.	Art. 33, § 3º, art. 67, par. único, da Lei nº 4.117/1962; art. 40, § 1º, art. 48, art. 122, 28, Dec.

52.795/1962

18. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.
19. Quanto ao requerimento, a tempestividade é o requisito fundamental a ser considerado, tendo em vista o disposto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972. Com efeito, além de estabelecer o prazo legal a ser observado pelas emissoras, este dispositivo menciona, ainda, em seu § 2º, que o pedido será deferido “havendo a concessionária ou permissionária *requerido a renovação no prazo*”.
20. Por isso mesmo, o § 3º do art. 4º da Portaria nº 329/2012 é expresso ao mencionar que os pedidos de renovação apresentados fora do prazo “serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações”. Dispositivo com conteúdo similar encontra-se no art. 2º da Portaria nº 153/2012.
21. Em suma, a tempestividade do requerimento é condição para o deferimento do pedido de renovação (art. 2º, I, Port. 329/2014), sendo a sua intempestividade causa de declaração de perempção (art. 10, I, Port. 329/2014). Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar se o pedido do requerente é ou não tempestivo.
22. Os documentos números 02 a 13 estão expressamente previstos nas normas indicadas no quadro, dispensando comentários adicionais.
23. Registre-se, apenas, quanto à certidão negativa de débitos perante a Justiça do Trabalho (documento 12), que se trata de nova exigência legal, instituída pela Lei nº 12.440/2011, aplicável a todas as contratações públicas efetuadas com base na Lei nº 8.666/1993.
24. A não apresentação ou a existência de certidões positivas para os casos previstos nos documentos de números 2 a 13 levarão ao descumprimento de critério objetivo, o que ocasionará, caso não haja regularização, a declaração de perempção e proposta de não renovação da outorga. Esses documentos, portanto, são passíveis de simples conferência pela área técnica, ficando dispensada a avaliação jurídica individualizada pela CONJUR.
25. Em suma, nesses casos, caberá a SCE instruir o processo com vistas à renovação, se apresentadas as certidões negativas e de regularidade, ou à perempção, se o contrário ocorrer.
26. Por sua vez, as certidões negativas de distribuição cíveis e criminais são instrumentos para a avaliação da idoneidade moral dos sócios e administradores da entidade, conforme exige o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962. Nesses termos, apresentadas as certidões negativas, não será necessária a avaliação individualizada da Consultoria Jurídica, pois preenchido o requisito firmado neste Parecer.
27. No caso de certidões positivas, a certidão de objeto e pé somente deve ser exigida quando a consulta ao *site* do respectivo tribunal não for suficiente para se obter a informação pretendida. De modo que este documento possui caráter subsidiário, tendo por finalidade complementar as informações nos casos em que não seja possível obtê-las por outras formas mais céleres, como a consulta na internet.
28. Em recente manifestação sobre o tema, o Despacho nº 3782/2014/ALM/CGCE

/CONJUR-MC/CGU/AGU, que aprovou com ressalvas o Parecer nº 1293/2014/RVP/CGCE /CONJUR-MC/CGU/AGU, firmou orientação no sentido de serem considerados, para fins de idoneidade moral, as hipóteses previstas na Lei da Ficha Limpa, isto é, a Lei Complementar nº 135/2010, que alterou a Lei Complementar nº 64/1990. Confira-se o seguinte trecho do Despacho:

A lista dá embasamento legal para afirmar quais são as hipóteses nas quais a empresa deve ser excluída do certame ou impedida de assinar o contrato por inidoneidade moral dos sócios. Com efeito, a Lei da Ficha Limpa constitui interessante balizador para a fixação de um conceito de idoneidade. Por óbvio, exclui-se, de plano, a hipótese prevista na alínea “a” do inciso I do art. 1º da LC nº 64/1990. Ora, analfabetos não são incapazes.

O entendimento aqui posto é o de que, se o interessado pode ser eleito para um cargo público, até mesmo para Presidente da República acaso não incida em uma das hipóteses previstas na referida Lei, o que, deveras, constitui o maior múnus para uma pessoa no País, poderia ser sócio de uma empresa com outorga de serviço de radiodifusão. Resta claro, pois, o atendimento de dois princípios do ato administrativo, razoabilidade e proporcionalidade.

Nesses casos, serão utilizados como parâmetro para a vigência da pecha da inidoneidade moral os mesmos prazos utilizados pela Lei mencionada para a inelegibilidade.

29. Assim, deverão ser considerados inidôneos, para fins do disposto no art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962, os sócios e administradores que apresentem condenação, transitada em julgada ou proferida por órgão colegiado, nas seguintes hipóteses previstas no art. 1º da LC nº 64/1990, com redação dada pela LC nº 135/2010:

Art. 1º São inelegíveis:

I - para qualquer cargo:

[...]

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes: ([Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

3. contra o meio ambiente e a saúde pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; ([Incluído pela Lei](#)

[Complementar nº 135, de 2010\)](#)

7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

8. de redução à condição análoga à de escravo; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

9. contra a vida e a dignidade sexual; e [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da data da decisão, aplicando-se o disposto no [inciso II do art. 71 da Constituição Federal](#), a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[..]

j) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

l) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

[...]

n) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude; [\(Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010\)](#)

o) os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o

ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário; (Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010)

p) a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão, observando-se o procedimento previsto no art. 22; ([Incluído pela Lei Complementar nº 135, de 2010](#))

30. Assim, a outorga não poderá ser renovada nos casos em que se constatar que algum ou alguns dos sócios ou administradores tenham sido condenados por crimes graves, infrações eleitorais ou por improbidade administrativa, conforme as hipóteses e os prazos acima transcritos.

31. Aliado a essas situações, cabe considerar o disposto no seguinte acórdão, julgado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, a respeito da legitimidade e do alcance do conceito de idoneidade moral. A ementa é a seguinte:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. REVOGAÇÃO DE PERMISSÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA. INOCORRÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INTERRUÇÃO DO SERVIÇO POR INTERESSE PÚBLICO. NÃO-DEMONSTRAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS LEGAIS PARA OUTORGA DA RENOVAÇÃO DA PERMISSÃO.

1. Extraí-se dos autos que o Ministério das Comunicações editou a Portaria MC nº 111, de 11/03/1985, outorgando à Rádio Club de Cuiabá Ltda. permissão de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada pelo prazo de 10 anos e sem direito de exclusividade, tendo sido renovada a referida permissão pela Portaria MC nº 361, de 24/07/2000, com data retroativa a 13/03/1995. Todavia, em 22/08/2003 o Ministro de Estado das Comunicações editou a Portaria MC nº 420, de 25/08/2003, revogando, em razão da inidoneidade moral da permissionária e do não atendimento do interesse público, a Portaria nº 361/2000.

2. Inocorrência de cerceamento de defesa na condução do processo administrativo que culminou com a edição da Portaria nº 420/2003, visto que a interrupção dos serviços de radiodifusão deu-se em caráter preventivo, atendendo ao interesse público, tendo em vista **a fundada imputação de inidoneidade do sócio majoritário da emissora, que exerce as funções de gerente da Rádio, que consoante certidão fornecida pela Justiça Federal da Seção Judiciária do Mato Grosso, tem contra si diversos processos criminais tramitando naquele órgão do judiciário federal. Instauração do devido processo no âmbito do Ministério das Comunicações, a fim de revisar a outorga da renovação da permissão em comento, onde foi oportunizada a apresentação de defesa.**

3. Absoluta legalidade do ato que revogou a renovação da permissão anteriormente outorgada, plenamente amparado pelos dispositivos legais regentes da espécie. Cuidando de hipótese de permissão de serviços de radiodifusão, aplica-se ao caso as disposições pertinentes do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117/62 - que define os requisitos necessários para renovação de permissões.

4. A Constituição Federal (art. 223, § 3º) exige a deliberação do Congresso Nacional acerca dos atos de outorga e renovação das permissões dos serviços de radiodifusão, a fim de que adquiram eficácia legal. Na hipótese, verifica-se que tal apreciação pelo

Congresso Nacional não ocorreu até à época da revogação da Portaria de renovação ora impugnada.

5. A renovação dos serviços de radiodifusão da impetrante não chegou a produzir efeitos jurídicos capazes de amparar a pretensão mandamental deduzida, à consideração de que ao tempo da indigitada revogação ainda estava pendente a aprovação pelo Congresso Nacional exigida pela Carta Magna.

6. Segurança denegada. Agravo regimental prejudicado. (STJ, Primeira Seção, MS nº 9.306-DF, Rel. Min. José Delgado, julgado em 24/03/2004).

32. Do parecer exarado pelo Ministério Público Federal no processo, merece transcrição a seguinte passagem, acolhida como fundamento para a decisão do STJ:

Na presente hipótese, os documentos inclusos [...] comprovam, sem sombra de dúvida, que os sócios [...] são **pessoas com envolvimento com o crime organizado do país**. O primeiro, inclusive com **quatro mandados de prisão preventiva** na Seção Judiciária do Mato Grosso, em decorrência de quatro ações penais. A segunda sócia também tem contra si decretada prisão preventiva em decorrência de ação penal.

Vê-se, pois, que **não se trata apenas de um sócio envolvido em atividades 'supostamente' criminosas, como quer fazer crer a impetrante, mas de três sócios comprovadamente envolvidos em tais atividades** (ver fls. 23/24 e 227 do Processo Administrativo). **E por ser a idoneidade moral do dirigente, requisito essencial para a outorga do serviço de radiodifusão, bem como para sua renovação, a comprovada inidoneidade moral do sócio majoritário e gerente contamina, pois, a pessoa jurídica, justificando a não-renovação da outorga.** (...)

33. Como se pode observar, o precedente do STJ firma mais um importante parâmetro a ser considerado na avaliação da idoneidade moral. Trata-se do comprovado envolvimento dos sócios e dirigentes com atividades criminosas, mesmo que a hipótese não se enquadre, integralmente, na Lei da Ficha Limpa. No caso acima mencionado, o STJ entendeu que impediria a renovação da outorga o fato de estarem em curso diversas ações penais, além da decretação de prisão preventiva em face dos sócios.

34. Diante disso, se as certidões juntadas aos autos apontarem para existência de outras situações que revelem o comprovado envolvimento dos sócios ou dirigentes com atividades criminosas, ainda que não enquadradas na Lei da Ficha Limpa, não será viável, juridicamente, a renovação da outorga. Trata-se de um requisito aberto, cuja avaliação deve ser efetuada por esta CONJUR, após manifestação da área técnica. Por isso, nesses casos, os autos devem ser remetidos para avaliação jurídica individualizada.

35. Do exposto acima, decorre que outras ações ou decisões judiciais, em particular as que dizem respeito apenas à vida privada do sócio ou dirigente, não maculam a idoneidade moral, não constituindo, por si só, impedimento à renovação das outorgas. É o caso, por exemplo, de execuções fiscais (a regularidade fiscal é comprovada pelas certidões fazendárias) e as ações cíveis em geral, tais como as de família e as possessórias.

36. Por fim, outra questão a ser considerada para fins de avaliação da idoneidade moral é a de condenação, por decisão administrativa definitiva, no caso de atividade clandestina de telecomunicações. Segundo justificativa que consta do Despacho:

Vislumbra-se, ainda, outra possibilidade que pode ferir a idoneidade moral dos sócios. É o caso no qual o licitante está a desenvolver atividade clandestina de

telecomunicações. Na hipótese, a pecha decorre da ausência de boa-fé entre o infrator e a própria Administração com a qual se pretende contratar.

[...]

Neste caso a declaração de inidoneidade moral será de cinco anos do trânsito em julgado administrativo do PADO, mesmo prazo considerado pela Anatel na caracterização dos antecedentes.

37. Assim, a Secretaria deverá verificar se existe alguma informação ou suspeita nos autos de que o interessado ou a empresa está a desenvolver operação clandestina do serviço.
38. Como a avaliação da idoneidade moral possui cunho eminentemente jurídico, havendo certidões positivas ou indícios de que a empresa ou o interessado está desenvolvendo atividade clandestina, os autos deverão ser encaminhados para a Consultoria Jurídica acompanhados dos documentos instrutórios mencionados, bem como com a posição da SCE a respeito (se seria ou não caso de declaração de perempção), conforme indicado no Anexo a este Parecer.
39. Por sua vez, a certidão atualizada da junta comercial (documento 16) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade. Assim, caberá à área técnica analisar a referida certidão e conferir os quadros societário e diretivos, tomando as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR os casos de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota nº 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências técnicas necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se ‘os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público’. [...] Portanto, dentre outras questões, a análise técnica é obrigatória [...].
41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho nº 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente, elaborado por engenheiro habilitado.
42. Cabe à SCE definir os parâmetros técnicos a serem descritos e comprovados no documento em questão. Do ponto de vista legal, a exigência cinge-se à necessidade de elaboração e assinatura de documento por engenheiro habilitado, o qual deverá atestar e se responsabilizar pelo atendimento às exigências técnicas firmadas no licenciamento.
43. A SCE, ainda, deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. Trata-se, pois, de análise técnica.
44. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborado *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de

renovação. Essa relação com a devida conferência dos documentos apresentados deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada, ressalvadas as hipóteses a seguir mencionadas.

45. Com efeito, como afirmado antes, nos casos de análise de idoneidade moral e de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, conforme indicado no Anexo a este Parecer.

III - Conclusão

46. Ante o exposto, opinamos pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comercial.
47. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchido e juntado aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos especificados no Anexo a este Parecer ou de dúvida jurídica fundada.
48. À consideração superior.

ANEXO - PARECER REFENCIAL N° XX/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMERCIAL

	DOCUMENTOS				
			SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.				
1.1.		O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que: (i) não possui autorização para				



Documento assinado eletronicamente por **Alexsandro Lemos Maia**, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, em 29/05/2015, às 14:47, conforme art. 3º, III, "b", da

	executar o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da concessão, permissão ou autorização que será renovada; (ii) não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, caso haja a renovação da outorga; e (iii) atende as finalidades educativas e culturais				Portaria MC 89/2014.
3	Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que somente brasileiros natos exercerão os cargos e funções de direção, gerência, chefia, de assessoramento e assistência administrativa da execução do serviço objeto da outorga a ser renovada.				
4	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregador (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).				
5	Certificado de quitação da contribuição sindical, relativa ao empregado (ou comprovante de recolhimento dos últimos cinco anos).				
6	Comprovante de regularidade com o FISTEL.				
7	Prova de regularidade relativa ao INSS.				
8	Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.				
9	Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, expedida pela Receita Federal, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.				
10	Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da pessoa				

	jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
11	Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da pessoa jurídica interessada, da sede e da localidade onde é prestado o serviço.			
12	Certidão negativa de débitos – Justiça do Trabalho			
13	Certidão negativa de falência ou recuperação judicial (concordata).			
14	Certidões negativas de distribuição cível e criminal das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral, da primeira e segunda instâncias, e certidões de protestos de títulos de todos os sócios e administradores.			
14.1	Em caso de certidão positiva, há condenação, por decisão transitada em julgado ou em órgão colegiado, nas hipóteses do art. 1º, inciso I, alíneas “e”, “g”, “h”, “j”, “l”, “n”, “o” e “p” da Lei Compl. 64/1990? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
14.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à idoneidade moral, tais como ações criminais em curso ou a decretação de prisão, operação clandestina do serviço, que apontem para o comprovado envolvimento do sócio ou dirigente com atividades criminosas? Em caso			

	afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			
15	Foi aplicada pena de cassação durante o período de vigência da outorga?			
16	Certidão da junta comercial atualizada, a fim de confirmar os quadros societário e diretivo da entidade.			
17	Laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado.			



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 29/05/2015, às 15:04, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.
Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0527468** e o código CRC **8964DCF6**.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.

CNPJ : 71.103.550/0001-84.

ENDEREÇO : Praça Mateo Bei, nº 110 – Bairro Jóquei Clube – São Vicente / SP.

CEP : 11.300-000.

QUADRO DIRETIVO

NOME	CARGO	PORTARIA	
		NÚMERO	DATA
GILBERTO GOMES MANSUR 732.552.898-15	DIRETOR PRESIDENTE	209	06/ 07/ 1998
MARIA GOMES MANSUR 732.227.398-20	DIRETORA SUPERINTENDENTE	209	06/ 07/ 1998
NEUSA MANSUR ILSE 342.731.828-15	DIRETORA FINANCEIRA	209	06/ 07/ 1998

PROCURADOR	PRAZO MANDATO	PORTARIA	
		Nº	DATA

Processo nº 29100.000782/1990

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS DE SERVIÇOS

FICHA CADASTRAL JURÍDICA

ENTIDADE : SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.
CNPJ : 71.103.550/0001-84.

QUADRO SOCIETÁRIO

Alteração Contratual, de 16 de janeiro de 2016. Registrado na JUCESP sob nº 77.749/16-9, em 18/ 02/ 2016.				
NOME	COTAS	AÇÕES		VALOR (REAIS)
		ORD.	PREF.	
MARIA GOMES MANSUR 732.227.398-20	25.000			25.000,00
NEUSA MANSUR ILSE 342.731.828-15	25.000			25.000,00
GILBERTO GOMES MANSUR 732.552.898-15	25.000			25.000,00
COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA 11.933.002/0001-50	25.000			25.000,00
TOTAL	100.000			100.000,00
Processo nº 53900.011827/2016-37				

SECAD/nsa.



Diário Oficial



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Ano CXXXVII Nº 57-E Brasília - DF, quinta-feira, 25 de março de 1999 R\$ 0,82

NAO PODE SER VENDIDO
SEPARADAMENTE

Sumário

	PÁGINA
Atos do Congresso Nacional	1
Ministério da Justiça	1
Ministério da Fazenda	3
Ministério da Educação	12
Ministério do Trabalho e Emprego	12
Ministério da Previdência e Assistência Social	18
Ministério da Aeronáutica	18
Ministério da Saúde	19
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	39
Ministério de Minas e Energia	40
Ministério da Ciência e Tecnologia	41
Tribunal de Contas da União	41
Poder Judiciário	42
Índice: vide caderno não-eletrônico	

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1999

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Estéreo Show Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 736, de 27 de setembro de 1994, que renova por dez anos, a partir de 20 de junho de 1999, a permissão outorgada à Rádio Cidade Estéreo Show Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 24 de março de 1999
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1999

Aprova o ato que renova a concessão deferida à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 18 de outubro de 1994, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão deferida à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 24 de março de 1999
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1999

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Leme Stereoem Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Leme, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.032, de 27 de agosto de 1996, que renova por dez anos, a partir de 2 de setembro de 1993, a permissão outorgada à Rádio Leme Stereoem Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Leme, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 24 de março de 1999
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1999

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade de Juiz de Fora S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 20

de dezembro de 1996, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Sociedade Juiz de Fora S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 24 de março de 1999
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

(OI. El. nº 16/99)

Ministério da Justiça

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

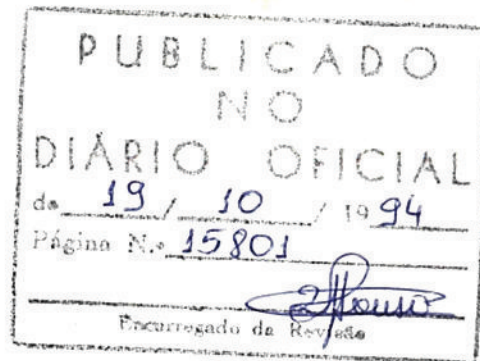
Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

DESPACHOS DO DIRETOR Em 24 de março de 1999

Nº 9 - Ref.: Proc. Adm. nº 08012.008679/98-15. Rpte: DPDC "EX OFFICIO". Rpta.: CASAS SENDAS COMERCIO E INDUSTRIA S/A. Acolho, por seus termos, e passa a fazer parte integrante desta decisão, o teor do Auto de Constatação nº. 140/98, constante de fl. 05/06, e do Relatório da Fiscalização Integrada, fls. 18/26, desde feita porquanto foram identificadas, por amostragem, além da falta de preço produto por produto, e neste específico caso, aguarda-se decisão final do Poder Judiciário, produtos com preços divergentes entre a gôndola e o cobrado no Caixa da Empresa, como: 1) Saí gadinho Skini, 100 gr, com preço na gôndola de R\$ 0,59 e no Caixa R\$ 0,69; 2) Pó para Refresco Frisco, com preço na gôndola de R\$ 0,39, e no Caixa R\$ 0,46; 3) Água Mineral Mineral, 1.500 ml, co preço na gôndola de R\$ 0,37, e no Caixa R\$ 0,44; 4) Suco de Ca Maguary, 500 ml, com preço na gôndola de R\$ 1,25, e no Caixa R\$ 1,54; e produtos sem constar prazos de validade como a Carne Se de Charque, exposta em formato bandeja, com 0,340 kg e o Baci Defumado Sadia, em tiras, exposto em formato bandeja, com 0,11 kg. Estes produtos foram ofertados, também, via encartes publicitários aos consumidores, como promoções, conforme constam e feito. Em razão destas práticas, cujos elementos coligidos e de pro traduzem-se em verdade material, DECHO instaurar Processo Administrativo contra a CASAS SENDAS COMERCIO E INDUSTRIA S/A - filial nº 82, sita à Estrada dos Bandeirantes, 175, Taquara, R de Janeiro / RJ, com fulcro na Lei nº 8.078/90, regulamentada pe Decreto nº 2.181/97, por atingir o consumidor cooconhecido no art. 2º do CDC, não reconhecendo os direitos básicos deste consumidor preconizados, principalmente, nos incisos I, II e III do artigo 6º, citada norma, cujos atos praticados encontram enquadramento, forma como constatados, nos artigos 8º, 18, § 6º, III, 31 e 37, § 39, VIII, 66 e 67, no que se refere a informação, oferta e publicidade

Atenção

Comunicamos aos órgãos e entidades da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, que toda e qualquer matéria relativa a compras e contratações deverá ser encaminhada, obrigatoriamente, através do Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações - SIDEC, para publicação na Seção 3 do Diário Oficial da União, em consonância com a Instrução Normativa/MARE nº 03, de 20/2/97, publicada no D.O. de 21/2/97, Seção 1. Informações: (061) 313-1065, 313-1298 e 313-1067 - Departamento de Serviços Gerais/SEAP.



DECRETO DE 18 DE OUTUBRO DE 1994

Renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 62, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50830.000310/94,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por mais dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão deferida à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda., pelo Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953, renovada através do Decreto nº 89.591, de 27 de abril de 1984, para executar sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de outubro de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

ITAMAR FRANCO
Djalma Bastos de Moraes

Nota: Aguardando Decreto Legislativo confirmando esta renovação.



OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Itiquira, estado do Mato Grosso.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sebastião Murucci Pirovani - administrador da Gaspar Radiodifusão Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Pantanal de Coxim Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Pantanal de Coxim Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Coxim, estado de Mato Grosso do Sul.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA DE ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Tania Cezaretti Diniz - Administradora da Rádio Pantanal de Coxim Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Radiodifusão Novo Mato Grosso Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Radiodifusão Novo Mato Grosso Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Juara, estado do Mato Grosso.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. José Antônio Lessi - Sócio Gerente da Radiodifusão Novo Mato Grosso Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Atalaia de Sergipe Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Atalaia de Sergipe Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Simão Dias, estado de Sergipe.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Walter do Prado Franco Sobrinho - administrador da Rádio Atalaia de Sergipe Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Cultura de Guarabira Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Cultura de Guarabira Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Guarabira, estado da Paraíba.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e João Rafael de Aguiar - administrador da Rádio Cultura de Guarabira Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Litoral Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Litoral Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Imbé, estado do Rio Grande do Sul.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Paulo Cesar Notari - administrador da Rádio Litoral Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Voz de Itabaiana Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Voz de Itabaiana Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Itabaiana, estado de Sergipe.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sandra Helena dos Reis Mendonça - administradora da Rádio Voz de Itabaiana Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Cidade de Alto Araguaia Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Cidade de Alto Araguaia Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Alto Araguaia, estado de Mato Grosso.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e João Batista Zaiden Maia - administrador da Rádio Cidade de Alto Araguaia Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Clube de Birigui Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Clube de Birigui Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Birigui, estado de São Paulo.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Waldecir José Sabioni - administrador da Rádio Clube de Birigui Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Difusora Torre Forte Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Difusora Torre Forte Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Buritama, estado de São Paulo.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Izildinha Aparecida Gallo Rodrigues - administrador da Rádio Difusora Torre Forte Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Santa Fé do Sul, estado de São Paulo.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sra. Rosana Mara Sutto Queiroz - administradora da Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Gaurama Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Gaurama Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Gaurama, estado do Rio Grande do Sul.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Srª Eunice Terezinha Ribeiro Chalela - administradora da Rádio Gaurama Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Interior Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Interior Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Pinheiro, estado do Maranhão.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Lisieux Leite Guterres - administrador da Rádio Interior Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Jornal de Sergipe Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Jornal de Sergipe Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Aracaju, estado de Sergipe.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e João Alves Neto - administrador da Rádio Jornal de Sergipe Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Pontal do Triângulo Mineiro Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Pontal do Triângulo Mineiro Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Iturama, estado de Minas Gerais.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Reato de Queiroz Mamede - administrador da Rádio Pontal do Triângulo Mineiro Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Rádio Rio Corrente Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Rio Corrente Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Santa Maria da Vitória, estado da Bahia.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 31 de outubro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Noelma Cleia Bastos Azevedo Rocha - administradora da Rádio Rio Corrente Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda - ME.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda - ME.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Bataguassu, estado do Mato Grosso do Sul.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Claudenir Paiva da Silva - administrador da Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda - ME.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Sociedade Matogrossense Rádio Educadora Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Sociedade Matogrossense Rádio Educadora Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Colíder, estado do Mato Grosso.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e NelmaCelina Campos Fernandes - administradora da Sociedade Matogrossense Rádio Educadora Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e Sociedade Rádio Cultura de São Vicente Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA, Sociedade Rádio Cultura de São Vicente Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Vicente, estado de São Paulo.



VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Gilberto Gomes Mansur - administrador da Sociedade Rádio Cultura de São Vicente Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
PARTES: União e Sociedade Rádio Difusora Campo Grande Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Sociedade Rádio Difusora Campo Grande Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Campo Grande, estado de Mato Grosso do Sul.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Rosa Maria Pedrossian Mansur e/ou Regina Maura Pedrossian - administradoras da Sociedade Rádio Difusora Campo Grande Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
PARTES: União e Sociedade Rádio Difusora Nortestado Ltda - ME.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Sociedade Rádio Difusora Nortestado Ltda - ME.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Gabriel do Oeste, estado do Mato Grosso do Sul.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Cílio da Silva Ferreira e/ou Camila Guimarães Falcão Alves - administradores da Sociedade Rádio Difusora Nortestado Ltda - ME.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
PARTES: União e Rádio São Francisco Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio São Francisco Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Barra de São Francisco, estado do Espírito Santo.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Luiz Carlos Gava - administrador da Rádio São Francisco Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
PARTES: União e Rádio Guaíba de Guaíba Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Guaíba de Guaíba Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Guaíba, estado do Paraná.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Vanderlei Queiroz da Silva - procurador da Rádio Guaíba de Guaíba Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
PARTES: União e Rádio Regional de Irecê Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Regional de Irecê Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Irecê, estado da Bahia.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Ângelo Fontes Dourado - administrador da Rádio Regional de Irecê Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
PARTES: União e Rádio Alvorada Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Alvorada Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Cruz das Almas, estado da Bahia.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Rodolfo Machado Moura e/ou Lucas Cardoso de Oliveira - procuradores da Rádio Alvorada Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
PARTES: União e Rádio Difusora Industrial Nova Serrana Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Difusora Industrial Nova Serrana Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Nova Serrana, estado de Minas Gerais.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Silvana Soares Ribeiro Reis - administradora da Rádio Difusora Industrial Nova Serrana Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
PARTES: União e Rádio Treze de Junho Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Rádio Treze de Junho Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Mantena, estado de Minas Gerais.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e José Romano Filho - administrador da Rádio Treze de Junho Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO
PARTES: União e Gaspar Radiodifusão Ltda.
ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSIONÁRIA, Gaspar Radiodifusão Ltda.
OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São José do Rio Claro, estado de Mato Grosso.
VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.
DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência,

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATOS DE RESCISÃO

Processo nº 53900.060708/2016-16. Espécie: Contrato Temporário de Trabalho. Contratante: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Contratado: relacionado abaixo. Cargo: Técnico de Nível Superior-Nível V - Especialidade: 11 - Administração. Motivo: Extinção do contrato, a partir de 04/11/2016, nos termos da Lei 8.745/93.(NOTA INFORMATIVA Nº 34/2016/SEI-MCTIC). Signatário: JARBAS DOS REIS - Subsecretário-Adjunto de Planejamento Orçamento e Administração.

ÁREA DE FORMAÇÃO:	CPF
ADRIANA DE SOUSA MONTENEGRO	665.534.661-49

Processo nº 53900.060708/2016-16. Espécie: Contrato Temporário de Trabalho. Contratante: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Contratado: relacionado abaixo. Cargo: Técnico de Nível Superior-Nível V - Especialidade: 11 - Administração. Motivo: Extinção do contrato, a partir de 04/11/2016, nos termos do § 2º do Artigo 12º da Lei 8.745/93.(NOTA INFORMATIVA Nº 34/2016/SEI-MCTIC). Signatário: JARBAS DOS REIS - Subsecretário-Adjunto de Planejamento Orçamento e Administração.

ÁREA DE FORMAÇÃO:	CPF
Administração	
EVANDRO SERGIO MARTINS LEITE	358.522.321-49

Processo nº 53900.060708/2016-16. Espécie: Contrato Temporário de Trabalho. Contratante: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Contratado: relacionado abaixo. Cargo: Técnico de Nível Superior-Nível V - Especialidade: 11 - Administração. Motivo: Extinção do contrato, a partir de 04/11/2016, nos termos da Lei 8.745/93.(NOTA INFORMATIVA Nº 34/2016/SEI-MCTIC). Signatário: JARBAS DOS REIS - Subsecretário-Adjunto de Planejamento Orçamento e Administração.

ÁREA DE FORMAÇÃO:	CPF
Administração	
GLAUCO RODRIGUES DE ARAÚJO	666.189.911-53

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 - UASG 410003

Número do Contrato: 45/2014.
Nº Processo: 53000058305201308.
PREGÃO SRP Nº 17/2014. Contratante: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES -CNPJ Contratado: 11357481000103. Contratado : XN BRASIL ENGENHARIA E SISTEMAS -LTD.. Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato, por 12 (doze) meses a contar de 20/10/2016 com base em sua Cláusula Segunda. Fundamento Legal: Inciso II, §1º do art. 57 da Lei nº 8666/1993. Vigência: 20/10/2016 a 20/10/2017. Data de Assinatura: 20/10/2016.

(SICON - 08/11/2016) 410003-00001-2016NE800019

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 - UASG 410003

Número do Contrato: 47/2014.
Nº Processo: 53000058305201308.
PREGÃO SRP Nº 17/2014. Contratante: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES -CNPJ Contratado: 05903138000114. Contratado : FRAGA DE MEDEIROS PROJETOS LTDA -Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato, por 12 (doze) meses a contar de 20/10/2016, com base em sua Cláusula Segunda. Fundamento Legal: Inciso II, §1º do art. 57 da Lei nº 8666/1993. Vigência: 20/10/2016 a 20/10/2017. Data de Assinatura: 20/10/2016.

(SICON - 08/11/2016) 410003-00001-2016NE800019

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2016 - UASG 410003

Número do Contrato: 48/2014.
Nº Processo: 53000058305201308.
PREGÃO SRP Nº 17/2014. Contratante: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES -CNPJ Contratado: 05903138000114. Contratado : FRAGA DE MEDEIROS PROJETOS LTDA -Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato, por 12 (doze) meses a contar de 20/10/2016 com base em sua Cláusula Segunda. Fundamento Legal: Inciso II, §1º do art. 57 da Lei nº 8666/1993. Vigência: 20/10/2016 a 20/10/2017. Data de Assinatura: 20/10/2016.

(SICON - 08/11/2016) 410003-00001-2016NE800019

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Renovação de Contratação (3ª Prorrogação) Processo nº 53.900.021233/2014-72. Espécie: Contrato Temporário de Trabalho. Contratante: MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES. Contratados: relacionados abaixo. Objeto: desempenhar atividades relacionadas ao Projeto Redução de Estoque de Processos de Radiodifusão, de acordo com o Edital nº 1-MC, de 06 de junho de 2013. Vigência: contrato prorrogado por mais 1(um) ano considerando o período abaixo, com possibilidade de prorrogação até o limite máximo de cinco anos, observado o interesse da Administração. Retribuição mensal: importância equivalente à remuneração de Técnico de Nível Superior - Nível III, em regime de 40 horas semanais de trabalho, nos termos da Lei 8.745/93. Signatário: JARBAS DOS REIS - Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração- Adjunto. -ESPECIALIDADE 1

ÁREA DE FORMAÇÃO:	CPF	PERÍODO
Direito		
Bonia Oliveira Mota	073.724.816-51	04/11/2016 a 03/11/2017
Carla Fabiane da Costa Ferreira	690.049.001-87	04/11/2016 a 03/11/2017
Cibele Borges Barbosa	010.755.305-80	04/11/2016 a 03/11/2017
Claudia Franco Vieira Almeida	784.834.925-04	04/11/2016 a 03/11/2017
Debora Neves Seabra de Almeida	021.478.971-32	04/11/2016 a 03/11/2017
Gabriela de Rezende Ramos Barros	023.576.701-85	04/11/2016 a 03/11/2017
Igor Gomes Neiva	002.657.851-46	04/11/2016 a 03/11/2017
Liliane Rodrigues Pessoa	717.949.801-72	04/11/2016 a 03/11/2017
Marcela Campos Martins	048.894.626-35	04/11/2016 a 03/11/2017
Marcus Vinicius Silva Nascimento	011.533.211-14	04/11/2016 a 03/11/2017
Saulo Silveira Ribeiro	031.296.291-65	04/11/2016 a 03/11/2017
Luciana Benevides Campos	027.904.094-63	16/12/2016 a 15/12/2017

-ESPECIALIDADE 3

ÁREA DE FORMAÇÃO:	CPF	PERÍODO
Engenharia		
Cleyson de Vasconcelos Silva	829.495.062-91	04/11/2016 a 03/11/2017
Julio Gonçalves Barcellos	996.387.971-34	04/11/2016 a 03/11/2017
Thiago Rodrigues Netto Alves	902.612.161-04	04/11/2016 a 03/11/2017

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Processo nº

1. Tendo em vista os laudos de Vistoria Técnica e de Ensaio do equipamento transmissor apresentados às páginas 51-69 (0119567) e 219-225 (0753994), pela Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. (CNPj nº 71.103.550/0001-84), executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média, recém adaptada para frequência modulada, no município de São Vicente, estado de São Paulo, com vistas à renovação da referida permissão, encaminho os autos encaminhando os autos ao Órgão Regional de Minas Gerais - REGMG, para análise e providências que julgar pertinentes.

2. Após a adoção das medidas de estilo solicito seja o Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão - COROR informado quanto à regularidade técnica da Entidade em questão.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 20/04/2017, às 11:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1777295** e o código CRC **F1F5C6E1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Processo nº 53000.003330/2014-27

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização de Outorgas,

cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. (CNPJ nº 71.103.550/0001-84), para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, recém adaptada para frequência modulada, no município de São Vicente, estado de São Paulo, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenador de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão**, em 20/04/2017, às 11:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1777322** e o código CRC **BA8FCDC3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.003330/2014-27

SEI nº 1777322

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (13) 3289-5757	E-mail: cultura@radiocultura.com.br
CNPJ: 71.103.550/0001-84	Número do Fistel: 02008036626
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/1994	Serviço: 205 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações:	

Endereço Sede		
Logradouro: PRACA MATTEO BEI	Complemento:	
Bairro: VILA JOCKEI CLUBE	Numero: 110	
Município: São Vicente	UF: SP	CEP: 11360260

Endereço Correspondência		
Logradouro: AVENIDA ANA COSTA	Complemento: CJ. 52	
Bairro: GONZAGA	Numero: 532,	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11060002

Endereço do Transmissor		
Logradouro: PRACA MATTEO BEI, 128	Complemento:	
Bairro:	Numero: .	
Município: São Vicente	UF: SP	CEP: 11300000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro: RUA ANA COSTA, 532 - 5 ANDAR	Complemento:	
Bairro:	Numero: .	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11000000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: PRACA MATTEO BEI, 128	Complemento:	
Bairro:	Numero: .	
Município: São Vicente	UF: SP	CEP: 11300000

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: São Vicente	UF: SP
Latitude: -23.94722	Longitude: -46.39944

Parâmetros Técnicos			
Canal:	Frequência: 930 KHz	Classe: B	ERP: dia: 0.01 noite: 0.001kW
Altura: 72	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Limitação por radial dBd											
0°:	10°:	20°:	30°:	40°:	50°:	60°:	70°:	80°:	90°:	100°:	110°:
120°:	130°:	140°:	150°:	160°:	170°:	180°:	190°:	200°:	210°:	220°:	230°:
240°:	250°:	260°:	270°:	280°:	290°:	300°:	310°:	320°:	330°:	340°:	350°:

Informações da Estação

Informações Gerais							
Número da Estação: 7806540				Número Indicativo: ZYK652			
Data Último Licenciamento: 05/11/2001				Número da Licença: 001930/2001			
Sistema de Terra							
Número de Torres: 2				Número de Radiais: 120			
Altura da Torre: 72.00				Comprimento de Radiais: 50.00			
Espaçamento entre radiais: 3.00				Condutividade: 0			
Carga Topo							
Figura geométrica:							
Dimensão:				Altura:			
Campo Característico							
Campo Característico: 295.00 mV/m							
Estação Principal							
Localização							
Latitude: -23.94722		Longitude: -46.39944			Cota da base: 0 m		
Transmissor Principal							
Código Equipamento: 050183XXX0517				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: 10.000			
Linha de Transmissão Principal							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha:		Atenuação dB100m:		Perdas Acessórias: 0.5		Impedância:	
Estação Auxiliar							
Transmissor Auxiliar							
Código Equipamento: 041494XXX0517				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação: 1.000			
Transmissor Auxiliar 2							
Código Equipamento:				Modelo: Equipamento não encontrado			
Fabricante:				Potência de Operação:			
Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	160180	Despacho	MC	16/01/1980	23/01/1980	Advertência	Jurídico
9999	89591	Decreto	PR	27/04/1984	30/04/1984	Renovação	Jurídico
9999	1378	Portaria	DMC	15/08/1985		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	1566	Portaria	DMC	27/09/1985		Autoriza Equipamento	Técnico
9999	50	Portaria	DMC	25/05/1994		Enquadramento Plano Básico	Técnico

9999	0	Decreto	PR	19/10/1994	19/10/1994	Renovação	Jurídico
9999	300197	Despacho	MC	30/01/1997	07/02/1997	Advertência	Jurídico
9999	396	Portaria	DMC	10/11/1998		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
9999	17	Decreto Legislativo	CN	24/03/1999	25/03/1999	Renovação	Jurídico
9999	774	Portaria	MC	30/12/1999	14/01/2000	Multa	Jurídico
9999	48	Portaria	MC	18/07/2000	25/07/2000	Multa	Jurídico
9999	47	Portaria	MC	18/07/2000	25/07/2000	Multa	Jurídico
9999	42082	Ato	ER	30/01/2004	02/02/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico

Horário de funcionamento							

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	
Nome Fantasia:	
Telefone: (13) 3289-5757	E-mail: cultura@radiocultura.com.br
CNPJ: 71.103.550/0001-84	Número do Fistel: 50414501705
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/1994	Serviço: 230 - Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	
Observações:	

Endereço Sede		
Logradouro: PRACA MATTEO BEI	Complemento:	
Bairro: VILA JOCKEI CLUBE	Numero: 110	
Município: São Vicente	UF: SP	CEP: 11360260

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: São Vicente	UF: SP
Latitude: -23.96417	Longitude: -46.36222

Parâmetros Técnicos			
Canal: 239	Frequência: 95.7 MHz	Classe: C	ERP: 0.3kW
Altura: 60	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 1

Limitação por radial dBd											
0°:	10°:	20°:	30°:	40°:	50°:	60°:	70°:	80°:	90°:	100°:	110°:
120°:	130°:	140°:	150°:	160°:	170°:	180°:	190°:	200°:	210°:	220°:	230°:
240°:	250°:	260°:	270°:	280°:	290°:	300°:	310°:	320°:	330°:	340°:	350°:

Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação:						Número Indicativo:					
Data Último Licenciamento:						Número da Licença:					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 0				Longitude: 0				Cota da base: 1063 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação:					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha:			Atenuação dB100m:			Perdas Acessórias: 0.5			Impedância:		
Antena Principal											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho:		Beam-Tilt:		Orientação NV:		Polarização:		HCI:		ERP Máximo: 0 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 0	10°: 0	20°: 0	30°: 0	40°: 0	50°: 0	60°: 0	70°: 0	80°: 0	90°: 0	100°: 0	110°: 0
120°: 0	130°: 0	140°: 0	150°: 0	160°: 0	170°: 0	180°: 0	190°: 0	200°: 0	210°: 0	220°: 0	230°: 0
240°: 0	250°: 0	260°: 0	270°: 0	280°: 0	290°: 0	300°: 0	310°: 0	320°: 0	330°: 0	340°: 0	350°: 0
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação:					
Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação:					
Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Comprimento da Linha:			Atenuação dB100m:			Perdas Acessórias:			Impedância:		
Antena Auxiliar											
Modelo:						Fabricante:					
Ganho:		Beam-Tilt:		Orientação NV:		Polarização:		HCI:		ERP Máximo: 0 kW	
Informações do documento de Outorga											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
9999	33126	Decreto	PR	23/06/1953	01/07/1953	Outorga			Jurídico		
Informações do documento de Aprovação de Locais											
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc			Natureza		
Histórico de Documentos Emitidos											

Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
302191973	85	Portaria	MC	02/02/1977	09/02/1977	Renovação	Jurídico
291000001531984	89591	Decreto	PR	27/04/1984	30/04/1984	Renovação	Jurídico
508300003101994	11	Decreto	PR	18/10/1994	19/10/1994	Renovação	Jurídico
508300003101994	17	Decreto Legislativo	CN	24/03/1999	25/03/1999	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.046049/2017-91	986	Ato	ORLE	17/02/2017	16/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Jurídico

Horário de funcionamento

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas

DESPACHO

Processo nº: **53000.003330/2014-27**

Interessado(a): **SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA (RADIO CULTURA)**

1. Em atenção à solicitação de informações manifestada por meio do Despacho Interno COROR1777322, comunicamos que não foram encontrados registros de Processos de Apuração de Infração - PAIs instaurados para apurar eventuais irregularidades praticadas pela SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA (RADIO CULTURA), entidade outorgada a executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, recém adaptada para frequência modulada, na localidade de São Vicente/SP, que tenham resultado ou venham a resultar na aplicação da penalidade de cassação.
2. Isso posto, restitua-se o processo acima mencionado à Coordenação de Renovação e Outorgas de Serviços de Radiodifusão - COROR, para que sejam tomadas as providências que julgar necessárias.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Clara Silva Lopes, Coordenadora-Geral de Fiscalização de Outorgas, Substituta**, em 11/05/2017, às 17:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1872520** e o código CRC **026E95CA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



BOA TARDE
Luciano Alves Corgosinho
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD » » Consultas » » Geral | internet | tela | menu | ajuda

Consulta Geral - OM

Identificação do Canal PB

UF: SP
Município: São Vicente
Frequência: 930 kHz
Classe: B

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 3 - Licenciada

Dados da Entidade

Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação: 7806540
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 02008036626
CNPJ: 71.103.550/0001-84
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento: 05/11/2001

☐ Dados do Plano Básico

Ocupante do Canal

Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
Fase: 3 - Licenciada

Nº Fistel: 02008036626

Coordenadas Geográficas do Município

Município: São Vicente/SP

Latitude: 23S572663

Longitude: 46W231788

Raio: 23

Coordenadas Geográficas

Latitude: 23 ° 56 ' 50 " 00 Sul

Longitude: 46 ° 23 ' 58 " 00

Local Específico: (opcional)

Dados Técnicos do Canal

Frequência: 930 KHz

Classe: B

ECmin = 295 mV/m

Potência Diurna: 10 KW

Potência Noturna: 1 KW

Campo Caract.(EC): 309 mV/m

Sistema Irradiante

Possui diretivos?: Sim

Ganho:

>>Dados para o Sistema Irradiante Diretivo

	Diurno				Noturno				Altura da Torre	Tipo
	K	Az(graus)	S(graus)	Ψ graus	K	Az(graus)	S(graus)	Ψ graus	Metros	
1.										
2.	0,78	105	39,6	217	0,78	105	39,6	217	72	Parasita
3.									72	
4.										
5.										

Histórico / Observações

Histórico:

SG27/88,SSR63/89,SNC72/90,165/92; DNPV17/92,RESOLUCAO ANATEL 117/99

Máximo: 250 Digitados: 67

Observação:

Máximo: 250 Digitados: 0

Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: 71103550000184

Pesquisar

Razão Social: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA

Nome Fantasia: Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil

Número do CEP: 11360260

Número: 110

Município: São Vicente

Telefone: 13 3289-5757

Logradouro: PRACA MATTEO BEI

Complemento:

Distrito:

Bairro: VILA JOCKEI CLUBE

SubDistrito:

Estado: SP

Fax: 13 3289-4758

Endereço de Correspondência

País: Brasil

Número do CEP: 11060002

Número: 532,

Município: Santos

Telefone: 13 3289-5757

Logradouro: AVENIDA ANA COSTA

Complemento: CJ. 52

Distrito:

Bairro: GONZAGA

SubDistrito:

Estado: SP

E-mail: cultura@radiocultura.com.br

Nome Fantasia

Nome Fantasia

Dados da Outorga

SCRAD Jurídico: 1784

Data Publicação
Contrato/Convênio: 01/05/1994

SCRAD Técnico: 1782

Data Limite
Instalação: 02/02/2005

Número do Processo: 0

Fistel: 02008036626

Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
	160180	Despacho	MC	16/01/1980	23/01/1980	Advertência	Jur.
	89591	Decreto	PR	27/04/1984	30/04/1984	Renovação	Jur.
	1378	Portaria	DMC	15/08/1985		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Téc.
	1566	Portaria	DMC	27/09/1985		Autoriza Equipamento	Téc.
	50	Portaria	DMC	25/05/1994		Enquadramento Plano Básico	Téc.
	0	Decreto	PR	19/10/1994	19/10/1994	Renovação	Jur.
	300197	Despacho	MC	30/01/1997	07/02/1997	Advertência	Jur.
	396	Portaria	DMC	10/11/1998		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Téc.
	17	Decreto Legislativo	CN	24/03/1999	25/03/1999	Renovação	Jur.
	774	Portaria	MC	30/12/1999	14/01/2000	Multa	Jur.
	48	Portaria	MC	18/07/2000	25/07/2000	Multa	Jur.

	47	Portaria	MC	18/07/2000	25/07/2000	Multa	Jur.
	42082	ATO	ER	30/01/2004	02/02/2004	Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Téc.

☐ Característica da Estação Instalada

[» Endereços](#)
☐ Estação Transmissora

Endereço

País: Brasil
 Cep: 11300000
 Número: 128
 Município: São Vicente

Logradouro: PRAÇA MATTEO BEI
 Complemento:
 Distrito:

Bairro: .
 SubDistrito:

UF: SP

Coordenadas Geográficas do Município

Município: Latitude: Longitude: Raio:

Coordenadas Geográficas Estação

Latitude: Longitude:

Distância ao Centro do Município: Km

Azimute: (Azimute da estação transmissora em relação ao centro da localidade.)

Informações da Estação

Cota Base Torre: m

Coordenadas Geográficas (PB)

Latitude: Longitude:

☐ Estúdio Principal

País: Brasil
 Cep: 11300000
 Número: 128
 Município: São Vicente

Logradouro: PRAÇA MATTEO BEI
 Complemento:
 Distrito:

Bairro: .
 SubDistrito:

UF: SP

☐ Estúdio Auxiliar

País: Brasil
 Cep: 11000000
 Número: 532
 Município: Santos

Logradouro: RUA ANA COSTA - 5º ANDAR
 Complemento:
 Distrito:

Bairro: .
 SubDistrito:

UF: SP

[» Estação Principal](#)
☐ Antena Principal

Tipo de Sistema:

Ganho: vezes

Obs. da Antena:

>>Dados para o Sistema Irradiante Diretivo

	Diurno				Noturno				Altura da Torre Metros
	K	Az graus	S graus	Ψ graus	K	Az graus	S graus	Ψ graus	
1.									72
2.	0,78	105	35,48	217	0,78	105	35,48	217	72
3.									
4.									
5.									

>>Sistema de Terra

Número de Torres:

Número de Radiais:

Comprimento de Radiais: m

Espaçamento entre Radiais: graus

Condutividade:

Campos Característicos (mV/m)

EC Mínimo: 295

EC Proposto: 295

EC PB: 309

>>Carga Topo

Figura geométrica: Dimensões: Altura:

Transmissor Principal

Código Equipamento: ☒ Ex.: (Produto)(Ano)(Solicitante)(Fabricante)Potência: kW

Fabricante: MTA Eletrônica Industrial Ltda.

Modelo:

Validade:

Potência Equipamento: W

OBS.: Para consultar produtos, [Clique Aqui.](#)

Linha Transmissão

Fabricante: Modelo: Impedância: ohmsComprimento: mAtenuação: dB/100m

>> Estação Auxiliar

Transmissor Auxiliar

Código Equipamento: ☒ Ex.: (Produto)(Ano)(Solicitante)(Fabricante)Potência: kW

Fabricante: Prestec Indústria, Comércio e Serviços Ltda.

Modelo:

Validade:

Potência Equipamento: W

OBS.: Para consultar produtos, [Clique Aqui.](#)

Transmissor Auxiliar 2

>> Número do Processo e Observações Gerais

Num. Processo/Observações

Num. do Processo da Portaria: . / Ex.: 53521.000235/2003Num. do Processo do Ato de RF: . / Ex.:

Observação:

Transmissor modelo HTMS-1.6 opera com potencia de 1.6 kw e 1.0 kw. Período noturno operação com potencia de 1.0 kw com tx modelo HTMS- 1.6.

 Este campo será apresentado nas observações da Licença.

Máximo: 200 Digitados: 140

>> Responsável Técnico

Responsável Técnico

Dados do Licenciamento

Dados da Estação

Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA - CNPJ/CPF (71.103.550/0001-84)

Município/UF: SÃO VICENTE/SP

Indicativo: ZYK652

Situação: Entidade não possui débitos

Freq. PB: 930

Classe PB: B

Características de Operação

Frequência: MHz

Dia Início

Dia Fim

Hora Início

Hora Fim

X

X



Tela Inicial



Imprimir

CHECKLIST
Renovação de Outorga
Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média – OM

Processo nº 53000.003330/2014-27	
Frequência: 930 KHz	CNPJ: 71.103.550/0001-84
Localidade: XXXXX	UF: SP
Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

(marcar com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS	
1) A Entidade não está bloqueada por motivo de débito (verificar no campo “Situação” do SRD).	S	
2) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração (verificar no SIACCO).	S	
3) LAUDO DE VISTORIA (subitem 8.4 da Resolução Anatel n.º 116, de 25/03/1999)	STATUS (Principal)	STATUS (Auxiliar 1)
3.1) Identificação: a) Nome de entidade; b) Indicativo de chamada; c) Horário de Funcionamento.	S	
3.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S	S
3.3) Transmissores de OM existentes na emissora:		S
3.3.1) Identificação (dizeres constantes da placa de identificação): a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida (+10% a -15%); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (± 10 Hz); g) Homologação/Certificação.	S	S
3.4) Sistema irradiante:		S
3.4.1) Onidirecional: a) Altura da antena; b) Dispositivos de Proteção (indicar as medidas de proteção elétrica e do pessoal existente: cerca de proteção e aviso pictórico.	NA	NA
3.4.2) Diretivo: a) Altura de cada elemento; b) Separação entre os elementos; c) Dispositivos de Proteção (indicar as medidas de proteção elétrica e do pessoal existente: deflagradores, cerca de proteção, aviso pictórico, etc).	S	S
3.5) Espúrios: Indicar a atenuação dos harmônicos e de outros espúrios em relação à frequência fundamental (no caso de sistemas irradiantes diretivos, a medição deverá ser feita na(s) direção(ões) de máxima irradiação).	S	
3.6) Equipamentos compulsórios (estado de funcionamento dos mesmos): a) Amperímetro de RF (sistema diretivo); b) Limitador; c) Monitor de modulação; d) Medidor de fase (sistema diretivo); e) Monitor de audição; f) Carga Artificial (somente para potência acima de 10 kW).	S	
3.7) Instrumentos de medição.	S	

3.8) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade deno Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....,de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	N	
3.9) Parecer Conclusivo: "CERTIFICO que o serviço de radiodifusão em onda média (tropical - 120 m) executado pela..... (nome da emissora)..... na cidade de..... no Estado de..... na data da vistoria, como indicada no Laudo acima, atendeu à toda a regulamentação técnica vigente a ele aplicável." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	N	
3.10) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias.....,vistoriando as instalações de nossa emissora de onda média (tropical - 120 m)." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	N	
3.11) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	S	
4) LAUDO DE ENSAIO (subitem 8.5 da Resolução Anatel n.º 116, de 25/03/1999)	STATUS (Principal)	STATUS (Auxiliar 1)
4.1) Interessado: a) Nome; b) Endereço completo; c) Nome e local da emissora a que se destina o transmissor, se for o caso.	S	S
4.2) Ensaio: a) Motivo; b) Endereço completo onde foi realizado; c) Data em que foi realizado.	S	S
4.3) Fabricante: a) Nome; b) Endereço (no caso de equipamento importado, indicar também, o endereço de seu eventual representante no Brasil).	S	S
4.4) Medições:		
4.4.1) Potência de saída do transmissor (<i>+10% a -15% da potência de operação autorizada</i>).	S	S
4.4.2) Frequência (<i>± 10 Hz da frequência de operação autorizada</i>).	S	S
4.4.3) Distorção harmônica, com frequências de modulação de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500 Hz, para 25%, 50%, 85% e acima de 85% de modulação: [<i>≤ 3% p/ modulação ≤ 85% / ≤ 4% p/ modulação > 85%</i>]	S	S
4.4.4) Resposta de audiofrequência, em relação a uma frequência de modulação de 1000 Hz, na faixa de frequências de 50 a 7500 Hz, com 25%, 50% e 85% de modulação: [<i>± 1 dB na faixa entre 100 Hz a 5000 Hz, inclusive / ± 3 dB na faixa de 50 a 100 Hz e de 5000 a 7500 Hz</i>]	S	S
4.4.5) Característica de regulação da amplitude da portadora, quando modulada por 1000 Hz a 100% de modulação: [<i>≤ 5% para qualquer percentagem de modulação</i>]	S	S
4.4.6) Nível de ruído da portadora, em relação a 100% de modulação com 400 Hz [<i>≥ 50 dB na faixa de 30 a 20000 Hz</i>]	S	S
4.4.7) Atenuação de harmônicos e espúrios em relação à fundamental: [<i>10,2 a 20 kHz, inclusive ≥ 25 dB / 20 a 30 kHz, inclusive ≥ 35 dB / 30 a 60 kHz, inclusive ≥ (5+1dB/kHz) / 60 a 75 kHz, inclusive ≥ 65 dB / >75 kHz ≥ [73 + P (dBk)]</i>], para potências até 5,0 kW, inclusive, ou 80 dB para potências maiores que 5,0 kW]	S	S
4.4.8) Nível de entrada de áudio, na frequência de 1000 Hz, correspondente a 100% de modulação:	S	S
4.4.9) Potência primária de entrada, a 0% e a 100% de modulação:	S	S
4.5) Observações visuais:		
4.5.1) Placa de identificação: a) nome do fabricante; b) modelo; c) nº de série; d) potência nominal; e) potência(s) de saída; f) frequência; g) data de fabricação; h) consumo.	S	S
4.5.2) Medidores do estágio final de RF (indicar fabricante e escala): a) De corrente contínua de placa ou coletor; b) De tensão contínua de placa ou coletor; c) Nível de modulação.	S	S
4.5.3) Existência de conector de RF: a) Para ligação de monitor de modulação; b) Para medição de frequência.	S	S
4.5.4) Tipo e quantidade de válvula(s) ou semicondutor(es) utilizado(s) no estágio final de RF.	S	S
4.5.5) Quantidade de estágios separadores entre a unidade osciladora e o estágio final de RF.	S	S

4.5.6) Dispositivos de segurança do pessoal: a) de descarga dos capacitores depois de desligada a alta tensão (descrição sumária); b) existência de gabinete (s) metálico (s) encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à massa; c) existência de interruptores de segurança; d) possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 Volts, com todas as portas ou tampas fechadas.	S	S
4.5.7) Existência de dispositivos de proteção do transmissor: a) contra sobrecarga de corrente na fonte de alta tensão; b) contra sobre tensão na fonte de alta tensão; c) contra a falta de ventilação adequada, no caso de válvula(s) com resfriamento forçado; d) aplicação sequencial correta das diferentes tensões de alimentação dos estágios (descrição sumária); e) contra falta de excitação conveniente no amplificador final de RF.	S	S
4.6) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	S	S
4.7) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	S
4.8) Parecer Conclusivo: "CERTIFICO que o transmissor de onda média (tropical) a que se refere este Laudo de Ensaio, na data em que foi realizado, atendeu à toda a regulamentação técnica vigente e a ele aplicável." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S	S
4.9) Declaração do interessado: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da entidade) DECLARO que o Sr.....(nome do profissional habilitado) esteve no endereço abaixo nos dias.....ensaando o transmissor de onda média (tropical), fabricado por.....modelo.....série.....nº.....com potência nominal (ou de operação, conforme o caso) de.....kW. Local do ensaio: (endereço completo, cidade e UF)." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	S	N
4.10) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	S	S

2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

OBSERVAÇÕES:



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves Corgosinho, Engenheiro**, em 02/06/2017, às 17:50, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1929293** e o código CRC **6D3D1FD4**.

NOTA TÉCNICA Nº 12081/2017/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53000.003330/2014-27.

Processos relacionados:

Assunto: **Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA, relativo a pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, utilizando a frequência 690 KHz (seiscentos e noventa), classe B, âmbito de atuação regional, na localidade de São Vicente-SP, referente aos períodos 01/05/2004 a 01/05/2014 e 01/05/2014 a 01/05/2024. Os autos do processo foram encaminhados à Regional Minas Gerais, para análise dos laudos técnicos apresentados, às páginas 51-69 (0119567) e 219-225 (0753994).

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 116, de 25 de março de 1999, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações (**Ministério das Comunicações**):

- j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor; opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e perempção;
- x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33, § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34, §§ 1º e 3º);
- aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas;

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, **e de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 40. A entidade outorgada deverá requerer ao Ministério das Comunicações a licença de funcionamento, no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deve ser instruído com laudo de vistoria das estações, elaborado por engenheiro habilitado.

Art. 48. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão são obrigadas a observar as normas técnicas em vigor e as que venham a ser baixadas pelo CONTEL, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais nos serviços de telecomunicações.

Art. 122. Para os efeitos deste Regulamento são consideradas infrações na execução dos serviços de radiodifusão os seguintes atos praticados pelas concessionárias ou permissionárias:

- 28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;
- 33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, **sem prévia autorização do mesmo**;
- 34. executar os serviços de radiodifusão em desacordo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa execução;

2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

2.4. Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983:

Art. 1º A renovação das concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, subordinada ao interesse nacional, depende do cumprimento pelas concessionárias ou permissionárias das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.

2.5. Portaria n.º 329, de 4 de julho de 2012:

Art. 2º Será deferido o pedido de renovação de outorga que atender às seguintes condições:

III - cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço.

2.6. Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota n.º 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho n.º 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a **necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

3. Da análise do processo administrativo apresentado pela interessada, foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

Observação	Exigência
– A entidade não apresentou as declarações referentes ao Laudo de Vistoria Técnica Estação.	– Declaração do profissional habilitado certificando serem verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação, nos termos dos subitens 8.4.17 e 8.4.18 da Resolução Anatel n.º 116, de 12/03/99. – Declaração do representante legal da entidade, nos termos do subitem 8.4.19 da Resolução Anatel n.º 116, de 15/03/99.
– A entidade não apresentou a declaração referente ao Laudo de Ensaio do Transmissor auxiliar utilizado e autorizado.	– Declaração do representante legal da entidade, nos termos dos subitem 8.5.10 da Resolução Anatel n.º 116, de 15/03/99.

4. Desse modo, a entidade **não atende no momento** aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos pela expedição de ofício de exigência à interessada, conforme itens 3 e 4, com a solicitação de juntada da documentação faltante, e pelo sobrestamento dos autos.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves Corgosinho, Engenheiro**, em 02/06/2017, às 17:51, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Chefe do Órgão Regional de Minas Gerais**, em 05/06/2017, às 14:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1929376** e o código CRC **B1C76EE1**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Regional Minas Gerais
Av. Afonso Pena, 1.270, Correio Central - Térreo — Centro
CEP 30130-900 — Belo Horizonte — MG
Telefone: (31) 3222-9051

Ofício nº 24147/2017/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA
Avenida Ana Costa nº 532, Complemento CJ 52 - Gonzaga
11.060-002 Santos/SP

Assunto: **Exigências para Renovação de Outorga – Processo n.º 53000.003330/2014-27.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me à solicitação em epígrafe, efetuada por essa entidade, concessionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias, na localidade de São Vicente-SP, com utilização da frequência 690 kHz (seiscentos e noventa), para encaminhar a cópia da Nota Técnica n.º 12081/2017/SEI-MCTIC, com a indicação das pendências existentes em destaque.

2. Fica estabelecido o prazo de 30 dias, contados da data do recebimento deste Ofício, para o cumprimento TOTAL das exigências aqui formuladas. Cabe lembrar que na resposta **deverá constar o número do respectivo processo, bem como deste Ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Ricardo dos Santos, Chefe do Órgão Regional de Minas Gerais**, em 05/06/2017, às 14:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **1930287** e o código CRC **9E5DCD88**.

Data de Envio:

05/06/2017 14:06:00

De:

MCTIC/Órgão Regional de Minas Gerais <regmg@mctic.gov.br>

Para:

cultura@radiocultura.com.br
gilmansur@mtv.com.br
rodolfo@mouraeribeiro.adv.br
lucas@mouraeribeiro.adv.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a) Senhor(a),

Ref: Processo nº 53000.003330/2014-27

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - Regional Minas Gerais

Obs.: Esta conta de e-mail não pode receber mensagens. Favor responder por meio do CADSEI.

Anexos:

Oficio_1930287.html
Nota_Tecnica_1929376.html



NOME/RAZÃO SOCIAL SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA				CNPJ 71103550000184	
Nº DA ESTAÇÃO 1004227555	SERVIÇO 230 Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 23° 57' 51.0" S	LONGITUDE 46° 21' 44.0" W	

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Alto do Morro do Itaraté		DISTRITO *****	
BAIRRO Itaraté		MUNICÍPIO São Vicente	UF SP

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO:	São Vicente	UF:	SP
LOCALIDADE:	*****		
FREQUÊNCIA:	95.7 MHz	CANAL:	239
CLASSE:	C	COTA BASE DA TORRE:	163
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYW667		
NOME FANTASIA:	*****	NUMPROCESSO:	*****
CIDADE DA OUTORGA:	São Vicente		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Alto do Morro do Itaraté	BAIRRO:	Itaraté
MUNICÍPIO:	São Vicente	UF:	SP
NUMERO:	s/nº	COMPLEMENTO:	*****
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:	Av. Ana Costa	BAIRRO:	Gonzaga
MUNICÍPIO:	Santos	UF:	SP
NUMERO:	nº 532	COMPLEMENTO:	Conjunto 52
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	GatesAir Inc.	MODELO:	FAX 1K
CÓDIGO:	064131601684	POTÊNCIA:	0.100 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
CÓDIGO:	*****	POTÊNCIA:	***** kW
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	*****	MODELO:	IFMMC-1-88-108
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	-3.28
DESCRIÇÃO:	*****	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	195 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	35 m	BEAM TILT:	***** graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	*****	MODELO:	*****
POLARIZAÇÃO:	*****	GANHO:	*****
DESCRIÇÃO:	*****	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	***** graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	***** m	BEAM TILT:	***** graus

RDS

Código PI:

XXXXXXXXXX



NOTA TÉCNICA Nº 24756/2017/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53000.003330/2014-27.

Processos relacionados:

Assunto: **Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 71.103.550/0001-84, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 239 (duzentos e trinta e nove), classe C, na localidade de SÃO VICENTE-SP, referente aos períodos 01/05/2004 a 01/05/2014 e 01/05/2014 a 01/05/2024. Os autos do processo foram encaminhados à Regional Minas Gerais, para análise do laudo de vistoria técnica.

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações (**Ministério das Comunicações**):

- j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor; opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e perempção;
- x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33, § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34, §§ 1º e 3º);
- aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas;

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica** e o interesse público em sua existência.

2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 40. A entidade outorgada deverá requerer ao Ministério das Comunicações a licença de funcionamento, no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deve ser instruído com laudo de vistoria das estações, elaborado por engenheiro habilitado.

Art. 48. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão são obrigadas a observar as normas técnicas em vigor e as que venham a ser baixadas pelo CONTEL, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais nos serviços de telecomunicações.

Art. 122. Para os efeitos deste Regulamento são consideradas infrações na execução dos serviços de radiodifusão os seguintes atos praticados pelas concessionárias ou permissionárias:

- 28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;
- 33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, sem prévia autorização do mesmo;
- 34. executar os serviços de radiodifusão em desacordo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa execução;

2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

2.4. Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983:

Art. 1º A renovação das concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, subordinada ao interesse nacional, depende do cumprimento pelas concessionárias ou permissionárias das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.

2.5. Portaria n.º 329, de 4 de julho de 2012:

Art. 2º Será deferido o pedido de renovação de outorga que atender às seguintes condições:

III - cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço.

2.6. Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota n.º 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho n.º 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a **necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

3. Da análise do processo administrativo apresentado pela interessada, foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

Observação	Exigência
– Considerando a migração do serviço de radiodifusão de Ondas Médias (OM) para Frequência Modulada (FM), apresentar o Laudo de Vistoria Técnica da Estação FM nos termos da última autorização do poder concedente ou laudo de vistoria realizado pela ANATEL pós migração. Obs.: o formulário do Laudo de Vistoria Técnica para renovação de outorga encontra-se disponível no site do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: (http://www2.mcti.gov.br/index.php/espaco-do-radiodifusor/radiodifusao-comercial/renovacao-de-outorga).	– Laudo de Vistoria Técnica da Estação FM, juntamente com as declarações e ART, para efeito de Renovação de Outorga, padronizado, devidamente preenchido, assinado pelo profissional habilitado e pelo representante legal, nos termos do item 9.3 (subitens 9.3.1 a 9.3.10) da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98, em conformidade com a última autorização do poder concedente.

4. Desse modo, a entidade **não atende no momento** aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos pela expedição de ofício de exigência à interessada, conforme itens 3 e 4, com a solicitação de juntada da documentação faltante, e pelo sobrestamento dos autos.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves Corgosinho, Engenheiro**, em 27/10/2017, às 15:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Bretas dos Santos, Chefe da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado**, em 27/10/2017, às 17:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas, Substituto**, em 27/10/2017, às 18:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2337153** e o código CRC **5CEB33A8**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Comercial
Coordenação-Geral de Pós-Outorga
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 46758/2017/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA
Avenida Ana Costa nº 532, Complemento CJ 52 - Gonzaga
11.060-002 Santos/SP

Assunto: **Exigências para Renovação de Outorga – Processo n.º 53000.003330/2014-27.**

Senhor Representante Legal,

1. Cumprimentando-o cordialmente, refiro-me à solicitação em epígrafe, efetuada por essa entidade, permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São Vicente-SP com utilização do canal 239 (duzentos e trinta e nove), para encaminhar a cópia da Nota Técnica n.º 24756 /2017/SEI-MCTIC, com a indicação das pendências existentes em destaque.

2. Fica estabelecido o prazo de 30 dias, contados da data do recebimento deste Ofício, para o cumprimento TOTAL das exigências aqui formuladas. Cabe lembrar que na resposta **deverá constar o número do respectivo processo, bem como deste Ofício**, a fim de viabilizar o seu trâmite neste Ministério.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas, Substituto**, em 27/10/2017, às 18:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2337546** e o código CRC **76146EB5**.

Data de Envio:

30/10/2017 08:35:54

De:

MCTIC/Órgão Regional de Minas Gerais <regmg@mctic.gov.br>

Para:

cultura@radiocultura.com.br
gilmansur@mtv.com.br
rodolfo@mouraeribeiro.adv.br
lucas@mouraeribeiro.adv.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a) Senhor(a),

Ref: Processo nº 53000.003330/2014-27

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,

Gerencia Regional de Radiodifusão no Estado de Minas Gerais
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Obs.: Esta conta de e-mail não pode receber mensagens. Favor responder por meio do CADSEI.

Anexos:

Nota_Tecnica_2337153.html
Oficio_2337546.html

CHECKLIST
Renovação de Outorga
Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – FM

Processo nº 53000.003330/2014-27		
Canal: 239	Frequência: 95,7 MHz	CNPJ: 71.103.550/0001-84
Localidade: SÃO VICENTE		UF: SP
Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA		

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

(marcar com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS
1) A Entidade não está bloqueada por motivo de débito (verificar no campo “Situação” do SRD).	S
2) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração (verificar no SIACCO).	S
3) LAUDO DE VISTORIA (subitem 9.3 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	STATUS (Principal)
3.1) Identificação: a) Nome de entidade; b) Indicativo de chamada; c) Horário de Funcionamento.	S
3.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S
3.3) Transmissores de FM existentes na emissora: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (± 2000 Hz); g) Homologação/Certificação.	S
3.4) Equipamentos compulsórios (estado de funcionamento dos mesmos): a) Limitador; b) Monitor de modulação; c) Carga Artificial (Classes E1, E2, E3 e A1); d) Analisador de espectro (Classe Especial).	S
3.5) Antena: a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo).	S
3.6) Linha de Transmissão: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	S
3.7) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	S
3.8) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade deno Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	N
3.9) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias....., vistoriando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	N
3.10) Disponibilidade de relatório de conformidade referente à Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos.	S

3.11) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	S
4) LAUDO DE ENSAIO (subitem 9.4 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	STATUS (Principal)
4.1) Interessado: a) Nome; b) Endereço completo; c) Nome e local da emissora a que se destina o transmissor, se for o caso.	NA
4.2) Ensaio: a) Motivo; b) Endereço completo onde foi realizado; c) Data em que foi realizado.	NA
4.3) Fabricante: a) Nome; b) Endereço (no caso de equipamento importado, indicar também, o endereço de seu eventual representante no Brasil).	NA
4.4) Função do transmissor (principal ou reserva, quando o ensaio for realizado na estação transmissora).	NA
4.5) Medições:	
4.5.1) Frequência: a) Nominal; b) Medida em ambiente normal ($\pm 2000\text{ Hz}$); c) Variação da máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente ($\pm 2000\text{ Hz}$).	NA
4.5.2) ¹ Resposta de audiofrequência, para 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000, 15.000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente (<i>curvas das figuras 1A, 1B e 1C do Anexo II</i>).	NA
4.5.3) ¹ Distorção harmônica, para as frequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente ($\leq 2,5\%$).	NA
4.5.4) ¹ Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz ($\geq 54\text{ dB}$).	NA
4.5.5) ¹ Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude ($\geq 50\text{ dB}$).	NA
4.5.6) Atenuação de harmônicos e espúrios ($120\text{ a }240\text{ kHz} \geq 25\text{ dB}$ / $240\text{ a }600\text{ kHz} \geq 35\text{ dB}$ / $>600\text{ kHz} \geq [73+P(\text{dBk})]\text{ dB}$ / <i>Max 80 dB</i>).	NA
4.5.7) Potência de saída (indicação do método empregado para sua determinação) ($\pm 10\%$, <i>excepcionalmente</i> , $\pm 15\%$ p/ rede elétrica instável).	NA
4.6) Informações específicas para estereofonia:	
4.6.1) Gerador de estéreo: a) Fabricante; b) Modelo.	NA
4.6.2) Medições:	
4.6.2.1) Frequência de subportadora piloto: a) Medida; b) Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente ($\pm 2\text{ Hz}$).	NA
4.6.2.2) Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto ($8\% \leq \text{Limite} \leq 10\%$).	NA
4.6.2.3) ¹ Separação estereofônica nas frequências de 50, 100, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz (Canal Esq/Dir e Dir/Esq) $\geq 29,7\text{ dB}$.	NA
4.6.2.4) ¹ Diafonia, para audiofrequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 90% de modulação, no canal principal e nos canais estereofônicos ($\geq 40\text{ dB}$).	NA
4.7) Informações específicas para canais secundários:	
4.7.1) Gerador de sinal secundário: a) Fabricante; b) Modelo.	NA
4.7.2) Medições:	
4.7.2.1) Frequências centrais das subportadoras e estabilidade em 60 minutos (<i>Mono 20 à 99 kHz / Estéreo 53 à 99 kHz</i>).	NA
4.7.2.2) Soma aritmética das percentagens de modulação da portadora principal pelas subportadoras dos canais secundários. (<i>Mono $\leq 30\%$ / Estéreo $\leq 20\%$</i>).	NA
4.8) Observações visuais no transmissor:	
4.8.1) Placa de identificação (transcrição dos dizeres constantes da placa).	NA
4.8.2) Medidores do estágio final de RF (Existência e indicação da escala): a) De corrente contínua de placa ou coletor; b) De tensão contínua de placa ou coletor; c) De potência de saída (incidente e refletida).	NA
4.8.3) Existência de tomadas de amostras de RF, para: a) Modulação; b) Frequência.	NA

4.8.4) Existência de dispositivos de segurança do pessoal: a) De descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão (descrição sumária); b) Gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à terra; c) De interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas; d) Possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 volts, com todas as portas e tampas fechadas.	NA
4.8.5) Existência de dispositivos de proteção do transmissor: a) Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão; b) Proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado.	NA
4.9) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	NA
4.10) Parecer Conclusivo: "Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	NA
4.11) Declaração do interessado: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da entidade) DECLARO que o Sr.....(nome do profissional habilitado) esteve no endereço abaixo nos dias.....ensaiando o transmissor de frequência modulada, fabricado por.....modelo.....série.....nº.....com potência nominal (ou de operação, conforme o caso) de.....kW. Local do ensaio: (endereço completo, cidade e UF)." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	NA
4.12) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	NA
4.13) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	NA

2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **não atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

OBSERVAÇÕES:
Laudo de ensaio dispensado conforme Decreto Nº 9138 de 22 de agosto de 2017, art 113, inciso X, entidade recém migrada para o serviço de FM e licenciada.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves Corgosinho, Engenheiro**, em 04/12/2017, às 17:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2457672** e o código CRC **843D5242**.

NOTA TÉCNICA Nº 28030/2017/SEI-MCTIC

Processo n.º: 53000.003330/2014-27.

Processos relacionados:

Assunto: **Renovação de Outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 71.103.550/0001-84, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 239 (duzentos e trinta e nove), classe C, na localidade de SÃO VICENTE-SP, referente aos períodos 01/05/2004 a 01/05/2014 e 01/05/2014 a 01/05/2024. Os autos do processo foram encaminhados à Regional Minas Gerais, para análise do laudo de vistoria técnica, apresentado no evento SEI 2435568.

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações (**Ministério das Comunicações**):

- j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor; opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e perempção;
- x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33, § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34, §§ 1º e 3º);
- aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas;

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público** em sua existência.

2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 40. A entidade outorgada deverá requerer ao Ministério das Comunicações a licença de funcionamento, no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deve ser instruído com laudo de vistoria das estações, elaborado por engenheiro habilitado.

Art. 48. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão são obrigadas a observar as normas técnicas em vigor e as que venham a ser baixadas pelo CONTEL, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais nos serviços de telecomunicações.

Art. 122. Para os efeitos deste Regulamento são consideradas infrações na execução dos serviços de radiodifusão os seguintes atos praticados pelas concessionárias ou permissionárias:

- 28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;
- 33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, sem prévia autorização do mesmo;
- 34. executar os serviços de radiodifusão em desacordo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa execução;

2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

2.4. Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983:

Art. 1º A renovação das concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, subordinada ao interesse nacional, depende do cumprimento pelas concessionárias ou permissionárias das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.

2.5. Portaria n.º 329, de 4 de julho de 2012:

Art. 2º Será deferido o pedido de renovação de outorga que atender às seguintes condições:

III - cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço.

2.6. Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota n.º 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho n.º 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a **necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

3. Da análise do processo administrativo apresentado pela interessada, foi verificado o descumprimento das seguintes obrigações, necessárias para a completa instrução dos autos:

Observação	Exigência
– A entidade não apresentou as declarações referentes ao Laudo de Vistoria Técnica da Estação.	– Declaração do profissional habilitado certificando serem verdadeiras todas as informações constantes do laudo de vistoria técnica da estação, nos termos do subitem 9.3.9, alínea 'a', da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98. – Declaração do representante legal da entidade, nos termos do subitem 9.3.9, alínea 'b', da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/98.

4. Desse modo, a entidade **não atende no momento** aos requisitos da legislação para ser considerada apta tecnicamente para a renovação de outorga.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, opinamos pela expedição de ofício de exigência à interessada, conforme itens 3 e 4, com a solicitação de juntada da documentação faltante, e pelo sobrestamento dos autos.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves Corgosinho, Engenheiro**, em 04/12/2017, às 17:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Bretas dos Santos, Chefe da Gerência Regional de Radiodifusão no Estado**, em 04/12/2017, às 17:58, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 05/12/2017, às 07:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2458016** e o código CRC **8A8B0DB3**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 1º andar, Ala Oeste, Anexo, 70044-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 2027-6464

Ofício nº 52523/2017/SEI-MCTIC

Ao (À) Senhor (a)

Representante Legal da

SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA. (71.103.550/0001-84)

Avenida Ana Costa nº 532, Complemento CJ 52 - Gonzaga

11.060-002 Santos/SP

Assunto: Exigências para Renovação de Outorga – Processo n.º 53000.003330/2014-27.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminha-se cópia da Nota Técnica n.º 28.030/2017/SEI-MCTIC, com vistas ao atendimento das exigências formuladas por este Ministério, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data do recebimento deste Ofício.

2. No expediente de resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.

3. Ressalta-se que o não atendimento ao prazo fixado implicará na adoção das medidas administrativas pertinentes ao caso.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 05/12/2017, às 07:53, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2458099** e o código CRC **8BB42FD2**.

Data de Envio:

05/12/2017 09:15:49

De:

MCTIC/Órgão Regional de Minas Gerais <regmg@mctic.gov.br>

Para:

cultura@radiocultura.com.br
gilmansur@mtv.com.br
rodolfo@mouraeribeiro.adv.br
lucas@mouraeribeiro.adv.br

Assunto:

Envio de correspondência oficial - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a) Senhor(a),

Ref: Processo nº 53000.003330/2014-27

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,

Gerencia Regional de Radiodifusão no Estado de Minas Gerais
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Obs.: Esta conta de e-mail não pode receber mensagens. Favor responder por meio do CADSEI.

Anexos:

Nota_Tecnica_2458016.html
Oficio_2458099.html

CHECKLIST
Renovação de Outorga
Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada – FM

Processo nº 53000.003330/2014-27		
Canal: 239	Frequência: 95,7 MHz	CNPJ: 71.103.550/0001-84
Localidade: SÃO VICENTE		UF: SP
Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA		

1. LISTA DE VERIFICAÇÃO

(marcar com “S” se os documentos entregues atendem aos requisitos, com “N” se não atendem ou não foram entregues, com “NA” se não for aplicável e com “NV” se não for possível a verificação do item).

DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA	STATUS
1) A Entidade não está bloqueada por motivo de débito (verificar no campo “Situação” do SRD).	S
2) Requerimento firmado pelo representante legal da entidade ou pelo procurador, com procuração (verificar no SIACCO).	S
3) LAUDO DE VISTORIA (subitem 9.3 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	STATUS (Principal)
3.1) Identificação: a) Nome de entidade; b) Indicativo de chamada; c) Horário de Funcionamento.	S
3.2) Localização: a) Endereço completo da estação transmissora e coordenadas geográficas; b) Endereço completo do(s) estúdio(s).	S
3.3) Transmissores de FM existentes na emissora: a) Nome do fabricante; b) Modelo; c) Potência de operação; d) Potência medida ($\pm 10\%$); e) Frequência de operação; f) Frequência medida (± 2000 Hz); g) Homologação/Certificação.	S
3.4) Equipamentos compulsórios (estado de funcionamento dos mesmos): a) Limitador; b) Monitor de modulação; c) Carga Artificial (Classes E1, E2, E3 e A1); d) Analisador de espectro (Classe Especial).	S
3.5) Antena: a) Fabricante; b) Modelo; c) Número de elementos; d) Azimute de orientação; e) Altura do centro geométrico em relação à base da estrutura de sustentação (solo).	S
3.6) Linha de Transmissão: a) Fabricante; b) Modelo; c) Comprimento.	S
3.7) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	S
3.8) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante vistoria por mim realizada, pessoalmente, nas instalações da.....localizada na cidade deno Estado de.....nos dias..... O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....de que faço uso." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	S
3.9) Declaração da entidade: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da emissora), declaro que o Sr.....(nome do Profissional Habilitado) esteve nesta cidade de.....no Estado de.....nos dias....., vistoriando as instalações de nossa emissora de FM." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	S
3.10) Disponibilidade de relatório de conformidade referente à Limitação da Exposição a Campos Elétricos, Magnéticos e Eletromagnéticos.	S

3.11) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	S
4) LAUDO DE ENSAIO (subitem 9.4 da Resolução Anatel n.º 67, de 12/11/1998)	STATUS (Principal)
4.1) Interessado: a) Nome; b) Endereço completo; c) Nome e local da emissora a que se destina o transmissor, se for o caso.	NA
4.2) Ensaio: a) Motivo; b) Endereço completo onde foi realizado; c) Data em que foi realizado.	NA
4.3) Fabricante: a) Nome; b) Endereço (no caso de equipamento importado, indicar também, o endereço de seu eventual representante no Brasil).	NA
4.4) Função do transmissor (principal ou reserva, quando o ensaio for realizado na estação transmissora).	NA
4.5) Medições:	
4.5.1) Frequência: a) Nominal; b) Medida em ambiente normal ($\pm 2000\text{ Hz}$); c) Variação da máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente ($\pm 2000\text{ Hz}$).	NA
4.5.2) ¹ Resposta de audiofrequência, para 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000, 15.000 Hz, para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente (<i>curvas das figuras 1A, 1B e 1C do Anexo II</i>).	NA
4.5.3) ¹ Distorção harmônica, para as frequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz para 25, 50 e 100% de modulação. Para estereofonia, as medições deverão ser feitas para 25, 50 e 90% de modulação, em cada canal individualmente ($\leq 2,5\%$).	NA
4.5.4) ¹ Nível de ruído da portadora (FM), em relação a 100% de modulação, com 400 Hz ($\geq 54\text{ dB}$).	NA
4.5.5) ¹ Nível de ruído da portadora (AM), em relação a 100% de modulação em amplitude ($\geq 50\text{ dB}$).	NA
4.5.6) Atenuação de harmônicos e espúrios ($120\text{ a }240\text{ kHz} \geq 25\text{ dB}$ / $240\text{ a }600\text{ kHz} \geq 35\text{ dB}$ / $>600\text{ kHz} \geq [73+P(\text{dBk})]\text{ dB}$ / <i>Max 80 dB</i>).	NA
4.5.7) Potência de saída (indicação do método empregado para sua determinação) ($\pm 10\%$, <i>excepcionalmente</i> , $\pm 15\%$ p/ rede elétrica instável).	NA
4.6) Informações específicas para estereofonia:	
4.6.1) Gerador de estéreo: a) Fabricante; b) Modelo.	NA
4.6.2) Medições:	
4.6.2.1) Frequência de subportadora piloto: a) Medida; b) Variação máxima da frequência em 60 minutos de funcionamento na temperatura ambiente ($\pm 2\text{ Hz}$).	NA
4.6.2.2) Limites das variações das percentagens de modulação da portadora principal pela subportadora piloto ($8\% \leq \text{Limite} \leq 10\%$).	NA
4.6.2.3) ¹ Separação estereofônica nas frequências de 50, 100, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz (Canal Esq/Dir e Dir/Esq) ($\geq 29,7\text{ dB}$).	NA
4.6.2.4) ¹ Diafonia, para audiofrequências de 50, 100, 400, 1.000, 5.000, 7.500, 10.000 e 15.000 Hz, para 90% de modulação, no canal principal e nos canais estereofônicos ($\geq 40\text{ dB}$).	NA
4.7) Informações específicas para canais secundários:	
4.7.1) Gerador de sinal secundário: a) Fabricante; b) Modelo.	NA
4.7.2) Medições:	
4.7.2.1) Frequências centrais das subportadoras e estabilidade em 60 minutos (<i>Mono 20 à 99 kHz / Estéreo 53 à 99 kHz</i>).	NA
4.7.2.2) Soma aritmética das percentagens de modulação da portadora principal pelas subportadoras dos canais secundários. (<i>Mono $\leq 30\%$ / Estéreo $\leq 20\%$</i>).	NA
4.8) Observações visuais no transmissor:	
4.8.1) Placa de identificação (transcrição dos dizeres constantes da placa).	NA
4.8.2) Medidores do estágio final de RF (Existência e indicação da escala): a) De corrente contínua de placa ou coletor; b) De tensão contínua de placa ou coletor; c) De potência de saída (incidente e refletida).	NA
4.8.3) Existência de tomadas de amostras de RF, para: a) Modulação; b) Frequência.	NA

4.8.4) Existência de dispositivos de segurança do pessoal: a) De descarga de capacitores depois de desligada a alta tensão (descrição sumária); b) Gabinetes metálicos encerrando o transmissor, com todas as partes expostas ao contato dos operadores, interligadas e conectadas à terra; c) De interruptores de segurança, em todas as portas e tampas de acesso a partes do transmissor onde existam tensões superiores a 350 Volts, que automaticamente desliguem essas tensões quando qualquer dessas portas ou tampas forem abertas; d) Possibilidade de serem feitos, externamente, os ajustes dos circuitos com tensões superiores a 350 volts, com todas as portas e tampas fechadas.	NA
4.8.5) Existência de dispositivos de proteção do transmissor: a) Descrição sumária dos dispositivos de proteção da fonte de alta tensão; b) Proteção contra a falta de ventilação adequada, no caso de sistema forçado.	NA
4.9) Declaração do profissional habilitado: "Declaro serem verdadeiras todas as informações constantes deste laudo, obtidas mediante ensaio por mim realizado, pessoalmente, no transmissor a que se refere. O presente laudo consta de.....folhas, todas numeradas e rubricadas com a rubrica.....de que faço uso."(local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	NA
4.10) Parecer Conclusivo: "Para os fins previstos no Regulamento Técnico para o Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, DECLARO que o transmissor de frequência modulada, a que se refere este laudo de ensaio, na data em que foi realizado, atendia à regulamentação aplicável." (local e data) (assinatura) (nome) (nº de registro no CREA)	NA
4.11) Declaração do interessado: "Na qualidade de representante legal da.....(nome da entidade) DECLARO que o Sr.....(nome do profissional habilitado) esteve no endereço abaixo nos dias.....ensaando o transmissor de frequência modulada, fabricado por.....modelo.....série.....nº.....com potência nominal (ou de operação, conforme o caso) de.....kW. Local do ensaio: (endereço completo, cidade e UF)." (local e data) (assinatura) (nome) (cargo que exerce na entidade)	NA
4.12) Instrumentos de medição (relação dos instrumentos de medição utilizados pelo vistoriador, indicando fabricante, modelo, número de série e precisão de cada um).	NA
4.13) Anotação de Responsabilidade Técnica - (ART).	NA

2. RESUMO DA VERIFICAÇÃO

A documentação apresentada **atende** ao disposto na legislação regulamentar vigente.

OBSERVAÇÕES:

Laudo de ensaio dispensado conforme Decreto Nº 9138 de 22 de ago de 2017, art 113, inciso X, entidade recém migrada para o serviço de FM e licenciada.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves Corgosinho, Engenheiro**, em 11/01/2018, às 10:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2564779** e o código CRC **89C3E07B**.

NOTA TÉCNICA Nº 582/2018/SEL-MCTIC

Processo n.º: 53000.003330/2014-27.

Processos relacionados:

Assunto: **Renovação de Outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 71.103.550/0001-84, relativo ao pedido de renovação de outorga para a exploração do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, utilizando o canal 239 (duzentos e trinta e nove), classe C, na localidade de SÃO VICENTE-SP, referente aos períodos 01/05/2004 a 01/05/2014 e 01/05/2014 a 01/05/2024. Os autos do processo foram encaminhados à Regional Minas Gerais, para análise do laudo de vistoria técnica, apresentado no evento SEI 2435568.

ANÁLISE

2. A análise do pleito será embasada pela Resolução Anatel n.º 67, de 12 de novembro de 1998, e demais legislações pertinentes, em especial pelas seguintes:

2.1. Lei n.º 4.117, de 24 de agosto de 1962:

Art. 29. Compete ao Conselho Nacional de Telecomunicações (**Ministério das Comunicações**):

- j) fiscalizar as concessões, autorizações e permissões em vigor; opinar sobre a respectiva renovação e propor a declaração de caducidade e perempção;
- x) outorgar ou renovar quaisquer permissões e autorizações de serviço de radiodifusão de caráter local (art. 33, § 5º) e opinar sobre a outorga ou renovação de concessões e autorizações (art. 34, §§ 1º e 3º);
- aa) expedir certificados de licença para o funcionamento das estações de radiocomunicação e radiodifusão uma vez verificado, em vistoria, o atendimento às condições técnicas exigidas;

Art. 33. Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições da presente lei.

§ 3º Os prazos de concessão e autorização serão de 10 (dez) anos para o serviço de radiodifusão sonora e de 15 (quinze) anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais se os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, **mantido a mesma idoneidade técnica**, financeira e moral, e atendido o interesse público (art. 29, X).

Art. 63. A pena de suspensão poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- e) utilização de equipamentos diversos dos aprovados ou instalações fora das especificações técnicas constantes da portaria que as tenha aprovado;

Art. 67. A perempção da concessão ou autorização será declarada pelo Presidente da República, precedendo parecer do Conselho Nacional de Telecomunicações, se a concessionária ou permissionária decair do direito à renovação.

Parágrafo único: **O direito a renovação decorre** do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e **de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência.**

2.2. Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963:

Art. 40. A entidade outorgada deverá requerer ao Ministério das Comunicações a licença de funcionamento, no prazo de doze meses contado da data de publicação da autorização de uso de radiofrequência.

§ 1º O requerimento de que trata o caput deve ser instruído com laudo de vistoria das estações, elaborado por engenheiro habilitado.

Art. 48. As empresas concessionárias e permissionárias de serviços de radiodifusão são obrigadas a observar as normas técnicas em vigor e as que venham a ser baixadas pelo CONTEL, com a finalidade de evitar interferências prejudiciais nos serviços de telecomunicações.

Art. 122. Para os efeitos deste Regulamento são consideradas infrações na execução dos serviços de radiodifusão os seguintes atos praticados pelas concessionárias ou permissionárias:

- 28. não atender às determinações de natureza legal, técnica ou econômica, demonstrando, assim, a superveniência de incapacidade para a execução dos serviços objeto da concessão ou permissão;
- 33. modificar, substituir os equipamentos ou as instalações aprovadas pelo CONTEL, sem prévia autorização do mesmo;
- 34. executar os serviços de radiodifusão em desacordo com os termos da licença ou não atender às normas e condições estabelecidas para essa execução;

2.3. Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972:

Art. 3º. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, **condicionar a renovação das concessões ou permissões à adaptação da concessionária ou permissionária às condições técnicas estabelecidas no Plano Nacional de Radiodifusão ou normas técnicas dele decorrentes.**

2.4. Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983:

Art. 1º A renovação das concessões e permissões para exploração dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, subordinada ao interesse nacional, depende do cumprimento pelas concessionárias ou permissionárias das disposições legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, bem como da observância de suas finalidades educativas e culturais.

Art. 7º A perempção da concessão ou permissão será declarada quando, terminado o prazo:

II - verificar-se que a interessada não cumpriu as exigências legais e regulamentares aplicáveis ao serviço, ou não observou suas finalidades educativas e culturais.

2.5. Portaria n.º 329, de 4 de julho de 2012:

Art. 2º Será deferido o pedido de renovação de outorga que atender às seguintes condições:

III - cumprimento das exigências legais, regulamentares e contratuais aplicáveis ao serviço.

2.6. Parecer n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de 29 de maio de 2015:

40. Finalmente, o laudo técnico ou documento equivalente, assinado por engenheiro habilitado (documento 17), tem por objetivo a comprovação da idoneidade técnica da entidade. Conforme expresso na Nota n.º 52/2014:

Com efeito, o atendimento às exigências necessárias para prestação dos serviços é requisito indispensável estabelecido por lei para renovação das outorgas de radiodifusão concedidas pelo Poder Público. Nesse sentido, há disposição expressa no art. 33, § 3º, do Código Brasileiro de Telecomunicações, o qual estabelece que a renovação da outorga poderá ser deferida se 'os concessionários houverem cumprido todas as obrigações legais e contratuais, mantido a mesma idoneidade técnica, financeira e moral, e atendido o interesse público'. [...] Portanto, dentre outras questões, **a análise técnica é obrigatória** [...].

41. Assim, em que pese as ressalvas de aprovação do Despacho n.º 499/2014, o entendimento acima transcrito é o mais adequado para fins de objetivação do rol de documentos a serem exigidos no processo de renovação. Daí, então, a **necessidade de apresentação de laudo técnico ou documento equivalente**, elaborado por engenheiro habilitado.

43. A SCE, ainda, **deverá analisar se o laudo técnico atende aos requisitos aprovados** por ocasião da aprovação de locais e licenciamento, bem como, no processo de alteração de características técnicas. **Trata-se, pois, de análise técnica.**

3. Considerando a documentação apresentada no evento SEI2435568, composta de Laudo de Vistoria da Estação (Laudos de ensaio dispensados conforme Decreto N.º 9138 de 22 de agosto de 2017, art 113, inciso X), que a entidade recém migrada para o serviço de FM encontra-se licenciada e através das medições apresentadas que a estação estava funcionando na data da execução do laudo de vistoria de acordo com as características técnicas definidas em regulamento técnico para o serviço específico. A interessada apresentou as declarações do representante legal e do profissional habilitado, conforme definido no regulamento técnico, tendo apresentado ainda a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente quitada. Dessa forma, constatamos que a permissionária está executando o serviço em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, entendemos que o Laudo de Vistoria Técnica da Estação e as declarações apresentadas estão em conformidade com a última autorização do poder concedente e norma técnica regulamentar vigente, estando **apta tecnicamente** para dar prosseguimento ao processo de Renovação de Outorga. Por fim, opinamos pelo encaminhamento da presente Nota à Coordenação de Renovação de Outorga de Serviços de Radiodifusão, para continuidade do processo de Renovação de Outorga.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Luciano Alves Corgosinho, Engenheiro**, em 11/01/2018, às 10:20, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC n.º 89/2014 e MCTIC n.º 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Cristina Rodrigues, Chefe do Órgão Regional de Minas Gerais, Substituto**, em 16/01/2018, às 09:04, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **2564802** e o código CRC **52A3610F**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.003330/2014-27

SEI nº 2564802



OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Itiquira, estado do Mato Grosso.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sebastião Murucci Pirovani - administrador da Gaspar Radiodifusão Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Rádio Pantanal de Coxim Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSSIONÁRIA, Rádio Pantanal de Coxim Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Coxim, estado de Mato Grosso do Sul.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA DE ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Tania Cezaretti Diniz - Administradora da Rádio Pantanal de Coxim Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Radiodifusão Novo Mato Grosso Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSSIONÁRIA, Radiodifusão Novo Mato Grosso Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Juara, estado do Mato Grosso.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. José Antônio Lessi - Sócio Gerente da Radiodifusão Novo Mato Grosso Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Rádio Atalaia de Sergipe Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSSIONÁRIA, Rádio Atalaia de Sergipe Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Simão Dias, estado de Sergipe.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Walter do Prado Franco Sobrinho - administrador da Rádio Atalaia de Sergipe Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Rádio Cultura de Guarabira Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSSIONÁRIA, Rádio Cultura de Guarabira Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Guarabira, estado da Paraíba.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e João Rafael de Aguiar - administrador da Rádio Cultura de Guarabira Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Rádio Litoral Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSSIONÁRIA, Rádio Litoral Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Imbé, estado do Rio Grande do Sul.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Paulo Cesar Notari - administrador da Rádio Litoral Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Rádio Voz de Itabaiana Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSSIONÁRIA, Rádio Voz de Itabaiana Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Itabaiana, estado de Sergipe.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sandra Helena dos Reis Mendonça - administradora da Rádio Voz de Itabaiana Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Rádio Cidade de Alto Araguaia Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSSIONÁRIA, Rádio Cidade de Alto Araguaia Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Alto Araguaia, estado de Mato Grosso.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e João Batista Zaiden Maia - administrador da Rádio Cidade de Alto Araguaia Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Rádio Clube de Birigui Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSSIONÁRIA, Rádio Clube de Birigui Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Birigui, estado de São Paulo.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Waldecir José Sabioni - administrador da Rádio Clube de Birigui Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Rádio Difusora Torre Forte Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSSIONÁRIA, Rádio Difusora Torre Forte Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Buritama, estado de São Paulo.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Izildinha Aparecida Gallo Rodrigues - administrador da Rádio Difusora Torre Forte Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSSIONÁRIA, Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Santa Fé do Sul, estado de São Paulo.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sra. Rosana Mara Sutto Queiroz - administradora da Rádio Dinâmica de Santa Fé Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Rádio Gaurama Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSSIONÁRIA, Rádio Gaurama Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Gaurama, estado do Rio Grande do Sul.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Eunice Terezinha Ribeiro Chalela - administradora da Rádio Gaurama Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Rádio Interior Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSSIONÁRIA, Rádio Interior Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Pinheiro, estado do Maranhão.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Lisieux Leite Guterres - administrador da Rádio Interior Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Rádio Jornal de Sergipe Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSSIONÁRIA, Rádio Jornal de Sergipe Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Aracaju, estado de Sergipe.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e João Alves Neto - administrador da Rádio Jornal de Sergipe Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Rádio Pontal do Triângulo Mineiro Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSSIONÁRIA, Rádio Pontal do Triângulo Mineiro Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Iturama, estado de Minas Gerais.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Renato de Queiroz Mamede - administrador da Rádio Pontal do Triângulo Mineiro Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Rádio Rio Corrente Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSSIONÁRIA, Rádio Rio Corrente Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Santa Maria da Vitória, estado da Bahia.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 31 de outubro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Noelma Cleia Bastos Azevedo Rocha - administradora da Rádio Rio Corrente Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda - ME.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de Concessão celebrado entre a União e a PERMISSSIONÁRIA, Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda - ME.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Bataguassu, estado do Mato Grosso do Sul.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA E ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e Sr. Claudenir Paiva da Silva - administrador da Sistema de Radiodifusão Ribas do Rio Pardo Ltda - ME.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Sociedade Matogrossense Rádio Educadora Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSSIONÁRIA, Sociedade Matogrossense Rádio Educadora Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Colíder, estado do Mato Grosso.

VIGÊNCIA: A celebração deste Termo Aditivo não altera o prazo de vigência da outorga originária.

DATA ASSINATURA: 7 de novembro de 2016. Gilberto Kassab, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, e NelmaCelina Campos Fernandes - administradora da Sociedade Matogrossense Rádio Educadora Ltda.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTE: União e Sociedade Rádio Cultura de São Vicente Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo de Adaptação de outorga de OM para FM, ao Contrato de concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSSIONÁRIA, Sociedade Rádio Cultura de São Vicente Ltda.

OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de São Vicente, estado de São Paulo.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
CNPJ: 71.103.550/0001-84

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:33:17 do dia 29/10/2018 (hora e data de Brasília).

Válida até 28/11/2018.

Certidão expedida gratuitamente.



BOA TARDE
Débora Neves Seabra de Almeida
Sistemas
Interativos

Menu Principal ▼

SRD >>> Relatórios >>> **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF: SP

Município: São Vicente

Entidade	Município	Data Outorga	Validade
FUNDACAO SOCIEDADE COMUNICACAO CULTURA E TRABALHO	São Vicente	08/10/2009	08/10/2019
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO VICENTE	São Vicente		
RADIO LITORAL LTDA	São Vicente	15/03/1985	15/03/1995
SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	São Vicente	01/05/1994	

Usuário: **anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida**

Data: **29/10/2018**

Hora: **13:48:29**

Registro 1 até 4 de 4 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Menu Principal ▼

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 71.103.550/0001-84

SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	11.933.002/0001-50	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
GILBERTO GOMES MANSUR	732.552.898-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
MARIA GOMES MANSUR	031.586.678-00	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETORA SUPERINTENDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
NEUSA MANSUR ILSE	342.731.828-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente

Usuário: anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 29/10/2018

Hora: 13:49:12



BOA TARDE
Débora Neves Seabra de Almeida

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ

CNPJ: 11.933.002/0001-50

EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	11.933.002/0001-50	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
		RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Sócio	1520000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Santos

Usuário: [anatel\deboran.mc](#) - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 29/10/2018

Hora: 14:01:07



Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 732.552.898-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GILBERTO GOMES MANSUR	732.552.898-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
		RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE SUPERINTENDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	SP	Santos
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
		RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Sócio	1520000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Santos

Usuário: anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 29/10/2018

Hora: 14:01:43



BOA TARDE
Débora Neves Seabra de Almeida
Sistemas Interativos

Menu Principal ▼

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 031.586.678-00

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA GOMES MANSUR	031.586.678-00	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETORA SUPERINTENDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente

Usuário: anatel\deboran.mc - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 29/10/2018

Hora: 14:02:16



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
Débora Neves Seabra de Almeida

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF

CPF: 342.731.828-15

NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NEUSA MANSUR ILSE	342.731.828-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente

Usuário: [anatel\deboran.mc](#) - Débora Neves Seabra de Almeida

Data: 29/10/2018

Hora: 14:02:48



Agência Nacional
de Telecomunicações

BOA TARDE
Débora Neves Seabra de Almeida

Sistemas
Interativos



Menu Principal ▾

SRD »» Relatórios »» **Outorga** | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Geral - FM

Identificação do Canal PB

UF: SP
Município: São Vicente
Frequência: 95,7 MHz
Classe: C
Canal: 239

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:
Fase: 1 - Outorgada

Dados da Entidade

Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
Nome Fantasia:
Nº Estação:
Primeiro
Licenciamento:

Fistel: 50414501705
CNPJ: 71.103.550/0001-84
Situação: Entidade não possui débitos
Último
Licenciamento:

☒ Dados do Plano Básico

☒ Dados da Outorga

☐ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
			- Selecione -				Outorga	Jur.
Tela Inicial Imprimir								

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 71.103.550/0001-84 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/01/1946
NOME EMPRESARIAL SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) 95,7 FM			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV ANA COSTA	NÚMERO 532	COMPLEMENTO CONJ 54 E 55	
CEP 11.060-002	BAIRRO/DISTRITO GONZAGA	MUNICÍPIO SANTOS	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@DOMCONTABIL.COM.BR		TELEFONE (13) 3569-8181	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/06/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **29/10/2018** às **15:09:18** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

Consulta QSA / Capital Social

Voltar



Preparar Página
para Impressão

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)

IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 71103550/0001-84
Razão Social: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
Nome Fantasia: RADIO CULTURA
Endereço: AV DONA ANA COSTA 532 CONJUNTO 54 55 / GONZAGA / SANTOS
/ SP / 11060-002

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 27/10/2018 a 25/11/2018

Certificação Número: 2018102701315567748427

Informação obtida em 29/10/2018, às 15:13:20.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
PENDÊNCIA ADMINISTRATIVA		
SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA		
TIPO: SOCIEDADE LIMITADA		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35200804617	08/01/1946	29/10/2018 15:17:56
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
08/01/1946		

CAPITAL
Cr\$ 453.000.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: AVENIDA ANA COSTA	NÚMERO: 532	
BAIRRO: GONZAGA	COMPLEMENTO: CJ. 54 E 55	
MUNICÍPIO: SANTOS	CEP: 11060-002	UF: SP

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO E TELEVISÃO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
GILBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.552.898-15, RG/RNE: 5345747, RESIDENTE À AV. PRES. WILSON, 64, APTO. 161, SANTOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 169.875.000,00
MARIA GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 031.586.678-00, RG/RNE: 1890509, RESIDENTE À PC. HERÓIS DE 32, 1042, SAO VICENTE - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR SUPERINTENDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 113.250.000,00
PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 4679245, RESIDENTE À R. GOV. PEDRO DE

ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 154.919/92-5 SESSÃO: 22/09/1992

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 453.000.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE GILBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.552.898-15, RG/RNE: 5345747, RESIDENTE À AV. PRES. WILSON, 64, APTO. 161, SANTOS - SP, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR PRESIDENTE E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 169.875.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIA GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 031.586.678-00, RG/RNE: 1890509, RESIDENTE À PC. HERÓIS DE 32, 1042, SÃO VICENTE - SP, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR SUPERINTENDENTE E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 113.250.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 4679245, RESIDENTE À R. GOV. PEDRO DE TOLEDO, 90, APTO. 41, SANTOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 169.875.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 131.901/98-9 SESSÃO: 26/08/1998

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 24.500,00 (VINTE QUATRO MIL, QUINHENTOS REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE GILBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.552.898-15, RG/RNE: 5345747 - SP, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 105, APTO. 21, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR PRESIDENTE E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 6.125,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIA GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.227.398-20, RG/RNE: 1890509 - SP, RESIDENTE À PC. HERÓI DE 32, 15, AP. 1041 1042, CENTRO, SÃO VICENTE - SP, CEP 11320-430, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR SUPERINTENDENTE E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 6.125,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 4679245 - SP, RESIDENTE À AV. WASHINGTON LUIZ, 410, APTO. 94, GONZAGA, SANTOS - SP, CEP 11055-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 6.125,00.

ADMITIDO NEUSA MANSUR ILSE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 342.731.828-15, RG/RNE: 4596487 - SP, RESIDENTE À AV. DOS BANCARIOS, 88, APTO. 95, PONTA DA PRAIA, SANTOS - SP, CEP 11030-300, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR SUPERINTENDENTE E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 6.125,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 150.968/99-1 SESSÃO: 03/09/1999

RETIFICAR A REDACAO DA CLAUSULA I DO CONTRATO SOCIAL SOB N 131901/98-9, PARA CORRETA REDACAO: A SOCIEDADE RADIO CULTRUA SAO VICENTE LTDA, COM SEDE NA CIDADEDE SAO VICENTE, ESTADO DE SAO PAULO, PCA. MATEO BEI, N 110, JOQUEI CLUBE E ESCRITORIO E ESTUDI AUXILIAR EM SANTOS, ESTADO DE SAO PAULO, NA AV. ANA COSTA N 532, CONJUNTOS 54/55, BAIRRO DO GONZAGA, E UMA SOICEDADE COMERCIAL POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, CONSITUIDA DE ACORDO COM O DECRETO N 3.708 DE 10 DEJANEIRO DE 1.919 E COM A LEGISLACAO QUE REGE A EXECUCAO DOS SERVICOS DE RADIODIFUSO SONORA E RADIODIFUSAO DE SONS E IMAGENS NO BRASIL.

NUM.DOC: 852.408/07-9 SESSÃO: 21/08/2007 PENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

JC - Nº 1214637/07 DE 15/06/2007. OFÍCIO Nº 110/07.. EXPEDIDO PELO MINISTERIO DA FAZENDA, SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS, GABINETE DO DELEGADO, RECEITA FEDERAL. ENCAMINHA A RELACAO DE BENS E DIREITOS PARA ARROLAMENTO EM NOME DO SUJEITO PASSIVO SR. GILBERTO GOMES MANSUR- CPF: 732.552.898-15, PARA QUE SEJA PROVIDENCIADA A AVERBACAO DE QUOTAS DESTA EMPRESA. A OCORRENCIA DE ALIENCAO, TRANSFERENCIA OU ONERACAO DE QUALQUER DOS BENS OU DIREITOS RELACIONADOS DEVERA SER COMUNICADA A ESTA UNIDADE DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL NO BRASIL NO PRAZO DE 48 HORAS.

NUM.DOC: 377.491/09-3 SESSÃO: 30/09/2009

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE GILBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.552.898-15, RG/RNE: 5345747X - SP, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 105, APTO. 21, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR PRESIDENTE E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE

DE \$ 25.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIA GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.227.398-20, RG/RNE: 1890509 - SP, RESIDENTE À PC. HEROI DE 32, 15, AP. 1041 1042, CENTRO, SAO VICENTE - SP, CEP 11320-430, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR SUPERINTENDENTE E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 467924504 - SP, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO. 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NEUSA MANSUR ILSE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 342.731.828-15, RG/RNE: 4596487 - SP, RESIDENTE À AV. DOS BANCARIOS, 88, APTO. 95, PONTA DA PRAIA, SANTOS - SP, CEP 11030-300, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR FINANCEIRO E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 045.892/10-6 SESSÃO: 04/02/2010

REMANESCENTE GILBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.552.898-15, RG/RNE: 5345747X - SP, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 105, APTO. 21, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR PRESIDENTE E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REMANESCENTE MARIA GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.227.398-20, RG/RNE: 1890509 - SP, RESIDENTE À PC. HEROI DE 32, 15, AP. 1041 1042, CENTRO, SAO VICENTE - SP, CEP 11320-430, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR SUPERINTENDENTE E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

RETIRA-SE DO CARGO DE SÓCIO PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 46492454 - SP, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO. 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, REPRESENTANDO COSTA DO SOL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA., PERMANECENDO COMO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REMANESCENTE NEUSA MANSUR ILSE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 342.731.828-15, RG/RNE: 4596487 - SP, RESIDENTE À AV. DOS BANCARIOS, 88, APTO. 95, PONTA DA PRAIA, SANTOS - SP, CEP 11030-300, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR FINANCEIRO E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

ADMITIDO COSTA DO SOL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA. , DOCUMENTO: 000000000001, SITUADA À AV. ANA COSTA, 532, 3 AND, CJ 32, SANTOS - SP, CEP 11060-002, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 370.087/14-8 SESSÃO: 15/09/2014

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904861413, CNPJ 71.103.550/0002-65, SITUADA À: AV ANA COSTA, 532, CJ 54 E 55, GONZAGA, SANTOS - SP, CEP 11060-002.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 077.749/16-9 SESSÃO: 18/02/2016

REMANESCENTE GILBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.552.898-15, RG/RNE: 5345747X - SP, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 105, APTO. 21, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR PRESIDENTE E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REMANESCENTE MARIA GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.227.398-20, RG/RNE: 1890509 - SP, RESIDENTE À PC. HEROI DE 32, 15, AP. 1041 1042, CENTRO, SAO VICENTE - SP, CEP 11320-430, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR SUPERINTENDENTE E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 46492454, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO. 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, REPRESENTANDO COSTA DO SUL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA.

REMANESCENTE NEUSA MANSUR ILSE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 342.731.828-15, RG/RNE: 4596487 - SP, RESIDENTE À AV. DOS BANCARIOS, 88, APTO. 95, PONTA DA PRAIA, SANTOS - SP, CEP 11030-300, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR FINANCEIRO E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE COSTA DO SUL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA , DOCUMENTO: 000000000001, SITUADA À RUA TOLENTINO FILGUEIRAS, 119, 8 AND CJ 82, GONZAGA, SANTOS - SP, CEP 11060-471, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

CITADO YLIDIA BOLZAN MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 005.111.848-32, RG/RNE: 7422208-9, RESIDENTE À AV BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, AP 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, REPRESENTANDO COSTA DO SUL

ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 301.220/17-7 SESSÃO: 19/07/2017

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA ANA COSTA, 532, CJ. 54 E 55, GONZAGA, SANTOS - SP, CEP 11060-002. ,
DATADA DE: 12/06/2017.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35904861413, CNPJ 71.103.550/0002-65, SITUADA À AV ANA COSTA, 532, CJ 54 E 55,
GONZAGA, SANTOS - SP, CEP 11060-002., DATADA DE: 12/06/2017.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 059.499/18-7 SESSÃO: 02/02/2018

COMPOSICAO DE CAPITAL SOCIAL.

NUM.DOC: 142.439/18-6 SESSÃO: 27/03/2018

REMANESCENTE GILBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.552.898-15, RG/RNE: 5345747X - SP,
RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 105, APTO. 21, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE
DIRETOR PRESIDENTE E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE MARIA GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.227.398-20, RG/RNE: 1890509,
RESIDENTE À PC. HEROI DE 32, 15, AP. 1041 1042, CENTRO, SAO VICENTE - SP, CEP 11320-430, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR
SUPERINTENDENTE E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REMANESCENTE NEUSA MANSUR ILSE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 342.731.828-15, RG/RNE: 4596487 - SP,
RESIDENTE À AV. DOS BANCARIOS, 88, APTO. 95, PONTA DA PRAIA, SANTOS - SP, CEP 11030-300, NA SITUAÇÃO DE DIRETOR
FINANCEIRO E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REMANESCENTE COSTA DO SUL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA , DOCUMENTO: 00000000001, SITUADA À RUA
TOLENTINO FILGUEIRAS, 119, 8 AND CJ 82, GONZAGA, SANTOS - SP, CEP 11060-471, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE
PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

ADMITIDO MARIA CHRISTINA MANSUR ANTUNES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 003.354.538-30, RG/RNE: 3.797.078-1,
RESIDENTE À PRACA HEROIS DE 32, 15, AP 1402, SAO VICENTE - SP, CEP 11320-430, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR
DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35200804617

DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 29/10/2018



Ficha Cadastral Completa emitida para ALTAIR DE SANTANA PEREIRA : 00690063180. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 108544867, segunda-feira, 29 de outubro de 2018 às 15:17:56.

JUCESP
18 02

JUCESP PROTOCOLO
0.128.399/16-8



2º **INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**

TABELIÃO DE NOTAS
Rua Azevedo Soares, 152
Santos/SP - Fone: (13) 3289-6009
Autentico a presente cópia reprográica
conforme original a mim apresentada, do
dou fe

Santos, 23 FEV. 2016

SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA

CNPJ: 71.103.550/0001-84

NIRE: 35.200.804.617



- A) ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO E REPRESENTAÇÃO DE SÓCIA.
B) CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL.

Pelo presente instrumento particular,

MARIA GOMES MANSUR, brasileira, viúva, empresária, natural de São Paulo - SP, portadora da cédula de identidade RG. 1.890.509 - SSP/SP, e do CPF/MF. 732.227.398-20, residente e domiciliada na cidade de São Vicente - SP, na Praça Heróis de 32, n.º 15, apt.º 1.401, Gonzaguinha, Cep: 11.320-430 neste ato representada por sua bastante procuradora, constituída mediante procuração lavrada no segundo tabelião de notas de Santos - SP, livro 905, página 075 **NEUSA MANSUR ILSE**, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG. 4.596.487 - SSP/SP., e do CPF/MF. 342.731.828-15, residente e domiciliada na cidade de Santos - SP., na Avenida dos Bancários, n.º 88, apt.º 95, Ponta da Praia, Cep: 11.030-300.

COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA, sociedade empresária com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Rua Tolentino Filgueiras, n.º 119, 8º andar, conjunto 82, Gonzaga, Cep: 11.060-471, inscrita no CNPJ n.º 11.933.002/0001-50 e NIRE n.º 35.224.262.521, neste ato representada por **YLIDIA BOLZAN MANSUR**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG 7.422.208-9 - SSP/SP e do CPF n.º. 005.111.848-32, residente e domiciliada na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. Bartolomeu de Gusmão, n.º. 79 apto 91, Bairro Aparecida, CEP: 11.045-401.

GILBERTO GOMES MANSUR, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, jornalista, natural de São Vicente - SP, portador da cédula de identidade RG 5.345.747-X - SSP/SP e do CPF n.º. 732.552.898-15, residente e domiciliado na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. Bartolomeu de Gusmão, n.º. 105 apto 21, Bairro Aparecida, CEP: 11.045-401;

NEUSA MANSUR ILSE, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG. 4.596.487 - SSP/SP., e do CPF/MF. 342.731.828-15, residente e domiciliada na cidade de Santos - SP., na Avenida dos Bancários, n.º 88, apt.º 95, Ponta da Praia, Cep: 11.030-300.

20 TABELA DE NOTAS DE SANTOS
Rua Azevedo Soares, 152
Santos/SP - Fone: (13) 3266-8000

Autentica a presente adição representativa
conforme original a menor denominação de 100 mil

Santos

23 FEB

0955AB0452723



~~P/P~~

for the 2

JUCESP
18 02 16
DO OBJETIVO SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA - O objeto de atividade como sociedade empresária será economicamente organizada, nos termos dos artigos 966 e 982 do código civil, Lei 10.406/2002, para executar, de acordo com o artigo 3º do Decreto 52795 de 31/10/1963, a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo e ao mesmo tempo publicidade comercial.

DO PRAZO DE DURAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - A sociedade tem prazo indeterminado de duração. Se necessário for, a sua dissolução cisão ou incorporação observarão a legislação vigente.

DA OBEDIÊNCIA À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DE RADIODIFUSÃO

CLÁUSULA SEXTA - A sociedade se compromete, por seus sócios e diretores, a não efetuar nenhuma alteração neste contrato social, que dependa de prévia autorização do poder concedente do ministério das comunicações.

Parágrafo Primeiro - As quotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e são incalçionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros.

Parágrafo Segundo - Poderão fazer parte da sociedade, pessoas jurídicas com participação de até 30% (trinta por cento) do capital social, sem direito a voto, e pertencente exclusiva e nominalmente a brasileiros, conforme previsto constitucionalmente.

Parágrafo Terceiro - As quotas sociais são individuais e indivisíveis em relação à sociedade, correspondendo cada uma delas um voto nas deliberações dos cotistas.

Parágrafo Quarto - A sociedade se obriga a observar com o rigor que se impoe, as leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus órgãos subordinados, vigentes ou a viger, relativamente à legislação de radiodifusão em geral.

CLÁUSULA SÉTIMA - A sociedade compromete-se a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



DUCEP
18 02 18

DO CAPITAL

CLÁUSULA OITAVA - O capital social totalmente integralizado em moeda corrente nacional é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) representado por 100.000 (cem mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas na seguinte proporção entre os sócios:

SÓCIO	%	Nº. QUOTAS	VALOR
MARIA GOMES MANSUR	25%	25.000	25.000,00
COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	25%	25.000	25.000,00
GILBERTO GOMES MANSUR	25%	25.000	25.000,00
NEUSA MANSUR ILSE	25%	25.000	25.000,00
TOTAL	100%	100.000	100.000,00

Parágrafo Único - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Nona - A administração da sociedade será exercida pelo sócio Gilberto Gomes Mansur, sob a denominação de diretor presidente, pelas sócias Maria Gomes Mansur sob a denominação de diretora superintendente e Neusa Mansur Ilse sob a denominação de diretora financeira, que em conjunto ou isoladamente, usarão de todos os poderes necessários à realização dos interesses da sociedade, e esta, será representada ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente, em todos os seus atos e em toda plenitude.

Parágrafo Primeiro- Na ausência ou impedimento do sócio administrador todas as funções inerentes ao seu cargo serão ocupadas por outro sócio e hipótese alguma a interferência de terceiros será aceita, salvo autorização reciprocamente concedida pela parte.

Parágrafo Segundo - Fica vedado o uso da razão social em operações ou negócios estranhos ao seu objeto social, especialmente na concessão de avais, endossos, fianças ou cauções em favor de terceiros, ficando os Diretores, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelos atos praticados.

Parágrafo Terceiro - A administração e a gerência da sociedade serão sempre exercidas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a investidura dos mesmos, nos respectivos cargos, dependerá de prévia aprovação do órgão competente do Governo Federal.

Parágrafo Quarto - A sociedade, na defesa de seus interesses, também poderá fazer-se representar por procuradores, aos quais serão delegados poderes de administração e gerência da empresa, devendo neste caso, seus nomes serem submetidos à prévia aprovação do Poder Público Federal.



JUCESP
18 02 16



Parágrafo Quinto - Os sócios dispensam as publicações em qualquer espécie de reuniões ou alterações, bem como utilização e registro de livros de ata da administração, pareceres do conselho fiscal e assembleias, conforme determina o art. 1072 - parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Sexto - Quando a maioria dos sócios representada por mais da metade do capital social entender, que um ou mais sócios estão colocando em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social.

Parágrafo Sétimo - Será permitida a inclusão de administrador não sócio designado no contrato ou em ato separado, e esta dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios enquanto o capital social não estiver integralizado, e de dois terços no mínimo, após sua integralização.

Parágrafo Oitavo - A administração atribuída no contrato a todos os sócios, não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

DA CESSÃO DE QUOTAS, FALECIMENTO OU RETIRADA DE SÓCIOS

CLÁUSULA DÉCIMA - O sócio interessado em ceder, transferir, onerar ou alienar as suas quotas na sociedade a terceiros deverá notificar, por escrito, os demais sócios informando o valor, condições de pagamento e a quem será cedida, transferida ou alienada.

Parágrafo Primeiro: Os sócios comunicados, no prazo de 30 (trinta) dias, poderão manifestar consentimento a cessão, transferência, ônus ou alienação das quotas, ou ainda interesse em adquirir em igualdade de condições conforme pactuado pelo interessado e o terceiro, quando então terão preferência em relação a terceiros.

Parágrafo Segundo: Poderão os sócios se desejarem, dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, adquirir as quotas na proporção da participação societária em havendo interesse de mais de um sócio.

Parágrafo Terceiro: Passados 30 (trinta) dias sem que os demais sócios manifestem por escrito o seu desejo de adquirir as quotas do sócio que intenciona aliená-las, poderá vendê-las a quaisquer terceiros, desde que cumprida a legislação específica de radiodifusão, nas mesmas condições em que foram anteriormente oferecidas aos demais sócios. Serão nulas de pleno direito às alienações de quotas que não seguirem os trâmites estipulados nesta cláusula e parágrafos.

Parágrafo Quarto: Na cessão, transferência ou alienação de quotas representativas do capital social, a sociedade deverá observar o estabelecido no artigo 98 do Decreto nº 52.795/1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.760/2012, e eventual legislação superveniente.

(Handwritten signatures and initials)

JUL 27 16 02 16



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A saída de sócios da sociedade será objeto de alteração do contrato social, previamente submetida à aprovação do órgão competente do Governo Federal, observadas as disposições do artigo 38 da lei 4.117/62, com a redação introduzida pelo artigo 7 da lei 10.610 de 20/12/2002.

Parágrafo Único - Os haveres do sócio que porventura desejar se retirar da sociedade serão apurados em balanço especial a ser levantado na data de seu efetivo desligamento e o seu montante será pago em 6 (seis) parcelas mensais, iguais e consecutivas, devendo a primeira ser paga 1 (um) mês após a data de aprovação dos respectivos haveres. Caso o balanço acuse a ocorrência de prejuízos, o sócio retirante os reporá à sociedade, na proporção de sua participação societária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O falecimento de qualquer dos sócios cotistas não dissolverá a sociedade, que continuará a existir com os remanescentes, sendo facultado aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido, o ingresso na sociedade, observada a legislação em vigor.

DA RETIRADA "PRO-LABORE"

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A importância mensal a ser retirada pelos dirigentes, a título de "pro-labore", será fixada de comum acordo entre os sócios e levada à conta de despesas gerais da sociedade, obedecendo aos limites estabelecidos em lei.

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DO BALANÇO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Ao término de cada exercício social, o qual ocorrerá trimestralmente, em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração procedendo a elaboração do balanço patrimonial, e de acordo com o seu resultado, serão divididos ou suportados seu lucro ou prejuízo, pelos sócios, na proporção das cotas do capital social que possuem.

DO FUNDO DE RESERVA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Dos lucros líquidos apurados nos balanços trimestrais, poderá, a critério dos sócios e mediante deliberação destes, ser deduzida parcela percentual de 5% (cinco por cento) sobre o respectivo montante, destinada formação de um Fundo de Reservas, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social para contingências ou para futuro aumento do capital social.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Os casos omissos neste contrato social serão regidos pelo Código Civil Brasileiro Lei 10.406/02, e cuja fiel observância, assim como das demais cláusulas deste compromisso, se obrigam os sócios.

P/P

fm

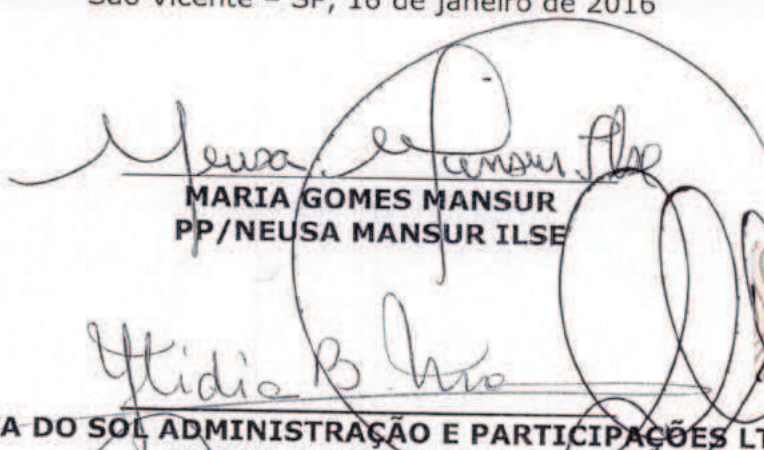
JUCESP
18 02 16

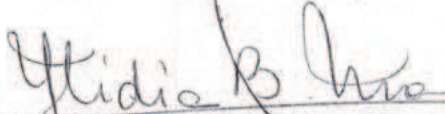
DA RESPONSABILIDADE PENAL

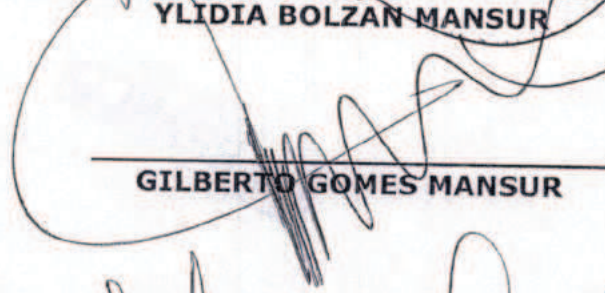
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Os administradores declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, e nem condenados, ou se encontrarem sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

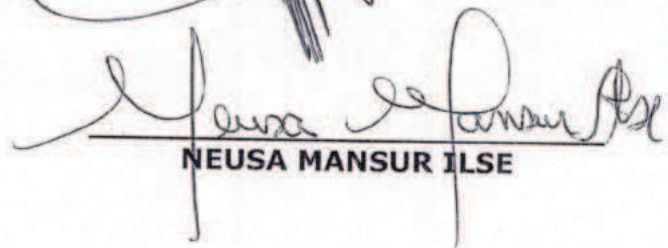
E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

São Vicente - SP, 16 de janeiro de 2016

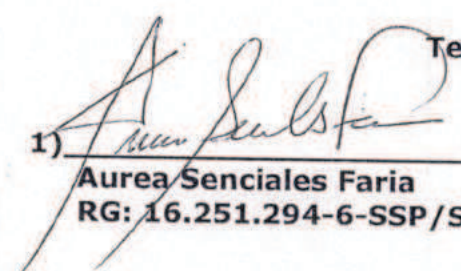

MARIA GOMES MANSUR
PP/NEUSA MANSUR ILSE

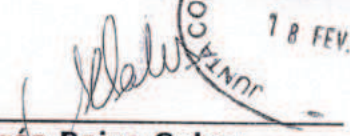

COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
YLIDIA BOLZAN MANSUR


GILBERTO GOMES MANSUR


NEUSA MANSUR ILSE

Testemunhas:

1) 
Aurea Senciales Faria
RG: 16.251.294-6-SSP/SP

2) 
Andréa Paiva Sales
RG: 21.524.342-0 - SSP/SP

2º TABELÃO DE NOTAS DE SANTOS
Rua Assis de Souza, 183
Santos/SP - Fone: (13) 3389-8009
Autentico a presente cópia reprográfica
conforme original a mim apresentado. 80 x 120
dau fe
Santos, 23 FEV. 2016


1274
AUTENTICAÇÃO
0955AB0452726

77.749/16-9
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIENTIA
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
JUCESP
FLAVIA F. BATTISTON
SECRETARIA GERAL

JUCESP
COMERCIAL DO ESTADO
18 FEV. 2016

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL
DE SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA**

SOCIEDADE RADIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.

CNPJ/MF nº 71.103.550/0001-84

NIRE 35.200.804.617

Pelo presente instrumento particular, as partes:

1) **MARIA GOMES MANSUR**, brasileira, viúva, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 1.890.509-SSP/SP, inscrita no CPF/MF 732.227.398-20, residente e domiciliada na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo, na Praça Heróis de 32, nº 15 – apto. 1.401, Gonzaguinha, CEP: 11.320-430.

2) **PAULO ROBERTO GOMES MANSUR**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 4.649.245-4-SSP/SP, inscrito no CPF/MF 732.553.198-20, domiciliado na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. Bartolomeu de Gusmão, nº 79 – apto. 91, Bairro Aparecida, CEP 11.045-401.

3) **GILBERTO GOMES MANSUR**, brasileiro, casado, jornalista, portador da cédula de identidade RG nº 5.345.747-X-SSP/SP, inscrito no CPF/MF 732.552.898-15, domiciliado na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. Bartolomeu de Gusmão, nº 105 – apto. 21, Bairro Aparecida, CEP: 11.045-401.

4) **NEUSA MANSUR ILSE**, brasileira, casada, empresária, portadora da cédula de identidade RG nº 4.596.487-SSP/SP, inscrita no CPF/MF 342.731.828-15, residente e domiciliada na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. dos Bancários, nº 88 – apto. 95, Ponta da Praia, CEP: 11.030-300

na qualidade de únicos sócios quotistas da sociedade empresária limitada **SOCIEDADE RADIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.**, com sede na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo, na Praça Mateo Bei, nº 110, Bairro Jóquei Clube, CEP: 11.300-000 e com escritório administrativo e estúdio auxiliar na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. Ana Costa, nº 532, conj. 54 e 55, Gonzaga, CEP: 11.060-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.103.550/0001-84, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº NIRE 35.200.804.617, em sessão de 08/01/1946, resolvem de pleno e comum acordo, alterar o Contrato Social mediante os seguintes termos e condições:

1. Com expressa anuência dos demais quotistas, o sócio **Paulo Roberto Gomes Mansur**, neste ato retira-se da sociedade e transfere as suas 25.000 (vinte e cinco mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, totalmente integralizadas em moeda corrente do país, totalizando R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para a nova sócia, ora admitida, **COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. Ana Costa, nº 532, 3º andar, conj. 32, CEP: 11.060-002, neste ato representada por **Paulo Roberto Gomes Mansur**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 4.649.245-4-SSP/SP, inscrito no CPF/MF 732.553.198-20, domiciliado na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. Bartolomeu de Gusmão, nº 79 – apto. 91, Bairro Aparecida, CEP 11.045-401, em fase de constituição perante a Junta Comercial de São Paulo e demais órgãos. A

transferência das 25.000 (vinte e cinco mil) quotas ocorre em razão da integralização de tais quotas sociais no capital social da nova sócia, ora admitida.

2. O sócio retirante declara haver recebido todos os seus direitos e haveres em relação à transferência de suas quotas, nada mais tendo a reclamar da sociedade ou da cessionária, seja a que título for, dando-lhe plena, geral e irrevogável quitação;

3. Os sócios, Maria Gomes Mansur, Gilberto Gomes Mansur e Neusa Mansur Ilse, acima qualificados, desde já, renunciaram ao direito de preferência, em relação às quotas transferidas por Paulo Roberto Gomes Mansur à nova sócia ora admitida na Sociedade.

4. Diante das alterações supra mencionadas, a cláusula do capital social passará a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Oitava – O capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas na seguinte proporção entre os sócios:

Sócios	quotas	valor
Maria Gomes Mansur	25.000	R\$ 25.000,00
Costa do Sol Administração e Participações Ltda.	25.000	R\$ 25.000,00
Gilberto Gomes Mansur	25.000	R\$ 25.000,00
Neusa Mansur Ilse	25.000	R\$ 25.000,00
Total	100.000	R\$100.000,00

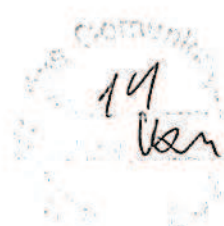
Parágrafo Único: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

5. Para refletir as deliberações acima tomadas, resolvem os Sócios consolidar o Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

SOCIEDADE RADIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.

CNPJ/MF nº 71.163.559/0001-84

NIRE 35.200.804.617

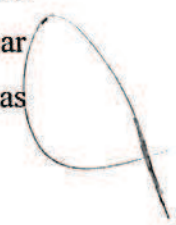


DA NATUREZA JURÍDICA, DENOMINAÇÃO E FORMA SOCIETÁRIA

Cláusula Primeira – A sociedade, regida pelo Código Civil Brasileiro, Lei 10.406/02 e demais disposições legais a ela aplicáveis, reveste-se da forma jurídica de sociedade empresária e gira sob a denominação de **SOCIEDADE RADIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.**

DA SEDE

Cláusula Segunda – A sociedade tem sua sede na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo, na Praça Mateo Bei, nº 110, Bairro Jóquei Clube, CEP: 11.300-000 e com escritório administrativo e estúdio auxiliar na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. Ana Costa, nº 532, conjs. 54 e 55, Gonzaga, CEP: 11.060-002, podendo, a juízo e critério dos sócios, abrir e manter filiais, agências, sucursais, escritórios ou nomear representantes em qualquer parte do território nacional, desde que obedecidas as disposições legais e regulamentares vigentes.



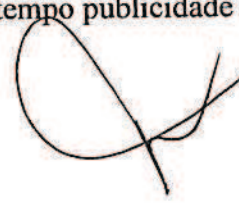
DO FORO

Cláusula Terceira – A sociedade responderá por suas obrigações e terá seu foro exclusivo na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo, como único competente, com renúncia de qualquer outro, para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou pendências que eventualmente venham a surgir entre os sócios.



DO OBJETIVO SOCIAL

Cláusula Quarta – Os objetivos expressos da sociedade, de acordo com o artigo 3º do Decreto 52.795 de 31/10/1963, é a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo e ao mesmo tempo publicidade comercial.



DO PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula Quinta – A sociedade tem prazo indeterminado de duração. Se necessário for, a sua dissolução, cisão ou incorporação observarão a legislação vigente.

DA OBEDIÊNCIA À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DE RADIOFUSÃO

Cláusula Sexta – A sociedade se compromete, por seus sócios e diretores, a não efetuar nenhuma alteração neste contrato social, sem que tenha a prévia autorização do Poder Concedente do Ministério das Comunicações.

Parágrafo Primeiro – As quotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e são incaucionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros.

Parágrafo Segundo – Poderão fazer parte da sociedade, pessoas jurídicas com participação de até 30% (trinta por cento) do capital social, sem direito a voto, e pertencente exclusiva e nominalmente a brasileiros, conforme previsto constitucionalmente.

Parágrafo Terceiro – As quotas sociais são individuais e indivisíveis em relação à sociedade, correspondendo cada uma delas um voto nas deliberações dos quotistas.

Parágrafo Quarto – A sociedade se obriga a observar com o rigor que se impõe, as leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus órgãos subordinados, vigentes ou a vigor, relativamente à legislação de radiodifusão em geral.

Cláusula Sétima – A sociedade compromete-se a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços), de empregados brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

DO CAPITAL

Cláusula Oitava – O capital social totalmente integralizado em moeda corrente do país é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) quotas de R\$ 1,00 (hum real) cada uma, distribuídas na seguinte proporção entre os sócios:

Sócios	quotas	valor
Maria Gomes Mansur	25.000	R\$ 25.000,00
Costa do Sol Administração e Participações Ltda.	25.000	R\$ 25.000,00
Gilberto Gomes Mansur	25.000	R\$ 25.000,00
Neusa Mansur Ilse	25.000	R\$ 25.000,00
Total	100.000	R\$100.000,00

Parágrafo Único: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Nona - A administração da Sociedade será exercida pelo quotista Gilberto Gomes Mansur, sob a denominação de diretor presidente, pelos quotistas Maria Gomes Mansur sob a denominação de diretora superintendente e Neusa Mansur Ilse sob a denominação de diretora financeira, que em conjunto ou isoladamente, usarão de todos os poderes necessários à realização dos interesses da sociedade e esta será representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os seus atos e em toda plenitude.

Parágrafo Primeiro – Na ausência ou impedimento do sócio administrador todas as funções inerentes ao seu cargo serão ocupadas por outro sócio e hipótese alguma a interferência de terceiros será aceita, salvo autorização reciprocamente concedida pela parte.

Parágrafo Segundo – Fica vedado o uso da denominação social em operações ou negócios estranhos ao seu objeto social, especialmente na concessão de avais, endossos,

14
Un

fianças ou cauções em favor de terceiros, ficando os Diretores, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelos atos praticados.

Parágrafo Terceiro – A administração da sociedade será sempre exercida por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a investidura dos mesmos, nos respectivos cargos, dependerá de prévia aprovação do órgão competente do Governo Federal.

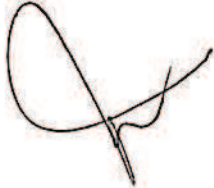
Parágrafo Quarto – A sociedade, na defesa de seus interesses, também poderá fazer-se representar por procuradores, aos quais serão delegados poderes de administração da empresa, devendo neste caso, seus nomes serem submetidos à prévia aprovação do Poder Público Federal.

Parágrafo Quinto – Os sócios dispensam as publicações de qualquer espécie de reuniões ou alterações, bem como utilização e registro de livros de ata da administração, pareceres do conselho fiscal e assembléias, conforme determina o art. 1072 – parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Sexto – Quando a maioria dos sócios representada por mais da metade do capital social entender que um ou mais sócios estão colocando em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social.

Parágrafo Sétimo – Será permitida a inclusão de administrador não sócio designado no contrato ou em ato separado, e esta dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios enquanto o capital social não estiver integralizado, e de dois terços no mínimo, após sua integralização.

Parágrafo Oitavo – A administração atribuída no contrato a todos os sócios, não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.




DA CESSÃO DE QUOTAS, FALECIMENTO OU RETIRADA DE SÓCIOS

Cláusula Décima – A cessão e transferência de quotas só poderá ocorrer com o consentimento por escrito dos demais sócios, tendo estes, na proporção das quotas que possuem na sociedade, direito de preferência na sua aquisição.

Cláusula Décima Primeira – A saída de sócios da sociedade será objeto de alteração do contrato social, previamente submetida à aprovação do órgão competente do Governo Federal, observadas as disposições do artigo 38 da lei 4117/62, com a redação introduzida pelo artigo 7 da lei 10.610 de 20/12/2002.

Parágrafo Único – Os haveres do sócio que porventura desejar se retirar da sociedade serão apurados em balanço especial a ser levantado na data de seu efetivo desligamento e o seu montante será pago em 6 (seis) parcelas mensais, iguais e consecutivas, devendo a primeira ser paga 1 (um) mês após a data de aprovação dos respectivos haveres. Caso o balanço acuse a ocorrência de prejuízos, o sócio retirante os reporá à sociedade, na proporção de sua participação societária.

Cláusula Décima Segunda – O falecimento de qualquer dos sócios quotistas não dissolverá a sociedade, que continuará a existir com os remanescentes, sendo facultado aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido, o ingresso na sociedade, observada a legislação em vigor.

DA RETIRADA “PRÓ-LABORE”

Cláusula Décima Terceira – A importância mensal a ser retirada pelos dirigentes, a título de “pró-labore”, será fixada de comum acordo entre os sócios e levada à conta de despesas gerais da sociedade, obedecendo aos limites estabelecidos em lei.

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DO BALANÇO

Cláusula Décima Quarta – O exercício social encerrar-se-á em trinta e um de dezembro de cada ano, sendo os lucros ou prejuízos verificados em balanços anuais,

levantados nessas mesmas datas, distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção da participação de cada um no capital social.

16
Usm

DO FUNDO DE RESERVA

Cláusula Décima Quinta – Dos lucros líquidos apurados nos balanços anuais, poderá, a critério dos sócios e mediante deliberação destes, ser deduzida parcela percentual de 10% (dez por cento) sobre o respectivo montante, destinada à formação de um Fundo de Reservas, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do capital social para contingências ou para futuro aumento do capital social.

Parágrafo Único – O balanço geral anual das atividades da empresa será feito em 31 de dezembro de cada ano, constando à assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato da conta de lucros e perdas.

DOS CASOS OMISSOS

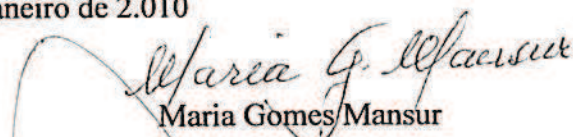
Cláusula Décima Sexta – Os casos omissos neste contrato social serão regidos pela Lei Civil, Código Comercial e pelos dispositivos do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, a cuja fiel observância, assim como das demais cláusulas deste compromisso, se obriga os sócios dirigentes.

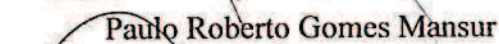
DA RESPONSABILIDADE PENAL

Cláusula Décima Sétima – Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei não estarem impedidos por lei especial, e nem condenados, ou se encontrarem sob efeitos de condenação, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São Vicente, 15 de janeiro de 2.010


Maria Gomes Mansur


Paulo Roberto Gomes Mansur


Gilberto Gomes Mansur


Neusa Mansur Ilse

Costa do Sol Administração e Participações Ltda.

Paulo Roberto Gomes Mansur

Testemunhas


Nome: OLGA DE SOUZA PINTO

RG: 4.430.533-55P/SP

CPF: 055.127.148-56


Nome: MONIQUE DANIELA NOWACKI

RG: 33.653.637-7 SSP/SP

CPF: 289.805.958-42



SINGULAR

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
0.839.403/09-4

CONVÊNIO SANTOS



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DE
SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA**

- A) - AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL
- B) - INCLUSÃO DE CLÁUSULAS
- C) - CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

PREÂMBULO:

MARIÂ GOMES MANSUR, brasileira, viuva, empresária, residente e domiciliada na cidade de São Vicente – SP., à Praça Heróis de 32, nº 15- apto. 1.401, Gonzaguinha, portadora da cédula de identidade RG. 1.890.509 – SSP/SP., e do CPF/MF. 732.227.398-20.

PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, brasileiro, casado, empresário, domiciliado na cidade de Santos, Estado de São Paulo, à Av. Bartolomeu de Gusmão, 79 – apto. 91 – Aparecida, CEP. 11.045-401 portador da Cédula de Identidade – RG nº 4.679.245 – 04, - SSP/SP e do CPF nº 732.553.198-20,

GILBERTO GOMES MANSUR, brasileiro, casado, jornalista, portador da cédula de identidade RG. 5.345.747-X - SSP/SP, e do CPF/MF. 732.552.898-15, domiciliado na cidade de Santos, Estado de São Paulo, à Avenida Bartolomeu Gusmão, 105 - apto. 21 – Bairro Aparecida.

NEUSA MANSUR ILSE, brasileira, casada, empresária, residente e domiciliada na cidade de Santos – SP., à AV. do Bancários, 88 - apto 95, Ponta da Praia, portadora da cédula de identidade RG. 4.596.487 – SSP/SP., e do CPF/MF. 342.731.828-15.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária por quotas de responsabilidade limitada, denominada **SOCIEDADE RADIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº 71.103.550/0001-84, com sede na cidade de São Vicente –SP., Estado de São Paulo, à Praça Mateo Bei, nº 110, Bairro, Jôquei Clube, com contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo – “JUCESP” -, sob nº 83.757, em 08/01/1946, e a última alteração contratual arquivada no mesmo órgão de registro sob nº 131.901/98-9 em 26/08/98, e NIRE 35.200.804.617.

Continua Fls 02



Continuação Fls 02

[Assinaturas manuscritas]

A) – AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

O capital social, de R\$ 24.500,00 (vinte e quatro mil e quinhentos reais), fica, nesta data, alterado para R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com um aumento no valor de R\$ 61.828,68 (sessenta e um mil, oitocentos e vinte e oito reais e sessenta e oito centavos), proveniente do aproveitamento de saldo existente na conta de Reservas de Lucros, mais R\$ 433,45 (quatrocentos e trinta e três reais e quarenta e cinco centavos), proveniente do aproveitamento de saldo existente na conta de correção monetária do capital social, de conformidade com o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2006, e mais R\$ 13.237,87 (treze mil, duzentos e trinta e sete reais e oitenta e sete centavos), em boa e corrente moeda nacional, integralizados pelos sócios em partes iguais, permanece o valor de R\$ 1,00 (um real) para cada quota, e mantida a proporcionalidade e distribuição entre os sócios, a saber:

<u>Cotistas</u>	<u>nº de Quotas</u>	<u>Valor em R\$</u>
Maria Gomes Mansur	25.000	25.000,00
Paulo Roberto Gomes Mansur	25.000	25.000,00
Gilberto Gomes Mansur	25.000	25.000,00
Neusa Mansur Ilse	<u>25.000</u>	<u>25.000,00</u>
Total	100.000	100.000,00

B) – INCLUSÃO DE CLAUSULAS E NOVA REDAÇÃO

Em consonância às disposições legais exigidas, pertinentes aos assuntos civis ligados às empresas, implantado pelo novo código, Lei 10.406/02, ficam introduzidas a nova redação que passará a constar da consolidação deste instrumento.

C) - CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Face às alterações ora introduzidas e modificadas no contrato social original, fica o mesmo consolidado em novas cláusulas assim dispostas:

DA NATUREZA JURÍDICA, DENOMINAÇÃO E FORMA SOCIETÁRIA

Cláusula Primeira – A sociedade, regida pelo Código Civil Brasileiro, Lei 10.406/02 e demais disposições legais a ela aplicáveis, reveste-se da forma jurídica de sociedade empresária e gira sob a denominação de SOCIEDADE RADIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.

DA SEDE

Cláusula Segunda – A sociedade terá sua sede na com sede na cidade de São Vicente – SP., Estado de São Paulo, à Praça Mateo Bei, nº 110, Bairro, Jôquei Clube, podendo, a juízo e critério dos sócios, abrir e manter filiais, agências, sucursais, escritórios ou nomear representantes em qualquer parte do território nacional, desde que obedecidas as disposições legais e regulamentares vigentes.

Continua Fls 03



Cláusula Terceira – A sociedade responderá por suas obrigações e terá seu foro exclusivo na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo, como único competente, com renúncia de qualquer outro, para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou pendências que eventualmente venham a surgir entre os sócios.

DO OBJETIVO SOCIAL

Cláusula Quarta – Os Objetivos expressos da sociedade, de acordo com o artigo 3º do Decreto 52795 de 31/10/1963, é a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo e ao mesmo tempo publicidade comercial.

DO PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula Quinta – A sociedade tem prazo indeterminado de duração. Se necessário for, a sua dissolução, cisão ou incorporação observarão a legislação vigente.

DA OBEDIÊNCIA À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DE RADIODIFUSÃO

Cláusula Sexta – A sociedade se compromete, por seus sócios e diretores, a não efetuar nenhuma alteração neste contrato social, sem que tenha a prévia autorização do Poder Concedente do Ministério das Comunicações.

Parágrafo Primeiro – As quotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e são incalcionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros.

Parágrafo Segundo – Poderão fazer parte da sociedade, pessoas jurídicas com participação de até 30% (trinta por cento) do capital social, sem direito a voto, e pertencente exclusiva e nominalmente a brasileiros, conforme previsto constitucionalmente.

Parágrafo Terceiro – As quotas sociais são individuais e indivisíveis em relação à sociedade, correspondendo cada uma delas um voto nas deliberações dos cotistas.

Parágrafo Quarto – A sociedade se obriga a observar com o rigor que se impoe, as leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus órgãos subordinados, vigentes ou a viger, relativamente à legislação de radiodifusão em geral.

Cláusula Sétima - A sociedade compromete-se a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.



Continua Fls 04
Continuação Fls 04

DO CAPITAL

Cláusula Oitava – O capital social, totalmente integralizado, é de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) quotas de R\$1,00 (hum real) cada uma, distribuídas na seguinte proporção entre os sócios:

<u>Cotistas</u>	<u>nº de Quotas</u>	<u>Valor em R\$</u>
Maria Gomes Mansur	25.000	25.000,00
Paulo Roberto Gomes Mansur	25.000	25.000,00
Gilberto Gomes Mansur	25.000	25.000,00
Neusa Mansur Ilse	<u>25 000</u>	<u>25.000,00</u>
Total	100.000	100.000,00

Parágrafo Único: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Nona – A administração da sociedade será exercida pelo cotista: Gilberto Gomes Mansur, sob a denominação de diretor presidente, pelos quotistas: Maria Gomes Mansur sob a denominação de diretora superintendente e Neusa Mansur Illser sob a denominação de diretora financeira, que em conjunto ou isoladamente, usarão de todos os poderes necessários à realização dos interesses da sociedade, e esta, será representada ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente, em todos os seus atos e em toda plenitude.

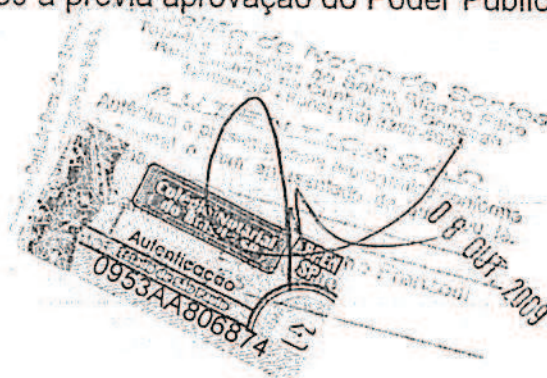
Parágrafo Primeiro– Na ausência ou impedimento do sócio administrador todas as funções inerentes ao seu cargo serão ocupadas por outro sócio e hipótese alguma a interferência de terceiros será aceita, salvo autorização reciprocamente concedida pela parte.

Parágrafo Segundo – Fica vedado o uso da razão social em operações ou negócios estranhos ao seu objeto social, especialmente na concessão de avais, endossos, fianças ou cauções em favor de terceiros, ficando os Diretores, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelos atos praticados.

Parágrafo Terceiro – A administração e a gerência da sociedade serão sempre exercidas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a investidura dos mesmos, nos respectivos cargos, dependerá de prévia aprovação do órgão competente do Governo Federal.

Parágrafo Quarto – A sociedade, na defesa de seus interesses, também poderá fazer-se representar por procuradores, aos quais serão delegados poderes de administração e gerência da empresa, devendo neste caso, seus nomes serem submetidos à prévia aprovação do Poder Público Federal.

Continua Fls 05



Parágrafo Quinto - Os sócios dispensam as publicações de qualquer espécie de reuniões ou alterações, bem como utilização e registro de livros de ata da administração, pareceres do conselho fiscal e assembleias, conforme determina o art. 1072 - parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Sexto - Quando a maioria dos sócios representada por mais da metade do capital social entender, que um ou mais sócios estão colocando em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social.

Parágrafo Sétimo - Será permitida a inclusão de administrador não sócio designado no contrato ou em ato separado, e esta dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios enquanto o capital social não estiver integralizado, e de dois terços no mínimo, após sua integralização.

Parágrafo Oitavo - A administração atribuída no contrato a todos os sócios, não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

DA CESSÃO DE QUOTAS, FALECIMENTO OU RETIRADA DE SÓCIOS

DA RETIRADA "PRÓ-LABORE"

Cláusula Décima-Terceira - A importância mensal a ser retirada pelos dirigentes, a título de "pró-labore", será fixada de comum acordo entre os sócios e levada à conta de despesas gerais da sociedade, obedecendo aos limites estabelecidos em lei.

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DO BALANÇO

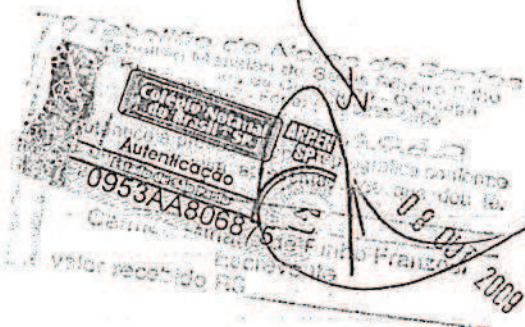
Cláusula Décima-Quarta - O exercício social encerrar-se-á em trinta e um de Dezembro de cada ano, sendo os lucros ou prejuízos verificados em balanços anuais, levantados nessas mesmas datas, distribuídos ou suportados pelos sócios, na proporção da participação de cada um no capital social.

DO FUNDO DE RESERVA

Cláusula Décima-Quinta - Dos lucros líquidos apurados nos balanços anuais, poderá, a critério dos sócios e mediante deliberação destes, ser deduzida parcela percentual de 10% (dez por cento) sobre o respectivo montante, destinada à formação de um Fundo de Reservas, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do capital social para contingências ou para futuro aumento do capital social.

Continua Fls 06

Continuação Fls 06



Parágrafo Único - O balanço geral anual das atividades da empresa será feito em 31 de dezembro de cada ano, constando a assinatura de todos os sócios e será acompanhado do extrato da conta de lucros e perdas.

DOS CASOS OMISSOS

Cláusula Décima - Sexta - Os casos omissos neste contrato social serão regidos pela Lei Civil, Código Comercial e pelos dispositivos do Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, a cuja fiel observância, assim como das demais cláusulas deste compromisso, se obriga os sócios/dirigentes.

DA RESPONSABILIDADE PENAL

Cláusula Décima-Sétima - Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei não estarem impedidos por lei especial, e nem condenados, ou se encontrarem sob efeitos de condenação, a pena que vede ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fê pública ou propriedade.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Santos, 01 de Novembro de 2007

TESTEMUNHAS:

a) SÉRGIO FERNANDES
RG 5.321.370 - SSP/SP

a) LUIZ FERNANDES
RG 5.321.370 SSP/SP

a) MARIA GOMES MANSUR

PAULO ROBERTO GOMES MANSUR

a) GILBERTO GOMES MANSUR

a) NEUSA MANSUR ILSE

70 Tabelião
Tabelião
Rua E

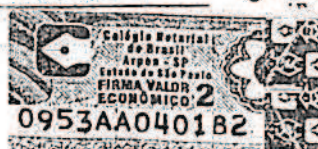
Reconheço a
Firma
Em Teste

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO 377.491/09-3
KÁTIA REGINA BAJO DE GODOY
SECRETARIA GERAL



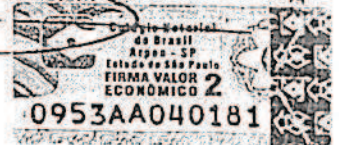
Escritorante Autorizado
Valor recebido R\$



70 Tabelião de Notas de Santos
Tabelião José de Abreu de Oliveira
Rua Euclides da Cunha, 70 - Gonzaga
Tel.: 3289-6866

Reconheço a 2 Firma
GOMES MANSUR PAUL
ROBERTO GOMES MANSUR
Em Teste 11-DEZ-2007 e dou fé
da verdade.

Escritorante Autorizado
Valor recebido R\$



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

Coordenação de Renovação de Outorga - COROR

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53000.003330/2014-27		
Entidade: Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda.	CNPJ: 71.103.550/0001-84	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Localidade: São Vicente	UF: SP
Validade da Outorga: vencida	Período: 01/05/2014 a 01/05/2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	0119567 3/4
1.1.2. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	OK	2560053 15/16
1.1.3. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	OK	2560053 15/16
1.1.4. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	OK	2560053 15/16
1.1.5. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	OK	2560053 15/16
1.1.6. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	OK	2560053 15/16
1.1.7. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	OK	2002544
1.2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	3508826 3/7

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	PENDENTE	2560053 3/9
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	3509600
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	PENDENTE	2560053 10/13
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	0753841 31
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	3509483
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	0119567 F-43 E-44 M-45, 47 0753841 E-27
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	3508826 1
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	0119567 37
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	0753841 29
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	2435568 3/9

2.2. NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

2.2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
-------------------	----------	--------

2.2.1.1. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	PENDENTE	
2.2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;	PENDENTE	
Observações:		

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **NÃO está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Débora Neves CARGO: Técnico em Nível Superior	29/10/2018

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A SOCIEDADE RÁDIO CULTURA DE SÃO VICENTE LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos 07 dias do mês de março do ano dois mil e dezesseis, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a **SOCIEDADE RÁDIO CULTURA DE SÃO VICENTE LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 71.103.550/0001-84, representada por seu administrador, Gilberto Gomes Mansur, inscrito no CPF n.º 732.552.898-15, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Vicente, Estado de São Paulo, decorrente da concessão outorgada à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda., por meio do Portaria n.º 86, de 02 de fevereiro de 1977, publicado no Diário Oficial da União de 09 de fevereiro de 1977, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de São Vicente, estado de São Paulo. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à Sociedade Rádio Cultura de São Vicente Ltda. o canal 239 (duzentos e trinta e nove), correspondente à frequência 95,7 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata o Decreto n.º 11, de 24 de fevereiro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 25, de fevereiro de 2000, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

Cláusula 2ª. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada premissa ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de **São Vicente**, Estado de **São Paulo**.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

**Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações**

Permissionária

22123182869

Testemunha

78483492504

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 03/11/2016, às 17:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1470668** e o código CRC **DED76B54**.



Diário Oficial

Seção 1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Ano CXXXVII Nº 57-E Brasília - DF, quinta-feira, 25 de março de 1999 R\$ 0,82

Sumário

	PÁGINA
Ato do Congresso Nacional	1
Ministério da Justiça	1
Ministério da Fazenda	3
Ministério da Educação	12
Ministério do Trabalho e Emprego	12
Ministério da Previdência e Assistência Social	18
Ministério da Aeronáutica	18
Ministério da Saúde	19
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	39
Ministério de Minas e Energia	40
Ministério da Ciência e Tecnologia	41
Tribunal de Contas da União	41
Poder Judiciário	42
Índice: vide caderno não-eletrônico	

Ato do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1999

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Stereo Show Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 736, de 27 de setembro de 1994, que renova por dez anos, a partir de 20 de junho de 1999, a permissão outorgada à Rádio Cidade Stereo Show Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 24 de março de 1999.
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1999

Aprova o ato que renova a concessão deferida à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 18, de outubro de 1994, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão deferida à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 24 de março de 1999.
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1999

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Leme Stereosom Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Leme, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.032, de 27 de agosto de 1996, que renova por dez anos, a partir de 2 de setembro de 1993, a permissão outorgada à Rádio Leme Stereosom Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Leme, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 24 de março de 1999.
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1999

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade de Juiz de Fora S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 20

de dezembro de 1996, que renova, por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Sociedade Juiz de Fora S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 24 de março de 1999.
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

(OJ El. nº 16/99)

Ministério da Justiça

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

DESPACHOS DO DIRETOR Em 24 de março de 1999

Nº 9 - Ref.: Proc. Admin. nº 08042/00867998-16. Rpte: DPDC "EX-OFFICIO". Rpta.: CASAS SENDAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A. Acollido, por seus termos, e passa a fazer parte integrante desta decisão, o teor do Ato de Constatação nº. 14098, constante de fls. 05/06, e do Relatório da Fiscalização Integrada, fls. 18/26, deste feito, porquanto foram identificadas, por amostragem, além da falta de preço produto por produto, e neste específico caso, agnate-se a decisão final do Poder Judiciário, produtos com preços divergentes entre a gôndola e o cobrado na Caixa da Empresa, como: 1) Sal-gadinho Skim, 100 gr, com preço na gôndola de R\$ 0,59 e na Caixa R\$ 0,69; 2) Pó para Refresco Frasco, com preço na gôndola de R\$ 0,39, e na Caixa R\$ 0,46; 3) Água Mineral Marabá, 1.500 ml, com preço na gôndola de R\$ 0,37, e na Caixa R\$ 0,44; 4) Suco de Caju Maguary, 500 ml, com preço na gôndola de R\$ 1,25, e na Caixa R\$ 1,54; e produtos sem constar prazos de validade como a Carne Seca de Charque, exposta em formato bandeja, com 0,340 kg e o Bacon Defumado Sado, em tiras, exposto em formato bandeja, com 0,176 kg. Estes produtos foram ofertados, também, via encartes publicitários aos consumidores, como promoções, conforme constam do feito. Em razão destas práticas, cujos elementos coligidos e de prova traduzem-se em verdadeira material, DECIDIO instaurar Processo Administrativo contra a CASAS SENDAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A - Edital nº 82, sita à Estrada dos Bandeirantes, 175, Itaipara, Rio de Janeiro / RJ, com fulcro na Lei nº 8.078/90, regulamentada pelo Decreto nº 2.181/97, por atingir o consumidor concernido no artigo 2º do CDC, não reconhecendo os direitos básicos deste consumidor preceituados, principalmente, nos incisos I, II e III do artigo 6º da citada norma, cujos atos praticados encontram equiparamento, na forma como constatados, nos artigos 8º, 18, § 6º, III, 31 e 32, § 1º, 39, VIII, 66 e 67, no que se refere a informações, oferta e publicidade,

Atenção

Comunicamos aos órgãos e entidades da Administração Federal direta, autárquica e funcional, integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, que toda e qualquer matéria relativa a compras e contratações deverá ser encaminhada, obrigatoriamente, através do Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações - SÍDEC, para publicação na página 3 do Diário Oficial da União, em consonância com a Instrução Normativa/MARE nº 03, de 20/2/97, publicada no D.O. de 21/2/97, Seção 1. Informações: (061) 313-1065, 313-1298 e 313-1067 - Departamento de Serviços Gerais/SEAP.

71-103.550/0-01-34

2VK-652

230



Decreto n.º 89.591 de 27 de abril de 1984

Renova, por 10 (dez) anos, as concessões outorgadas às entidades que menciona, para explorarem serviços de radiodifusão sonora em onda média, nas cidades e unidades da Federação indicadas.

O Presidente da República,

usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 8º, item XV, letra "a", da Constituição, e nos termos do artigo 6º do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos MC nºs 29100.000112/84, 29100.000153/84, 29100.000241/84, 29105.000056/84, 29105.000068/84, 80.925/83, 80.875/83, 122.880/83, 29106.000049/84 e 29106.000094/84, decreta:

Art. 1º - Ficam, de acordo com o artigo 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e artigo 2º do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, renovadas, por 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1984, as concessões outorgadas às entidades relacionadas neste artigo, junto com os seus demais elementos identificadores, para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média.

- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 859, de 17 de outubro de 1945.
Entidade: RÁDIO PIRATININGA DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA LTDA. ✓
Cidade: São João da Boa Vista
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953.
Entidade: SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA. ✓
Cidade: São Vicente
Unidade da Federação: São Paulo.
- Ato de Outorga: Portaria MVOP nº 479, de 06 de outubro de 1960.
Entidade: RÁDIO DIFUSORA DE MIRASSOL LTDA. ✓
Cidade: Mirassol
Unidade da Federação: São Paulo.



FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
COSTA DO SOL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA		
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35224262521	04/02/2010	20/11/2018 14:40:30
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
20/01/2010	11.933.002/0001-50	

CAPITAL
R\$ 3.966.000,00 (TRÊS MILHÕES, NOVECENTOS E SESENTA E SEIS MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: AV. ANA COSTA	NÚMERO: 532	
BAIRRO:	COMPLEMENTO: 3 A CJ. 32	
MUNICÍPIO: SANTOS	CEP: 11060-002	UF: SP

OBJETO SOCIAL
OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÃO, EXCETO HOLDINGS ALUGUEL DE IMÓVEIS PRÓPRIOS

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 46792454, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 3.965.000,00
YLIDIA BOLZAN MANZUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 005.111.848-32, RG/RNE: 7422208, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1.000,00

ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 314.892/11-4 SESSÃO: 05/09/2011

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 10.360.780,00 (DEZ MILHÕES, TREZENTOS E SESSENTA MIL, SETECENTOS E OITENTA REAIS).

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE YLIDIA BOLZAN MANZUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 005.111.848-32, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 4.743.891,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.616.889,00.

INCLUSÃO DE CNPJ 11.933.002/0001-50

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 429.985/11-3 SESSÃO: 25/10/2011

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE YLIDIA BOLZAN MANZUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 005.111.848-32, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 5.616.889,00.

ADMITIDO BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A , DOCUMENTO: 00000000011, SITUADA À RUA GUARARA, 58, AP 58, JA PAULISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01425-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.360.779,00.

NOMEADO PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 46792454, RESIDENTE À AV BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, AP 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-400, REPRESENTANDO BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A, COMO ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 419.700/15-8 SESSÃO: 01/10/2015

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: ALTERACAO DA CLAUSULA SEXTA DA ADMINISTRACAO E SEUS PARAGRAFOS - A SOCIA BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A ATVARES DE SEU DIRETOR PAULO ROBERTO GOMES MANSUR COMUNICA QUE ADQUIRIU O NUMERO DE CNPJ MF 14.683.317/0001-84 E NIRE 35300415426

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE YLIDIA BOLZAN MANZUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 005.111.848-32, RG/RNE: 7422208 - SP, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A , NIRE 35300415426, SITUADA À RUA GUARARA, 58, AP 58, JA PAULISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01425-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.360.779,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 46792454, RESIDENTE À AV BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, AP 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-400, REPRESENTANDO BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S/A.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 451.249/15-0 SESSÃO: 14/10/2015

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE YLIDIA BOLZAN MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 005.111.848-32, RG/RNE: 7422208 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, AP 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, REPRESENTANDO BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A , NIRE 35300415426, SITUADA À RUA GUARARA, 58, AP 58, JARDIM PAULISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01425-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.360.779,00.(ENDERECO: RUA GUARARA 58 AP 58 JARDIM PAULISTA SP 01425000)

RETIRA-SE DA SOCIEDADE PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RESIDENTE À AV BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, AP 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-400, REPRESENTANDO BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA TOLENTINO FILGUEIRAS, 119, CJ 82 8 ANDAR, GONZAGA, SANTOS - SP, CEP

11060-471.

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: A SOCIA BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A COMUNICA QUE PASSOU A SER REPRESENTADA PELA DIRETORA YLIDIA BOLZAN MANSUR

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 569.650/15-0 SESSÃO: 18/12/2015

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 428.030,00 (QUATROCENTOS E VINTE OITO MIL, TRINTA REAIS).

CISÃO PARCIAL DESTA SOCIEDADE COM TRANSFERÊNCIA DE PARTE DO SEU PATRIMÔNIO PARA NIRE 35229642828.

REMANESCENTE YLIDIA BOLZAN MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 005.111.848-32, RG/RNE: 7422208 - SP, RESIDENTE À AVENIDA BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, AP 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, REPRESENTANDO BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 1,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A , NIRE 35300415426, SITUADA À RUA GUARARA, 58, AP 58, JARDIM PAULISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01425-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 428.029,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 001.119/16-3 SESSÃO: 05/01/2016

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE YLIDIA BOLZAN MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 005.111.848-32, RG/RNE: 7422208, RESIDENTE À AVENIDA BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, AP 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 2,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES S A , NIRE 35300415426, SITUADA À RUA GUARARA, 58, AP 58, JARDIM PAULISTA, SAO PAULO - SP, CEP 01425-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 428.029,00.

ADMITIDO MARCUS VINICIUS BOLZAN MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 306.212.058-42, RG/RNE: 28.744.238-X, RESIDENTE À RUA DOM GASPAR AFONSECA, 11, AP 92, GONZAGA, SANTOS - SP, CEP 11055-360, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 214.014,00.

ADMITIDO PAULO THIAGO BOLZAN MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 214.365.758-77, RG/RNE: 28.744.196, RESIDENTE À RUA CASTRO ALVES, 75, AP 92, EMBARE, SANTOS - SP, CEP 11040-191, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 214.014,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 045.211/16-4 SESSÃO: 28/01/2016

DIARIO OFICIAL EMPRESARIAL, DE 14/01/2016.

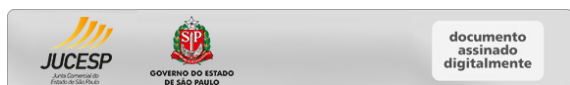
NUM.DOC: 045.212/16-8 SESSÃO: 28/01/2016

A TRIBUNA, DE 14/01/2016.

NUM.DOC: 131.741/18-4 SESSÃO: 27/03/2018

DESCRICAO DOS IMOVEIS DE PROPRIEDADE DOS SOCIOS BY1 ADMINISTRACAO E PARTICIPACAO S/A, COSTA DO SOL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA, GILBERTO GOMES MANSUR, NEISA MANSUR ILSE E MARIA CHISTINA MANSUR ANTUNES, OS QUAIS SERAO INTEGRALMENTE CONFERIDOS A TITULO DE INTEGRALIZACAO DO CAPITAL SOCIAL REFERENTE A PARCELA SUBSCRITA NA EMPRESA, NOS TERMOS DO ART 89 DA LEI 6.404/76 NA PROPORCAO DE CADA PROPRIETARIO.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35224262521
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 19/11/2018



Ficha Cadastral Completa emitida para ALTAIR DE SANTANA PEREIRA : 00690063180. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 109355900, terça-feira, 20 de novembro de 2018 às 14:40:30.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Comercial

Coordenação-Geral de Pós-Outorga

NOTA TÉCNICA Nº 28201/2018/SEI-MCTIC

Processo nº 01250.023572/2018-15

Assunto: ATUALIZAÇÃO CADASTRAL E ARQUIVAMENTO. Alteração Contratual.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda, executante do serviço de radiodifusão sonora em onda média adaptada para frequência modulada (evento SEI nº 3724367), no município de São Vicente, estado de São Paulo, por intermédio da qual apresenta Alteração Contratual efetivada pela Entidade.

ANÁLISE

2. O requerimento inicial encontra-se firmado pelos Srs. Gilberto Gomes Mansur e Neusa Mansur Ilse, intitulados representantes legais da Entidade, nos termos do instrumento de alteração contratual. Desta forma, considerando a comprovação da legitimidade dos subscritores do r. requerimento, o pedido passa a ser conhecido por esta Pasta, dando condições de prosseguimento da análise.

3. Acompanhado do requerimento em questão, constata-se o encaminhamento do Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social realizado em 22.02.2018, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 27.03.2018. Além desse instrumento, foram encaminhados documentos instrutórios.

4. Infere-se da Pasta Jurídica da Entidade que os últimos quadros societário e diretivo **aprovados** por este Ministério, nos termos da Portaria nº 209, de 06.07.1998, são os seguintes:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Paulo Roberto Gomes Mansur	6.125	6.125,00
Gilberto Gomes Mansur	6.125	6.125,00
Maria Gomes Mansur	6.125	6.125,00
Neusa Mansur Ilse	6.125	6.125,00
TOTAL	24.500	24.500,00

NOME	CARGO
Gilberto Gomes Mansur	Diretor Presidente
Maria Gomes Mansur	Diretora Superintendente
Neusa Mansur Ilse	Diretora Financeira

5. Depreende-se da mesma Pasta, no entanto, que a última Alteração Contratual conhecida por este Ministério fora realizada em 16.01.2016, registrada na repartição competente em 18.02.2016. Dessa alteração, verifica-se que a composição societária fora alterada, ao passo que a diretiva fora mantida, conforme demonstra-se abaixo:

--	--	--

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Maria Gomes Mansur	25.000	25.000,00
Costa do Sol Administração e Participações Ltda	25.000	25.000,00
Gilberto Gomes Mansur	25.000	25.000,00
Neusa Mansur Ilse	25.000	25.000,00
TOTAL	100.000	100.000,00

NOME	CARGO
Gilberto Gomes Mansur	Diretor Presidente
Maria Gomes Mansur	Diretora Superintendente
Neusa Mansur Ilse	Diretora Financeira

6. Já de acordo com o que se observa do Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social realizado em 12.06.2017, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 301.220/17-1, em 19.07.2017 (apresentado inicialmente nos autos nº 01250.046751/2017-40, em 01.08.2017), ocorrera: *i*) mudança de endereço da matriz para Av. Ana Costa nº 532, Conjuntos 54 e 55, Santos/SP, CEP 11.060-002, *ii*) extinção de filial, e, *iii*) consolidação contratual (evento SEI nº 3724977). Verifica-se, ainda, do dito instrumento, que houve a retirada da Srª Maria Gomes Mansur do quadro diretivo da empresa, restando o aludido da seguinte forma:

NOME	CARGO
Gilberto Gomes Mansur	Diretor Presidente
Neusa Mansur Ilse	Diretora Financeira

*Quadro societário: inalterado

6.1. Observa-se da Alteração Contratual apresentada que, apesar desta independer de prévia autorização deste Ministério para ser registrada, deve ser comunicada ao Órgão competente do Poder Executivo no prazo legal, conforme regra prevista na alínea "b" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela Lei nº 13.424/2017). Por efeito, confrontadas as datas de protocolização do instrumento nos autos nº 01250.046751/2017-40 (01.08.2017) e do registro da operação (19.07.2017), constata-se que houve respeito ao prazo legal supracitado, uma vez que a manifestação da Entidade se deu de forma TEMPESTIVA.

7. Por outro lado, constata-se do Instrumento Particular de Alteração de Contrato Social realizado em 22.02.2018, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 142.439/18-6, em em 27.03.2018, que houve: *i*) retirada da sócia, Srª Maria Gomes Mansur, mediante cessão e transferência da totalidade de suas cotas à sócia admitida, Srª Maria Christina Mansur Antunes, e, *ii*) consolidação contratual (evento SEI nº 2913841, às págs. 23/35). Nesse seguimento, os quadros societário e diretivo vigentes são os seguintes:

NOMES	COTAS	VALOR - R\$
Maria Christina Mansur Antunes	25.000	25.000,00
Costa do Sol Administração e Participações Ltda	25.000	25.000,00
Gilberto Gomes Mansur	25.000	25.000,00
Neusa Mansur Ilse	25.000	25.000,00

TOTAL	100.000	100.000,00
-------	---------	------------

NOME	CARGO
Gilberto Gomes Mansur	Diretor Presidente
Neusa Mansur Ilse	Diretora Financeira

7.1. Observa-se da Alteração Contratual apresentada que, apesar desta independer de prévia autorização deste Ministério para ser registrada, deve ser comunicada ao Órgão competente do Poder Executivo no prazo legal, conforme regra prevista na alínea "b" do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela Lei nº 13.424/2017). Por efeito, confrontadas as datas de protocolização do requerimento (24.04.2018) e do registro da operação (27.03.2018), constata-se que houve respeito ao prazo legal supracitado, uma vez que a manifestação da Entidade se deu de forma TEMPESTIVA.

7.2. À título de conhecimento, colaciona-se a seguir as composições societária e diretiva da pessoa jurídica sócia, Costa do Sol Administração e Participações Ltda (evento SEI nº 3724862):

NOMES	VALOR - R\$
Marcus Vinicius Bolzan Mansur	214.014,00
Paulo Thiago Bolzan Mansur	214.014,00
Ylidia Bolzan Mansur	2,00
TOTAL	428.030,00

NOME	CARGO
Ylidia Bolzan Mansur	Administradora

8. Quanto à análise da documentação pessoal dos sócios/diretores, restou constatado o preenchimento dos requisitos necessários para este tipo de operação, conforme atesta a Lista de Verificação de Documentos (evento SEI nº 3725329), uma vez que restou comprovada a (i) condição de brasileiro nato/naturalizado; e (ii) apresentação de declaração de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previsto no art. 1º, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64/1990.

9. Quanto aos limites de Outorga estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 236/67, informa-se que a Interessada e os sócios/dirigentes não extrapolam os limites de outorga, conforme se depreende de consulta realizada no dia 26.12.2018 ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO (evento SEI nº 3725199 / 3725295).

10. Por fim, constatada a regularidade da instrução do pedido, de acordo com as novas exigências regulamentares, nada mais resta propor senão a regularização da Entidade, com anotação cadastral, atualização dos sistemas pertinentes e posterior arquivamento, haja vista ter se exaurido a sua finalidade.

11. Diante do exposto, opina-se pela remessa:

- a) de ofício à Entidade, acompanhado de cópia desta Nota Técnica, para ciência das providências administrativas adotadas por esta Pasta;
- b) dos autos ao Serviço de Cadastro de Informações de Radiodifusão - SECIR, para anotação cadastral, fazendo acostar à Pasta Jurídica todas as Alterações Contratuais apresentadas (evento SEI nº 3724977 / 2913841, às págs. 23/35), procedendo à atualização dos sistemas pertinentes, de acordo com o exposto no parágrafo 7., e posterior remessa do feito ao Serviço de Documentação e Informação de Pós-Outorga - SEPOS para arquivamento definitivo.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Colouna de Oliveira, Coordenadora da Coordenação de Alteração de Características Técnicas e Societárias**, em 02/01/2019, às 11:25 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Altair de Santana Pereira, Coordenador-Geral de Pós-outorgas**, em 02/01/2019, às 16:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3725345** e o código CRC **2DB1B4F6**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão - SERAD

Departamento de Radiodifusão Comercial - DECOM

Coordenação-Geral de Pós-Outorga – CGPO

Coordenação de Renovação de Outorga - COROR

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS**RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº 53000.003330/2014-27		
Entidade: Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda.	CNPJ: 71.103.550/0001-84	
Executante do serviço de radiodifusão sonora em FM	Localidade: São Vicente	UF: SP
Validade da Outorga: vencida	Período: 01/05/2014 a 01/05/2024	

1. REQUISITOS MÍNIMOS		
1.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
1.1.1. Requerimento de renovação de outorga firmado pelo representante legal da Entidade;	OK	0119567 3/4
1.1.2. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;	OK	2560053 15/16
1.1.3. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	OK	2560053 15/16
1.1.4. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	OK	2560053 15/16
1.1.5. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	OK	2560053 15/16
1.1.6. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição Federal;	OK	2560053 15/16
1.1.7. Declaração, firmada pelo representante legal da pessoa jurídica interessada, de que nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou preferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990 (Lei da Ficha Limpa)	OK	2002544
1.2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da Cessionária, sócios e dirigentes (SIACCO);	OK	3508826 3/7

2. RELATIVOS À ENTIDADE			
	2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
HABILITAÇÃO JURÍDICA	2.1.1. Ato constitutivo e suas alterações, registrados ou arquivados no órgão competente, constando, dentre seus objetivos, a execução de serviços de radiodifusão e, para as sociedades por ações, cópia da ata da assembleia geral que elegeu a diretoria e a relação de acionistas da qual conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada sócio;	OK	3548812 4/179
	2.1.2. Certidão detalhada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	OK	3509600
QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	2.1.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, exceto quando a pessoa jurídica ainda não houver completado um exercício fiscal, hipótese em que deverá apresentar seu balanço de abertura;	OK	2560053 10/13 3548812 181/185
	2.1.4. certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	OK	0753841 31
REGULARIDADE FISCAL	2.1.5. Prova de inscrição no CNPJ;	OK	3509483
	2.1.6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da entidade, na forma da lei;	OK	0119567 F-43 E-44 M-45, 47 0753841 E-27
	2.1.7. Prova de regularidade de recolhimento dos recursos do Fistel;	OK	3508826 1
	2.1.8. Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS;	OK	0119567 37
	2.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	OK	0753841 29
REGULARIDADE TÉCNICA	2.1.10. Laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado e firmado em conjunto com o dirigente da pessoa jurídica, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a última autorização do órgão competente do Poder Executivo federal, acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	OK	2435568 3/9

2.2. NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

2.2.1. DOCUMENTOS	SITUAÇÃO	PG(s).
-------------------	----------	--------

2.2.1.1. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que:

- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;
- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.

OK

3548812
187

2.2.1.2. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia;

OK

3576456

Observações:

CONCLUSÃO

A documentação apresentada **está em conformidade** com o disposto na legislação.

ANALISADO POR:	DATA
NOME: Débora Neves CARGO: Técnico em Nível Superior	20/11/2018



BOA TARDE
Monique Cabral da Silva

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		71.103.550/0001-84									
SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	11.933.002/0001-50	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
GILBERTO GOMES MANSUR	732.552.898-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
MARIA CHRISTINA MANSUR ANTUNES	003.354.538-30	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
NEUSA MANSUR ILSE	342.731.828-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente

Usuário: **monique.mc - Monique Cabral da Silva**

Data: **17/10/2022**

Hora: **12:35:03**



BOA TARDE

Monique Cabral da Silva

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 11.933.002/0001-50											
RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	11.933.002/0001-50	EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Santos
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
		RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Sócio	1520000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santos

Usuário: monique.mc - Monique Cabral da Silva

Data: 17/10/2022

Hora: 12:36:11



Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 732.552.898-15											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GILBERTO GOMES MANSUR	732.552.898-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
		RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE SUPERINTENDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Santos
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
		RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Sócio	1520000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santos

Usuário: monique.mc - Monique Cabral da Silva

Data: 17/10/2022

Hora: 12:36:32



BOA TARDE

Monique Cabral da Silva

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		003.354.538-30									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA CHRISTINA MANSUR ANTUNES	003.354.538-30	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente

Usuário: [monique.mc - Monique Cabral da Silva](#)

Data: [17/10/2022](#)

Hora: [12:36:47](#)



BOA TARDE

Monique Cabral da Silva

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO :: Sistema de Acompanhamento de Controle Societário | internet | teia | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		342.731.828-15									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NEUSA MANSUR ILSE	342.731.828-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente

Usuário: monique.mc - Monique Cabral da Silva

Data: 17/10/2022

Hora: 12:37:02



Todos Download Canais

1 total de registros 1 - 50 50 Atualizar Filtrar											
Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Es
		711035500001				(Todos)					
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	71103550000184	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	50414501705	P	Comercial	FM	230	SP	São Vicente	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 71.103.550/0001-84

Certidão nº: 35044990/2022

Expedição: 17/10/2022, às 13:13:23

Validade: 15/04/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **71.103.550/0001-84**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 71.103.550/0001-84

Razão Social: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA

Endereço: AV DONA ANA COSTA 532 CONJUNTO 54 55 / GONZAGA / SANTOS / SP / 11060-002

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 13/10/2022 a 11/11/2022

Certificação Número: 2022101300403471066840

Informação obtida em 17/10/2022 12:33:34

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 71.103.550/0001-84 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/01/1946
---	--	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA

TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) 95,7 FM	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL
60.10-1-00 - Atividades de rádio

CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS SECUNDARIAS
68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios
68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios

CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO R TOLENTINO FILGUEIRAS	NUMERO 119	COMPLEMENTO CONJ 51 B ANDAR 5
--------------------------------------	---------------	----------------------------------

CEP 11.060-471	BAIRRO/DISTRITO GONZAGA	MUNICIPIO SANTOS	UF SP
-------------------	----------------------------	---------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@DOMCONTABIL.COM.BR	TELEFONE (13) 3569-8181
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/06/2003
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 17/10/2022 às 12:34:17 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONSULTAR QSA

VOLTAR

IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
CNPJ: 71.103.550/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:25:27 do dia 03/10/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 01/04/2023.

Código de controle da certidão: **9952.BBC4.7DE3.CFBE**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 71.103.550/0001-84

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 22100326150-56

Data e hora da emissão 17/10/2022 12:35:39

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br

Certidão Negativa
de Débitos de Tributos Mobiliários

INSCRIÇÃO MOBILIÁRIA: **379786**
CONTRIBUINTE: **SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA**
CPF/CNPJ: **71.103.550/0001-84**
ESTABELECIDO: **RUA TOLENTINO FILGUEIRAS, 119 - ANDAR 5 - CONJ 51 B**
ATIVIDADE PRINCIPAL: **J6010100 - Atividades de rádio**

TRIBUTOS ABRANGIDOS: **Taxa de Licença, Taxa de Publicidade, Taxa de Lixo Séptico, Feimer, ISSQN**

Certificamos que a inscrição mobiliária nº **379786** , encontra-se **QUITE** com os tributos abrangidos por esta certidão até a presente data*****

Esta certidão é válida por 6 (seis) meses a contar da data de expedição, ressalvado o direito da Fazenda Municipal de exigir, nos termos da lei, os tributos que porventura venham a ser apurados.

Certidão emitida no dia: **26/10/22**

Número da certidão: **6277/2022**

Válida até: **26/04/23**

Código de Controle da certidão: **X46X.U69S.N88G.S97K**

Término das informações referentes a esta certidão.

Observações: A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site
<http://www.santos.sp.gov.br>.

**Publicado no D.O.U.
de 09/ 11/ 2016,
Seção: III, Página: 11**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A SOCIEDADE RÁDIO CULTURA DE SÃO VICENTE LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos 07 dias do mês de novembro do ano dois mil e dezesseis, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a **SOCIEDADE RÁDIO CULTURA DE SÃO VICENTE LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 71.103.550/0001-84, representada por seu administrador, Gilberto Gomes Mansur, inscrito no CPF n.º 732.552.898-15, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Vicente, Estado de São Paulo, decorrente da concessão outorgada à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda., por meio do Portaria n.º 86, de 02 de fevereiro de 1977, publicado no Diário Oficial da União de 09 de fevereiro de 1977, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de São Vicente, estado de São Paulo. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à Sociedade Rádio Cultura de São Vicente Ltda. o canal 239 (duzentos e trinta e nove), correspondente à frequência 95,7 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata o Decreto n.º 11, de 24 de fevereiro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 25, de fevereiro de 2000, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

Cláusula 2ª. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas “b” e “d” da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de **São Vicente**, Estado de **São Paulo**.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

**Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações**

Permissionária

22123182869

Testemunha

78483442584

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, **Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 03/11/2016, às 17:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1470668** e o código CRC **DED76B54**.

Despacho N° 1465/2018/SEI-MCTIC

O **DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, SUBSTITUTO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.021241/2017-60, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 17846/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 10 de abril de 2017, da frequência 930 KHz, outorgada à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de São Vicente, estado de São Paulo.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI
Diretor do Departamento de Radiodifusão Comercial, Substituto



Documento assinado eletronicamente por **William Ivo Koshevnikoff Zambelli, Diretor de Outorga de Radiodifusão Comercial, Substituto**, em 02/10/2018, às 19:09, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC n° 89/2014 e MCTIC n° 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3246739** e o código CRC **FF218BC5**.



NOME/RAZÃO SOCIAL SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA				CNPJ 71103550000184
Nº DA ESTAÇÃO 1004227555	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 23° 57' 51.01" S	LONGITUDE 46° 21' 43.99" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Alto do Morro do Itararé, nº s/nº.	DISTRITO		
BAIRRO	MUNICÍPIO São Vicente	UF SP	

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 01/05/2024

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: São Vicente UF: SP

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 95.7 MHz CANAL: 239

CLASSE: A1 COTA BASE DA TORRE: 177.7

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYW667

NOME FANTASIA: 95,7 FM NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: São Vicente

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Alto do Morro do Itararé BAIRRO:

MUNICÍPIO: São Vicente UF: SP

NUMERO: s/nº COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: Tolentino Filgueiras BAIRRO: Gonzaga

MUNICÍPIO: Santos UF: SP

NUMERO: 119 COMPLEMENTO: CONJ. 51 B

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Marcelo Amorim de Godoy -EPP MODELO: FM12,5s

CÓDIGO: 041981802252 POTÊNCIA: 10.0 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda. MODELO: TEC 122

CÓDIGO: 017940700345 POTÊNCIA: 5.0 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: IF TELECOM Ind. e Com. de Antenas Ltda. MODELO: IFFMC-4-95,7-C-DC

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: ANTENA FM COM 04 ELEMENTOS. GANHO: 3.24 dBd

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 35 m ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 220 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: IFFMC-2-95,7-10

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: ANTENA FM COM 02 ELEMENTOS. GANHO: 0.04 dBd

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 35.0 m ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 40 graus

BEAM TILT: 0.0 graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS Brasil - Cabos Especiais e Sistemas Ltda. MODELO: LCF 158-50JA-A0

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: RFS Brasil - Cabos Especiais e Sistemas Ltda. MODELO: LCF 158-50JA-A0

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 17/10/2022 13:34:00

APLICAÇÃO

Emitido Em
01/04/2022Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMZWlbnNhOjoyMDlyNjM0ZDc1ZTdhMDFkYw==>



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA**

CNPJ: **71.103.550/0001-84**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:32:32 do dia 17/10/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 16/11/2022.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar

Data de Envio:

17/10/2022 16:10:34

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corre@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta à CGFM quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração.

Mensagem:

Processo nº: 53000.003330/2014-27

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA, CNPJ nº: 71.103.550/0001-84, executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de São Vicente/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

RE: Consulta à CGFM quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração.

Inez Joffily França <inez.franca@mcom.gov.br>

Seg, 17/10/2022 17:25

Para: corrc <corrc@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Processo nº: 53000.003330/2014-27

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, relativo à SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA, CNPJ nº: 71.103.550/0001-84, executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de São Vicente/SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

Ats.

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga e de Alteração de Características Técnicas dos Serviços de Radiodifusão <corrc@mcom.gov.br>

Enviado: segunda-feira, 17 de outubro de 2022 16:10

Para: cgfm <cgfm@mcom.gov.br>

Assunto: Consulta à CGFM quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração.

Processo nº: 53000.003330/2014-27

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA, CNPJ nº: 71.103.550/0001-84, executante do serviço de radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), no município de São Vicente/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

NOTA TÉCNICA Nº 15585/2022/SEI-MCOM

PROCESSO: 53000.003330/2014-27

INTERESSADO: SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA., no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Vicente/SP, referente ao seguinte período: 01/05/2014 a 01/05/2024.

ANÁLISE

2. A análise realizada pela Secretaria de Radiodifusão - SERAD, nos termos da Nota Técnica nº 28030/2017/SEI-MCTIC, concluiu pela expedição do Ofício nº 52523/2017/SEI-MCTIC à Entidade, com vistas à apresentação da documentação relacionada na referida Nota (SEI2458016 e 2458099). Em resposta, a Interessada protocolou requerimento sob o nº 01250.066926/2018-16, acompanhado de documentos.

3. Ocorre, porém, que com a publicação do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021, que altera o Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, houve a inclusão de documentos necessários para a instrução do Processo de Renovação de Outorga, os quais, desde já, devem ser exigidos por esta Pasta, nos termos do art. 5º, do Decreto nº 10.775, de 2021. Para uma melhor contextualização, **a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:**

RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. requerimento, datado e assinado pelo atual representante legal da pessoa jurídica interessada, constando declarações de que:

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;
- h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;

Obs.: A falsidade das informações prestadas sujeitará os responsáveis às sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Ademais, é vedada a apresentação de declarações assinadas por procurador (a), mesmo que munido (a) de procuração.

3.2. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

3.3. comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.

Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF NÃO serão aceitos para comprovar a nacionalidade.

RELATIVOS À PESSOA JURÍDICA SÓCIA (COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.)

3.4. certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.

CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias**, contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente os referidos documentos relacionados no **parágrafo 3º**, na forma do art. 21, inciso II, do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria nº 6.559, de 31 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 1º de setembro de 2022.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Radiodifusão, na forma da Portaria n.º 6.687, de 8 de setembro de 2022, publicada no D.O.U. de 9 de setembro de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Monique Cabral da Silva, Assistente Técnico**, em 27/10/2022, às 14:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa, Chefe da Unidade Regional de Rio de Janeiro**, em 27/10/2022, às 15:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10466721** e o código CRC **C60285E5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Outorga e Pós-Outorga
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

OFÍCIO Nº 26718/2022/MCOM

Brasília, 27 de outubro de 2022.

Ao (À) Senhor (a)
Representante Legal da
SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA. (CNPJ 71103550000184)
Avenida Ana Costa nº 532, Complemento CJ 52 - Gonzaga
11.060-002 Santos/SP

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53000.003330/2014-27.

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 15585/2022/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento desta notificação.
2. Ressalto, ainda, que está sendo enviada, juntamente com a referida Nota Técnica, cópia do requerimento padrão disponibilizado pelo Ministério das Comunicações, caso tenha interesse na apresentação das declarações previstas na legislação de radiodifusão por meio daquele documento. As declarações são imprescindíveis ao prosseguimento do feito.
3. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:**
 - **Protocolo Digital do MCom** (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).
4. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
5. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, condição para que o pleito seja analisado.**
6. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.
7. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Radiodifusão permanece à disposição para prestar quaisquer outras esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edineia Pereira da Costa**, **Chefe da Unidade Regional de Rio de Janeiro**, em 27/10/2022, às 15:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10466725** e o código CRC **9755B4F8**.

Anexos:

- Nota Técnica nº 15585/2022/SEI-MCOM (SEI 10466721).
- Requerimento (SEI 10466898).



REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:			
CNPJ:		CEP da sede:	
Endereço da sede:			
E-mail de contato:			
Serviço a ser renovado:	() Radiodifusão sonora	() em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:			
Localidade da renovação:		UF:	

Eu, _____, inscrito no CPF sob o nº _____, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:



- (a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas *b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q* da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal



ANEXO

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
RELATIVOS À PESSOA JURÍDICA E AOS SÓCIOS	(a) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (b) comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, dos sócios e diretores, por meio da apresentação de: <i>i)</i> certidão de nascimento ou casamento; <i>ii)</i> certidão de reservista; <i>iii)</i> cédula de identidade; <i>iv)</i> certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; <i>v)</i> carteira profissional; <i>vi)</i> Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou <i>vii)</i> passaporte. Obs.: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade. (c) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (d) prova de inscrição no CNPJ; (e) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual e municipal (ou distrital) da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (f) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (g) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (h) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho.

Data de Envio:

27/10/2022 16:20:20

De:

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mcom.gov.br>

Para:

aureafaria@mixfmsantos.com.br
gilmansur@mtv.com.br
rodolfo@mouraeribeiro.adv.br
lucas@mouraeribeiro.adv.br
comercial@957fmsantos.com.br

Assunto:

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Outorga e Pós-Outorga

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial

PROCESSO Nº: 53000.003330/2014-27

INTERESSADA: SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação referente a análise de processo de renovação, no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Anexos:

Oficio_10466725.html
Anexo_10466898_REQ_NOVO.pdf
Nota_Tecnica_10466721.html

Cadastro para acesso ao SEI CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações



Tania Aparecida de Paula

Relatório Consultar ▼ Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

71.103.550/0001-84

Razão Social

Pesquisar

10 ▼



1 / 1



Razão Social



CNPJ



Emails

SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO
VICENTE LTDA

71.103.550/0001-
84

aureafaria@mixfmsantos.com.br, gilmansur@vtv.com.br, rodolfo@mouraeribeiro.adv.br,
lucas@mouraeribeiro.adv.br, comercial@957fmsantos.com.br

10 ▼



1 / 1





Menu Principal ▼

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 71.103.550/0001-84											
SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	11.933.002/0001-50	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
GILBERTO GOMES MANSUR	732.552.898-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
MARIA CHRISTINA MANSUR ANTUNES	003.354.538-30	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
NEUSA MANSUR ILSE	342.731.828-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente

Usuário: carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 06/12/2022

Hora: 19:12:12



BOA NOITE
Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO >>> Consultas Gerais >>> Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		11.933.002/0001-50									
RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	11.933.002/0001-50	EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Santos
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
		RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Sócio	1520000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santos

Usuário: [carlaf.mc](#) - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 06/12/2022

Hora: 19:12:21



Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 732.552.898-15											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GILBERTO GOMES MANSUR	732.552.898-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
		RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE SUPERINTENDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Santos
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
		RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Sócio	1520000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santos

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **06/12/2022**

Hora: **19:12:31**



BOA NOITE
Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		003.354.538-30									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA CHRISTINA MANSUR ANTUNES	003.354.538-30	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente

Usuário: [carlaf.mc](#) - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 06/12/2022

Hora: 19:12:40



BOA NOITE
Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» Consolidado Participação e Composição | internet | tela | menu | ajuda

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		342.731.828-15									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NEUSA MANSUR ILSE	342.731.828-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente

Usuário: carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 06/12/2022

Hora: 19:12:50



BOA NOITE

Carla Fabiane da Costa Ferreira

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [tela](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	71.103.550/0001-84

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira** Data: **06/12/2022** Hora: **19:13:26**



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA**

CNPJ: **71.103.550/0001-84**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 19:14:21 do dia 06/12/2022 (hora e data de Brasília).

Válida até 05/01/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Gerência de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofrequência
Gerência de Autorização de Uso de Radiodifusão e Licenciamento de Estações

Impresso por: [Carla Fabiane da Costa Ferreira](#)

Data/Hora: **06/12/2022 19:16:59**

Relação de Outorgas (Vencidas/a Vencer) - FM

UF:	SP	Município:	São Vicente			
Entidade		Município	Data Outorga	Validade		
FUNDACAO SOCIEDADE COMUNICACAO CULTURA E TRABALHO		São Vicente	08/10/2009	08/10/2019		
RADIO LITORAL LTDA		São Vicente	15/03/1985	15/03/1995		
SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA		São Vicente	01/05/1994			
Usuário: carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira		Data: 06/12/2022		Hora: 19:16:59		

carlaf.mc@anatel.gov.br

Todos

Download Canais

1 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtrar

Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFistel	Carater	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Especifico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ERP	HCI	Fistel Geradora	Fase	Data	ID Estação Principal	ID do Canal	Observações
		711035500001				(Todos)																				
Ver Estações	FM-C4 (Canal Licenciado)	71103550000184	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	50414501705	P	Comercial	FM	230	SP	São Vicente		239		95.7	A1	Principal	23° 57' 51.01" S	46° 21' 43.99" W	17.6074	35		2	2022-10-17 13:33:59		57dbac58908ba	Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. Coor

Id solicitação: 57dbac58908ba

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	
Nome Fantasia: 95,7 FM	
Telefone: (13) 3289-5757	E-mail: cultura@radiocultura.com.br
CNPJ: 71.103.550/0001-84	Número do Fistel: 50414501705
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/1994	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 01/05/2024	
Observações: Ato nº 1401, de 18/05/2016, publicado na Seção 1, p.7,do DOU de 25/05/2016.	

Endereço Sede			
Logradouro: Avenida Ana Costa		Complemento: - Conjunto 54 e 56	
Bairro: Gonzaga		Número: 532	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11060002	

Endereço Correspondência			
Logradouro:		Complemento:	
Bairro:		Número:	
Município:	UF:	CEP:	

Endereço do Transmissor			
Logradouro: Alto do Morro do Itaré		Complemento:	
Bairro:		Número: s/nº	
Município: São Vicente	UF: SP	CEP: 11360260	

Endereço do Estúdio Principal			
Logradouro: Alto do Morro do Itaré		Complemento:	
Bairro:		Número: s/nº	
Município: São Vicente	UF: SP	CEP: 11360260	

Endereço do Estúdio Auxiliar			
Logradouro: Tolentino Filgueiras		Complemento: CONJ. 51 B	
Bairro: Gonzaga		Número: 119	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11060471	

Informações do Plano Basico

Localização	
Município: São Vicente	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 239	Frequência: 95.7 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 17.6074kW
HCI: 35 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

--



Informações Gerais	
Número da Estação: 1004227555	Número Indicativo: ZYW667
Data Último Licenciamento: 01/04/2022	Número da Licença: 53500.020321/2022-70

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 23° 57' 51.01" S	Longitude: 46° 21' 43.99" W	Cota da base: 177.7 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 041981802252	Modelo: FM12,5s
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 10.0 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 158-50JA-A0		Fabricante: RFS Brasil - Cabos Especiais e Sistemas Ltda	
Comprimento da Linha: 45.0 m	Atenuação: 0.629 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: IFFMC-4-95,7-C-DC			Fabricante: IF TELECOM Ind. e Com. de Antenas Ltda		
Ganho: 3.24 dBd	Beam-Tilt: 0.0 °	Orientação NV: 220 °	Polarização: Circular	HCI: 35 m	ERP Máxima: 17.61 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0.01	20°: 0.02	25°: 0.03	30°: 0.03	35°: 0.04	40°: 0.05	45°: 0.06	50°: 0.07	55°: 0.08
60°: 0.09	65°: 0.09	70°: 0.1	75°: 0.1	80°: 0.1	85°: 0.1	90°: 0.1	95°: 0.1	100°: 0.1	105°: 0.1	110°: 0.1	115°: 0.1
120°: 0.1	125°: 0.1	130°: 0.1	135°: 0.1	140°: 0.11	145°: 0.11	150°: 0.12	155°: 0.13	160°: 0.14	165°: 0.14	170°: 0.15	175°: 0.16
180°: 0.16	185°: 0.17	190°: 0.17	195°: 0.17	200°: 0.17	205°: 0.17	210°: 0.16	215°: 0.16	220°: 0.16	225°: 0.15	230°: 0.15	235°: 0.15
240°: 0.14	245°: 0.14	250°: 0.14	255°: 0.14	260°: 0.14	265°: 0.13	270°: 0.13	275°: 0.13	280°: 0.13	285°: 0.12	290°: 0.12	295°: 0.11
300°: 0.1	305°: 0.1	310°: 0.09	315°: 0.08	320°: 0.06	325°: 0.05	330°: 0.03	335°: 0.03	340°: 0.02	345°: 0.01	350°: 0.01	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 23°40'15.8" S Lon 46°21'43.99" W	5°: Lat 23°44'39.66" S Lon 46°20'28.36" W	10°: Lat 23°43'29.29" S Lon 46°18'58.02" W	15°: Lat 23°41'08.84" S Lon 46°16'48.45" W	20°: Lat 23°42'17.25" S Lon 46°15'32.86" W	25°: Lat 23°44'3.45" S Lon 46°14'42.52" W	30°: Lat 23°42'49.2" S Lon 46°12'15.5" W	35°: Lat 23°43'41.79" S Lon 46°10'54.75" W	40°: Lat 23°46'51.3" S Lon 46°11'39.36" W	45°: Lat 23°46'34.8" S Lon 46°9'25.6" W	50°: Lat 23°46'16.76" S Lon 46°6'40.87" W	55°: Lat 23°46'50.41" S Lon 46°4'34.51" W
60°: Lat 23°48'7.78" S Lon 46°3'21.96" W	65°: Lat 23°49'35.75" S Lon 46°2'25.78" W	70°: Lat 23°51'9.88" S Lon 46°1'42.87" W	75°: Lat 23°52'48.31" S Lon 46°1'14.09" W	80°: Lat 23°54'28.26" S Lon 46°0'54.89" W	85°: Lat 23°56'15.73" S Lon 46°2'8.03" W	90°: Lat 23°57'49.65" S Lon 46°1'16.59" W	95°: Lat 23°59'28.22" S Lon 46°1'10.65" W	100°: Lat 24°1'3.65" S Lon 46°1'39.84" W	105°: Lat 24°2'49.77" S Lon 46°1'17.51" W	110°: Lat 24°4'27.93" S Lon 46°1'45.69" W	115°: Lat 24°6'5.85" S Lon 46°2'18.6" W
120°: Lat 24°7'39.14" S Lon 46°3'5.67" W	125°: Lat 24°8'55.13" S Lon 46°4'23.05" W	130°: Lat 24°9'54.21" S Lon 46°5'58.29" W	135°: Lat 24°10'56.73" S Lon 46°7'21.96" W	140°: Lat 24°11'58.77" S Lon 46°8'43.61" W	145°: Lat 24°13'40.38" S Lon 46°9'34.67" W	150°: Lat 24°14'55.36" S Lon 46°10'55.12" W	155°: Lat 24°15'43.14" S Lon 46°12'35.48" W	160°: Lat 24°16'22.73" S Lon 46°14'20.05" W	165°: Lat 24°16'53.85" S Lon 46°16'8.02" W	170°: Lat 24°17'16.25" S Lon 46°17'58.57" W	175°: Lat 24°17'29.76" S Lon 46°19'50.85" W
180°: Lat 24°17'34.27" S Lon 46°21'43.99" W	185°: Lat 24°17'29.76" S Lon 46°23'37.14" W	190°: Lat 24°17'16.25" S Lon 46°25'29.41" W	195°: Lat 24°16'53.85" S Lon 46°27'19.96" W	200°: Lat 24°16'18.28" S Lon 46°29'6.15" W	205°: Lat 24°15'25.95" S Lon 46°30'43.69" W	210°: Lat 24°14'26.64" S Lon 46°32'14.62" W	215°: Lat 24°13'20.97" S Lon 46°33'38.37" W	220°: Lat 24°11'58.77" S Lon 46°34'44.38" W	225°: Lat 24°11'6.77" S Lon 46°36'17.07" W	230°: Lat 24°10'6.38" S Lon 46°37'45.65" W	235°: Lat 24°8'49.7" S Lon 46°38'56.4" W
240°: Lat 24°7'29.69" S Lon 46°40'4.29" W	245°: Lat 24°6'3.85" S Lon 46°41'4.68" W	250°: Lat 24°4'27.93" S Lon 46°41'42.3" W	255°: Lat 24°2'50.99" S Lon 46°42'15.49" W	260°: Lat 24°1'10.96" S Lon 46°42'34.18" W	265°: Lat 23°59'29.83" S Lon 46°42'38.02" W	270°: Lat 23°57'49.77" S Lon 46°41'19.5" W	275°: Lat 23°56'19.98" S Lon 46°40'28.28" W	280°: Lat 23°55'7.45" S Lon 46°38'33.07" W	285°: Lat 23°53'27.92" S Lon 46°39'33.67" W	290°: Lat 23°52'44.5" S Lon 46°37'2.68" W	295°: Lat 23°50'18.04" S Lon 46°39'23.63" W
300°: Lat 23°48'45.85" S Lon 46°38'54.29" W	305°: Lat 23°48'6.79" S Lon 46°36'54.75" W	310°: Lat 23°47'27.02" S Lon 46°35'15.93" W	315°: Lat 23°45'47.78" S Lon 46°34'53.61" W	320°: Lat 23°44'44.01" S Lon 46°33'45.01" W	325°: Lat 23°43'10.69" S Lon 46°32'56.97" W	330°: Lat 23°42'32.76" S Lon 46°31'22.82" W	335°: Lat 23°41'7.15" S Lon 46°30'15.04" W	340°: Lat 23°40'52.55" S Lon 46°28'28.7" W	345°: Lat 23°39'29.21" S Lon 46°27'6.28" W	350°: Lat 23°38'44.37" S Lon 46°25'24.7" W	355°: Lat 23°38'26.42" S Lon 46°23'35.21" W

Distância por radial											
0°: 32.6	5°: 24.5	10°: 27	15°: 32.3	20°: 30.7	25°: 28.2	30°: 32.2	35°: 32	40°: 26.6	45°: 29.5	50°: 33.3	55°: 35.5
60°: 36	65°: 36.1	70°: 36.1	75°: 36	80°: 35.8	85°: 33.3	90°: 34.6	95°: 34.9	100°: 34.5	105°: 35.8	110°: 36	115°: 36.3

120°: 36.4	125°: 35.8	130°: 34.8	135°: 34.4	140°: 34.2	145°: 35.8	150°: 36.5	155°: 36.5	160°: 36.5	165°: 36.5	170°: 36.5	175°: 36.5
180°: 36.5	185°: 36.5	190°: 36.5	195°: 36.5	200°: 36.4	205°: 36	210°: 35.5	215°: 35.1	220°: 34.2	225°: 34.8	230°: 35.4	235°: 35.5
240°: 35.8	245°: 36.1	250°: 36	255°: 36	260°: 35.8	265°: 35.5	270°: 33.2	275°: 31.9	280°: 28.9	285°: 31.3	290°: 27.6	295°: 33
300°: 33.6	305°: 31.4	310°: 30	315°: 31.6	320°: 31.7	325°: 33.2	330°: 32.7	335°: 34.2	340°: 33.5	345°: 35.2	350°: 36	355°: 36.1

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 017940700345						Modelo: TEC 122					
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 5.0 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo: LCF 158-50JA-A0						Fabricante: RFS Brasil - Cabos Especiais e Sistemas Ltda					
Comprimento da Linha: 45.0 m		Atenuação: 0.629 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB		Impedância: 50 ohms					

Antena Auxiliar					
Modelo: IFFMC-2-95,7-10			Fabricante:		
Ganho: 0.04 dBd	Beam-Tilt: 0.0 °	Orientação NV: 40 °	Polarização: Circular	HCI: 35.0 m	ERP Máxima: 17.61 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	33126	Decreto	PR	23/06/1953	01/07/1953	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500070102017 43	374	Despacho	MCTIC	30/03/2017	04/04/2017	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
302191973	85	Portaria	MC	02/02/1977	09/02/1977	Renovação	Jurídico
291000001531984	89591	Decreto	PR	27/04/1984	30/04/1984	Renovação	Jurídico
508300003101994	11	Decreto	PR	18/10/1994	19/10/1994	Renovação	Jurídico
508300003101994	17	Decreto Legislativo	CN	24/03/1999	25/03/1999	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.046049/201 7-91	986	Ato	ORLE	17/02/2017	17/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
535000580402017 22	224	Despacho	ER01	12/09/2019		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico

Horário de funcionamento											



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA				CNPJ 71103550000184	
Nº DA ESTAÇÃO 1004227555	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 23° 57' 51.01" S	LONGITUDE 46° 21' 43.99" W	
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Alto do Morro do Itararé, nº s/nº.			DISTRITO		
BAIRRO			MUNICÍPIO São Vicente		UF SP

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 01/05/2024

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICIPIO: São Vicente

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 95.7 MHz

CLASSE: A1

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYW667

NOME FANTASIA: 95,7 FM

CIDADE DA OUTORGA: São Vicente

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Alto do Morro do Itararé

MUNICÍPIO: São Vicente

NUMERO: s/nº

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: Tolentino Filgueiras

MUNICÍPIO: Santos

NUMERO: 119

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Omnidirecional

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Marcelo Amorim de Godoy -EPP

CÓDIGO: 041981802252

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.

CÓDIGO: 017940700345

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE:

CÓDIGO:

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: IF TELECOM Ind. e Com. de Antenas Ltda

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: ANTENA FM COM 04 ELEMENTOS.

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 35 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE:

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: ANTENA FM COM 02 ELEMENTOS.

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 35.0 m

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: RFS Brasil - Cabos Especiais e Sistemas Ltda

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: RFS Brasil - Cabos Especiais e Sistemas Ltda

RDS

Código PI:

UF: SP

CANAL: 239

COTA BASE DA TORRE: 177.7

NUMPROCESSO:

BAIRRO:

UF: SP

COMPLEMENTO:

BAIRRO: Gonzaga

UF: SP

COMPLEMENTO: CONJ. 51 B

MODELO: FM12,5s

POTÊNCIA: 10.0 kW

MODELO: TEC 122

POTÊNCIA: 5.0 kW

MODELO:

POTÊNCIA: kW

MODELO: IFFMC-4-95,7-C-DC

GANHO: 3.24 dBd

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 220 graus

BEAM TILT: 0.0 graus

MODELO: IFFMC-2-95,7-10

GANHO: 0.04 dBd

ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 40 graus

BEAM TILT: 0.0 graus

MODELO: LCF 158-50JA-A0

MODELO: LCF 158-50JA-A0

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 06/12/2022 20:20:51

APLICAÇÃO

Emitido Em
01/04/2022

Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=Q2xhc3NMaWNlbmNhOjoyMDIyNjM4ZmMwNDJjM2YzNQ==>





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 71.103.550/0001-84 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/01/1946
NOME EMPRESARIAL SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) 95,7 FM		PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 68.10-2-01 - Compra e venda de imóveis próprios 68.10-2-02 - Aluguel de imóveis próprios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R TOLENTINO FILGUEIRAS	NÚMERO 119	COMPLEMENTO CONJ 51 B ANDAR 5
CEP 11.060-471	BAIRRO/DISTRITO GONZAGA	MUNICÍPIO SANTOS
UF SP		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@DOMCONTABIL.COM.BR	TELEFONE (13) 3569-8181	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 07/06/2003	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 06/12/2022 às 19:04:56 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

Imprimir



**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 71.103.550/0001-84
Razão Social: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
Endereço: AV DONA ANA COSTA 532 CONJUNTO 54 55 / GONZAGA / SANTOS / SP / 11060-002

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

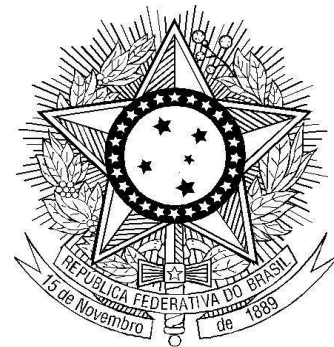
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:20/11/2022 a 19/12/2022

Certificação Número: 2022112003022918069016

Informação obtida em 06/12/2022 19:47:17

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 71.103.550/0001-84
Certidão nº: 43687677/2022
Expedição: 06/12/2022, às 19:07:57
Validade: 04/06/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **71.103.550/0001-84**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
CNPJ: 71.103.550/0001-84

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 19:09:40 do dia 06/12/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/06/2023.

Código de controle da certidão: **EB5D.30C3.94B5.91A0**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



06/12/2022

0062304086

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 2273532**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 05/12/2022, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA, CNPJ: 71.103.550/0001-84, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 6 de dezembro de 2022.

PEDIDO Nº:

0062304086





[Pesquisar Legislação](#)

DECRETO Nº 33.126 DE 23 DE JUNHO DE 1953

Data de assinatura:	23 de Junho de 1953
Ementa:	OUTORGA CONCESSAO A SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LIMITADA, PARA ESTABEL ECER UMA ESTACAO RADIODIFUSORA.
Situação:	Revogado
Chefe de Governo:	Getúlio Vargas
Origem:	Executivo
Data de Publicação:	23 de Junho de 1953
Fonte:	DOFC 01 07 1953 011673 4
Link:	Estamos em processo de inclusão retrospectiva dos atos em nosso acervo. Enquanto isso, acesse o ato clikando aqui
Referenda:	MC. CONCESSAO DE RADIODIFUSAO.
Alteração:	DEC 89591 - 27/04/1984: RENOVA CONCESSAO. DEC S/N - 18/10 D.O. 19/10/1994 P. 15801: RENOVA CONCESSAO REVOGADO PELO DEC. S/N - 10/05/1991. (MANTIDA A CONCESSAO).
Correlação:	
Veto:	---
Assunto:	---
Classificação de direito:	---
Observação:	---





DECRETO DE 18 DE OUTUBRO DE 1994

Renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 62, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 50830.000310/94,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por mais dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão deferida à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda., pelo Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953, renovada através do Decreto nº 89.591, de 27 de abril de 1984, para executar sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de outubro de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

ITAMAR FRANCO
Djalma Bastos de Moraes

Nota: Aguardando Decreto Legislativo confirmando esta renovação.



Diário Oficial

Seção 1

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - IMPRENSA NACIONAL

Ano CXXXVII Nº 57-E Brasília - DF, quinta-feira, 25 de março de 1999 R\$ 0,82

MAQUETADO E IMPRESSÃO
SISTEMA DE QUALIDADE

Sumário

	PÁGINA
Ato do Congresso Nacional	1
Ministério da Justiça	1
Ministério da Fazenda	3
Ministério da Educação	12
Ministério do Trabalho e Emprego	12
Ministério da Previdência e Assistência Social	18
Ministério da Aeronáutica	18
Ministério da Saúde	19
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	39
Ministério de Minas e Energia	40
Ministério da Ciência e Tecnologia	41
Tribunal de Contas da União	41
Poder Judiciário	42
Índice: vide caderno não-eletrônico	

Ato do Congresso Nacional

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 16, DE 1999

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade Estéreo Show Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 736, de 27 de setembro de 1994, que renova por dez anos, a partir de 20 de junho de 1999, a permissão outorgada à Rádio Cidade Estéreo Show Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 24 de março de 1999
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 17, DE 1999

Aprova o ato que renova a concessão deferida à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 18, de 18 de outubro de 1994, que renova por dez anos, a partir de 1º de maio de 1994, a concessão deferida à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de São Vicente, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 24 de março de 1999
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18, DE 1999

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Leme Stereosom Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Leme, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.032, de 27 de agosto de 1996, que renova por dez anos, a partir de 2 de setembro de 1993, a permissão outorgada à Rádio Leme Stereosom Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Leme, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 24 de março de 1999
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 19, DE 1999

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Sociedade de Juiz de Fora S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto nº 20, de 20 de dezembro de 1996, que renova por dez anos, a partir de 1º de novembro de 1993, a concessão da Rádio Sociedade Juiz de Fora S.A. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 24 de março de 1999
Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

(Of. El. nº 16/99)

Ministério da Justiça

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor

DESPACHOS DO DIRETOR Em 24 de março de 1999

Nº 9 - Ref.: Proc. Admin. nº 08012.008679/98.16. Rpte: DPDC "EX-OFFICIO". Rpta: CASAS SENDAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A. Acólho, por seus termos, e passa a fazer parte integrante desta decisão, o teor do Auto de Constatação nº. 140/98, emanante de fls. 05/06, e do Relatório da Fiscalização Integrada, fls. 18/26, deste feito, porquanto foram identificadas, por amostragem, além da falta de preço produto por produto, e neste específico caso, aguarde-se a decisão final do Poder Judiciário, produtos com preços divergentes entre a gôndola e o cobrado na Caixa da Empresa, como: 1) Salgadinho Skini, 100 gr, com preço na gôndola de R\$ 0,59 e no Caixa R\$ 0,69; 2) Pó para Refresco Frisco, com preço na gôndola de R\$ 0,39, e no Caixa R\$ 0,46; 3) Água Mineral Mineral, 1.500 ml, com preço na gôndola de R\$ 0,37, e no Caixa R\$ 0,44; 4) Suco de Caju Maguary, 500 ml, com preço na gôndola de R\$ 1,25, e no Caixa R\$ 1,54; e produtos sem constar prazos de validade como a Carne Seca de Charque, exposta em formato bandeja, com 0,340 kg e o Bacon Defumado Sadio, em tiras, exposto em formato bandeja, com 0,176 kg. Estes produtos foram ofertados, também, via encartes publicitários aos consumidores, como promoções, conforme constam do feito. Em razão destas práticas, cujos elementos coligidos e de prova traduzem-se em verdade material, DECIDO instaurar Processo Administrativo contra a CASAS SENDAS COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A - filial nº 82, sita à Estrada dos Bandeirantes, 175, Taquara, Rio de Janeiro / RJ, com fulcro na Lei nº 8.078/90, regulamentada pelo Decreto nº 2.181/97, por atingir o consumidor conceituado no artigo 2º do CDC, não reconhecendo os direitos básicos deste consumidor preconizados, principalmente, nos incisos I, II e III do artigo 6º da citada norma, cujos atos praticados encontram enquadramento, na forma como constatados, nos artigos 8º, 18, § 6º, III, 31 e 37, § 1º, 39, VIII, 66 e 67, no que se refere à informação, oferta e publicidade,

Atenção

Comunicamos aos órgãos e entidades da Administração Federal direta, autárquica e funcional, integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, que toda e qualquer matéria relativa a compras e contratações deverá ser encaminhada, obrigatoriamente, através do Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações - SÍDEC, para publicação na Seção 3 do Diário Oficial da União, em consonância com a Instrução Normativa/MARE nº 03, de 20/2/97, publicada no D.O. de 21/2/97, Seção 1. Informações: (061) 313-1065, 313-1298 e 313-1067 - Departamento de Serviços Gerais/SEAR.

71.103.550/0001-84

ZYK-652

230

**Publicado no D.O.U.
de 09/ 11/ 2016,
Seção: III, Página: 11**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A SOCIEDADE RÁDIO CULTURA DE SÃO VICENTE LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE, ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos 07 dias do mês de novembro do ano dois mil e dezesseis, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a **SOCIEDADE RÁDIO CULTURA DE SÃO VICENTE LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 71.103.550/0001-84, representada por seu administrador, Gilberto Gomes Mansur, inscrito no CPF n.º 732.552.898-15, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Vicente, Estado de São Paulo, decorrente da concessão outorgada à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda., por meio do Portaria n.º 86, de 02 de fevereiro de 1977, publicado no Diário Oficial da União de 09 de fevereiro de 1977, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de São Vicente, estado de São Paulo. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica outorgado à Sociedade Rádio Cultura de São Vicente Ltda. o canal 239 (duzentos e trinta e nove), correspondente à frequência 95,7 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata o Decreto n.º 11, de 24 de fevereiro de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 25, de fevereiro de 2000, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a ser concretizar.

Cláusula 2ª. A PERMISSIONÁRIA é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. O canal de radiofrequência outorgado à PERMISSIONÁRIA, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

Cláusula 4ª. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas “b” e “d” da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

Cláusula 5ª. Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

Cláusula 6ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

Cláusula 7ª. Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de **São Vicente**, Estado de **São Paulo**.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

**Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia,
Inovações e Comunicações**

Permissionária

22123182869

Testemunha

78483492504

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 03/11/2016, às 17:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1470668** e o código CRC **DED76B54**.

Id solicitação: 57dbac58908ba

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	
Nome Fantasia: 95,7 FM	
Telefone: (13) 3289-5757	E-mail: cultura@radiocultura.com.br
CNPJ: 71.103.550/0001-84	Número do Fistel: 50414501705
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/1994	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 01/05/2024	
Observações: Ato nº 1401, de 18/05/2016, publicado na Seção 1, p.7, do DOU de 25/05/2016.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Ana Costa	Complemento: - Conjunto 54 e 56	
Bairro: Gonzaga	Numero: 532	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11060002

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município:	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Alto do Morro do Itararé	Complemento:	
Bairro:	Numero: s/nº	
Município: São Vicente	UF: SP	CEP: 11360260

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Alto do Morro do Itararé	Complemento:	
Bairro:	Numero: s/nº	
Município: São Vicente	UF: SP	CEP: 11360260

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro: Tolentino Filgueiras	Complemento: CONJ. 51 B	
Bairro: Gonzaga	Numero: 119	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11060471

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: São Vicente	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 239	Frequência: 95.7 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 17.6074kW
HCI: 35 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 1004227555	Número Indicativo: ZYW667
Data Último Licenciamento: 01/04/2022	Número da Licença: 53500.020321/2022-70

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 23° 57' 51.01" S	Longitude: 46° 21' 43.99" W	Cota da base: 177.7 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 041981802252	Modelo: FM12,5s
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 10.0 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 158-50JA-A0	Fabricante: RFS Brasil - Cabos Especiais e Sistemas Ltda		
Comprimento da Linha: 45.0 m	Atenuação: 0.629 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: IFFMC-4-95,7-C-DC			Fabricante: IF TELECOM Ind. e Com. de Antenas Ltda		
Ganho: 3.24 dBd	Beam-Tilt: 0.0 °	Orientação NV: 220 °	Polarização: Circular	HCI: 35 m	ERP Máxima: 17.61 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0.01	20°: 0.02	25°: 0.03	30°: 0.03	35°: 0.04	40°: 0.05	45°: 0.06	50°: 0.07	55°: 0.08
60°: 0.09	65°: 0.09	70°: 0.1	75°: 0.1	80°: 0.1	85°: 0.1	90°: 0.1	95°: 0.1	100°: 0.1	105°: 0.1	110°: 0.1	115°: 0.1
120°: 0.1	125°: 0.1	130°: 0.1	135°: 0.1	140°: 0.11	145°: 0.11	150°: 0.12	155°: 0.13	160°: 0.14	165°: 0.14	170°: 0.15	175°: 0.16
180°: 0.16	185°: 0.17	190°: 0.17	195°: 0.17	200°: 0.17	205°: 0.17	210°: 0.16	215°: 0.16	220°: 0.16	225°: 0.15	230°: 0.15	235°: 0.15
240°: 0.14	245°: 0.14	250°: 0.14	255°: 0.14	260°: 0.14	265°: 0.13	270°: 0.13	275°: 0.13	280°: 0.13	285°: 0.12	290°: 0.12	295°: 0.11
300°: 0.1	305°: 0.1	310°: 0.09	315°: 0.08	320°: 0.06	325°: 0.05	330°: 0.03	335°: 0.03	340°: 0.02	345°: 0.01	350°: 0.01	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 23°40'15.8" S Lon 46°21'43.99" W	5°: Lat 23°44'39.66" S Lon 46°20'28.36" W	10°: Lat 23°43'29.29" S Lon 46°18'58.02" W	15°: Lat 23°42'17.25" S Lon 46°16'48.45" W	20°: Lat 23°41'08.84" S Lon 46°15'32.86" W	25°: Lat 23°40'03.45" S Lon 46°14'42.52" W	30°: Lat 23°39'00.23" S Lon 46°13'54.75" W	35°: Lat 23°38'00.00" S Lon 46°13'05.54" W	40°: Lat 23°37'00.00" S Lon 46°12'16.33" W	45°: Lat 23°36'00.00" S Lon 46°11'27.12" W	50°: Lat 23°35'00.00" S Lon 46°10'37.91" W	55°: Lat 23°34'00.00" S Lon 46°09'48.70" W
60°: Lat 23°33'00.00" S Lon 46°08'59.50" W	65°: Lat 23°32'00.00" S Lon 46°08'10.29" W	70°: Lat 23°31'00.00" S Lon 46°07'21.08" W	75°: Lat 23°30'00.00" S Lon 46°06'31.87" W	80°: Lat 23°29'00.00" S Lon 46°05'42.66" W	85°: Lat 23°28'00.00" S Lon 46°04'53.45" W	90°: Lat 23°27'00.00" S Lon 46°04'04.24" W	95°: Lat 23°26'00.00" S Lon 46°03'15.03" W	100°: Lat 23°25'00.00" S Lon 46°02'25.82" W	105°: Lat 23°24'00.00" S Lon 46°01'36.61" W	110°: Lat 23°23'00.00" S Lon 46°00'47.40" W	115°: Lat 23°22'00.00" S Lon 46°00'00.00" W
120°: Lat 23°21'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	125°: Lat 23°20'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	130°: Lat 23°19'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	135°: Lat 23°18'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	140°: Lat 23°17'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	145°: Lat 23°16'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	150°: Lat 23°15'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	155°: Lat 23°14'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	160°: Lat 23°13'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	165°: Lat 23°12'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	170°: Lat 23°11'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	175°: Lat 23°10'00.00" S Lon 46°00'00.00" W
180°: Lat 23°09'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	185°: Lat 23°08'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	190°: Lat 23°07'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	195°: Lat 23°06'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	200°: Lat 23°05'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	205°: Lat 23°04'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	210°: Lat 23°03'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	215°: Lat 23°02'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	220°: Lat 23°01'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	225°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	230°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	235°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W
240°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	245°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	250°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	255°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	260°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	265°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	270°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	275°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	280°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	285°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	290°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	295°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W
300°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	305°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	310°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	315°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	320°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	325°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	330°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	335°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	340°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	345°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	350°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W	355°: Lat 23°00'00.00" S Lon 46°00'00.00" W

Distância por radial											
0°: 32.6	5°: 24.5	10°: 27	15°: 32.3	20°: 30.7	25°: 28.2	30°: 32.2	35°: 32	40°: 26.6	45°: 29.5	50°: 33.3	55°: 35.5
60°: 36	65°: 36.1	70°: 36.1	75°: 36	80°: 35.8	85°: 33.3	90°: 34.6	95°: 34.9	100°: 34.5	105°: 35.8	110°: 36	115°: 36.3

120°: 36.4	125°: 35.8	130°: 34.8	135°: 34.4	140°: 34.2	145°: 35.8	150°: 36.5	155°: 36.5	160°: 36.5	165°: 36.5	170°: 36.5	175°: 36.5
180°: 36.5	185°: 36.5	190°: 36.5	195°: 36.5	200°: 36.4	205°: 36	210°: 35.5	215°: 35.1	220°: 34.2	225°: 34.8	230°: 35.4	235°: 35.5
240°: 35.8	245°: 36.1	250°: 36	255°: 36	260°: 35.8	265°: 35.5	270°: 33.2	275°: 31.9	280°: 28.9	285°: 31.3	290°: 27.6	295°: 33
300°: 33.6	305°: 31.4	310°: 30	315°: 31.6	320°: 31.7	325°: 33.2	330°: 32.7	335°: 34.2	340°: 33.5	345°: 35.2	350°: 36	355°: 36.1

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento: 017940700345	Modelo: TEC 122
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 5.0 kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo: LCF 158-50JA-A0	Fabricante: RFS Brasil - Cabos Especiais e Sistemas Ltda		
Comprimento da Linha: 45.0 m	Atenuação: 0.629 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Auxiliar					
Modelo: IFFMC-2-95,7-10			Fabricante:		
Ganho: 0.04 dBd	Beam-Tilt: 0.0 °	Orientação NV: 40 °	Polarização: Circular	HCI: 35.0 m	ERP Máxima: 17.61 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	33126	Decreto	PR	23/06/1953	01/07/1953	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
012500070102017 43	374	Despacho	MCTIC	30/03/2017	04/04/2017	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
302191973	85	Portaria	MC	02/02/1977	09/02/1977	Renovação	Jurídico
291000001531984	89591	Decreto	PR	27/04/1984	30/04/1984	Renovação	Jurídico
508300003101994	11	Decreto	PR	18/10/1994	19/10/1994	Renovação	Jurídico
508300003101994	17	Decreto Legislativo	CN	24/03/1999	25/03/1999	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.046049/201 7-91	986	Ato	ORLE	17/02/2017	17/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
535000580402017 22	224	Despacho	ER01	12/09/2019		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico

Horário de funcionamento	

Dados da consulta | Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 71.103.550/0001-84											
SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	11.933.002/0001-50	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
GILBERTO GOMES MANSUR	732.552.898-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
MARIA CHRISTINA MANSUR ANTUNES	003.354.538-30	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
NEUSA MANSUR ILSE	342.731.828-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		11.933.002/0001-50									
RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	11.933.002/0001-50	EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Santos
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
		RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Sócio	1520000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santos

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**Data: **21/06/2023**Hora: **09:11:16**

Dados da consulta	Consulta
-------------------	----------

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		732.552.898-15									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
GILBERTO GOMES MANSUR	732.552.898-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
		RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE SUPERINTENDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	TV	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	GTVD	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	TV	--	SP	Santos
		EMPRESA DE COMUNICACAO PRM LTDA	01.773.119/0001-60	Sócio	2420000	0,00%	0,00%	GTVD	--	SP	Santos
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente
		RADIO CULTURA FM SANTOS LTDA	62.303.888/0001-99	Sócio	1520000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Santos

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**Data: **21/06/2023**Hora: **10:04:48**



Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CPF											
CPF: 003.354.538-30											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MARIA CHRISTINA MANSUR ANTUNES	003.354.538-30	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **21/06/2023**

Hora: **09:12:11**



Dados da consulta Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		342.731.828-15									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NEUSA MANSUR ILSE	342.731.828-15	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Diretor (DIRETORA FINANCEIRA)	0	--	--	FM	--	SP	São Vicente
		SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	71.103.550/0001-84	Sócio	25000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Vicente

Usuário: [renata.mc - Renata Vieira Machado](#)

Data: **21/06/2023**

Hora: **09:12:53**



BOM DIA
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▾

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	306.212.058-42

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **21/06/2023**

Hora: **09:15:05**



Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Marcus Vinicius Bolzan Mansur

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **21/06/2023**

Hora: **09:16:23**



BOM DIA
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	214.365.758-77

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **21/06/2023**

Hora: **09:17:03**



BOM DIA
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Paulo Thiago Bolzan Mansur

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **21/06/2023**

Hora: **09:18:34**



BOM DIA
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	CPF
CPF:	005.111.848-32

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **21/06/2023**

Hora: **09:19:23**



BOM DIA
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	Ylidia Bolzan Mansur

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **21/06/2023**

Hora: **09:20:43**



BOM DIA
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	71.103.550/0001-84

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **21/06/2023**

Hora: **09:21:24**



BOM DIA
Renata Vieira Machado

Sistemas
Interativos

 Menu Principal ▼

SIACCO »» Consultas Gerais »» **Consolidado Participação e Composição** | [internet](#) | [teia](#) | [menu](#) | [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: [renata.mc - Renata Vieira Machado](#)

Data: [21/06/2023](#)

Hora: [09:21:55](#)



Dados da consulta

Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	Nome Sócio/Diretor
Nome Sócio/Diretor:	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **renata.mc - Renata Vieira Machado**

Data: **21/06/2023**

Hora: **09:23:40**



Superintendência de Administração Geral
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Renata Vieira Machado**

Data/Hora: **21/06/2023 09:26:16**

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA

Nº FISTEL: 50414501705

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 71103550000184

Situação: Não licenciada

Data Validade:

☒ **CADIN:** Não

Incid. FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

☒ **UF:** SP

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: Avenida Ana Costa 532 - - Conjunto 54 e 56

Bairro: Gonzaga

Município: Santos

CEP: 11060-002

UF: SP

End. Corresp.:

Bairro:

Município:

CEP:

UF:

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref./ Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2017	30/04/2017	R\$ 200,00	21/03/2017	226,50	200,00	0001	Quitado	0,00
9444	0	2017		0,00	21/03/2017	26,50	0,00	0002	Pago a Maior	0,00
8766 - TFI	1	2017	29/06/2017	R\$ 1.000,00	22/05/2017	1.000,00	1.000,00	0003	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 330,00	27/03/2018	330,00	330,00	0004	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2018	31/03/2018	R\$ 50,00	27/03/2018	50,00	50,00	0005	Quitado	0,00
6530	0	2018	04/04/2019	333.773,48	17/12/2018	333.773,48	333.773,48	0006	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 858,00	27/03/2019	858,00	858,00	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 130,00	27/03/2019	130,00	130,00	0008	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2019	09/11/2019	R\$ 2.600,00	07/10/2019	2.600,00	2.600,00	0009	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 858,00	15/04/2020	858,00	858,00	0012	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 130,00	15/04/2020	130,00	130,00	0013	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 858,00	31/03/2021	858,00	858,00	0014	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 130,00	31/03/2021	130,00	130,00	0015	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	14/04/2022	R\$ 858,00	31/03/2022	858,00	858,00	0016	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	14/04/2022	R\$ 130,00	31/03/2022	130,00	130,00	0017	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2022	05/05/2022	R\$ 5.800,00	31/03/2022	5.800,00	5.800,00	0018	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 1.914,00	31/03/2023	1.914,00	1.914,00	0019	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 290,00	31/03/2023	290,00	290,00	0020	Quitado	0,00

Total devido em 21/06/2023 (em reais):

0,00

Total de créditos em 21/06/2023 (em reais):

26,50

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)

RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)

RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança

CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado

RJ - Lançamento com Recurso Judicial

RN - Lançamento com Recurso Denegado

DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União

CD - Lançamento Inscrito no CADIN

DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa

E - Lançamento em Execução Judicial

SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006

MO - Multa de Ofício

LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	M U L T A / J U R O S
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
5343	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
5344	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004)
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel

JUCESP
10 09 19



JUCESP PROTOCOLO
0.940.572/19-9



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO DE CONTRATO
SOCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**

SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.

CNPJ: 71.103.550/0001-84

NIRE: 35.200.804.617

Pelo presente Instrumento Particular e na melhor forma de direito,

MARIA CHRISTINA MANSUR ANTUNES, brasileira, socióloga, divorciada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 3.797.078-1 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 003.354.538-30, residente e domiciliada na Cidade de São Vicente/SP, na Praça Heróis de 32, nº 15, Ap. 1402, CEP 11.320-430;

COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA, sociedade empresária com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Rua Tolentino Filgueiras, nº 119, 8º andar, conjunto 82, Gonzaga, CEP: 11.060-471, inscrita no CNPJ nº 11.933.002/0001-50 e NIRE nº 35.224.262.521, neste ato representada por sua sócia-administradora **YLIDIA BOLZAN MANSUR**, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG 7.422.208-9 – SSP/SP e do CPF nº 005.111.848-32, residente e domiciliada na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Avenida Bartolomeu de Gusmão, nº 79, apto. 91, Bairro Aparecida, CEP: 11.045-401;

GILBERTO GOMES MANSUR, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, jornalista, natural de São Vicente – SP, portador da cédula de identidade RG 5.345.747-X – SSP/SP e do CPF nº 732.552.898-15, residente e domiciliado na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. Bartolomeu de Gusmão, nº 105, apto. 21, Bairro Aparecida, CEP: 11.045-401; e

NEUSA MANSUR ILSE, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG 4.596.487-7 SSP/SP, e do CPF/MF 342.731.828-15, residente e domiciliada na cidade de

JUCESP
10 09 19

Santos – SP, na Avenida dos Bancários, nº 88, apto. 95, Ponta da Praia, CEP: 11.030-300.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada denominada **SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.**, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Av. Ana Costa, nº 532, conjuntos 54 e 55, Gonzaga, CEP: 11.060-002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.103.550/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.200.804.617, têm, entre si, justo e contratado alterar o Contrato Social da Sociedade, nos termos que seguem:

I - DA ALTERAÇÃO DO ENDEREÇO DA SEDE DA SOCIEDADE

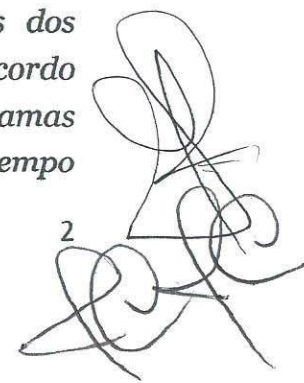
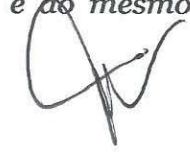
Os sócios deliberam e aprovam, por unanimidade, alterar o endereço da sede da sociedade, passado da atual Av. Ana Costa, nº 532, conjuntos 54 e 55, Gonzaga, CEP: 11.060-002, na cidade de Santos, Estado de São Paulo, para a mesma cidade, na Rua Tolentino Filgueiras, n.º 119, Conj 51 “B”, 5º Andar, Bairro Gonzaga, CEP 11.060-471.

Diante do deliberado e aprovado, a cláusula segunda do contrato social para a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEGUNDA – *A sociedade tem sua sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Rua Tolentino Filgueiras, n.º 119, Conj 51 “B”, 5º Andar, Bairro Gonzaga, CEP 11.060-471, podendo a juízo e critério dos sócios, abrir e manter filiais, agências, sucursais, escritórios ou nomear representantes em qualquer parte do território nacional, desde que obedecidas às disposições legais e regulamentares vigentes.*

II - DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL

Os sócios resolvem alterar o objeto social de “O objeto de atividade como sociedade empresária será economicamente organizada, nos termos dos artigos 966 e 982 do código civil, Lei 10.406/2002, para executar, de acordo com o artigo 3º do Decreto 52795 de 31/10/1963, a divulgação de programas de caráter educativo, cultural, informativo e recreativo e ao mesmo tempo



publicidade comercial” para “Atividades de rádio, Compra e venda de imóveis próprios e aluguel de imóveis próprios”.

Diante do deliberado e aprovado, a cláusula quarta do contrato social passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA QUARTA – São objetos da sociedade:

- Atividade de rádio (CNAE 6010-1/00);
- Compra e Venda de imóveis próprios (CNAE 6810-2/01); e
- Aluguel de imóveis próprios (CNAE 6810-2/02).

III - DA ALTERAÇÃO DA OBEDIÊNCIA À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DE RADIODIFUSÃO

Os sócios resolvem alterar a cláusula sexta, parágrafo segundo de “Poderão fazer parte da sociedade, pessoas jurídicas com participação de até 30% (trinta por cento) do capital social, sem direito a voto, e pertencente exclusiva e nominalmente a brasileiros, conforme previsto constitucionalmente” para “Poderão fazer parte da sociedade pessoas jurídicas e estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de 10 (dez) anos. Os estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de 10 (dez) anos poderão ter participação de até 30% (trinta por cento) do capital social e por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e com sede no País.”

Diante do deliberado e aprovado, a cláusula sexta, parágrafo segundo do contrato social passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA SEXTA - DA OBEDIÊNCIA À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DE RADIODIFUSÃO

Parágrafo Segundo - Poderão fazer parte da sociedade pessoas jurídicas e estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de 10 (dez) anos. Os estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de 10 (dez) anos poderão ter participação de até 30% (trinta por cento) do capital social e por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e com sede no País.



3

JUCESP
10 09 19

NEUSA MANSUR ILSE, brasileira, casada em regime de comunhão universal de bens, empresária, portadora da cédula de identidade RG 4.596.487-7 - SSP/SP, e do CPF/MF 342.731.828-15, residente e domiciliada na cidade de Santos – SP, na Avenida dos Bancários, nº 88, apto. 95, Ponta da Praia, CEP: 11.030-300.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada denominada **SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.**, com sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Rua Tolentino Filgueiras, n.º 119, Conj 51 “B”, 5º Andar, Bairro Gonzaga, CEP 11.060-471, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 71.103.550/0001-84, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE 35.200.804.617, têm, entre si, justo e contratado consolidar o Contrato Social da Sociedade, nos termos que seguem:

DA NATUREZA JURÍDICA, DENOMINAÇÃO E FORMA SOCIETÁRIA.

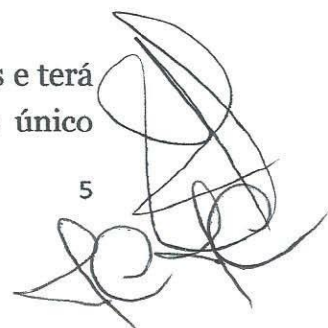
CLÁUSULA PRIMEIRA – A sociedade, regida pelo código civil brasileiro, Lei 10.406/02, reveste-se da forma jurídica de sociedade empresária limitada, e gira sob a denominação de **SOCIEDADE RÁDIO E CULTURA SÃO VICENTE LTDA.**

DA SEDE

CLÁUSULA SEGUNDA – A sociedade tem sua sede na cidade de Santos, Estado de São Paulo, na Rua Tolentino Filgueiras, n.º 119, Conj 51 “B”, 5º Andar, Bairro Gonzaga, CEP 11.060-471, podendo a juízo e critério dos sócios, abrir e manter filiais, agências, sucursais, escritórios ou nomear representantes em qualquer parte do território nacional, desde que obedecidas às disposições legais e regulamentares vigentes.

DO FORO

CLÁUSULA TERCEIRA – A sociedade responderá por suas obrigações e terá seu foro exclusivo na cidade de Santos, Estado de São Paulo, como único



5

competente, com renúncia de qualquer outro, para a solução de quaisquer dúvidas, litígios ou pendências que eventualmente venham a surgir entre os sócios.

DO OBJETIVO SOCIAL

CLÁUSULA QUARTA – São objetos da sociedade:

- Atividade de rádio (CNAE 6010-1/00);
- Compra e Venda de imóveis próprios (CNAE 6810-2/01); e
- Aluguel de imóveis próprios (CNAE 6810-2/02).

DO PRAZO DE DURAÇÃO

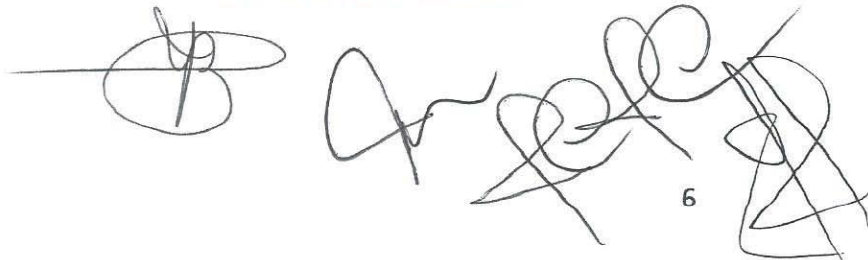
CLÁUSULA QUINTA – A sociedade tem prazo indeterminado de duração. Se necessário for, a sua dissolução, cisão ou incorporação observarão a legislação vigente.

DA OBEDIÊNCIA À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA DE RADIODIFUSÃO

CLÁUSULA SEXTA – A sociedade se compromete, por seus sócios e diretores, a não efetuar nenhuma alteração neste contrato social, que dependa de prévia autorização do poder concedente do ministério das comunicações.

Parágrafo Primeiro – As quotas representativas do capital social, em sua totalidade, pertencerão sempre a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, e são incalcionáveis a estrangeiros ou pessoas jurídicas e inalienáveis a estrangeiros.

Parágrafo Segundo - Poderão fazer parte da sociedade pessoas jurídicas e estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de 10 (dez) anos. Os estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de 10 (dez) anos poderão ter participação de até 30% (trinta por cento) do capital social e por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e com sede no País.



6

DUPLICATA
10 09 19

Parágrafo Terceiro – As quotas sociais são individuais e indivisíveis em relação à sociedade, correspondendo cada uma delas um voto nas deliberações dos cotistas.

Parágrafo Quarto – A sociedade se obriga a observar com o rigor que se impõe, as leis, decretos, regulamentos, portarias e quaisquer decisões ou despachos emanados do Poder Concedente ou de seus órgãos subordinados, vigentes ou a vigor, relativamente à legislação de radiodifusão em geral.

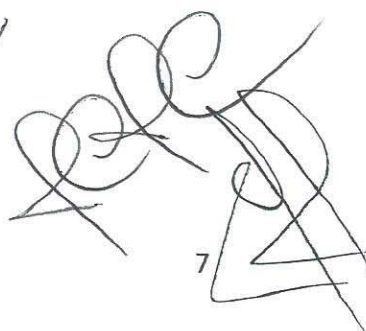
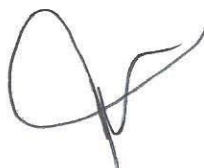
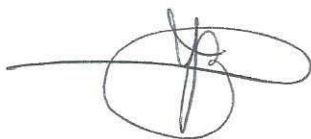
CLÁUSULA SÉTIMA – A sociedade compromete-se a manter em seu quadro de funcionários um número mínimo de 2/3 (dois terços) de empregados brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

DO CAPITAL

CLÁUSULA OITAVA – O capital social, totalmente integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), representado por 100.000 (cem mil) quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, distribuídas na seguinte proporção entre os sócios:

SÓCIO	%	Nº QUOTAS	VALOR
MARIA CHRISTINA MANSUR ANTUNES	25%	25.000	25.000,00
COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	25%	25.000	25.000,00
GILBERTO GOMES MANSUR	25%	25.000	25.000,00
NEUSA MANSUR ILSE	25%	25.000	25.000,00
TOTAL	100%	100.000	100.000,00

Parágrafo Único – A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.



7

JUCESP
10 09 19

DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Cláusula Nona – A administração da sociedade será exercida pelo sócio Gilberto Gomes Mansur, sob a denominação de diretor presidente e pela sócia Neusa Mansur Ilse, sob a denominação de diretora financeira, que em conjunto ou isoladamente, usarão de todos os poderes necessários à realização dos interesses da sociedade, e esta, será representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os seus atos e em toda plenitude.

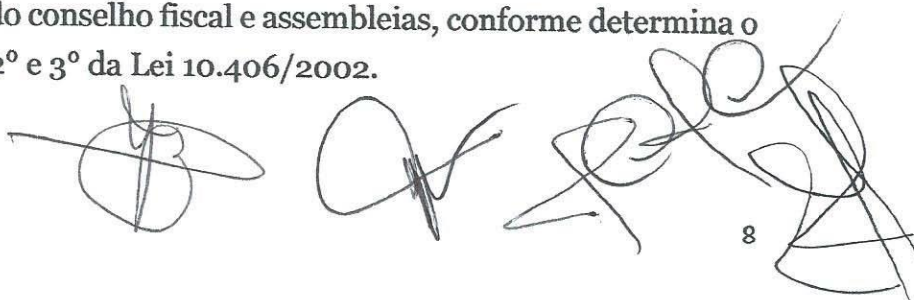
Parágrafo Primeiro – Na ausência ou impedimento do sócio administrador todas as funções inerentes ao seu cargo serão ocupadas por outro sócio e hipótese alguma a interferência de terceiros será aceita, salvo autorização reciprocamente concedida pela parte.

Parágrafo Segundo – Fica vedado o uso da razão social em operações ou negócios estranhos ao seu objeto social, especialmente na concessão de avais, endossos, fianças ou cauções em favor de terceiros, ficando os Diretores, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsáveis pelos atos praticados.

Parágrafo Terceiro – A administração e a gerência da sociedade serão sempre exercidas por brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos e a investidura dos mesmos, nos respectivos cargos, dependerá de prévia aprovação do órgão competente do Governo Federal.

Parágrafo Quarto – A sociedade, na defesa de seus interesses, também poderá fazer-se representar por procuradores, aos quais serão delegados poderes de administração e gerência da empresa, devendo neste caso, seus nomes serem submetidos à prévia aprovação do Poder Público federal.

Parágrafo Quinto – Os sócios dispensam as publicações de qualquer espécie de reuniões ou alterações, bem como utilização e registro de livros de ata da administração, pareceres do conselho fiscal e assembleias, conforme determina o art. 1072 – parágrafos 1º, 2º e 3º da Lei 10.406/2002.



8

DUCEAP
10 09 19

Parágrafo Sexto – Quando a maioria dos sócios representada por mais da metade do capital social entender, que um ou mais sócios estão colocando em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los da sociedade, mediante alteração do contrato social.

Parágrafo Sétimo – Será permitida a inclusão de administrador não sócio designado no contrato ou em ato separado, e está dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios enquanto o capital social não estiver integralizado, e de dois terços no mínimo, após sua integralização.

Parágrafo Oitavo – A administração atribuída no contrato a todos os sócios, não se estende de pleno direito aos que posteriormente adquiram essa qualidade.

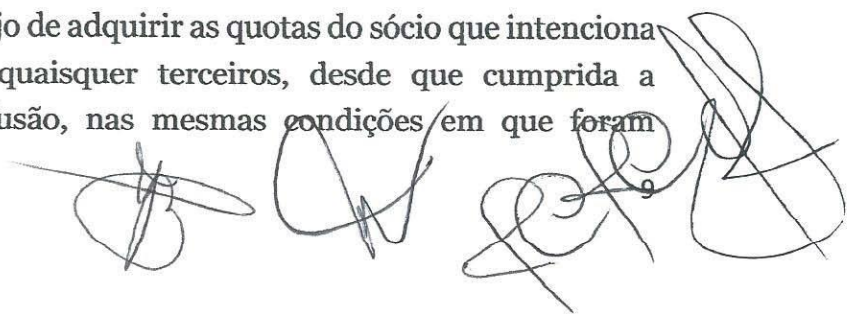
DA CESSÃO DE QUOTAS, FALECIMENTO OU RETIRADA DE SÓCIOS

CLÁUSULA DÉCIMA – O sócio interessado em ceder, transferir, onerar ou alienar as suas quotas na sociedade a terceiros deverá notificar, por escrito, os demais sócios informando o valor, condições de pagamento e a quem será cedida, transferida ou alienada.

Parágrafo Primeiro – Os sócios comunicados no prazo de 30 (trinta) dias, poderão manifestar consentimento a cessão, transferência, ônus ou alienação das quotas, ou ainda interesse em adquirir em igualdade de condições conforme pactuado pelo interessado e o terceiro, quando então terão preferência em relação a terceiros.

Parágrafo Segundo – Poderão os sócios se desejarem, dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior, adquirir as quotas na proporção da participação societária em havendo interesse de mais de um sócio.

Parágrafo Terceiro – Passados 30 (trinta) dias sem que os demais sócios manifestem por escrito o seu desejo de adquirir as quotas do sócio que intenciona aliena-las, poderá vende-las a quaisquer terceiros, desde que cumprida a legislação específica de radiodifusão, nas mesmas condições em que foram



JUL 2012
10 09 12

anteriormente oferecidas aos demais sócios. Serão nulas de pleno direito às alienações de quotas que não seguirem os tramites estipulados nesta cláusula e parágrafos.

Parágrafo Quarto – Na cessão, transferência ou alienação de quotas representativas do capital social, a sociedade deverá observar o estabelecido no artigo 98 do Decreto nº 52.795/1963, com a redação dada pelo Decreto nº 7.760/2012, e eventual legislação superveniente.

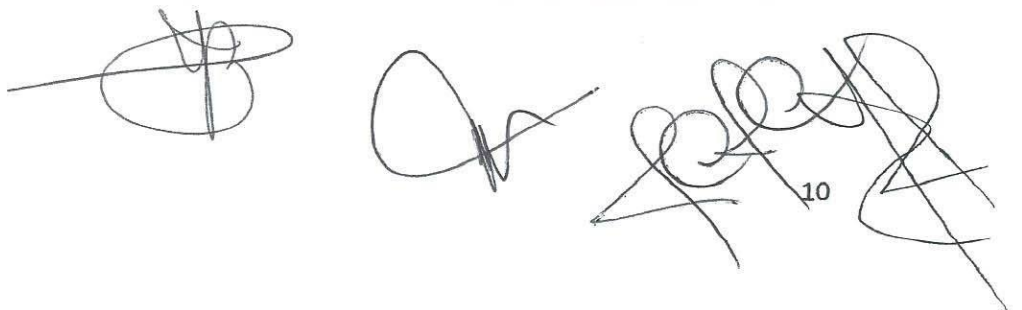
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – A saída de sócios da sociedade será objeto de alteração do contrato social, previamente submetida à aprovação do órgão competente do Governo Federal, observadas as disposições do artigo 38 da lei 4.117/62, com a redação introduzida pelo artigo 7 da lei 10.610 de 20/12/2002.

Parágrafo Único – Os haveres do sócio que porventura desejar se retirar da sociedade serão apurados em balanço especial a ser levantado na data de seu efetivo desligamento e o seu montante será pago em 6 (seis) parcelas mensais, iguais e consecutivas, devendo a primeira ser paga 1 (um) mês após a data de aprovação dos respectivos haveres. Caso o balanço acuse a ocorrência de prejuízos, o sócio retirante os reporá à sociedade, na proporção de sua participação societária.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – O falecimento de qualquer dos sócios cotistas não dissolverá a sociedade, que continuará a existir com os remanescentes, sendo facultado aos herdeiros ou sucessores do sócio falecido, o ingresso na sociedade, observada a legislação em vigor.

DA RETIRADA “PRO-LABORE”

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – A importância mensal a ser retirada pelos dirigentes, a título de “pró-labore”, será fixada de comum acordo entre os sócios e levada à conta de despesas gerais da sociedade, obedecendo aos limites estabelecidos em lei.



10

2008.09.10

DO EXERCÍCIO SOCIAL E DO BALANÇO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Ao término de cada exercício social, o qual ocorrerá trimestralmente, em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração procedendo a elaboração do balanço patrimonial, e de acordo com o seu resultado, serão divididos ou suportados seu lucro ou prejuízo, pelos sócios, na proporção das cotas do capital social que possuem.

DO FUNDO DE RESERVA

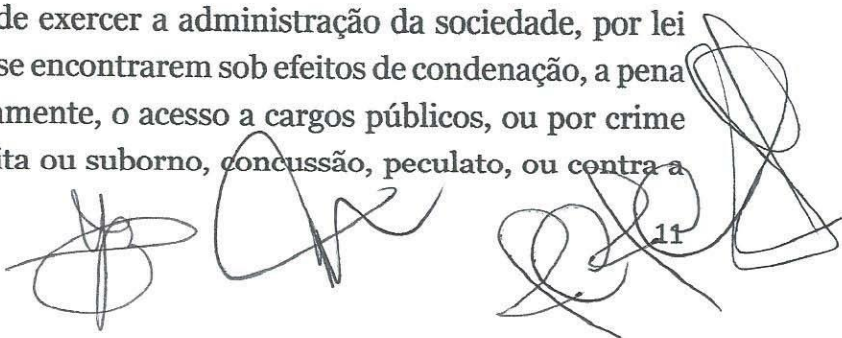
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Dos lucros líquidos apurados nos balanços trimestrais, poderá, a critério dos sócios e mediante deliberação destes, ser deduzida parcela percentual de 5% (cinco por cento) sobre o respectivo montante, destinada formação de um Fundo de Reservas, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social para contingências ou para futuro aumento do capital social.

DOS CASOS OMISSOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Os casos omissos neste contrato social serão regidos pelo Código Civil Brasileiro Lei 10.406/02, e cuja fiel observância, assim como das demais cláusulas deste compromisso, se obrigam os sócios.

DA RESPONSABILIDADE PENAL

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – Os administradores declaram, sob as penas da lei, não estarem impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, e nem condenados, ou se encontrarem sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a

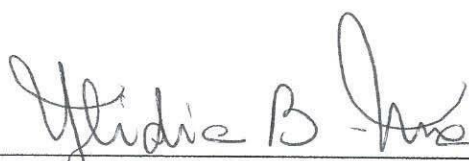


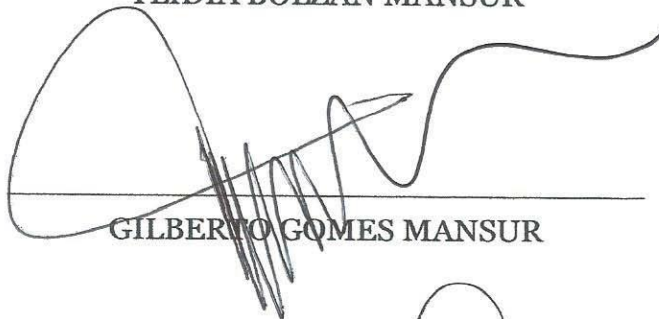
economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade.

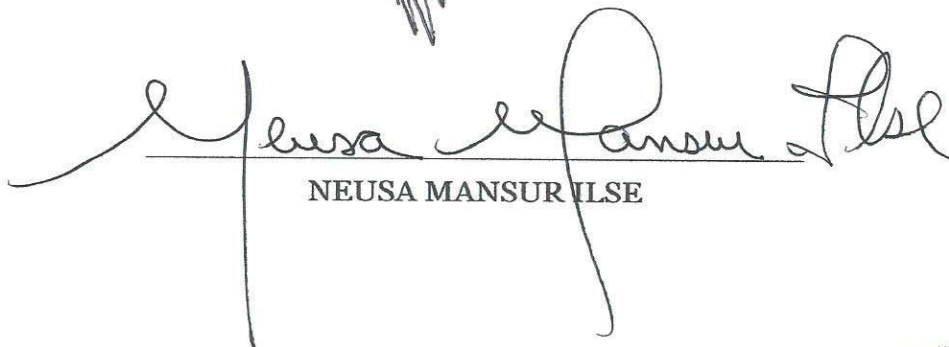
E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Santos – SP, 27 de agosto de 2019.


MARIA CHRISTINA MANSUR ANTUNES


COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA
YLIDIA BOLZAN MANSUR


GILBERTO GOMES MANSUR


NEUSA MANSUR ILSE





JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI

Secretaria de Desenvolvimento Econômico



Declaração

Eu, GILBERTO GOMES MANSUR, portador da Cédula de Identidade nº 5345747-X, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF sob nº 732.552.898-15, na qualidade de titular, sócio ou responsável legal da empresa SOCIEDADE RADIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA, **DECLARO** estar ciente que o **ESTABELECIMENTO** situado no(a) Rua Tolentino Filgueiras, 119, CJ 51 B 5 A, Gonzaga, SP, Santos, CEP 11060-471, para exercer suas atividades regularmente, **DEVERÁ** obter **CERTIFICADO DE LICENCIAMENTO INTEGRADO VÁLIDO**, obtido pelo sistema Via Rápida Empresa – Módulo de Licenciamento Estadual, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 55.660, de 30 de março de 2010.

Declaro ainda estar ciente que qualquer alteração no endereço do estabelecimento, em sua atividade ou grupo de atividades, ou qualquer outra das condições determinantes à expedição do Certificado de Licenciamento Integrado, implica na perda de sua validade, assumindo, desde o momento da alteração, a obrigação de renová-lo.

Por fim, declaro estar ciente que a emissão do Certificado de Licenciamento Integrado poderá ser solicitada por representante legal devidamente habilitado, presencialmente e no ato da retirada das certidões relativas ao registro empresarial na Prefeitura, ou pelo titular, sócio, ou contabilista vinculado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) diretamente no site da Jucesp, através do módulo de licenciamento, mediante uso da respectiva certificação digital.

RG: 5345747-X

SOCIEDADE RADIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA



MOURA E RIBEIRO ADVOGADOS ASSOCIADOS

DOCUMENTO Nº 04



FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS “EMPRESA”, “CAPITAL”, “ENDEREÇO”, “OBJETO SOCIAL” E “TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA” REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA		
		TIPO: SOCIEDADE LIMITADA
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35200804617	08/01/1946	10/10/2019 16:37:33
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
08/01/1946		

CAPITAL
Cr\$ 453.000.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: AVENIDA ANA COSTA	NÚMERO: 532	
BAIRRO: GONZAGA	COMPLEMENTO: CJ. 54 E 55	
MUNICÍPIO: SANTOS	CEP: 11060-002	UF: SP

OBJETO SOCIAL
SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
GILBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.552.898-15, RG/RNE: 5345747, RESIDENTE À AV. PRES. WILSON, 64, APTO. 161, SANTOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 169.875.000,00
MARIA GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 031.586.678-00, RG/RNE: 1890509, RESIDENTE À PC. HEROIS DE 32, 1042, SAO VICENTE - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR SUPERINTENDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 113.250.000,00
PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 4679245, RESIDENTE À R. GOV. PEDRO DE TOLEDO, 90, APTO. 41, SANTOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 169.875.000,00

ARQUIVAMENTOS		
NUM.DOC: 154.919/92-5 SESSÃO: 22/09/1992		
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 453.000.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E TRÊS MILHÕES DE CRUZEIROS).		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE GILBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 732.552.898-15, RG/RNE: 5345747, RESIDENTE À AV. PRES. WILSON, 64, APTO. 161, SANTOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 169.875.000,00.		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIA GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 031.586.678-00, RG/RNE: 1890509, RESIDENTE À PC. HEROIS DE 32, 1042, SAO VICENTE - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR SUPERINTENDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 113.250.000,00.		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 4679245, RESIDENTE À R. GOV. PEDRO DE TOLEDO, 90, APTO. 41, SANTOS - SP, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 169.875.000,00.		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		
NUM.DOC: 131.901/98-9 SESSÃO: 26/08/1998		
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 24.500,00 (VINTE QUATRO MIL, QUINHENTOS REAIS).		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE GILBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 732.552.898-15, RG/RNE: 5345747 - SP, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 105, APTO. 21, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 6.125,00.		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIA GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 732.227.398-20, RG/RNE: 1890509 - SP, RESIDENTE À PC. HEROI DE 32, 15, AP. 1041 1042, CENTRO, SAO VICENTE - SP, CEP 11320-430, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR SUPERINTENDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 6.125,00.		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 4679245 - SP, RESIDENTE À AV. WASHINGTON LUIZ, 410, APTO. 94, GONZAGA, SANTOS - SP, CEP 11055-000, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 6.125,00.		
ADMITIDO NEUSA MANSUR ILSE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 342.731.828-15, RG/RNE: 4596487 - SP, RESIDENTE À AV. DOS BANCARIOS, 88, APTO. 95, PONTA DA PRAIA, SANTOS - SP, CEP 11030-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR SUPERINTENDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 6.125,00.		
CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.		
NUM.DOC: 150.968/99-1 SESSÃO: 03/09/1999		
RETIFICAR A REDACAO DA CLAUSULA I DO CONTRATO SOCIAL SOB N 131901/98-9, PARA CORRETA REDACAO: A SOCIEDADE RADIO CULTURUA SAO VICENTE LTDA, COM SEDE NA CIDADEDE SAO VICENTE, ESTADO DE SAO PAULO, PCA. MATEO BEI, N 110, JOQUEI CLUBE E ESCRITORIO E ESTUDI AUXILIAR EM SANTOS, ESTADO DE SAO PAULO, NA AV. ANA COSTA N 532, CONJUNTOS 54/55, BAIRRO DO GONZAGA, E UMA SOICEDADE COMERCIAL POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, CONSITUIDA DE ACORDO COM O DECRETO N 3.708 DE 10 DEJANEIRO DE 1.919 E COM A LEGISLACAO QUE REGE A EXECUCAO DOS SERVICOS DE RADIODIFUSO SONORA E RADIODIFUSAO DE SONS E IMAGENS NO BRASIL.		
NUM.DOC: 852.408/07-9 SESSÃO: 21/08/2007 PENDÊNCIA ADMINISTRATIVA		
JC - Nº 1214637/07 DE 15/06/2007. OFÍCIO Nº 110/07.. EXPEDIDO PELO MINISTERIO DA FAZENDA, SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, SUPERINTENDENCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTOS, GABINETE DO DELEGADO, RECEITA FEDERAL. ENCAMINHA A RELACAO DE BENS E DIREITOS PARA ARROLAMENTO EM NOME DO SUJEITO PASSIVO SR. GILBERTO GOMES MANSUR- CPF: 732.552.898-15, PARA QUE SEJA PROVIDENCIADA A AVERBACAO DE QUOTAS DESTA EMPRESA. A OCORRENCIA DE ALIENCAO, TRANSFERENCIA OU ONERACAO DE QUALQUER DOS BENS OU DIREITOS RELACIONADOS DEVERA SER COMUNICADA A ESTA UNIDADE DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL NO BRASIL NO PRAZO DE 48 HORAS.		
NUM.DOC: 377.491/09-3 SESSÃO: 30/09/2009		
CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS).		
REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE GILBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 732.552.898-15, RG/RNE: 5345747X - SP, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 105, APTO. 21, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.		

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE MARIA GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 732.227.398-20, RG/RNE: 1890509 - SP, RESIDENTE À PC. HEROI DE 32, 15, AP. 1041 1042, CENTRO, SAO VICENTE - SP, CEP 11320-430, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR SUPERINTENDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 467924504 - SP, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO. 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE NEUSA MANSUR ILSE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 342.731.828-15, RG/RNE: 4596487 - SP, RESIDENTE À AV. DOS BANCARIOS, 88, APTO. 95, PONTA DA PRAIA, SANTOS - SP, CEP 11030-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR FINANCEIRO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 045.892/10-6 SESSÃO: 04/02/2010

REMANESCENTE GILBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 732.552.898-15, RG/RNE: 5345747X - SP, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 105, APTO. 21, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REMANESCENTE MARIA GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 732.227.398-20, RG/RNE: 1890509 - SP, RESIDENTE À PC. HEROI DE 32, 15, AP. 1041 1042, CENTRO, SAO VICENTE - SP, CEP 11320-430, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR SUPERINTENDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

RETIRA-SE DO CARGO DE SÓCIO PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 46492454 - SP, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO. 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, REPRESENTANDO COSTA DO SOL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA., PERMANECENDO COMO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REMANESCENTE NEUSA MANSUR ILSE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 342.731.828-15, RG/RNE: 4596487 - SP, RESIDENTE À AV. DOS BANCARIOS, 88, APTO. 95, PONTA DA PRAIA, SANTOS - SP, CEP 11030-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR FINANCEIRO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

ADMITIDO COSTA DO SOL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA. , DOCUMENTO: 000000000001, SITUADA À AV. ANA COSTA, 532, 3 AND, CJ 32, SANTOS - SP, CEP 11060-002, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 370.087/14-8 SESSÃO: 15/09/2014

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904861413, CNPJ 71.103.550/0002-65, SITUADA À: AV ANA COSTA, 532, CJ 54 E 55, GONZAGA, SANTOS - SP, CEP 11060-002.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 077.749/16-9 SESSÃO: 18/02/2016

REMANESCENTE GILBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 732.552.898-15, RG/RNE: 5345747X - SP, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 105, APTO. 21, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REMANESCENTE MARIA GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 732.227.398-20, RG/RNE: 1890509 - SP, RESIDENTE À PC. HEROI DE 32, 15, AP. 1041 1042, CENTRO, SAO VICENTE - SP, CEP 11320-430, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR SUPERINTENDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE PAULO ROBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 732.553.198-20, RG/RNE: 46492454, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, APTO. 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, REPRESENTANDO COSTA DO SUL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA.

REMANESCENTE NEUSA MANSUR ILSE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 342.731.828-15, RG/RNE: 4596487 - SP, RESIDENTE À AV. DOS BANCARIOS, 88, APTO. 95, PONTA DA PRAIA, SANTOS - SP, CEP 11030-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR FINANCEIRO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE COSTA DO SUL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA , DOCUMENTO: 000000000001, SITUADA À RUA TOLENTINO FILGUEIRAS, 119, 8 AND CJ 82, GONZAGA, SANTOS - SP, CEP 11060-471, NA

SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

CITADO YLIDIA BOLZAN MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 005.111.848-32, RG/RNE: 7422208-9, RESIDENTE À AV BARTOLOMEU DE GUSMAO, 79, AP 91, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, REPRESENTANDO COSTA DO SUL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 301.220/17-7 SESSÃO: 19/07/2017

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA AVENIDA ANA COSTA, 532, CJ. 54 E 55, GONZAGA, SANTOS - SP, CEP 11060-002. , DATADA DE: 12/06/2017.

ENCERRAMENTO DA FILIAL NIRE 35904861413, CNPJ 71.103.550/0002-65, SITUADA À AV ANA COSTA, 532, CJ 54 E 55, GONZAGA, SANTOS - SP, CEP 11060-002., DATADA DE: 12/06/2017.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 059.499/18-7 SESSÃO: 02/02/2018

COMPOSICAO DE CAPITAL SOCIAL.

NUM.DOC: 142.439/18-6 SESSÃO: 27/03/2018

REMANESCENTE GILBERTO GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 732.552.898-15, RG/RNE: 5345747X - SP, RESIDENTE À AV. BARTOLOMEU DE GUSMAO, 105, APTO. 21, APARECIDA, SANTOS - SP, CEP 11045-401, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR PRESIDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

RETIRA-SE DA SOCIEDADE MARIA GOMES MANSUR, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 732.227.398-20, RG/RNE: 1890509, RESIDENTE À PC. HEROI DE 32, 15, AP. 1041 1042, CENTRO, SAO VICENTE - SP, CEP 11320-430, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR SUPERINTENDENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REMANESCENTE NEUSA MANSUR ILSE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 342.731.828-15, RG/RNE: 4596487 - SP, RESIDENTE À AV. DOS BANCARIOS, 88, APTO. 95, PONTA DA PRAIA, SANTOS - SP, CEP 11030-300, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E DIRETOR FINANCEIRO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

REMANESCENTE COSTA DO SUL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA , DOCUMENTO: 000000000001, SITUADA À RUA TOLENTINO FILGUEIRAS, 119, 8 AND CJ 82, GONZAGA, SANTOS - SP, CEP 11060-471, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

ADMITIDO MARIA CHRISTINA MANSUR ANTUNES, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 003.354.538-30, RG/RNE: 3.797.078-1, RESIDENTE À PRACA HEROIS DE 32, 15, AP 1402, SAO VICENTE - SP, CEP 11320-430, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 25.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 482.763/19-0 SESSÃO: 10/09/2019

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA ATIVIDADES DE RÁDIO, ALUGUEL DE IMÓVEIS PRÓPRIOS, COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS., DATADA DE: 24/07/2019.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA TOLENTINO FILGUEIRAS, 119, CJ 51 B 5 A, GONZAGA, SANTOS - SP, CEP 11060-471. , DATADA DE: 24/07/2019.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35200804617
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 09/10/2019



Ficha Cadastral Completa emitida para LUCAS CARDOSO DE OLIVEIRA : 03671053143. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 124609392, quinta-feira, 10 de outubro de 2019 às 16:37:33.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL**
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**Processo nº:** 53000.003330/2014-27**Entidade:** SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.**CNPJ nº:** 71.103.550/0001-84**FISTEL nº:** 50414501705**Localidade:** São Vicente/SP**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 22/01/2014**Período:** 01/05/2014 a 01/05/2024**Tipo de outorga a ser renovada:**☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	0119567, Págs. 3-4 10524137, Págs. 4-5	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	10524137, Págs. 4-5	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	10524137, Págs. 4-5	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	10524137, Págs. 4-5	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	☒ Sim ☐ Não ☐ Não se aplica	10524137, Págs. 4-5	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	

e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10524137, Págs. 4-5	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10524137, Págs. 4-5	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10524137, Págs. 4-5	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10524137, Págs. 4-5	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10524137, Págs. 4-5	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim () Não () Não se aplica	10964751	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10524137, Págs. 7-8	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10554204, Pág. 5	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10554204, Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 10554204, Pág. 4	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		E 10469503, Pág. 6		
		M 10484552		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10554203, Pág. 7	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 10554204, Pág. 4	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		FGTS 10554204, Pág. 2		

9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10554204, Pág. 3	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10524137 Págs. 10-12 GILBERTO GOMES MANSUR Pág.10 MARIA CHRISTINA MANSUR ANTUNES Pág.11 NEUSA MANSUR ILSE Pág. 12	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10554203, Pág. 13	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	
12. Serviço executado em faixa de fronteira?	() Sim (X) Não	n/a	- Decreto nº 11.076, de 20 de maio de 2022.	
13. A pessoa jurídica optou pelo parcelamento?	() Sim (X) Não	10964756	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
14. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10471242	Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	

**APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE
(COSTA DO SOL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA.)**

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------

15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u> , de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.	(X) Sim () Não () Não se aplica	3548812, Pág. 187	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	(X) Sim () Não () Não se aplica	10524137, Págs. 14-15	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de **Radiodifusão Privada**, em 03/07/2023, às 17:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10554206** e o código CRC **A28F9FE3**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 5349/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53000.003330/2014-27

INTERESSADA: SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 71.103.550/0001-84**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Vicente/SP, vinculado ao **FISTEL nº 50414501705**, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953, publicado no Diário Oficial da União do dia 1º de julho de 1953 (SUPER 10554248 - Pág. 1). Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SUPER 10554248 - Págs. 4-5).

7. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1994-2004**. De acordo com o Decreto s/nº, de 18 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de outubro de 1994, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 17, de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 25 de março de 1999 (SUPER 10554248 - Págs. 2-3).

8. Concernente ao período de **2004-2014**, cumpre informar que, ante a não apresentação de requerimento tempestivo de renovação da outorga para o novo período, a interessada foi comunicada sobre a instauração do processo administrativo nº 53000.035238/2004-54, com vistas à declaração de preempção da outorga. No entanto, após a notificação, a pessoa jurídica se manifestou nos autos, no dia 30 de setembro de 2004, reafirmando, na oportunidade, seu interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER0106883 - Págs. 5-8). O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em dezembro de 2013. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

9. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. Sobre a recepção do pedido intempestivo, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

13. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

14. Pela análise dos autos, observa-se que, em **22 de janeiro de 2014**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 0119567 - Págs. 3-5). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de novembro de 2013 e 1º de fevereiro de 2014.

15. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER10554206). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

16. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10524137 - Págs. 7-8).

18. Neste contexto, convém consignar que, conforme consta da Cláusula Nova da alteração contratual, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 10 de setembro de 2019, sob o nº 482.763/19-Q *a administração da sociedade será exercida pelo sócio Gilberto Gomes Mansur, sob a denominação de diretor presidente e pela sócia Neusa Mansur Ilse, sob a denominação de diretora financeira, que em conjunto ou isoladamente, usarão de todos os poderes necessários à realização dos interesses da sociedade, e, esta, será representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os seus atos em toda plenitude (...)* (SUPER 10964773). Dessa forma, entende-se que a legitimidade do pleito está demonstrada com a assinatura de um dos dois representantes legais da pessoa jurídica interessada.

19. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 21 de junho de 2023 (SUPER 10964751).

20. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO a pessoa jurídica explora somente o serviço objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio Diretor Presidente Gilberto Gomes Mansur e a sócia pessoa jurídica Costa do Sol Administração e Participações Ltda compõem o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram os serviços de radiodifusão de sons e imagens, bem como o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, ambos na localidade de Santos/SP. Já a sócia Diretora Financeira Neusa Mansur Ilse e a sócia Maria Christina Mansur Antunes não participam do quadro de outra pessoa jurídica executante dos serviços de radiodifusão.

21. No tocante aos integrantes do quadro da pessoa jurídica sócia da interessada pela outorga, no caso, a Costa do Sol Administração e Participações Ltda, tem-se que a sócia administradora Ylidia Bolzan Mansur, e os sócios Marcus Vinicius Bolzan Mansu e Paulo Thiago Bolzan Mansur não participam do quadro de outra pessoa jurídica executante dos serviços de radiodifusão, ainda segundo as informações extraídas no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO.

22. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER10964695). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 10471242).

23. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de

irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10554206).

24. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

25. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020 art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

26. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

27. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o

vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

28. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 1º de abril de 2022, com validade até 1º de maio de 2024 (SUPER 10554203 - Págs. 9 e 13).

30. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER10964756). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

31. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Vicente/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

32. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

33. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER 10850537) e de Exposição de Motivos (SUPER 10850651), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e
- b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

34. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

35. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 03/07/2023, às 16:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 03/07/2023, às 17:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/07/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2023, às 13:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10850465** e o código CRC **6B708807**.

Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (10850537)
- Minuta Exposição de Motivos (10850651)

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** faz uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.003330/2014-27, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 5349/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____,

RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA (CNPJ nº 03.550/0001-84), nos termos do Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953, publicado em 1º de julho de 1953, e renovada pelo Decreto s/nº, de 18 de outubro de 1994, publicado em 19 de outubro de 1994, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 03/07/2023, às 17:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 03/07/2023, às 17:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/07/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2023, às 13:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10850537** e o código CRC **672A32E9**.

**MINUTA DE
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.003330/2014-27, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 5349/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº _____, acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA (CNPJ nº 13.550/0001-84), nos termos do Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953, publicado em 1º de julho de 1953, e renovada pelo Decreto s/nº, de 18 de outubro de 1994, publicado em 19 de outubro de 1994, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de São Vicente, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 03/07/2023, às 17:00 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 03/07/2023, às 17:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/07/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2023, às 13:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10850651** e o código CRC **DEFA3012**.

Ofício Interno nº 38295/2023/MCOM

Brasília, 04 de julho de 2023

A Senhor
Felipe Nogueira Fernandes
Consultor Jurídico
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 5349/2023/SEI-MCOM (10850465)

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 5349/2023/SEI-MCOM (10850465), a qual trata de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda** inscrita no CNPJ nº **71.103.550/0001-84**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **São Vicente/SP**, vinculado ao **FISTEL nº 50414501705**, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica substituta**, em 04/07/2023, às 17:37 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10995044** e o código CRC **C86FE0F7**.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

PARECER n. 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.003330/2014-27

INTERESSADOS: SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

EMENTA:

I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira, no estado de São Paulo, referente ao período de **01 de maio de 2014 a 01 de maio de 2024**.

II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III. Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 5349/2023/SEI-MCOM**, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.

V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 23, da MP nº 1.154/2023.

VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, em prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA** encaminhado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira, estado de São Paulo, referente ao período de **01 de maio de 2014 a 01 de maio de 2024**.

2.Conforme narra a **NOTA TÉCNICA N° 5349/2023/SEI-MCOM (SUPER 10850465)**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos:

“6.No caso em apreço, conferiu-se à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953, publicado no Diário Oficial da União do dia 1º de julho de 1953 (SUPER [10554248](#) - Pág. 1). Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada os autos (SUPER [10554248](#) - Págs. 4-5).

7.Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1994-2004**. De acordo com o Decreto s/nº, de 18 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de outubro de 1994, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 17, de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 25 de março de 1999 (SUPER [10554248](#) - Págs. 2-3).

8.Concernente ao período de **2004-2014**, cumpre informar que, ante a não apresentação de requerimento tempestivo de renovação da outorga para o novo período, a interessada foi comunicada sobre a instauração do processo administrativo nº [53000.035238/2004-54](#), com vistas à declaração de perempção da outorga. No entanto, após a notificação, a pessoa jurídica se manifestou nos autos, no dia 30 de setembro de 2004, reafirmando, na oportunidade, seu interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [0106883](#) - Págs. 5-8). O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em dezembro de 2013. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

9.Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

10.Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11.Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12.Sobre a recepção do pedido intempestivo, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

13. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

14. Pela análise dos autos, observa-se que, em **22 de janeiro de 2014**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [0119567](#) - Págs. 3-5). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de novembro de 2013 e 1º de fevereiro de 2014."

3. No requerimento protocolado em **22.01.2014** (SUPER [0119567](#) - Págs. 3-5), a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada: *"Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Vicente/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963"*.

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8.Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

“A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.”

II.2. Legislação aplicável

9.Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10.A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

11.Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

12.Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

13.Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14.Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

15.A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

16.No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23, da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 5349/2023/SEI-MCOM (SUPER 10850465)**.

22. Quanto à tempestividade, o art. 4º da Lei nº 5.785/72, conforme redação vigente à época, estabelecia que o requerimento **deveria ser apresentado no período entre 6 meses e 3 meses anteriores ao término do prazo da outorga**. No caso, o pedido foi apresentado no prazo legal, em 15.01.2014, quando a outorga expiraria em 01 de maio de 2014. A área técnica assim se pronunciou na supracitada manifestação:

"14. Pela análise dos autos, observa-se que, em 22 de janeiro de 2014, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [0119567](#) - Págs. 3-5). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de novembro de 2013 e 1º de fevereiro de 2014."

23. A Nota Técnica 5349/2023 também atesta que a documentação atenderia aos normativos de renovação:

"15. A documentação apresentada pela pessoa jurídica e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER [10554206](#))". Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa

às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

16. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER [10524137](#) - Págs. 7-8).

*18. Neste contexto, convém consignar que, conforme consta da Cláusula Nova da alteração contratual, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 10 de setembro de 2019, sob o nº 482.763/19-0, a administração da sociedade será exercida pelo sócio Gilberto Gomes Mansur, sob a denominação de diretor presidente e pela sócia Neusa Mansur Ilse, sob a denominação de diretora financeira, que **em conjunto ou isoladamente**, usarão de todos os poderes necessários à realização dos interesses da sociedade, e, esta, será representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os seus atos em toda plenitude (...) (SUPER [10964773](#)). Dessa forma, entende-se que a legitimidade do pleito está demonstrada com a assinatura de um dos dois representantes legais da pessoa jurídica interessada."*

24. A documentação exigida foi regularmente apresentada. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão a certidão simplificada da Junta Comercial (SUPER [10524137](#), Págs. 7-8), certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SUPER [10554204](#), Pág. 5); prova de inscrição no CNPJ (SUPER [10554204](#), Pág. 1); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SUPER [10554204](#), Pág. 4), às Fazendas estadual (SUPER [10469503](#), Pág. 6) e municipal da sede da pessoa jurídica (SUPER [10484552](#)); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel (SUPER [10554203](#), Pág. 7); prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SUPER [10554204](#), Pág. 2); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SUPER [10554204](#), Pág. 3).

25. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelos representantes legais da entidade, sr. Gilberto Gomes Mansur (conforme certidão simplificada da Junta Comercial – SUPER [10524137](#), Págs. 7-8) em conformidade com as exigências normativas. A Certidão Simplificada da Junta Comercial indica que o último ato arquivado é datado de 30/11/2021. Porém a certidão foi emitida atualizada em 27/10/2022, sem modificações

da situação de representação legal. **A SECOE poderá verificar novas atualizações, caso haja um lapso temporal que o justifique até a assinatura do termo aditivo de renovação.**

26.Em relação à regularidade técnica, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica prestou os seguintes esclarecimentos:

“25. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

a) a razão social;

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

c) o nome fantasia; e

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

a) o estado e o município de execução do serviço; e

b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

26. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

27. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

28. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 1º de abril de 2022, com validade até 1º de maio de 2024 (SUPER [10554203](#) - Págs. 9 e 13)."

27. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

"22. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER [10964695](#)). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER [10471242](#))."

28. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

"19. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 21 de junho de 2023 (SUPER [10964751](#)).

20. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio Diretor Presidente Gilberto Gomes Mansur e a sócia pessoa jurídica Costa do Sol Administração e Participações Ltda compõem o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram os serviços de radiodifusão de sons e imagens, bem como o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, ambos na localidade de Santos/SP. Já a sócia Diretora Financeira Neusa Mansur Ilse e a sócia Maria Christina Mansur Antunes não participam do quadro de outra pessoa jurídica executante dos serviços de radiodifusão.

21.No tocante aos integrantes do quadro da pessoa jurídica sócia da interessada pela outorga, no caso, a Costa do Sol Administração e Participações Ltda, tem-se que a sócia administradora Ylidia Bolzan Mansur, e os sócios Marcus Vinicius Bolzan Mansu e Paulo Thiago Bolzan Mansur não participam do quadro de outra pessoa jurídica executante dos serviços de radiodifusão, ainda segundo as informações extraídas no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO."

29.Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (CHECKLIST 10554206 e SUPER 10971398). **Questões não jurídicas não são apreciadas pela Consultoria Jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.**

30.Por fim, quanto às minutas de Exposição de Motivos e decreto presidencial propostas, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos. A SECOE deve atentar para a conferência, afastando eventuais erros materiais.

31.Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "*Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação*". Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "*a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação*".

32. Há informação nos autos de que a entidade não teria solicitado o parcelamento do pagamento do preço público de outorga (item 30 da Nota Técnica 5349/2023). Por derradeiro, é mister salientar que, na hipótese do pagamento do valor atualizado da outorga não ser efetuado, a pessoa jurídica inadimplente ficará impossibilitada de renová-la por novo período (artigo 31-A, § 7ª do Regulamento de Serviços de Radiodifusão). Deve, também, ser observado o disposto no § 3º do art. 112 do mesmo regulamento (Decreto 52.795/63), que condiciona a renovação da outorga à comprovação do pagamento do valor integral do preço público, nas hipóteses em que a concessionária ou permissionária tiver optado pelo pagamento parcelado. Tudo isso sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação.

III - CONCLUSÃO

33.Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no procedimento, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para prosseguimento, desde que atendidas as recomendações do presente parecer.

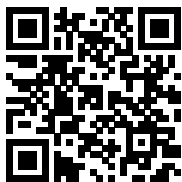
34.Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente no item 25, 30, 31 e 32.

À consideração superior.

Brasília, 09 de agosto de 2023.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000003330201427 e da chave de acesso bf95689a



Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1240040650 e chave de acesso bf95689a no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-08-2023 18:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 01663/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.003330/2014-27

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora (adaptado)

1. Aprovo a conclusão do **PARECER N. 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela **Dr^a. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, advogada da União**, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado).
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade **Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda** para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de **São Vicente/SP**, no período de **1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024**.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da **NOTA TÉCNICA N° 5349/2023/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de **São Vicente/SP**, concedida à entidade **Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda**.
4. Conforme os termos do **PARECER N. 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
5. Em relação aos itens 25, 30 e 31 do mencionado PARECER, tem-se que a documentação necessária seja reavaliada por este Ministério no momento da celebração do termo aditivo, sem prejuízo, portanto, da tramitação da renovação da outorga. No que se refere ao item 32 do referido PARECER, tem-se que o item 30 da **NOTA TÉCNICA N° 5349/2023/SEI-MCOM**, destaca que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto N° 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto N° 10.804, de 2021, não se aplica ao caso em questão, pois não houve parcelamento do preço público da outorga.
6. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de **1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024**.
7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à entidade **Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda**.

8. **Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.**

9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 09 de agosto de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000003330201427 e da chave de acesso bf95689a



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1249078342 e chave de acesso bf95689a no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-08-2023 08:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6119/6915

DESPACHO n. 01666/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.003330/2014-27

INTERESSADOS: SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Renovação de outorga.

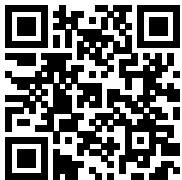
Aprovo o **PARECER n. 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.**

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 10 de agosto de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000003330201427 e da chave de acesso bf95689a



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1249729242 e chave de acesso bf95689a no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-08-2023 10:50. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

DESPACHO

Processo nº: **53000.003330/2014-27**

De ordem do Senhor Secretário de Comunicação Social Eletrônica, encaminhe-se o presente processo ao Departamento de Radiodifusão Privada, para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11055287), e adoção de providências cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 11/08/2023, às 16:28 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11055386** e o código CRC **5F14D140**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

DESPACHO

Processo nº: 53000.003330/2014-27

Referência: Parecer Jurídico nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11055287)

Interessado: Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda.

Assunto: Renovação de outorga. Consulta Conj. Devolução dos autos

À Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada-CGPO

De ordem do Diretor, encaminhe-se este processo para conhecimento do Parecer Jurídico nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11055287) e providências cabíveis.

Brasília, 14 de agosto de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Elise Miranda Gonzaga, Assessora Técnica**, em 14/08/2023, às 10:58 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11058646** e o código CRC **80A53771**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA**

CNPJ: **71.103.550/0001-84**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 14:30:04 do dia 15/08/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 14/09/2023.

Certidão expedida gratuitamente.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

DESPACHO

PROCESSO: 53000.003330/2014-27

INTERESSADA: SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA.

1. Por meio da Nota Técnica nº 5349/2023/SEI-MCOM, do Ofício Interno nº 38295/2023/MCOM e do Parecer nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica e a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações se manifestaram favoravelmente ao deferimento do pedido formulado pela Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda (CNPJ nº 71.103.550/0001-84), objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Vicente/SP, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024 (SUPER 10850465, 10995044 e 11055287).

2. Ocorre que, por ocasião do referido Parecer nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, aprovado pelos Despachos nº 01663/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e nº 01666/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a unidade consultiva recomendou a adoção das seguintes diligências (SUPER 11055287), a saber:

(...)

25. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelos representantes legais da entidade, sr. Gilberto Gomes Mansur (conforme certidão simplificada da Junta Comercial –SUPER 10524137, Págs. 7-8) em conformidade com as exigências normativas. A Certidão Simplificada da Junta Comercial indica que o último ato arquivado é datado de 30/11/2021. Porém a certidão foi emitida atualizada em 27/10/2022, sem modificações da situação de representação legal. **A SECOE poderá verificar novas atualizações, caso haja um lapso temporal que o justifique até a assinatura do termo aditivo de renovação.**

(...)

30. Por fim, quanto às minutas de Exposição de Motivos e portaria propostas, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos. A SECOE deve atentar para a conferência, afastando eventuais erros materiais.

31. Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação". Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

32. Há informação nos autos de que a entidade não teria solicitado o parcelamento do pagamento do preço público de outorga (item 30 da Nota Técnica 5349/2023). Por derradeiro, é mister salientar que, na hipótese do pagamento do valor atualizado da outorga não ser efetuado, a pessoa jurídica inadimplente ficará impossibilitada de renová-la por novo período (artigo 31-A, § 7º do Regulamento de Serviços de Radiodifusão). Deve, também, ser observado o disposto no § 3º do art. 112 do mesmo regulamento (Decreto 52.795/63), que condiciona a renovação da outorga à comprovação do pagamento do valor integral do preço público, nas hipóteses em que a concessionária ou permissionária tiver optado pelo pagamento parcelado. Tudo isso sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação.

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no procedimento, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para prosseguimento, desde que atendidas as recomendações do presente parecer.

34. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente no item 25, 30, 31 e 32.

3. No tocante aos itens 25 e 31 do Parecer nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, ressalta-se que, após a deliberação do Congresso Nacional (art. 223, § 3º, da Constituição Federal) e a devida notificação deste Ministério das Comunicações, serão adotadas as providências alusivas à atualização da documentação instrutória e à celebração do correspondente instrumento contratual, nos termos do art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017, o que, inclusive, está em consonância com o item 5 do mencionado Despacho nº 01663/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (SUPER 11055287 - Pag. 11).

4. Em relação ao item 30 do mencionado Parecer nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, informa-se que não foi verificada a existência de eventual erro material nas minutas propostas (SUPER 10850537 e 10850651).

5. Por fim, quanto ao item 32 do Parecer nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, registra-se que a certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com status de "negativa", segundo consulta realizada na data de 15 de agosto de 2023 (SUPER 11062168). Logo, não há débitos vencidos

decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER10964756) . **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço** (vide item 5 do mencionado Despacho nº 01663/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; SUPER 11055287 - Pag. 11).

6. Assim, em nada mais havendo e, em atenção ao art. 1º, inciso IV, e ao art. 32, incisos XXII, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, para que, em caso de aprovação desta manifestação, submeta o assunto à deliberação do **Ministro de Estado das Comunicações**, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/08/2023, às 16:06 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/08/2023, às 16:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 16/08/2023, às 11:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11062141** e o código CRC **DDEAEA4D**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (10850537)
- Minuta de Exposição de Motivos (10850651)



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO**

PORTARIA Nº 10242, DE 16 DE AGOSTO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.003330/2014-27, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 5349/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU,

R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA (CNPJ nº 71.103.550/0001-84), nos termos do Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953, publicado em 1º de julho de 1953, e renovada pelo Decreto s/nº, de 18 de outubro de 1994, publicado em 19 de outubro de 1994, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Vicente, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 25/08/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11064546** e o código CRC **BCD8A12F**.



EM Nº 238/2023/MCOM

Brasília, 16 de agosto de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.003330/2014-27, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 5349/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 10242, de 16 de agosto de 2023, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA (CNPJ nº 71.103.550/0001-84), nos termos do Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953, publicado em 1º de julho de 1953, e renovada pelo Decreto s/nº, de 18 de outubro de 1994, publicado em 19 de outubro de 1994, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Vicente, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 25/08/2023, às 17:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11064597** e o código CRC **7A67F45E**.

Ofício Interno nº 40146/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

Ao Senhor
Braunner Fassheber
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria (11064546) e Exposição de Motivos (11064597)

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto no Parecer nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (1055287), encaminha a Portaria nº 10242/2023(11064546) e Exposição de Motivos (11064597), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 24/08/2023, às 17:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11064618** e o código CRC **5EA92D53**.

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 25/08/2023 19:10:48
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 9813146
Data prevista de publicação: 28/08/2023
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
20901283	ATO Despacho NA 547.rtf	11fc07a0431479617fa41307307cd2fd	55,00	R\$ 2.140,60
20901284	ATO PORTARIA NA 10259.rtf	8604eb9369c1dce6e401853f60f1e7a7	9,00	R\$ 350,28
20901285	ATO PORTARIA NA 10150.rtf	4899c589ab11796ae5351bec66ca96dd	16,00	R\$ 622,72
20901286	ATO PORTARIA NA 10254.rtf	cffc9bd9c6d6559e3da0f6efe3772f297	9,00	R\$ 350,28
20901287	ATO PORTARIA NA 10245.rtf	bef913715252576043c1f206d1cc31fb	9,00	R\$ 350,28
20901288	ATO PORTARIA NA 10244.rtf	227d91ca9c5968bb28f7ef895484afe6	9,00	R\$ 350,28
20901289	ATO PORTARIA NA 10242.rtf	9e453af821398abe8d96eef63f1d6847	9,00	R\$ 350,28
20901290	ATO PORTARIA NA 10151.rtf	dfa9cd290c867d60569725ccbc92059f	16,00	R\$ 622,72
20901291	ATO PORTARIA NA 10240.rtf	83dc5234b1283ab8eb3b66d6d0a1a856	10,00	R\$ 389,20
20901292	ATO PORTARIA NA 10193.rtf	6bb0497dd4487c2a2bb02f0d51a909fe	9,00	R\$ 350,28
20901293	ATO PORTARIA NA 10278.rtf	12d1a1d287643ef8983edf487f2b90f2	9,00	R\$ 350,28
20901294	ATO PORTARIA NA 10276.rtf	dd7cefe94b665b18e4cdb1133941d366	9,00	R\$ 350,28
20901295	ATO PORTARIA NA 10274.rtf	adf5fddfb94ddfd1b078c8421a9aee18	9,00	R\$ 350,28
20901296	ATO PORTARIA NA 10260.rtf	8c3b0c7cfafd0b3fd0857c02ea8603be	9,00	R\$ 350,28
20901297	ATO PORTARIA NA 10258.rtf	64cf25690425040d7810ddcc00b80ff1	13,00	R\$ 505,96
20901298	ATO PORTARIA NA 10257.rtf	9f754e8296544ae91f54a733213a4130	9,00	R\$ 350,28
TOTAL DO OFICIO			209,00	R\$ 8.134,28

https://incom.in.gov.br/recibo.do?idof=9813146

1/2

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/08/2023 | Edição: 165 | Seção: 1 | Página: 9

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 10.242, DE 16 DE AGOSTO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.003330/2014-27, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 5349/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA (CNPJ nº 71.103.550/0001-84), nos termos do Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953, publicado em 1º de julho de 1953, e renovada pelo Decreto s/nº, de 18 de outubro de 1994, publicado em 19 de outubro de 1994, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Vicente, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Id solicitação: 57dbac58908ba

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA	
Nome Fantasia: 95,7 FM	
Telefone: (13) 3289-5757	E-mail: cultura@radiocultura.com.br
CNPJ: 71.103.550/0001-84	Número do Fistel: 50414501705
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 01/05/1994	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 01/05/2024	
Observações: Ato nº 1401, de 18/05/2016, publicado na Seção 1, p.7, do DOU de 25/05/2016.	

Endereço Sede		
Logradouro: Avenida Ana Costa	Complemento: - Conjunto 54 e 56	
Bairro: Gonzaga	Numero: 532	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11060002

Endereço Correspondência		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Endereço do Transmissor		
Logradouro: Alto do Morro do Itararé	Complemento:	
Bairro:	Numero: s/nº	
Município: São Vicente	UF: SP	CEP: 11360260

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: Alto do Morro do Itararé	Complemento:	
Bairro:	Numero: s/nº	
Município: São Vicente	UF: SP	CEP: 11360260

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro: Tolentino Filgueiras	Complemento: CONJ. 51 B	
Bairro: Gonzaga	Numero: 119	
Município: Santos	UF: SP	CEP: 11060471

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: São Vicente	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 239	Frequência: 95.7 MHz	Classe: A1	ERP Máxima: 17.6074kW
HCI: 35 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 1004227555	Número Indicativo: ZYW667
Data Último Licenciamento: 01/04/2022	Número da Licença: 53500.020321/2022-70

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 23° 57' 51.01" S	Longitude: 46° 21' 43.99" W	Cota da base: 177.7 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 041981802252	Modelo: FM12,5s
Fabricante: Marcelo Amorim de Godoy -EPP	Potência de Operação: 10.0 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF 158-50JA-A0	Fabricante: RFS Brasil - Cabos Especiais e Sistemas Ltda		
Comprimento da Linha: 45.0 m	Atenuação: 0.629 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50 ohms

Antena Principal					
Modelo: IFFMC-4-95,7-C-DC			Fabricante: IF TELECOM Ind. e Com. de Antenas Ltda		
Ganho: 3.24 dBd	Beam-Tilt: 0.0 °	Orientação NV: 220 °	Polarização: Circular	HCI: 35 m	ERP Máxima: 17.61 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0.01	20°: 0.02	25°: 0.03	30°: 0.03	35°: 0.04	40°: 0.05	45°: 0.06	50°: 0.07	55°: 0.08
60°: 0.09	65°: 0.09	70°: 0.1	75°: 0.1	80°: 0.1	85°: 0.1	90°: 0.1	95°: 0.1	100°: 0.1	105°: 0.1	110°: 0.1	115°: 0.1
120°: 0.1	125°: 0.1	130°: 0.1	135°: 0.1	140°: 0.11	145°: 0.11	150°: 0.12	155°: 0.13	160°: 0.14	165°: 0.14	170°: 0.15	175°: 0.16
180°: 0.16	185°: 0.17	190°: 0.17	195°: 0.17	200°: 0.17	205°: 0.17	210°: 0.16	215°: 0.16	220°: 0.16	225°: 0.15	230°: 0.15	235°: 0.15
240°: 0.14	245°: 0.14	250°: 0.14	255°: 0.14	260°: 0.14	265°: 0.13	270°: 0.13	275°: 0.13	280°: 0.13	285°: 0.12	290°: 0.12	295°: 0.11
300°: 0.1	305°: 0.1	310°: 0.09	315°: 0.08	320°: 0.06	325°: 0.05	330°: 0.03	335°: 0.03	340°: 0.02	345°: 0.01	350°: 0.01	355°: 0

Coordenadas por radial											
0°: Lat 23°40'15.8" S Lon 46°21'43.99" W	5°: Lat 23°44'39.66" S Lon 46°20'28.36" W	10°: Lat 23°43'29.29" S Lon 46°18'58.02" W	15°: Lat 23°42'17.25" S Lon 46°16'48.45" W	20°: Lat 23°42'17.25" S Lon 46°15'32.86" W	25°: Lat 23°42'49.2" S Lon 46°14'42.52" W	30°: Lat 23°42'49.2" S Lon 46°13'15.5" W	35°: Lat 23°43'41.79" S Lon 46°11'54.75" W	40°: Lat 23°46'51.3" S Lon 46°11'39.36" W	45°: Lat 23°46'34.8" S Lon 46°9'25.6" W	50°: Lat 23°46'16.76" S Lon 46°8'40.87" W	55°: Lat 23°46'50.41" S Lon 46°8'34.51" W
60°: Lat 23°48'7.78" S Lon 46°3'21.96" W	65°: Lat 23°49'35.75" S Lon 46°2'25.78" W	70°: Lat 23°51'9.88" S Lon 46°1'42.87" W	75°: Lat 23°52'48.31" S Lon 46°1'14.09" W	80°: Lat 23°54'28.26" S Lon 46°0'54.89" W	85°: Lat 23°56'15.73" S Lon 46°2'8.03" W	90°: Lat 23°57'49.65" S Lon 46°1'16.59" W	95°: Lat 23°59'28.22" S Lon 46°1'10.65" W	100°: Lat 24°0'3.65" S Lon 46°1'39.84" W	105°: Lat 24°2'49.77" S Lon 46°1'17.51" W	110°: Lat 24°4'27.93" S Lon 46°1'45.69" W	115°: Lat 24°6'5.85" S Lon 46°2'18.6" W
120°: Lat 24°7'39.14" S Lon 46°3'5.67" W	125°: Lat 24°8'55.13" S Lon 46°4'23.05" W	130°: Lat 24°9'54.21" S Lon 46°5'58.29" W	135°: Lat 24°10'56.73" S Lon 46°7'21.96" W	140°: Lat 24°11'58.77" S Lon 46°8'43.61" W	145°: Lat 24°13'40.38" S Lon 46°9'34.67" W	150°: Lat 24°14'55.36" S Lon 46°10'55.12" W	155°: Lat 24°15'43.14" S Lon 46°12'35.48" W	160°: Lat 24°16'22.73" S Lon 46°14'20.05" W	165°: Lat 24°16'53.85" S Lon 46°16'8.02" W	170°: Lat 24°17'16.25" S Lon 46°17'58.57" W	175°: Lat 24°17'29.76" S Lon 46°19'50.85" W
180°: Lat 24°17'34.27" S Lon 46°2'1'43.99" W	185°: Lat 24°17'29.76" S Lon 46°2'3'37.14" W	190°: Lat 24°17'16.25" S Lon 46°2'5'29.41" W	195°: Lat 24°16'53.85" S Lon 46°2'7'19.96" W	200°: Lat 24°16'18.28" S Lon 46°29'6.15" W	205°: Lat 24°15'25.95" S Lon 46°3'0'43.69" W	210°: Lat 24°14'26.64" S Lon 46°3'2'14.62" W	215°: Lat 24°13'20.97" S Lon 46°3'3'38.37" W	220°: Lat 24°11'58.77" S Lon 46°3'4'44.38" W	225°: Lat 24°11'6.77" S Lon 46°3'36'17.07" W	230°: Lat 24°10'6.38" S Lon 46°3'37'45.65" W	235°: Lat 24°8'49.7" S Lon 46°3'38'56.4" W
240°: Lat 24°7'29.69" S Lon 46°40'4.29" W	245°: Lat 24°6'3.85" S Lon 46°41'4.68" W	250°: Lat 24°4'27.93" S Lon 46°41'42.3" W	255°: Lat 24°2'50.99" S Lon 46°42'15.49" W	260°: Lat 24°1'10.96" S Lon 46°42'34.18" W	265°: Lat 23°59'29.83" S Lon 46°42'38.02" W	270°: Lat 23°57'49.77" S Lon 46°41'19.5" W	275°: Lat 23°56'19.98" S Lon 46°40'28.28" W	280°: Lat 23°55'7.45" S Lon 46°38'33.07" W	285°: Lat 23°53'27.92" S Lon 46°39'33.67" W	290°: Lat 23°52'44.5" S Lon 46°37'2.68" W	295°: Lat 23°50'18.04" S Lon 46°39'23.63" W
300°: Lat 23°48'45.85" S Lon 46°3'8'54.29" W	305°: Lat 23°48'6.79" S Lon 46°3'36'54.75" W	310°: Lat 23°47'27.02" S Lon 46°3'5'15.93" W	315°: Lat 23°45'47.78" S Lon 46°3'4'53.61" W	320°: Lat 23°44'44.01" S Lon 46°3'3'45.01" W	325°: Lat 23°43'10.69" S Lon 46°3'2'56.97" W	330°: Lat 23°42'32.76" S Lon 46°3'1'22.82" W	335°: Lat 23°41'7.15" S Lon 46°30'15.04" W	340°: Lat 23°40'52.55" S Lon 46°28'28.7" W	345°: Lat 23°39'29.21" S Lon 46°27'6.28" W	350°: Lat 23°38'44.37" S Lon 46°25'24.7" W	355°: Lat 23°38'26.42" S Lon 46°23'35.21" W

Distância por radial											
0°: 32.6	5°: 24.5	10°: 27	15°: 32.3	20°: 30.7	25°: 28.2	30°: 32.2	35°: 32	40°: 26.6	45°: 29.5	50°: 33.3	55°: 35.5
60°: 36	65°: 36.1	70°: 36.1	75°: 36	80°: 35.8	85°: 33.3	90°: 34.6	95°: 34.9	100°: 34.5	105°: 35.8	110°: 36	115°: 36.3

120°: 36.4	125°: 35.8	130°: 34.8	135°: 34.4	140°: 34.2	145°: 35.8	150°: 36.5	155°: 36.5	160°: 36.5	165°: 36.5	170°: 36.5	175°: 36.5
180°: 36.5	185°: 36.5	190°: 36.5	195°: 36.5	200°: 36.4	205°: 36	210°: 35.5	215°: 35.1	220°: 34.2	225°: 34.8	230°: 35.4	235°: 35.5
240°: 35.8	245°: 36.1	250°: 36	255°: 36	260°: 35.8	265°: 35.5	270°: 33.2	275°: 31.9	280°: 28.9	285°: 31.3	290°: 27.6	295°: 33
300°: 33.6	305°: 31.4	310°: 30	315°: 31.6	320°: 31.7	325°: 33.2	330°: 32.7	335°: 34.2	340°: 33.5	345°: 35.2	350°: 36	355°: 36.1

Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											
Código Equipamento: 017940700345						Modelo: TEC 122					
Fabricante: Teclar Equipamentos Eletrônicos Ltda.						Potência de Operação: 5.0 kW					

Transmissor Auxiliar 2											
Código Equipamento:						Modelo: Equipamento não encontrado					
Fabricante:						Potência de Operação: kW					

Linha de Transmissão Auxiliar											
Modelo: LCF 158-50JA-A0						Fabricante: RFS Brasil - Cabos Especiais e Sistemas Ltda					
Comprimento da Linha: 45.0 m			Atenuação: 0.629 dB/100m			Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: 50 ohms		

Antena Auxiliar					
Modelo: IFFMC-2-95,7-10				Fabricante:	
Ganho: 0.04 dBd	Beam-Tilt: 0.0 °	Orientação NV: 40 °	Polarização: Circular	HCl: 35.0 m	ERP Máxima: 17.61 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	33126	Decreto	PR	23/06/1953	01/07/1953	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250007010201743	374	Despacho	MCTIC	30/03/2017	04/04/2017	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
302191973	85	Portaria	MC	02/02/1977	09/02/1977	Renovação	Jurídico
291000001531984	89591	Decreto	PR	27/04/1984	30/04/1984	Renovação	Jurídico
508300003101994	11	Decreto	PR	18/10/1994	19/10/1994	Renovação	Jurídico
508300003101994	17	Decreto Legislativo	CN	24/03/1999	25/03/1999	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.046049/2017-91	986	Ato	ORLE	17/02/2017	17/03/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53500058040201722	224	Despacho	ER01	12/09/2019		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53000003330201427	10242	Portaria	MC	16/08/2023	29/08/2023	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento							

Ofício Interno nº 40735/2023/MCOM

Brasília, 29 de agosto de 2023

Ao Senhor
Enio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11064597)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 10242/2023/SEI-MCOM (1085153), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos **(11064597)**, para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 29/08/2023, às 18:01 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11086795** e o código CRC **FD63979F**.

Brasília, 5 de Setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.003330/2014-27, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 5349/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 10242, de 16 de agosto de 2023, publicada em 29/11/2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA (CNPJ nº 71.103.550/0001-84), nos termos do Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953, publicado em 1º de julho de 1953, e renovada pelo Decreto s/nº, de 18 de outubro de 1994, publicado em 19 de outubro de 1994, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Vicente, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 26353/2023/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53000.003330/2014-27.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 06/09/2023, às 11:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11099869** e o código CRC **D93D35B7**.

EM nº 00516/2023 MCOM

Brasília, 5 de Setembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53000.003330/2014-27, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 5349/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº 10242, de 16 de agosto de 2023, publicada em 29/11/2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA (CNPJ nº 71.103.550/0001-84), nos termos do Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953, publicado em 1º de julho de 1953, e renovada pelo Decreto s/nº, de 18 de outubro de 1994, publicado em 19 de outubro de 1994, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Vicente, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE
RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

PARECER n. 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.003330/2014-27

INTERESSADOS: SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

EMENTA:

I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA**, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira, no estado de São Paulo, referente ao período de **01 de maio de 2014 a 01 de maio de 2024**.

II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.

III. Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 5349/2023/SEI-MCOM**, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.

IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.

V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, *caput* e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 23, da MP nº 1.154/2023.

VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.

VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, em prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão,

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento da **SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA** encaminhado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Ilha Solteira, estado de São Paulo, referente ao período de **01 de maio de 2014 a 01 de maio de 2024**.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA N° 5349/2023/SEI-MCOM (SUPER 10850465)**, que confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos:

“6.No caso em apreço, conferiu-se à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953, publicado no Diário Oficial da União do dia 1º de julho de 1953 (SUPER [10554248](#) - Pág. 1). Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada os autos (SUPER [10554248](#) - Págs. 4-5).

7.Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1994-2004**. De acordo com o Decreto s/nº, de 18 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de outubro de 1994, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 17, de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 25 de março de 1999 (SUPER [10554248](#) - Págs. 2-3).

8.Concernente ao período de **2004-2014**, cumpre informar que, ante a não apresentação de requerimento tempestivo de renovação da outorga para o novo período, a interessada foi comunicada sobre a instauração do processo administrativo nº [53000.035238/2004-54](#), com vistas à declaração de perempção da outorga. No entanto, após a notificação, a pessoa jurídica se manifestou nos autos, no dia 30 de setembro de 2004, reafirmando, na oportunidade, seu interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [0106883](#) - Págs. 5-8). O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em dezembro de 2013. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

9.Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

10.Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11.Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12.Sobre a recepção do pedido intempestivo, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

13. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

14. Pela análise dos autos, observa-se que, em **22 de janeiro de 2014**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [0119567](#) - Págs. 3-5). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de novembro de 2013 e 1º de fevereiro de 2014."

3. No requerimento protocolado em **22.01.2014 (SUPER [0119567](#) - Págs. 3-5)**, a entidade solicitou renovação da outorga deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica na mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada: *"Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Vicente/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963"*.

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

II - ANÁLISE JURÍDICA

II.1. Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá o assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria**. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

“A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.”

II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da *Radiodifusão*, nos termos do art. 22, IV, *in fine*, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que *"Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei"*.

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, *caput* e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o §3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o §3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*, conforme atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o §1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações e encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23, da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 5349/2023/SEI-MCOM (SUPER 10850465)**.

22. Quanto à tempestividade, o art. 4º da Lei nº 5.785/72, conforme redação vigente à época, estabelecia que o requerimento **deveria ser apresentado no período entre 6 meses e 3 meses anteriores ao término do prazo da outorga**. No caso, o pedido foi apresentado no prazo legal, em 15.01.2014, quando a outorga expiraria em 01 de maio de 2014. A área técnica assim se pronunciou na supracitada manifestação:

"14. Pela análise dos autos, observa-se que, em 22 de janeiro de 2014, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [0119567](#) - Págs. 3-5). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de novembro de 2013 e 1º de fevereiro de 2014."

23. A Nota Técnica 5349/2023 também atesta que a documentação atenderia aos normativos de renovação:

"15. A documentação apresentada pela pessoa jurídica e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER [10554206](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa"

às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

16. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER [10524137](#) - Págs. 7-8).

*18. Neste contexto, convém consignar que, conforme consta da Cláusula Nova da alteração contratual, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 10 de setembro de 2019, sob o nº 482.763/19-0, a administração da sociedade será exercida pelo sócio Gilberto Gomes Mansur; sob a denominação de diretor presidente e pela sócia Neusa Mansur Ilse, sob a denominação de diretora financeira, que **em conjunto ou isoladamente**, usarão de todos os poderes necessários à realização dos interesses da sociedade, e, esta, será representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os seus atos em toda plenitude (...) (SUPER [10964773](#)). Dessa forma, entende-se que a legitimidade do pleito está demonstrada com a assinatura de um dos dois representantes legais da pessoa jurídica interessada."*

24. A documentação exigida foi regularmente apresentada. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão a certidão simplificada da Junta Comercial (SUPER [10524137](#), Págs. 7-8), certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SUPER [10554204](#), Pág. 5); prova de inscrição no CNPJ (SUPER [10554204](#), Pág. 1); prova de regularidade perante a Fazenda federal e à seguridade social (SUPER [10554204](#), Pág. 4), às Fazendas estadual (SUPER [10469503](#), Pág. 6) e municipal da sede da pessoa jurídica (SUPER [10484552](#)); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL (SUPER [10554203](#), Pág. 7); prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SUPER [10554204](#), Pág. 2); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SUPER [10554204](#), Pág. 3).

25. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas pelos representantes legais da entidade, sr. Gilberto Gomes Mansur (conforme certidão simplificada da Junta Comercial – SUPER [10524137](#), Págs. 7-8) em conformidade com as exigências normativas. A Certidão Simplificada da Junta Comercial indica que o último ato arquivado é datado de 30/11/2021. Porém a certidão foi emitida atualizada em 27/10/2022, sem modificações

da situação de representação legal. **A SECOE poderá verificar novas atualizações, caso haja um lapso temporal que o justifique até a assinatura do termo aditivo de renovação.**

26. Em relação à regularidade técnica, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica prestou os seguintes esclarecimentos:

“25. Salienta-se que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 3º da Portaria nº 1.459/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020, alterada pela Portaria MCom nº 2.524, de 4 de maio de 2021, a saber:

Art. 3º As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada.

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da entidade, com:

a) a razão social;

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

c) o nome fantasia; e

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens);

II - os dados da outorga, com:

a) o estado e o município de execução do serviço; e

b) a frequência, a classe e o canal de operação;

III - os dados da estação, com:

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva);

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação;

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; e

IV - a data de emissão da licença.

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão.

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação - TFI.

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação.

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020.

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo.

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento.

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento.

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento.

§ 10 A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

26. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

27. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

28. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 1º de abril de 2022, com validade até 1º de maio de 2024 (SUPER [10554203](#) - Págs. 9 e 13)."

27. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, cuidou a Secretaria das verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

"22. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER [10964695](#)). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER [10471242](#))."

28. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

"19. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 21 de junho de 2023 (SUPER [10964751](#))."

20. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio Diretor Presidente Gilberto Gomes Mansur e a sócia pessoa jurídica Costa do Sol Administração e Participações Ltda compõem o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram os serviços de radiodifusão de sons e imagens, bem como o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, ambos na localidade de Santos/SP. Já a sócia Diretora Financeira Neusa Mansur Ilse e a sócia Maria Christina Mansur Antunes não participam do quadro de outra pessoa jurídica executante dos serviços de radiodifusão.

21. No tocante aos integrantes do quadro da pessoa jurídica sócia da interessada pela outorga, no caso, a Costa do Sol Administração e Participações Ltda, tem-se que a sócia administradora Ylidia Bolzan Mansur, e os sócios Marcus Vinicius Bolzan Mansu e Paulo Thiago Bolzan Mansur não participam do quadro de outra pessoa jurídica executante dos serviços de radiodifusão, ainda segundo as informações extraídas no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO."

29. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (CHECKLIST 10554206 e SUPER 10971398). **Questões não jurídicas não são apreciadas pela Consultoria Jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.**

30. Por fim, quanto às minutas de Exposição de Motivos e decreto presidencial propostas, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, apta a produzir os efeitos legais pretendidos. A SECOE deve atentar para a conferência, afastando eventuais erros materiais.

31. Importa, ainda, consignar a **necessidade de assinatura de termo aditivo pela parte interessada junto a este Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual "*Quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação*". Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce "*a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação*".

32. Há informação nos autos de que a entidade não teria solicitado o parcelamento do pagamento do preço público de outorga (item 30 da Nota Técnica 5349/2023). Por derradeiro, é mister salientar que, na hipótese do pagamento do valor atualizado da outorga não ser efetuado, a pessoa jurídica inadimplente ficará impossibilitada de renová-la por novo período (artigo 31-A, § 7ª do Regulamento de Serviços de Radiodifusão). Deve, também, ser observado o disposto no § 3º do art. 112 do mesmo regulamento (Decreto 52.795/63), que condiciona a renovação da outorga à comprovação do pagamento do valor integral do preço público, nas hipóteses em que a concessionária ou permissionária tiver optado pelo pagamento parcelado. Tudo isso sem prejuízo da aplicação de outras penalidades previstas na legislação.

III - CONCLUSÃO

33. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no procedimento, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para prosseguimento, desde que atendidas as recomendações do presente parecer.

34. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente no item 25, 30, 31 e 32.

À consideração superior.

Brasília, 09 de agosto de 2023.

TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK
Advogada da União

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000003330201427 e da chave de acesso bf95689a



Documento assinado eletronicamente por TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1240040650 e chave de acesso bf95689a no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): TATIANE FLORES CAVALCANTE RAZUK, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 09-08-2023 18:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE
RADIODIFUSÃO - CGJR

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01663/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.003330/2014-27

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora (adaptado)

1. Aprovo a conclusão do **PARECER N. 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, elaborado pela **Dr^a. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, advogada da União**, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado).
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade **Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda** para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de **São Vicente/SP**, no período de **1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024**.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 5349/2023/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de **São Vicente/SP**, concedida à entidade **Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda**.
4. Conforme os termos do **PARECER N. 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
5. Em relação aos itens 25, 30 e 31 do mencionado PARECER, tem-se que a documentação necessária seja reavaliada por este Ministério no momento da celebração do termo aditivo, sem prejuízo, portanto, da tramitação da renovação da outorga. No que se refere ao item 32 do referido PARECER, tem-se que o item 30 da **NOTA TÉCNICA Nº 5349/2023/SEI-MCOM**, destaca que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto Nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto Nº 10.804, de 2021, não se aplica ao caso em questão, pois não houve parcelamento do preço público da outorga.
6. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de **1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024**.
7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à entidade **Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda**.

8. **Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.**

9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 09 de agosto de 2023.

assinado eletronicamente

JOÃO PAULO SANTOS BORBA

ADVOGADO DA UNIÃO

COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000003330201427 e da chave de acesso bf95689a



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1249078342 e chave de acesso bf95689a no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-08-2023 08:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS
COMUNICAÇÕES GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:
(61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 01666/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53000.003330/2014-27

INTERESSADOS: SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Renovação de outorga.

Aprovo o **PARECER n. 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.**

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 10 de agosto de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA
FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53000003330201427 e da chave de acesso bf95689a



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1249729242 e chave de acesso bf95689a no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 10-08-2023 10:50. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/08/2023 | Edição: 165 | Seção: 1 | Página: 9

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA Nº 10.242, DE 16 DE AGOSTO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.003330/2014-27, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 5349/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA (CNPJ nº 71.103.550/0001-84), nos termos do Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953, publicado em 1º de julho de 1953, e renovada pelo Decreto s/nº, de 18 de outubro de 1994, publicado em 19 de outubro de 1994, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Vicente, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 5349/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53000.003330/2014-27

INTERESSADA: SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO.

VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 71.103.550/0001-84**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Vicente/SP, vinculado ao **FISTEL nº 50414501705**, referente ao período de 1º de maio de 2014 a 1º de maio de 2024.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.al.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Sociedade Rádio Cultura São Vicente Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953, publicado no Diário Oficial da União do dia 1º de julho de 1953 (SUPER 10554248 - Pág. 1). Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SUPER 10554248 - Págs. 4-5).

7. Em consulta à pasta cadastral da entidade, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1994-2004**. De acordo com o Decreto s/nº, de 18 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 19 de outubro de 1994, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1º de maio de 1994**. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 17, de 1999, publicado no Diário Oficial da União do dia 25 de março de 1999 (SUPER 10554248 - Págs. 2-3).

8. Concernente ao período de **2004-2014**, cumpre informar que, ante a não apresentação de requerimento tempestivo de renovação da outorga para o novo período, a interessada foi comunicada sobre a instauração do processo administrativo nº 53000.035238/2004-54, com vistas à declaração de perempção da outorga. No entanto, após a notificação, a pessoa jurídica se manifestou nos autos, no dia 30 de setembro de 2004, reafirmando, na oportunidade, seu interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 0106883 - Págs. 5-8). O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em dezembro de 2013. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

9. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

10. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

11. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

12. Sobre a recepção do pedido intempestivo, importa consignar que, conforme infere-se do art. 2º da Lei nº 13.424/2017, alterada pela Lei nº 14.351/2022, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 de maio de 2022, os requerimentos de renovação, protocolados fora do prazo legal, passaram a ser conhecidos por esta Pasta, senão veja:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no **caput** deste artigo. **(grifo nosso)**

13. Desta feita, entende-se que o pedido de renovação intempestivo da interessada fora agasalhado pelos efeitos da supracitada Lei, de modo que passou a deter legítima condição de procedibilidade, ante a anistia concedida quanto à tempestividade do pleito.

14. Pela análise dos autos, observa-se que, em **22 de janeiro de 2014**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 0119567 - Págs. 3-5). Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 1º de novembro de 2013 e 1º de fevereiro de 2014.

15. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10554206). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos

Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

16. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10524137 - Págs. 7-8).

18. Neste contexto, convém consignar que, conforme consta da Cláusula Nova da alteração contratual, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em 10 de setembro de 2019, sob o nº 482.763/19-0, *a administração da sociedade será exercida pelo sócio Gilberto Gomes Mansur, sob a denominação de diretor presidente e pela sócia Neusa Mansur Ilse, sob a denominação de diretora financeira, que em conjunto ou isoladamente, usarão de todos os poderes necessários à realização dos interesses da sociedade, e, esta, será representada ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em todos os seus atos em toda plenitude (...) (SUPER 10964773)*. Dessa forma, entende-se que a legitimidade do pleito está demonstrada com a assinatura de um dos dois representantes legais da pessoa jurídica interessada.

19. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 21 de junho de 2023 (SUPER 10964751).

20. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço objeto de análise destes autos, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio Diretor Presidente Gilberto Gomes Mansur e a sócia pessoa jurídica Costa do Sol Administração e Participações Ltda compõem o quadro de outras pessoas jurídicas que exploram os serviços de radiodifusão de sons e imagens, bem como o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, ambos na localidade de Santos/SP. Já a sócia Diretora Financeira Neusa Mansur Ilse e a sócia Maria Christina Mansur Antunes não participam do quadro de outra pessoa jurídica executante dos serviços de radiodifusão.

21. No tocante aos integrantes do quadro da pessoa jurídica sócia da interessada pela outorga, no caso, a Costa do Sol Administração e Participações Ltda, tem-se que a sócia administradora Ylidia

Bolzan Mansur, e os sócios Marcus Vinicius Bolzan Mansu e Paulo Thiago Bolzan Mansur não participam do quadro de outra pessoa jurídica executante dos serviços de radiodifusão, ainda segundo as informações extraídas no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO.

22. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 10964695). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 10471242).

23. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10554206).

24. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

25. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

26. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

27. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

28. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 1º de abril de 2022, com validade até 1º de maio de 2024 (SUPER 10554203 - Págs. 9 e 13).

30. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa

jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 10964756). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

31. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de São Vicente/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

CONCLUSÃO

32. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

33. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações**, para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER 10850537) e de Exposição de Motivos (SUPER 10850651), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e

b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

34. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

35. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 03/07/2023, às 16:59 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 03/07/2023, às 17:09 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 03/07/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 04/07/2023, às 13:48 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10850465** e o código CRC **6B708807**.

Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (10850537)
- Minuta Exposição de Motivos (10850651)

Referência: Processo nº 53000.003330/2014-27

Documento nº 10850465

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 8 de setembro de 2023.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à **SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA (CNPJ nº 71.103.550/0001-84)**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Vicente, estado de São Paulo.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 516 2023 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 08/09/2023, às 13:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4556208** e o código CRC **C078FC20** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 3025/2023/GM/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

À Secretária-Executiva
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Encaminhamento da Exposição de Motivos nº 516/2023.

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 516/2023 (4556201), do Ministério das Comunicações, referente à renovação, "pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, a concessão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA (CNPJ nº 71.103.550/0001-84), nos termos do Decreto nº 33.126, de 23 de junho de 1953, publicado em 1º de julho de 1953, e renovada pelo Decreto s/nº, de 18 de outubro de 1994, publicado em 19 de outubro de 1994, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de São Vicente, estado de São Paulo".

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete**, em 08/09/2023, às 20:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4556434** e o código CRC **F5038326** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.003330/2014-27

SUPER nº 4556434

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 -Telefone: 61-3411-1754

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53000.003330/2014-27

Nota SAJ - Radiodifusão nº 466 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de rádio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53000.003330/2014-27

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53000.003330/2014-27, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM)**^[1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA** CNPJ nº 71.103.550/0001-84, na localidade de **São Vicente/SP**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio transmitisse sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação desta outorga, para continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Visando a instrução processual, foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades culturais a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento no art. 223, § 1º da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.795/1963 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, conforme o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de dez anos, que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se delegada ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico e jurídico, em cumprimento aos princípios da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição, e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** afirmam que o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, consoante a **NOTA TÉCNICA** Nº 5349/2023/SEI-MCOM (4556207) e ao Parecer nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU4556203), tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações, no

uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o Ministro de Estado publicou sua **Portaria nº 10.242, de 16 de agosto de 2023**, de renovação.

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja produção e a programação deverão observar os princípios enunciados no art. 221 da Constituição, os concernentes atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica^[2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *"o constituinte deu feição de ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Poder Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988"*^[3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade se funde para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de entidades públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações, desatualizações, dúvidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo particular poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento administrativo próprio, de competência do MCOM^[4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53000.003330/2014-27, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

AMANDA MARQUES RIBEIRO

Estagiária da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

HELOÍSA LINS MUNIZ DUBEUX

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

^[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmitir música e voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com limitado alcance. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelar ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (ITU Região 2), esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

^[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

^[3] RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luã. *regime jurídico-constitucional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do*

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Marques Ribeiro, Estagiário(a)**, em 07/06/2024, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Lins Muniz Dubeux, Assessora**, em 15/07/2024, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 15/07/2024, às 19:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 15/07/2024, às 19:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5784618** e o código CRC **245AA53C** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 446/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53000.003330/2014-27.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00516/2023 MCOM, de 5 de Setembro de 2023, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada) no município de São Vicente (SP).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00516/2023 MCOM (4555658), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53000.003330/2014-27, acompanhado da [Portaria nº 10.242, de 16 de agosto de 2023](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptada), pelo prazo de dez anos, a partir de 1º de maio de 2014, no município de São Vicente, estado de São Paulo sem direito à exclusividade, para a empresa SOCIEDADE RÁDIO CULTURA SÃO VICENTE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 71.103.550/0001-84, de acordo com o disposto no art. 33, § 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#)^[1], em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#)^[2].
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro de Estado das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico nº 00509/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, de 9 de agosto de 2023 (4555646), que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
 - Nota Técnica nº 5349/2023/SEI-MCOM, de 04 de julho de 2023 (4556207), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963.
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 03 de julho de 2023 (4555641), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Controle Social](#)^[3]; e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Espectro](#)^[4], que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#).
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Sócios e Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	71.103.550/0001-84
NOME EMPRESARIAL:	SOCIEDADE RADIO CULTURA SAO VICENTE LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$100.000,00 (Cem mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	GILBERTO GOMES MANSUR		
Qualificação:	49-Sócio-Administrador		
Nome/Nome Empresarial:	COSTA DO SOL ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA.		
Qualificação:	22-Sócio		
Nome do Repres. Legal:	YLIDIA BOLZAN MANSUR	Qualif. Rep. Legal:	05-Administrador
Nome/Nome Empresarial:	NEUSA MANSUR ILSE		
Qualificação:	49-Sócio-Administrador		
Nome/Nome Empresarial:	MARIA CHRISTINA MANSUR ANTUNES		
Qualificação:	22-Sócio		

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 18/06/2024 às 13:40 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sentido, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis ao pedido de renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato de permissão do serviço de radiodifusão sonora; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.
7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 3º do art. 223 da Constituição Federal](#), sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 26 do Decreto nº 11.329, de 2023, c/c art. 49 do Decreto nº 12.002, de 2024.
- À consideração superior.
- Brasília, na data da assinatura.
- JEFFERSON MILTON MARINHO**
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)
- De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.
- Brasília, na data da assinatura.
- CRISTIANE LANDERDAHL DE ALBUQUERQUE**
Secretária Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC, Substituta
(SADJ-II/SAG/CC/PR)
- Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências cabíveis.
- Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#).

[2] Aprovado pelo [Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#).

[3] O [SIACCO](#) é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi decidida a desativação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[4] O [MOSAICO](#) é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SCR) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 16/08/2024, às 11:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Landerdahl de Albuquerque, Secretário(a) Adjunto(a) substituto(a)**, em 16/08/2024, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5828606** e o código CRC **106D7D81** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53000.003330/2014-27

SUPER nº 5828606

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>